UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
COMPARADOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

**O pacto das elites e sua representação no romance em
Angola e Moçambique**

Sueli da Silva Saraiva

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
COMPARADOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

**O pacto das elites e sua representação no romance em
Angola e Moçambique**

Sueli da Silva Saraiva

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Natal Chaves

São Paulo

2013

A José Carlos,

Meu muito amado marido,
companheiro de vida.

Agradecimentos

À querida professora Rita Chaves, pela generosidade intelectual com que acompanhou e orientou os meus estudos desde o mestrado, sempre oferecendo carinho, amizade e todo o apoio para que eu percorresse com segurança este complexo caminho das Letras africanas.

Aos mestres e amigos José Luis Cabaço, Lourenço do Rosário e Francisco Noa, moçambicanos de coração brasileiro, que em diferentes momentos foram interlocutores entusiasmados dessa pesquisa.

Ao prof. Carlos Serrano, cuja reflexão sobre as elites intelectuais angolanas foi um importante aporte para este estudo.

À professora Laura Padilha, incansável nos gestos de carinho e incentivo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, em especial: Tania Macêdo, Benjamin Abdala Junior, Hélder Garmes, José Nicolau Gregorin Filho, Fátima Bueno, Elza Miné e Rejane Vecchia, pelo acolhimento, ensinamentos e feliz convivência.

Aos muitos colegas com quem tive a satisfação de compartilhar a “experiência uspiana” desde 1999 e que passaram a fazer parte desta minha jornada. Aos funcionários e funcionárias da FFLCH-DLCV, aqui representados pelas incansáveis Creusa e Marildes, do CELP.

Ao José Carlos, pelo amor incondicional, crença e incentivo às minhas ousadias intelectuais.

À CAPES e CNPQ, que patrocinaram esta pesquisa, viabilizando seus resultados.

À Universidade de São Paulo, pela educação efetivamente superior que me proporcionou ao longo de mais de uma década!

É como se o processo de desenvolvimento, ainda quando transforma a terra vazia num deslumbrante espaço físico e social, recriasse a terra vazia no coração do próprio fomentador. É assim que funciona a tragédia do desenvolvimento.

Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*

Resumo

As literaturas angolana e moçambicana que ascenderam, em grande medida, como marco da resistência intelectual na luta anticolonialista, têm sido ainda hoje solo fértil para representações das condições reais de existência no contexto africano. No discurso ficcional, os confrontos entre essa existência e os projetos de uma comunidade utopicamente imaginada trazem para os enredos os avanços, recuos ou estagnação de um quadro social marcado pelos velhos e novos pactos do capitalismo globalizado. Esta pesquisa tem por objetivo analisar comparativamente as formas de representação literária dos agentes desse capitalismo: as elites em Angola e Moçambique em sua articulação com a dominação internacional. Nosso objeto de estudo forma-se por obras publicadas tendo já decorridas as primeiras duas décadas de independência política (conquistada em 1975) e seus enredos destacam especialmente a representação dos grupos dirigentes das novas nações: *Maio, mês de Maria* (1997), de Boaventura Cardoso; *Predadores* (2005), de Pepetela; *O sétimo juramento* (2000), de Paulina Chiziane, e *O último voo do flamingo* (2000), de Mia Couto. Em nossa leitura, as marcas do mito fáustico, um elemento da intertextualidade que esses romances apresentam entre si e com obras de outros sistemas literários emergiram como uma produtiva presença para a compreensão desses países e suas literaturas num contexto mais amplo. A fim de verificar o modo como a elite intelectual, neste caso, representada pelos escritores no papel de atores sociais, tem reagido à formação das elites político-econômicas, desde o estertor do colonialismo até o fim dos conflitos sociais, valemo-nos também de uma seleção de textos críticos de intervenção de autores dos dois países.

Palavras-chave: romance contemporâneo, elites, pacto fáustico, Angola, Moçambique.

Abstract

The Angolan and Mozambican literatures, which rose largely as a landmark of intellectual resistance in the anticolonial struggle, have been still a fertile ground for representations of the real conditions of existence in the African context. In the fictional discourse the confrontation between this existence and the projects of a community idealistically imagined during the anticolonial struggle brings to the plots the advances, setbacks or stagnation of a social situation marked by the old and new covenants of globalized capitalism. This research aims to analyze comparatively the forms of literary representation of these capitalism' agents: the elites in Angola and Mozambique in their articulation with international domination. Our object of study is formed by a set of novels published after the first two decades of political independence (conquered in 1975), and their plots highlight especially the representation of the leadership groups of the new nations: *Maio, mês de Maria* (1997), by Boaventura Cardoso; *Predadores* (2005), by Pepetela; *O sétimo juramento* (2000), by Paulina Chiziane, and *O último voo do flamingo* (2000), by Mia Couto. In our analysis, the marks of the faustian myth, an element of intertextuality in these novels among themselves, and in relation to others literary systems, had emerged as a productive presence for the understanding of these countries, and their literatures in a more comprehensive context. In order to verify how the intellectual elite, in this case represented by writers playing the role of social actors, has responded to the formation of political-economic elites since the decay of colonialism to the end of the post-1975 social conflicts, we have also searched some critical interventional texts, which were expressed by authors of these two countries.

Keywords: Contemporary novel, faustian myth, elites, Angola, Mozambique.

Sumário

Introdução	8
As elites e as narrativas da nação	17
O romance e as elites: a persistência de um “mundo desencantado”	19
A escolha do <i>corpus</i> literário e a organização da pesquisa	25
Capítulo 1. As elites: da teoria à ficção	29
1.1. As elites e os pobres na perspectiva do romance	37
1.2. Sobre romance e utopia, em Angola e Moçambique	42
1.3. Literatura e resistência: o autor como “ator social”	46
Capítulo 2. <i>Maio, mês de Maria</i>: da proto-elite à elite em transição	52
2.1. A história de Segunda – Parte I	55
2.2. A história de Segunda – Parte II	70
2.3. Segunda: um segundo Fausto?	94
Capítulo 3. O romance em Moçambique: contrapontos	112
3.1. <i>O sétimo juramento</i> : poder e perda de um Fausto moçambicano ...	113
3.2. O voo do flamingo em terra sonâmbula	147
3.3. Elites da transição	191
Capítulo 4. <i>Predadores</i>: As elites na encruzilhada dos séculos	195
4.1. A saga de um “ <i>self-made man</i> ” pós-colonial	198
4.2. “Um passo para trás, para poder dar dois à frente” (Vladimir Lênin)	206
4.3. Do homem novo ao novo rico: merecedores e pecadores	209
4.4. Poderes em cena	217
4.5. “A propósito de caça”	220
4.6. Os produtivos e os “caloteiros”	228
4.7. A elite se perpetua	235
4.8. Consagração e queda: um pacto envenenado	238
Elites africanas e a farsa fáustica — considerações finais	246
O pacto das elites: a farsa fáustica	251
Referências bibliográficas	257
Bibliografia geral	257
Bibliografia dos autores estudados	269

INTRODUÇÃO

Às vésperas de se comemorar quatro décadas de independência política, a história de Angola e Moçambique se defronta, e não poderia ser de outro modo, com a complexidade de uma dupla experiência sócio-histórica: a luta de libertação do jugo colonial e a inserção desses países num outro jogo de poder opressivo, o capitalismo globalizado.

Às distorções deixadas como legado pela ação dos séculos de colonialismo (cf. CABAÇO, 2009) somaram-se outras contingências implicadas na transferência do poder político em meio a conflitos armados, corrupção e outros abusos próprios de sociedades em convulsão.

Com efeito, passadas as celebrações das independências, a realidade social surge desarticulada e o mundo oscila, para os africanos, com a tomada de consciência fulgurante das suas dificuldades. Cada enunciado narrativo torna-se em África o espelho de um número infinito de situações marcadas por um clima generalizado de angústia e de perda (AFONSO, 2004, p. 391).

Em tempos de liberdade, a bandeira da igualdade social, apregoada utopicamente ao longo das décadas que precederam a independência, ainda não encontraria o seu mastro. Contra um tal estado de coisas, os sujeitos críticos (intelectuais e artistas) angolanos e moçambicanos passaram a destrinçar o *day after* sempre atentos aos desdobramentos político-sociais da sonhada construção nacional.

Nesse ambiente paradoxal de liberdade e exclusão, as obras ficcionais continuam a desempenhar papel fundamental no horizonte utópico de mudanças políticas e sociais. Também foi capital a postura crítica dos escritores, afirmando-se como cidadãos de uma nação que ainda não existe (retomando os antigos versos de Craveirinha),¹ reelaborando poética e ficcionalmente ideias que não se afastam de seus discursos de intervenção pública.

Ao perseverarem na denúncia de dívidas sociais, esses pensadores vão revelando que o capítulo histórico finalizado em 1975 não encerrou o

¹ “Vim de qualquer parte / de uma nação que ainda não existe / Vim e estou aqui!”. Poema do futuro cidadão. In: José Craveirinha — *antologia poética*. LEITE, Ana Mafalda (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

compromisso crítico que esteve na origem de seus sistemas literários, cuja formação permanece *in progress*. Dessa maneira, continua a ecoar, com novos arranjos, as palavras de ordem da pioneira da poesia moçambicana, Noémia de Souza, em sua militância pró-negritude e contra a exploração colonial;² sem falar da força de atuação do angolano Agostinho Neto, em que poesia e discurso político se confundiam.³ Em suma, “foi dominante nessa época toda uma tendência literária onde a condição de artista do escritor dialogava com a intenção ativa de sua cidadania” (ABDALA JUNIOR, 2009, p. 171).

Essa perspectiva crítica, que transcende as intervenções públicas e atravessa as obras de ficção, não se esgotou com o fim do período das lutas renhidas contra o regime dominante, apenas mudou o registro e a tônica. Diante dos novos desafios que se apresentaram nos primeiros anos de independência, e de outros que se descortinariam no inacabado projeto de reconstrução, escritores angolanos e moçambicanos persistiram no exercício crítico demandado pelas novas condições político-sociais.

Suas críticas reverberam nos enredos dos romances que formam o *corpus* de análise deste estudo — os angolanos: *Maio, mês de Maria* (1997), de Boaventura Cardoso, e *Predadores* (2005), de Pepetela; e os moçambicanos: *O sétimo juramento* (2000), de Paulina Chiziane, e *O último voo do flamingo* (2000), de Mia Couto. A escolha desses quatro romances atendeu ao nosso objetivo — a análise literária da representação das elites africanas — por enfocarem personagens característicos de um grupo social que ascendeu política e economicamente através de brechas nos processos de transformações políticas, econômicas e sociais das últimas quatro décadas de Angola e Moçambique.

A abordagem comparativa dessas obras, publicadas a partir da década de 1990, ganha em rendimento analítico ao propiciar a leitura dos fatos históricos ocorridos nos primeiros quinze anos de independência. Apesar de historicamente curto, esse período já deixa vislumbrar os caminhos percorridos por esses novos Estados e seus projetos de nação. Afinal, “o comprometimento

² Temas que permeiam seu livro único, *Sangue negro*, publicado pela primeira vez em 2001, tendo permanecido inédito por 50 anos. Ver: SOUSA, Noémia. *Sangue Negro: poesia*. Maputo: Marimbique, 2011.

³ Os títulos de suas três obras poéticas identificam a sua profissão de poeta engajado. Ver. Neto, Agostinho. *Trilogia poética: Sagrada esperança / renúncia impossível / Amanhecer*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2009.

do escritor com a nação é um traço fundador da literatura moçambicana” (AFONSO, 2004, p. 392), bem como da angolana.

Não é incomum perceber nessas representações o confronto entre a visão do presente e a “comunidade imaginada” utopicamente nos anos que precederam as independências. Isso ocorre, por exemplo, na caracterização de personagens como os “empresários” Vladimiro Caposso (*Predadores*) e David (*O sétimo juramento*) que enriqueceram aproveitando-se dos vácuos do sistema em momentos de mudança; ou João Segunda (*Maio, mês de Maria*), assimilado⁴ e rico durante o colonialismo, e, quando pego no redemoinho da independência, não tardou a adaptar-se aos novos meios de ascensão ao poder; ou ainda o político Estevão Jonas (*O último voo do flamingo*), ex-combatente do regime colonial que passa a desprezar o que é socialmente justo para render-se ao gosto do dinheiro ilícito.

Sem abstrair o fato de que as mazelas do tempo presente em Angola e Moçambique advêm do histórico fardo de um passado de colonialismo e outras interferências estrangeiras, é possível inferir, pela análise de discursos críticos e textos literários produzidos neste início de século, que os atuais desajustes africanos já não devem ser creditados *exclusivamente* ao legado colonial.

A relevância do tema pode ser observada em estudos sociológicos, antropológicos, historiográficos etc. Por exemplo, o historiador moçambicano Yussuf Adam, em tese de doutorado defendida em 1996, e posteriormente publicada em livro (2006), refletiu sobre a evolução do quadro socioeconômico em Moçambique após a independência, chegando ao provocativo título que sintetiza todo um momento histórico: *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Interessante observar a analogia entre os animais aqui referidos e os “predadores” que dão título ao romance de Pepetela, que abordaremos neste estudo.

⁴ Os conceitos “assimilado” e “assimilação” neste contexto referem-se a um instrumento legal do Estado colonial português em vigor basicamente de 1917 a 1958 (ou até 1961, cf. CABAÇO (2009, p. 111). Por ele promulgava-se que alguns indivíduos africanos negros teriam o direito a uma “cidadania concedida”, logo precária, desde que atendessem algumas exigências: “o africano que se considerasse ‘civilizado’ devia fazer um exame, respondendo a certas perguntas e deixando que uma comissão fosse à sua casa ver como é que vivia, se sabia comer como um branco, à mesa, se se calçava e se tinha uma só mulher. Quando ele era aprovado, passavam-lhe um documento chamado o ‘alvará de assimilação’...” HONWANA, Raúl Bernardo. *Memórias* [1985]. Lisboa: Edições ASA, 1989, p. 69-70.

Quanto à intelectualidade, suas intervenções públicas, dentro ou fora das fronteiras nacionais, expressam inquietações, e mesmo perplexidade, diante da miséria prevalecente no continente, a qual, embora não seja uma endemia exclusivamente africana, coloca em evidência o caráter ambíguo das relações de poder no contexto de independência e de paz, levando ao sentimento de um certo *déjà-vu* histórico.

Mia Couto manifesta-se reiteradamente a respeito dessa situação, indicando que no caso moçambicano (extensível a Angola e outros países), o comportamento daqueles que detêm o poder político, econômico etc. contribui para a manutenção e aprofundamento da crise. O celebrado escritor reflete sobre a necessidade de a África (e não apenas seu país) chamar para si as responsabilidades pela atual conjuntura social. Ao ser questionado se, passados 30 anos da onda de independências na África, ainda era possível usar a colonização como argumento para explicar a miséria, ele pondera sobre a necessária superação do que ele chama, não sem levantar polêmica, de “posição vitimista”: “É preciso começar a apontar para dentro, começar a responsabilizar as elites africanas. Há países que estão piores que na época da independência. E não se pode pensar que é tudo derivado da herança colonial”.⁵ Comentários dessa ordem, sem estarem explicitamente vinculados a uma ou outra corrente político-ideológica (embora sua formação tenha se dado na FRELIMO), denunciam sobretudo a falta de um projeto de nação que abranja a maioria dos cidadãos e contribua para o melhor gerenciamento dos escassos bens sociais.

Um tom crítico semelhante aparece num texto de intervenção, do mesmo ano de 2008, em comunicação apresentada no Segundo Fórum Humanista, em Maputo: “A atitude de nos fabricarmos a nós mesmos como simples vítimas é uma das principais razões para os problemas de África e dos africanos” (*apud*, Couto, 2009, p. 147). As “razões”, como indicamos no decorrer deste trabalho, fazem parte na verdade de uma série histórica que remonta aos vários momentos do colonialismo, atravessam as lutas de libertação e perturbam os tempos de liberdade.

⁵ Mia Couto. "Temos apenas um nome diferente". Entrevista a Leonêncio Nossa. Jornal O Estado de S.Paulo. 15.11.2008. disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,temos- apenas-um-nome-diferente,278323,0.htm>. Consulta em 23.05.2010.

As manifestações críticas de Mia Couto merecem ser devidamente contextualizadas para não ficarem sujeitas à vala das provocações vazias. E tal contextualização adquire consistência quando analisadas sob a perspectiva das realizações artísticas: “Para viver num país de pedintes, é preciso arregaçar as feridas, colocar à mostra os ossos salientes dos meninos. [...] facilitar a visão do desastre” (COUTO, 2005, p. 75), ironiza o narrador de *O último voo do flamingo*. A crítica pela via da ficção, ensina Antonio Candido, elabora-se “por um processo mental que guarda intacta a sua verossimilhança externa, fecundando-a interiormente por um fermento de fantasia” (CANDIDO, 1981, vol. 2, p. 109).

Obviamente, tais perspectivas críticas não questionam o histórico feito da independência política, mas sim seus desdobramentos negativos, isto é, a formação enviesada das classes ou grupos dominantes e o malsucedido projeto de emancipação dos recém-cidadãos. Tudo isso, mediado pelas promíscuas relações entre poder político e poder econômico, fornece o cariz temático de grande número de produções literárias contemporâneas, conforme reflete Prisca Pereira sobre as poéticas moçambicanas:

A literatura, portanto, como uma das franjas sensíveis da ação humana, se coloca diante dos recentes fatos históricos e políticos como uma esponja que absorve esses efeitos, elabora suas respostas e as apresenta sob o punho dos escritores que, através da ajuda do imaginário e da representação simbólica, constroem um terreno apto à revisão da identidade, deixando aberto o caminho para temas quais o descentramento, a fragmentação, a representação despedaçada do país etc. (PEREIRA, 2012, p. 245).

Na intenção de observar sob o véu da ficção “como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma” (CANDIDO, 2000, p. 2), buscamos um aparato metodológico de textos de intervenção (testemunhos, entrevistas, artigos e crônicas) produzidos por intelectuais/escritores angolanos e moçambicanos, com destaque para os escritos do angolano Ruy Duarte de Carvalho — *A câmara, a escrita e a coisa dita* (1997) e *Actas da Maianga* (2003) — e do moçambicano Mia Couto — *Pensatempos* (2005) e *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções* (2009).

Nestes textos são apresentadas perspicazes reflexões sobre o cenário sociopolítico e cultural angolano e moçambicano, sempre trazendo à baila as chamadas “elites africanas” em face de seu oposto, a maioria da população, principal credor das faturas historicamente abertas. A crítica da socióloga Cesaltina Abreu resume bem a questão, pertinente não somente a Angola:

A precariedade dos espaços públicos em Angola, para além de reflectir ambiguidades de um processo de democratização descontínuo e marcado por inúmeras violações dos direitos fundamentais, entre os quais a guerra é o exemplo mais acabado, assinala as dificuldades encontradas em vencer a distância social provocada pela desigualdade e suas consequências na sociedade: injustiça e desconfiança. A grande desigualdade e os elevados níveis de exclusão funcionam como divisores de águas entre a pequena parcela da sociedade mais favorecida e a grande maioria, uma distância social crescente porque os primeiros procuram defender os seus interesses e os segundos simplesmente sobreviver (2008, p. 2).

Procuramos, portanto, estabelecer neste estudo as semelhanças e diferenças no tratamento da temática das elites, incluindo as formas estruturais narrativas e as opções estilísticas de cada escritor, comparando tais opções com o que vimos perpassar nos textos de intervenção crítica, tanto em seus próprios quanto no de outros escritores.

Colocando em destaque os agentes internos, mas sem esquecer de seus aliados externos, autores como Mia Couto e sua conterrânea Paulina Chiziane integram o coro da crítica aos endinheirados surgidos no pós-independência. Ao expressar suas perspectivas ideológicas, eles criticam a riqueza escandalosamente visível num pano de fundo de extrema desigualdade, e empenham-se em dar uma “resposta pouca perante os fazedores de guerra e construtores da miséria” (COUTO, 2003, p. 225).

De qualquer modo, ao perscrutar a formação dessas elites africanas na contemporaneidade é inescapável retroceder às condições impostas pelo colonialismo e neocolonialismo⁶, buscando desvelar o germe desse estado de

⁶ Kwame Nkrumah (1909-1972) cunhou a expressão "neocolonialismo", declarando-o "o último estágio do imperialismo" (Cf. NKRUMAH, 1965). Moema Augel (2007) assinala sobre primeiro presidente de Gana: "Ele, mesmo membro da elite burguesa, defendeu a opinião de que a soberania nacional dos países africanos, adquirida com a independência, não passava de fato de uma formalidade e na verdade não tinha havido grandes modificações no relacionamento assimétrico entre os poderes coloniais e os povos colonizados, permanecendo uma relação de dependência e exploração, sendo assim o neocolonialismo a pior forma de imperialismo" (p. 145).

coisas que se desdobra na constituição da nação independente até os dias de hoje.⁷ E considerar, ainda, as novas formas de ingerência externa daquilo que se poderia chamar de atualizações do neocolonialismo, em que o jogo político-econômico se faz entre as atuais elites locais e as forças internacionais.

Pepetela, em entrevista concedida em 2006, aponta com crueza os resultados de tais condições no contexto angolano: “Primeiro de tudo, é preciso convencer as pessoas que Angola não é um país extremamente rico, nem rico sequer. País que não consegue alimentar a sua população é um país miserável” (*apud* CHAVES; MACÊDO, 2009, p. 50). E também o antropólogo e escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho conclama para o enfrentamento do que denomina de “problema de elites”, ou seja, a percepção de que é preciso considerar atentamente as elites, tanto quanto se consideram as questões da pobreza.

Temos portanto, para além do problema imediato da fome, dos deslocados, dos desmobilizados, da sobrepopulação urbana, das estradas e dos transportes, das infra-estruturas, da saúde, da educação, da administração, do Estado, um problema de elites. [...] É que o problema também diz respeito à postura e à atitude que essas elites assumem dentro do jogo que a globalização coloca (CARVALHO, 2008, p. 32).

Pegando a deixa de Ruy Duarte, é possível traçar um pertinente paralelo entre as elites dos países em estudo e a de nosso país. A capa da revista brasileira *Carta Capital* trouxe em 07 de setembro de 2011 (Dia da Pátria!) um título pouco comum nos veículos nacionais de comunicação: com a imagem de uma garrafa de espumante, em que o estouro solta, em vez de borbulhas, pequenos cifrões, lê-se “Ricos. E ignorados”. A reportagem dos jornalistas Rodrigo Martins e Willian Vieira, com base no estudo da socióloga Elisa Reis⁸

⁷ O sociólogo moçambicano José Luis Cabaço, ao refletir sobre a condição social do continente africano do final do século XX, enfatiza que “a lista de crimes” cometidos durante o regime colonialista é infindável e, entre os aqueles mais cruéis e que marcam ainda hoje vivamente o cotidiano africano encontra-se: “a criação de uma sociedade dualista dividida entre “autóctones” e “europeus” que, no decurso do colonialismo, viria a assumir a forma de uma divisão entre “indígenas” e “civilizados / assimilados” e que, no tardo colonialismo (com prolongamentos até hoje), divide entre populações ainda vivendo predominantemente numa cosmologia tradicional e elites ocidentalizadas e cooptadas pela realidade global”. In: Desenvolvimento, Ciência e Cultura (Cultura, Ciência, Técnica e Desenvolvimento). s/d. Texto cedido pelo autor.

⁸ Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 42, nº 15, 2000. p.143-152.

(que abordaremos oportunamente), adverte que o Brasil sabe tudo sobre seus pobres, e quase nada sobre seus abastados, e que tal desinformação impede a redução da desigualdade. É destacada a chamada: “Privilegiados e incógnitos: a classe alta cresceu 54% em oito anos, mas é pouco conhecida. E o país não sabe interpretá-la” (MARTINS & VIEIRA, 2011, p. 28).

Lá como cá, não se pode, como assevera Ruy Duarte, “passar-lhe ao lado”, ou seja, ignorar a existência de “um problema de elites”; é preciso questionar porquê elas são ignoradas: “porquê e a favor de quê e de quem, passar-lhe ao lado, como quase sempre acontece? Julgo que esta é uma questão que se mantém pertinente entre nós” (CARVALHO, 2008, p. 35). Não contornar o problema das elites na África exige, entre outras providências, perceber na constituição das modernas sociedades africanas os resquícios herdados da escola, da cartilha ocidental (cf. *ibid.*, p. 268), para além de se estar atento à complexidade dos próprios fatores sociais internos, ainda em processo de acomodação.

As elites locais de hoje não existem como tais sem as suas congêneres transnacionais e transoceânicas. Sendo que o pêndulo da chamada globalização oscila, como sempre, desfavoravelmente aos interesses das populações africanas. Na perspectiva de que uma regionalização dos países africanos, conduzindo por si próprios as agendas sócio-político-culturais, poderia trazer maior equilíbrio a esse movimento pendular, Ki-Zerbo⁹ é categórico em afirmar que os “globalizadores [os países ditos desenvolvidos] falam de globalização, com a alta roda dos quadros da pseudoburguesia africana, para mascarar a necessidade de uma verdadeira regionalização africana” (2009, p. 36).

Semelhante situação histórica, “justifica o desassossego de sua elite cultural eternamente sacudida pelo desejo de responder às indagações postas pela urgência de cada etapa histórica” (CHAVES, 1999, p. 32). A urgência que caracterizava as ações dos intelectuais na luta contra o colonialismo encontra, portanto, um novo significado no movimento frenético da atual etapa histórica,

⁹ A regionalização defendida pelo historiador burquinense prega sobretudo a possibilidade de os países africanos conduzirem o próprio destino, conforme sua história e cultura, junto com, em vez de subjugado à atuação do Ocidente. Mas, em vez disso, os homens da globalização “agem como se o homem não pudesse inventar nada de diferente, num momento em que este sistema está aumentando o número de excluídos” (KI-ZERBO, 2009, p. 36).

em que no plano internacional do capitalismo, persistem as relações desiguais entre a África e os parceiros ao redor do mundo, e, no plano doméstico, acentuam-se os conflitos entre os privilegiados pelo *establishment* e a massa da população desassistida.

Assim, uma parcela significativa da intelectualidade africana persiste em interferir diretamente na trama social, “julgando-a e, não raro pelejando para alterá-la”, fiando-se na crítica resistente movida por *valores* (liberdade, igualdade, sinceridade etc.) que repele e combate *antivalores* (despotismo, iniquidade, hipocrisia etc.) (BOSI, 2002, p. 120).

Nessa luta, não há espaço para uma ilusão utópica e de fácil veiculação: esses escritores parecem corroborar a ideia de que “muitas vezes, a verdadeira esperança não está na crença radiante em um mundo reconciliado” (SAFATLE, 2012, p. A02). Este filósofo brasileiro apresenta um argumento que condena a autoalienação e suscita a continuidade da luta, pois a crença nesse mundo harmonizado, “quando aparece muito cedo, acaba por matar toda reconciliação possível. Por isso, a verdadeira esperança sempre é precedida por uma profunda recusa. Dessa recusa vem a abertura para realizar o que ainda não sabemos como fazer” (ibid.). Em seguida, Safatle invoca o pensamento adorniano para destacar o papel do artista neste processo de descrença produtiva:

Theodor Adorno costumava dizer que a posição atual do artista era a de alguém que deve fazer coisas que não podem ser esboçadas previamente como projetos intencionais. Ele deve ser capaz de confiar no que não consegue enxergar completamente. Isto porque ele sabe que deve conseguir fazer falar o que ainda não tem figura (ibid.).

Um caso exemplar de artista que “conseguiu fazer falar o que ainda não tem figura” foi Machado de Assis. Ao retratar ficcionalmente a sociedade brasileira do século XIX, ele não apenas denunciou a incongruência das ideias liberais num país escravocrata, como deixou vislumbrado o que viria a ser a sociedade que conhecemos hoje. Para tanto, Machado transfigurou literariamente temas por ele abordado em textos de intervenção (suas crônicas jornalísticas), conforme nos revela o brasilianista inglês John Gledson. Considerando a obra ficcional e os textos de intervenção, Gledson afirma que a tarefa de analisar e interpretar a obra machadiana “não pode limitar-se aos

romances”, justificando então o fato de sua pesquisa incluiu “o capítulo sobre ‘Bons dias!’, a série de crônicas publicadas por Machado entre 1888 e 1889, como uma indicação de como podem ser reveladoras para a ficção...” (GLEDSON, 1986, p. 15-16).

Embora nosso estudo não apresente o mesmo tema de Gledson (a saber, a visão da História de Machado de Assis), a relação feita por ele entre textos ficcionais e não ficcionais para interpretação da obra do Bruxo do Cosme Velho constitui referência segura para o nosso objetivo de examinar a interação de textos ficcionais (romances) e não-ficcionais (crônicas jornalísticas, ensaios etc.) no contexto angolano e moçambicano.

Nos interessa analisar em que medida as lucubrações do moçambicano Mia Couto e do angolano Ruy Duarte de Carvalho podem “ser reveladoras para a ficção”, contribuindo para uma compreensão das elites africanas em geral e de Angola e Moçambique em particular. À diferença do estudo de Gledson sobre Machado de Assis, nossa proposta é estabelecer comparativamente uma rede dialógica entre textos (de ficção e não ficção) e diferentes autores. As ideias discutidas nos textos de intervenção de Mia Couto e Ruy Duarte de Carvalho, por exemplo, podem ser testadas na criação literário-romanesca dos próprios autores ou de seus congêneres, como Boaventura Cardoso, Pepetela, e Paulina Chiziane.

As elites e as narrativas da nação

A pesquisadora moçambicana Fátima Mendonça, abordando questões como os “‘perigos’ que ameaçam a ‘nação’” (2008, p. 23), afirma que entre os elementos que compõem esse cenário “paradoxalmente desarticulado, com pontos de referência contraditórios, aberto neoliberalmente a qualquer investimento ideológico [...]” (ibid., p. 24), estão as atitudes reconhecíveis na “chamada burguesia ou classe média/alta em formação, onde se inclui a classe política” (ibid.). No quadro educacional, por exemplo, diz Mendonça, tal grupo social “sustenta um ensino privado de elites em Maputo, fora do sistema nacional de educação (escolas dos sistemas americano, francês, português, sul-africano, etc.)” (2008, p. 24). Esse quadro, ela enfatiza, “embora legal se apresenta bizarro”, sendo:

... um sintoma do desfasamento entre um discurso geral aparentemente integrado no desejo de formular a nação (a frequência com que os lexemas “identidade”, “moçambicanidade”, “pátria amada” aparecem nos últimos anos em formulações discursivas são disso sinal) e uma prática assente em objectivos que contradizem esse desejo (ibid.).

Nesse mesmo sentido, a enganadora reorientação da economia nacional no período de independência das ex-colônias na África foi denunciada por Frantz Fanon como um dos desconcertos que a burguesia nacional (conforme ele denomina os grupos econômicos dirigentes) empreendeu contra um efetivo projeto de nação. Diz ele:

A burguesia nacional não para de exigir a nacionalização da economia e dos setores comerciais. É que, para ela, nacionalizar não significa pôr a totalidade da economia a serviço da nação [...]. Para ela, nacionalizar não significa ordenar o Estado em função de relações sociais novas [...]. Nacionalização, para ela, significa, muito exatamente, transferência para os autóctones os privilégios herdados do período colonial (FANON, 2010, p. 179).

Esse desencontro entre projeto de tornar nacional (ou nacionalização) e os interesses das “burguesias” (ou, melhor, “elites locais”) vem à tona nos enredos literários. No plano da realidade, ainda nas palavras de Fanon, essa burguesia nacional (situada em diferentes espaços ex-colonizados) não tem “uma vocação para transformar a nação, mas prosaicamente, de servir de cadeia de transmissão para um capitalismo obrigado à camuflagem e que se cobre hoje com a máscara neocolonialista” (ibid., p. 179-180).

O “hoje” sobre o qual refletia o pensador martinicano era a virada da década de 1950 para 1960, com a onda das independências, a começar por Gana, em 1957. Logo, a sua crítica recaía sobre as nações africanas que se libertaram politicamente naqueles primeiros tempos do pós-guerra. Fanon, que morreu em 8 de dezembro de 1961, aos 36 anos de idade, não testemunhou os desdobramentos destas suas observações na história das independências de Angola e Moçambique. Caso o tivesse conseguido, perceberia que não mais poderia aplicar a característica de “camuflagem” ao empreendimento neocolonial dos nossos dias.

Em 1961, as lutas de libertação estavam apenas começando nesses países. Mas, suas ponderações críticas seguiram ecoando nas vozes de intelectuais comprometidos com a história contemporânea, manifestando-se em todos os espaços de intervenção crítica. No mesmo diapasão, a literatura, como território cultural autônomo, continua cumprindo o seu papel de textualizar a nação, ainda que utopicamente imaginada como comunidade conforme a perspectiva de Benedict Anderson (1989).¹⁰

O romance e as elites: a persistência de um “mundo desencantado”

Como temos observado, a representação das elites na literatura contemporânea é, sem dúvida, um objeto de estudo produtivo para a crítica literária hoje. Quando as classes proletárias e os desfavorecidos em geral já não encontram, no contexto neoliberal do capitalismo globalizado, formas de se organizar e exigir efetivamente os seus direitos, e suas vozes não repercutem de forma programática em nenhuma das mídias existentes, o aparato da arte ficcional parece ser o veículo capaz de romper com o silêncio que se abate sobre a situação de paradoxal injustiça social, num período em que a ideologia burguesa anuncia o duvidoso fim da história e o início do maior período de riqueza e opulência que a humanidade já viveu.¹¹

Neste contexto, caberia mais uma vez à literatura, suficientemente madura e instrumentalizada, e ao seu filho eternamente “em crise” — o romance — o papel de levantar o ilusório véu da ideologia a serviço do capital,

¹⁰ Embora reitere que a definição de “nação” seja uma questão complexa, Benedict Anderson (1989), endossando os preceitos de Seton-Watson (1977), a entende como “uma comunidade politicamente imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”, e que “ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão” (p. 14, grifo do autor). Empestamos essa noção de “comunidade imaginada” considerando que a *maioria* da população (angolana e moçambicana) subjugada pelo colonialismo podia imaginar mudanças a partir da libertação nacional; havia, pois, uma comunidade unida por um amplo objetivo: o anticolonialismo. Mesmo que a existência de diversas “fronteiras imaginadas” e de tais comunidades não se considerarem ou se imaginarem plenamente como nação no contexto de independência, como bem apontou Kelly Araújo (2005, p. 76-77), levando, inclusive, à erupção de conflitos regionais e “tribais”, tal fato não obstrui, ao nosso ver, completamente o argumento em prol da ideia de comunidade(s) relacionada(s) e imaginadas sob um Estado em formação.

¹¹ Sobre o assunto, ver a crítica de Perry Anderson (*O fim da História*: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992).

e denunciar o impensável retrocesso de direitos em todos os espaços, desenvolvidos ou não do globo.

A reificação das relações entre os indivíduos — denunciadas por Theodor W. Adorno, em meados do século XX, como fenômeno transformador das “qualidades humanas em lubrificante para o andamento macio da maquinaria” (2003a, p. 57) — alimentou-se dos vícios da modernidade e da derrocada das bandeiras anticapitalistas nas últimas décadas do século passado, chegando-se agora ao paroxismo na defesa pública e desembaraçada, por parte das elites, num perturbante *déjà-vu* dos argumentos elitistas em finais do século XIX e começo do XX.

Para um exemplo doméstico desse estado de coisas, citemos uma matéria no caderno de economia do jornal *Folha de S.Paulo*, em que um professor da Universidade de São Paulo argumenta sobre os obstáculos que impendem a cafeicultura brasileira de deslanchar num momento em que o planeta inteiro amplia seu consumo de café:

O sustentável café brasileiro emprega uma infinidade de pessoas e é fortemente punido com a anacrônica legislação trabalhista brasileira. Além dos custos crescentes e os vícios do seguro-desemprego, tem-se uma indústria de indenizações instalada. Para o desenvolvimento do Brasil, surgem até propostas para contratar estrangeiros de maneira temporária, devido à dificuldade de encontrar mão de obra local.¹²

Uma tal argumentação ilustra bem a insidiosa simbiose entre o pensamento neoliberal e o perene arcaísmo latifundiário no Brasil,¹³ podendo ser assim “traduzida”: o proprietário rural brasileiro só ficará satisfeito no dia em que puder empregar mão-de-obra 100% subjugada, como no século XIX, e puder extrair 100% de mais valia do trabalhador agrícola. Para isso, ele vai “importar” trabalhadores estrangeiros, em situação ainda mais vulnerável, por um período limitado (ou seja, até se consumirem), e assim escapar das “anacrônicas” leis trabalhistas que impedem a escravização de nativos.

O fato de semelhante argumento ser expresso e impresso em um dos jornais de maior circulação e impacto na opinião pública do país e não resultar

¹² Marcos Fava Neves, “Inovações tecnológicas mudam o negócio do café no mundo”, in *Folha de S.Paulo*, 10.3.2012, Caderno Mercado.

¹³ A melhor e mais acabada formulação foi dada por Roberto Schwarz em “A ideias fora do lugar” (1977).

em críticas contundentes ao seu autor e à elite à qual serve o seu pensamento, demonstra o quanto a sociedade e a comunidade intelectual encontram-se em estado de perplexidade, ou mesmo alienação, quanto ao jogo de forças que se dá na economia do país, bem como em todo o sistema produtivo mundial. Essa “alienação e a auto-alienação universais, exigem ser chamadas pelo nome”, diz Adorno, “e para isso o romance está qualificado como poucas outras formas de arte” (ADORNO, 2003a, p. 57). Diante do “mundo desencantado” (ibid., p. 55) do século XXI, “o romance [ainda precisa] se concentrar naquilo de que não é possível dar conta por meio do relato” (ibid., p. 56). O “algo especial a dizer”, defendido por Adorno no mesmo texto, como premissa da boa narrativa, traduzir-se-ia hoje pela necessidade da denúncia, da contrainformação e da resistência à ideologia dominante: “Na transcendência estética reflete-se o desencantamento do mundo” (ibid., p. 58), conclui Adorno.

No conhecido ensaio “O narrador”, Walter Benjamin, interlocutor de Adorno, discorre sobre o papel da informação cotidiana e sua relação com o que ele denominava apocalipticamente de a “morte da narrativa”, e mesmo do gênero romance. Diz ele:

... com a consolidação da burguesia — da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes — destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e, de resto, provoca uma crise no próprio romance (BENJAMIN, 1985, p. 202).

Para ilustrar seu argumento, Benjamin recorda a formulação do fundador do jornal francês *Le Figaro* a respeito do interesse de seu público por matérias imediatistas: “Para meus leitores, o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri” (ibid.). Para Benjamin, neste ensaio de 1936, tal comportamento da burguesia francesa (considerando ser essa a maior parte da clientela do jornal) revelava que já não mais “o saber que vinha de longe — do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição —, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência” (ibid. p. 203). Essa antiga virtude da narrativa seria ofuscada pela “informação que aspira a uma verificação

imediata”, que “antes de mais nada [...] precisa ser compreensível ‘em si e para si’” (ibid.). E conclui, categoricamente: “Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio” (ibid.). Se analisarmos tais reflexões benjaminianas para além do estranhamento que o advento das tecnologias sabidamente lhe causava, encontraremos, como sempre, chaves importantes para interpretarmos o nosso próprio tempo, à luz do que se pensava naqueles momentos de transformação no mundo Ocidental.

A questão que se coloca é como narrar as mazelas neste início de século que, a despeito de qualquer propaganda, continuam revelando as contradições inerentes às desigualdades sociais, e não apenas nas conhecidas geografias da fome, mas mesmo nos espaços dos países centrais. Na literatura, principalmente naquela produzida por nações periféricas, onde as contradições se dão de forma menos mediada, isto é, onde as desigualdades são escandalosamente explícitas, a gravidade da situação social pode ser denunciada na forma da representação literária de suas elites, cuja crítica, não raro, é abolida da imprensa, ou relegada a umas poucas vozes intelectuais (em geral vistas como “anacrônicas”!). Ora, “sempre tereis os pobres convosco”,¹⁴ isto é, visíveis e espalhados por todos os lados, numa habitualidade teleológica que transfigura uma situação de sobrevivência como um fim em si mesma.

Neste cenário, caberia à intelectualidade colocar em destaque o papel desempenhando pelos ricos e poderosos, invisíveis e dissimulados, a fim de se entender a dinâmica que cria e mantém a miséria e a injustiça. Sobre isso, encontramos sinais na literatura de viés empenhado desde o momento em que o modo de produção capitalista foi posto em funcionamento. Como exemplo da pertinência do debate, a já citada matéria da revista *Carta Capital* afirma que o equívoco do intelectual (de esquerda, diga-se) está em deixar os ricos à sombra da crítica, pois “esta desinformação impede a redução da desigualdade” (MARTINS & VIEIRA, 2011, p. 28). Numa proposta de mudança de foco, do pobre para o rico, a matéria elenca alguns dos fatores que dão às elites locais a confortável sensação de não serem responsáveis pelo todo da sociedade. Exemplo disso é o comportamento desse grupo dominante a respeito das persistentes desigualdades sócio-econômicas e o papel da

¹⁴ Mateus 26.11, versão *Bíblia de Jerusalém*.

educação no Brasil. Conforme revela a pesquisadora Elisa Reis, citada na matéria, “as elites tendem a perceber a educação como algo que não implica custos para os não pobres, como defender tributações de renda mais progressivas” (ibid.). Ou seja, os pobres seriam um “problema” do Estado, que deve ser resolvido com a quantidade de tributos que as elites consideram justo pagar.

Em seu artigo “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”, a mesma pesquisadora argumenta sobre a importância de trazer a questão das elites para o debate. Em sua concepção, “a visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável” (REIS, 2000, p. 144), argumenta, citando a colega israelense Eva Etzioni-Halevy:

Muitos tendem a negar essa centralidade das elites em nome de princípios morais e preferências afetivas. Entretanto, reconhecer que elites ocupam posições estratégicas em processos decisórios e que detêm poder de fato não implica a defesa delas (apud REIS, 2000, p. 144).

Partindo desse quadro diagnóstico, é justificável a exposição das elites num primeiro plano da análise sociológica que, ao ser transfigurado em representação literária, não indicia qualquer traço de caráter heroico-romântico. Ao contrário, diríamos que se trata de um protagonismo “às avessas” concedido a este grupo social, a fim de revelar a série de infortúnios imposta às personagens silenciosas, colocadas à margem — o povo, que, não raro, é tratado por tal elite como antagonista, ou empecilho, aos seus interesses. Logo, abordar a elite como tema que perpassa o romance contemporâneo é abordar, antes de tudo, o seu oposto: os pobres.

O romance, que sempre teve “como verdadeiro objeto o conflito entre os homens vivos e as relações petrificadas” (ADORNO, 2003a, p. 58), exerce, nessa perspectiva adorniana, o papel de revelar a “essência” das coisas, desmistificar o seu “objeto real” — a sociedade — e desvelar um mundo desencantado, pois:

... quanto mais densa e cerradamente se fecha a superfície do processo social da vida, tanto mais hermeticamente esta encobre a essência

como um véu. *Se o romance quiser permanecer fiel à sua herança realista e dizer como realmente as coisas são, então ele precisa renunciar a um realismo que, na medida em que reproduz a fachada, apenas a auxilia na produção do engodo* (ibid., p. 57, grifos do autor).

Leandro Konder, no instigante ensaio *Os sofrimentos do “homem burguês”* (2000), tece importantes considerações sobre o que é afinal esse “tipo humano” chamado burguês¹⁵ em todas as suas representações, inclusive na literatura. O capítulo intitulado justamente “O homem burguês na literatura” é aberto com uma epígrafe de Jean Cocteau: “A poesia é indispensável. Se eu ao menos soubesse para quê...” (in KONDER, 2000, p. 45). A frase irônica se revelará na discussão que se segue como a mais contundente verdade nos termos de valor de troca que rege o mundo que o burguês criou. Konder, portanto, questiona “quando foi que o homem burguês [...] começou a se dar conta dos efeitos corrosivos da invasão do espaço dos valores intrinsecamente qualitativos pela quantificação de todos os valores?”, e, na mesma ordem, “quando foi que as artes e a literatura começaram a sublinhar a emergência de uma nova realidade social e cultural que tendia a girar, cada vez mais em torno do dinheiro?” (ibid.). Na explanação de seus argumentos, Konder se refere tanto ao pensamento de Marx quanto ao de seu contemporâneo e contraponto intelectual, Balzac — “conservador, católico, monarquista” (KONDER, 2000, p. 46). A caracterização das personagens de Balzac, em *A comédia humana*, representa, para Konder, uma tentativa do escritor francês de

... criar personagens que encarnavam os valores nos quais ele acreditava e deveriam atuar com dignidade, de maneira generosa, positiva, na trama da sua ficção. Contudo, os bons, os justos [...] não se dão bem; e, o que é pior, frequentemente arrastam outros na desgraça. E o reverso da medalha: os pérfidos, pragmáticos, rudemente cínicos [...], afinal, conseguem o que queriam (ibid.)

O cinismo que toma conta das narrativas balzaquianas, continua Konder, teria origem na constatação, pelas personagens, de que uma vez que a sociedade estava corrompida pela disputa em torno do dinheiro, em que os

¹⁵ O autor explica seu objetivo com a eleição do burguês em seu estudo: “O título do livro alude ao famoso romance de Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther* [...], não tenho a menor veleidade de induzir quem quer que seja ao suicídio, muito menos o homem burguês [...]. De fato, no final da leitura, poder-se-á verificar que o que proponho é uma auto-superação do homem burguês, para evitar a possibilidade de que esse tipo humano venha a cometer, em breve, uma espécie de suicídio moral” (KONDER, 2000, p. 9-10).

crentes no amor eram ingênuos iludidos, e por fim, de que se o conflito entre o rico e o pobre é inevitável, “então, vale mais a pena ser o explorador do que ser o explorado”, diz a personagem de *Gobseck*, obra de 1830, (ibid., p. 46-47).

Assim, o homem e escritor burguês Balzac não teria deixado de suscitar a crítica ao comportamento social em sua obra-prima, demonstrando que as “reservas de origem conservadora também podem ser, em alguns aspectos, lúcidas e fecundas” (ibid., p. 46). Konder conclui que:

O caso Balzac é sintomático. Sua ficção remete a uma realidade que, transfigurada pela literatura, revela implacavelmente algumas das “taras” mais graves que vinham se manifestando na alma do homem burguês. Ao mesmo tempo, ele mostra uma lucidez desmistificadora fascinante: o homem burguês era capaz de uma percepção crítica (e autocrítica) bastante aguda de seus problemas (ibid., p. 48).

“Percepção crítica (e autocrítica)” que não se coadunam, no entanto, com a moralidade e a ética, pois, conforme discorreu o próprio Konder, Balzac tentava “criar personagens que encarnavam os valores nos quais ele acreditava”, portanto, não há objetivo de mudança, quiçá uma reforma superficial e indolor; conforme a célebre expressão criada por Giuseppe Lampedusa para seu personagem aristocrata que se aburguesava: “Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude” (1979, p. 30).

Os privilégios de classe, de determinados grupos sociais, sempre estiveram no horizonte do mundo literário seja como tema ou como alvo de crítica, embora em alguns casos, como o de Balzac, haja coincidência entre o pensamento crítico e os interesses de classe do autor. Konder sugere, no entanto, que é preciso subtrair essa segunda condição e tomar como ponto de partida crítico o modo como a narrativa revela a “apreensão perspicaz das ambiguidades e do ‘lado noturno’ da história” (KONDER, 2000, p. 48).

A escolha do *corpus* literário e a organização da pesquisa

A escolha dos romances estudados nesta pesquisa atendeu a uma série de exigências metodológicas. A primeira diz respeito à contemporaneidade de seus autores, uma vez que se queria privilegiar uma geração de escritores que tivesse acompanhado as etapas de lutas de libertação, independência, conflitos

internos ou guerra civil e pacificação nacional em seus países de origem. Tal exigência se subordinava à necessidade que tínhamos de abarcar a representação das várias possibilidades de gênese e desenvolvimento das elites nativas nesses países.

Na seleção das obras, seguiu-se um critério cronológico relativamente aos enredos, procurando acompanhar as personagens representantes da elite formada ainda nos tempos coloniais e que, depois da libertação nacional, manteve-se como tal e até ampliou sua riqueza. Como é o caso do romance *Maio, mês de Maria*, de Boaventura Cardoso, e seu protagonista João Segunda — obra estudada em primeiro lugar no Capítulo 2 desta tese.

Em seguida, seria a vez de se pensar nas elites formadas a partir de militantes das lutas de independência, os quais, com a formação do novo Estado, galgaram posições de comando político e econômico. Nesta condição temos os romances *O sétimo juramento*, de Chiziane, e *O último voo do flamingo*, de Mia Couto. No primeiro, trata-se da personagem principal, o executivo David, enquanto no segundo, surgem as figuras de Estêvão Jonas e de sua esposa, que apesar de não serem os protagonistas, constituem-se no contraponto necessário ao desenvolvimento da trama de Couto. Ambas as obras são analisadas no Capítulo 3, pois formam um conjunto discreto em relação ao tema “elite”, participante do mesmo sistema literário, o de Moçambique.

Por fim, procurou-se abordar ainda a elite formada por aqueles que não participaram das lutas independentistas e conseguiram ascender socialmente depois da libertação do país por caminhos que tangenciavam a política e a reorganização econômica e social da nação. Sendo este caso representado com perfeição pela personagem Vladimiro Caposso, o protagonista de *Predadores*, que veremos detidamente no Capítulo 4.

Dessa forma, a presente pesquisa compreende um arco histórico que vai desde quinze anos antes da independência até o começo do século XXI, marcos do tempo diegético do início da estória de João Segunda (*Maio, mês de Maria*) e do desfecho de *Predadores*, constituindo assim um amplo painel literário da história do desenvolvimento e consolidação das elites autóctones dos países africanos em estudo.

Os textos de intervenção, conforme o *corpus* crítico elencado mais acima, serão abordados, analisados e postos em diálogo com os textos literários, conforme os temas específicos referentes às elites assim o exijam, procurando desta forma iluminar e esclarecer os movimentos da literatura ficcional, em atenção aos métodos e modelos já informados até aqui, mas que ainda ganharão maior detalhamento e abrangência explicativa no Capítulo 1. Este capítulo inicial tem como função explanar os conceitos de origem sociológica, historiográfica e econômica que serão instrumentalizados nesta pesquisa a fim de realizar a necessária ponte epistemológica e crítica entre os fenômenos sociais e suas representações ficcionais, em conformidade com a linha metodológica e teórica aqui adotada, ou seja, a abordagem “literatura e sociedade”.

O capítulo conclusivo desta tese faz uma análise comparativa dos romances, privilegiando as descobertas e conclusões obtidas de cada análise particular, para articulá-las numa síntese maior em que surja um quadro bastante revelador da atuação das elites nativas nesses países. Também se verificará como o trabalho estético-literário dos quatro autores pode reconfigurar, ou transfigurar, as críticas de caráter político e social que os pensadores nacionais vêm realizando em suas manifestações contra a forma predatória das atividades elitistas — mostrando, principalmente, o que o trabalho artístico traz de inovador e revelador em relação ao trabalho científico e de intervenção crítica.

Além disso, os romances analisados foram eleitos em função de sua produtiva interação entre o material captado da realidade social e sua transfiguração em obra artística, como aponta a significativa fortuna crítica que eles vêm acumulando, apesar do relativo pouco tempo de publicação (o mais antigo foi lançado em 1997). Seus enredos colocam em evidência personagens subalternizadas ou marginalizadas (a mulher, a criança e o velho desamparados, o ex-combatente deixado à própria sorte, a prostituta etc.), as quais têm sido focalizadas por muitos estudiosos de forma competente, seja na esfera local ou internacional.

A leitura desses estudos consagrados animou-nos também a ampliar o arco de análise, buscando subverter, em certa medida, a eleição dos excluídos como objeto preferencial. Buscou-se compreender como essas elites vêm

sendo representadas e os ganhos estéticos que sua representação ficcional oferece a esses sistemas literários.

Por fim, procurou-se a maior representatividade social possível do conjunto de autores escolhidos: em relação ao critério étnico (dois autores negros e dois brancos); ao genérico (a presença do talento feminino de Chiziane, ao lado de três escritores masculinos); ao de formação acadêmica e profissional (todos desempenham atividades diferentes entre si, afora a literatura), tudo isso para garantir a maior diversidade de visões e de sensibilidades, evitando-se assim enviesamentos de caráter ideológico, político ou de outras formas.

CAPÍTULO 1. AS ELITES: DA TEORIA À FICÇÃO

Não existe consenso entre os teóricos sobre o conceito “elite”,¹ e até mesmo a noção de classe social costuma ser tema de debate no campo que a compreende.² Contudo, sendo o nosso objetivo aqui analisar a representação literária das elites, crias do viveiro da burguesia (cf. CHARLE, 2006, p. 20), torna-se incontornável uma breve referência à teorização das elites no pensamento ocidental, cujas bases encontram-se no campo da sociologia e da política. De um modo geral:

Por teoria das elites ou elitista — de onde também o nome de elitismo — se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes), estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político (BOBBIO, 1998, p. 384).

A importância dos estudos histórico e sociológico das elites é revelada na ampla fortuna crítica sobre os pioneiros na matéria – Gaetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Robert Michels (1876-1936) –, além de seus seguidores ou adversários intelectuais. Compreender as bases do elitismo e suas implicações na ordem política e democrática das nações modernas é condição *sine qua non* para o entendimento das dinâmicas político-sociais da contemporaneidade globalizada.

Na virada do século XIX para o XX, enquanto as potências imperialistas europeias tracejavam o mapa da África e estabeleciam um domínio mais

¹ Consultar em especial Flávio Heinz, organizador de *Por outra história das elites* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.). Apesar de estudiosos das elites afirmarem não existir, de fato, consenso sobre o que se entende pelo termo, contudo, não incorre em erro o analista que se baseia em definições como a elaborada pelo sociólogo suíço Giovanni Busino (*Elites e élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992), para quem elite significa: “uma minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente ou de qualidades adquiridas. [...] No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social [...]” (*apud* Heinz, 2006, p. 7).

² Georges Gurvitch, um dos idealizadores do curso de sociologia da Universidade de São Paulo, ensina que a definição de classe social também é complexa e dissonante: “As classes não são nem estados, grupos impostos, castas, nem grupos de afinidade econômica, nem grupos de pessoas que se entregam a esta ou aquela atividade. São muito mais do que tudo isso. [...] encontramos-nos diante de um desacordo patente sobre o que entendemos por ‘classe social’” (GURVITCH, s/d, p. 10, 11).

efetivo em territórios que configuram hoje Angola e Moçambique, surgia na Alemanha o que viria a ser conhecido por “teoria das elites”, com a publicação de obras que seriam a marca da tríade Pareto, Mosca e Michels, pais do “elitismo clássico”.³ Grosso modo, esses três pensadores, apesar de discordarem em determinados pontos, “convergem na descrição da democracia liberal como regime utópico cuja rotina institucional não guarda vínculos com sua motivação ideal” (HOLLANDA, 2011, p. 10). Em outras palavras, para eles, povo e poder seriam categorias inconciliáveis. A existência das elites seria uma condição natural nas sociedades humanas, portanto, ela é uma entidade supra-histórica e enraizada na política e na economia:

Entre as tendências e os fatos constantes que se acham em todos os organismos políticos, um existe cuja evidência pode ser a todos facilmente manifesta: em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas e que são apenas chegadas aos primórdios da civilização, até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, fornecendo a ela, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político (MOSCA, 1896, I, p. 78, apud BOBBIO, 1998, p. 385).

Com tal discurso determinista, os primeiros elitistas expressavam sua rejeição ao movimento ascendente da democracia das massas, das reivindicações populares orientadas por novas doutrinas, como o marxismo. A exigência de igualdade de direitos políticos, sociais etc., encontrariam, pois, o seu contraponto no pensamento desses filhos da burguesia europeia, surpreendida pelo levante reivindicatório das classes subalternizadas:

³ A ideia “elite” como conceito teórico remonta à antiguidade clássica, quando na Atenas de Sócrates (séc. V a.C.) “os homens comuns assumiram a direção dos negócios da cidade e aboliram a vontade dos deuses como origem legítima da organização social. Nesse movimento duplo nasceram, juntas, democracia e política” (HOLLANDA, 2011, p. 7). De tal modo, na era moderna, “a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância” (BOBBIO, 1998, p. 384).

Essa ascensão gerava nos setores dominantes um crescente pessimismo com relação ao futuro, uma forte sensação de decadência da sociedade ocidental. [...] As elites conscientes, cultas e racionais estariam sendo ameaçadas pelo avanço de uma multidão cujo comportamento era marcado pela submissão da razão crítica às emoções e aos impulsos (PERISSINOTTO, 2009, p. 14).

Tal discurso, sobre a suposta irracionalidade das massas, encontrou respaldo na corrente psicológica científicista, especialmente representada por Gustave Le Bon (1841-1931), sociólogo e psicólogo social que apregoava a incapacidade intelectual do indivíduo diluído no corpo único das massas populares, e propunha a existência de uma certa “unidade mental” como característica das multidões (PERISSINOTTO, 2009, p. 16). *Leis psicológicas da evolução dos povos* (1894) e *Psicologia das multidões* (1895) foram as obras de Le Bon tomadas pelos “pais do elitismo” como um dos lastros na reação à ameaça de dispersão do poder instituído à classe dita superior. Na gênese do elitismo está a ideia de que “o agente individualizado, separado das multidões, é racional e civilizado e a esses poucos indivíduos deve ficar a responsabilidade de governar as sociedades humanas” (PERISSINOTTO, 2009, p. 17). Evidentemente, a nova teoria foi recebida com euforia pelo pensamento conservador:

A fortuna da teoria das Elites, ao nascer, dependeu do fato de que, não obstante a pretensão de valer como teoria científica, ou melhor, ainda, como primeira teoria científica no campo da política, surgiu como uma fortíssima carga polêmica antidemocrática e anti-socialista, que refletia bem o “grande medo” das classes dirigentes dos países onde os conflitos sociais eram ou estavam para se tornar mais intensos (BOBBIO, 1998, p. 387).

Engenheiro, sociólogo e economista, Vilfredo Pareto combateu “a política militarista e protecionista do governo italiano, como também os movimentos socialistas” (PERISSINOTTO, 2009, p. 50). As credenciais paretianas culminaram em sua simpatia ao movimento político de Benito Mussolini, que ascendeu ao poder quando Pareto, autor do *Tratado de sociologia geral* (1916), já se encontrava no final da vida.

Em consonância com o darwinismo social difundido no final do séc. XIX, Pareto considerava que a elite política deveria possuir uma vocação para o comando e o mando, algo que poderia ocorrer apenas em raras exceções com

uma pessoa da não elite. Quando esses poucos indivíduos do “andar de baixo” ascendessem, eles teriam, de qualquer modo, uma função pragmática: a de salvar as elites de si mesmas. Assim, conforme Pareto, na “circulação das elites”, isto é, na renovação dos quadros (com um mínimo indispensável de *outsiders*), a ferocidade inerente ao meio do poder seria periodicamente arrefecida.

Fica evidente o papel, mais uma vez operacional, das classes “inferiores”. Como se “os bárbaros”,⁴ ao chegarem porventura ao templo do poder, servissem tão somente para equilibrar o jogo entre os verdadeiros donos do lugar, a elite “de direito”, a qual, momentaneamente suspenderia a constante luta entre pares para festejar a quebra dessa rotina: “É que os bárbaros chegam hoje, tais coisas os deslumbram” / [...] / “Sem bárbaros o que será de nós? (KAVÁFIS, 1990, p. 107).⁵ Já Gaetano Mosca, co-responsável pela doutrina e já na fase de rejeição do fascismo que por muito tempo defendera, conclui de forma peremptória: “Desde que os grupos no poder saibam assimilar das massas os seus homens talentosos e ambiciosos, não deverão temer a subversão da ordem” (HOLLANDA, 2011, p. 39).

Correndo o risco da simplificação, dado que o interesse aqui não recai na epistemologia das elites, mas em sua representação na literatura

⁴ Interpretamos livremente o magistral poema do grego Konstantinos Kaváfis, “À espera dos bárbaros”, cujos versos descrevem como todo o império reúne-se na ágora, aguardando ansiosamente aqueles que viriam romper com uma angustiante ordem, mas para desilusão da ágora, os bárbaros não chegam:

Por que subitamente esta inquietude?
(Que seriedade nas fisionomias!)
Por que tão rápido as ruas se esvaziam
e todos voltam para casa preocupados?

Porque é já noite, os bárbaros não vêm
E gente recém-chegada das fronteiras
Diz que não há mais bárbaros.

Sem bárbaros o que será de nós?
Ah! Eles eram uma solução.

(KAVÁFIS, Konstantinos. *Poemas*. Trad. José Paulo Paes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 3ª. Edição, 1990, p. 107.)

⁵ Uma primorosa alegoria dessa condição é representada no filme *Zardoz* (1974), dirigido por John Alderton. A narrativa cinematográfica representa uma comunidade luxuriante chamada Vortex, formada por uma elite científica, artística, intelectualizada e institucionalizada, vivendo soberbamente, enquanto os “bárbaros” do mundo exterior eram mantidos na ignorância e miséria absoluta. A “salvação” dos habitantes do Vortex, deste hedonismo infinito, se dará quando um bárbaro rebelde invade o espaço e rompe com tal ordem.

contemporânea, não podemos contornar o fato de que entre as primeiras vozes elitistas encontravam-se pensadores como Robert Michels que, decepcionados com a *Realpolitik* de sua época, promoveram uma reflexão mais instigante sobre nosso tema, apesar de suas conclusões teóricas e atuação política controversas.

Michels, discípulo de Mosca e amigo de Max Weber, fora militante do Partido Social-Democrata Alemão e estreitamente próximo ao anarcossindicalismo, até sofrer uma guinada e se tornar um sociólogo crítico da fisiologia dos partidos políticos, conforme sua obra *Sociologia dos partidos políticos* (1911). Seu pensamento, em muitos aspectos plasmado pela ambiguidade, não deixa de expressar as verdades aprendidas na escola revolucionária que o formara, ecoando a memória de um discurso socialista, antiburguês:

Para ele, a organização é o único modo de criar vontade coletiva; é a mediação necessária entre o interesse e a ação. A reação dos dominados aos interesses dominantes não poderia surgir de uma cena desorganizada. Apenas aos patrões interessa a indisciplina das vontades (HOLLANDA, 2011, p. 33).

Contudo, ele não crê na organização sem subordinação, de tal modo que não se imiscui de defender a tenebrosa “lei de ferro das oligarquias” (ibid.). Em sua perspectiva, “entre democracia e organização existe uma relação negativa: as organizações afastam-se de suas motivações originais à medida que se expandem e complexificam-se” (ibid.). Além disso, “a maturação dos partidos produz afastamento progressivo das lideranças com relação às massas governadas [...]. Isto é, os representantes passam a agir conforme sua própria consciência a respeito do interesse coletivo e descolam-se das bases sociais que autorizaram seu mandato” (ibid.).

O poder, na concepção política de Michels, “tem uma natureza conservadora e corruptora capaz de subverter os ideais originais do socialismo. Nessa perspectiva, a consolidação do partido avança na medida inversa da energia revolucionária” (HOLLANDA, 2011, p. 34). Apesar de suas conclusões descambarem na defectível “lei de ferro” de preservação de uma elite dominante do poder dentro de grupos organizados, como os partidos, suas

teorizações oferecem, com vantagem, um aparato crítico das relações políticas viciadas de ontem e de hoje.⁶

Assim, ainda que seus pensamentos estejam voltados especificamente para os partidos políticos consolidados no Ocidente no início do século XX, os argumentos apontam, sem dúvida, para algumas das principais acusações apresentada no *corpus* de romances aqui estudados: a formação das elites concomitantemente à transformação dos movimentos ou frentes de libertação em partidos políticos. É preciso ter em mente que, a despeito da ventilação que promoveram no campo dos estudos políticos e econômicos da época, Pareto, Mosca e Michels passaram à história como pensadores controversos, protofascistas (Pareto), fascistas arrependidos (Mosca) ou fascistas consumados, como foi o caso do próprio Michels, que no afã de ver corrigido o que chamava de desvios da democracia representativa, aliou-se ao nacionalismo de Mussolini (em firme colaboração com o regime entre 1928 e 1936): “paradoxalmente, o fascismo seria, para ele, o regime político mais fiel ao princípio democrático” (HOLLANDA, 2011, p. 38).

Entre os continuadores da corrente de pensamento elitista encontram-se o economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950) e o norte-americano Robert Dahl (1915). Ambos se destacam pelas releituras que fizeram das teorias precursoras, dialogando com e superando os seus mestres ao proporem as bases de um paradoxal “elitismo democrático” (cf. HOLLANDA, 2011, p. 38).

Nesta segunda fase de teorização das elites, a ideia de democracia sem concessão à representação política começa a perder fôlego, apesar da persistente descrença no povo como sendo capaz de participar ativamente na condução de seu destino. Schumpeter, por exemplo, parte da desconfiança básica da democracia representativa, ele “rejeita a suposição de que a vontade do povo instrui um corpo de especialistas, seus representantes, a realizar o bem comum” (ibid., p. 39). Desconfia igualmente da racionalidade das massas,

⁶ Estão na ordem dos argumentos de Michels, conforme a síntese feita por Cristina Buarque de Hollanda: “A única distinção substantiva entre aristocratas e socialistas é a sua distância com relação ao poder. Uma vitória eventual dos socialistas apenas alteraria a composição social de elite de dominadores, e não ameaçaria o modelo de dominação; venceriam os socialistas, não o socialismo. [...] O amálgama entre vida partidária e vida particular introduz, no universo político, o tema da gratidão e desloca os critérios da adesão ao partido. Isto é, os membros do partido trocam a fidelidade à causa pela fidelidade aos líderes e passam a extrair deles, e não dela, as orientações para a ação” (2011, p. 35, 36).

pois, “diluídos na multidão, que pode ser física ou psicológica, os homens tendem a um uso reduzido das suas faculdades mentais” (ibid., p. 40), e assim por diante.

Novamente, o povo exercerá uma função apenas pragmática na manutenção das elites. Schumpeter inverte o entendimento usual do conceito democracia (HOLLANDA, 2011, p. 41), para ele a representatividade democrática clássica é uma ficção, já que o partido real:

Acolhe homens unidos pela ambição de poder e dedicados à expansão de seus ganhos individuais. Ainda que o significado social do Parlamento seja produzir ação legislativa, o princípio que move seus integrantes é o conflito pelo poder (HOLLANDA, 2011, p. 40).

Essa visão desencantada sobre a política o leva a formular uma “forma possível” de democracia, em que as elites continuam como detentoras naturais do poder de governar através do voto angariado: “O autor identifica um cenário real constituído por elites políticas, com diferentes estratégias de captura do voto, em disputa pelo poder e referidas aos interesses dos eleitores apenas na medida do seu próprio interesse” (ibid., p. 40). Por mais contraditório que seja em relação ao ideal democrático, esse princípio impactou decisivamente a formulação do entendimento contemporâneo da democracia (cf. HOLLANDA, 2011, p. 41).

O mais novo pensador do grupo elitista, Robert Dahl, no mesmo diapasão de ceticismo, descreve a “natureza utópica” da democracia clássica. Diante da impossibilidade do soberano poder popular, ele defende um sistema de governo sob a poliarquia⁷ como “o maior nível de democratização que os homens podem alcançar”. De tal modo, alia o pensamento elitista a uma “democracia como princípio moral ou ideal regulador”, pois as “poliarquias tendem a resguardar direitos civis e individuais e a rejeitar o uso injustificado da violência. Embora possam assumir formas diversas, quanto mais próximas do ideal democrático, mais distantes do terror despótico” (HOLLANDA, 2011, p. 42, 43).

⁷ Do grego *poluarkhía*, “governo de vários ou de muitos” (HOUAISS, 2001, verbete “poliarquia”).

Dessa maneira, ignorar o pensamento elitista não é, ao nosso ver, opção para se compreender as agruras sociais neste início de milênio, em que o conservadorismo, por razões de ordem política, religiosa, econômica etc., vem ganhando fôlegos renovados. Teóricos como Pareto, que não se isentaram de defender os interesses de um grupo específico, encerrando suas reflexões numa visão determinista do funcionamento da sociedade, legaram para as ciências sociais uma herança a ser estudada e contestada em diferentes esferas do conhecimento, inclusive a artística.

Apesar de ter surgido como uma resposta ideológica ao avanço da democracia, do socialismo e do marxismo, a teoria das elites acabou impondo-se na ciência política pelo valor científico de algumas de suas proposições. Ou seja, quando um cientista político ou um sociólogo decide fazer um estudo das elites, isso não quer dizer que ele esteja obrigado a adotar os preceitos normativos conservadores que os teóricos clássicos das elites defendiam (PERISSINOTTO, 2009, p. 18).

Em outras palavras, Christophe Charle explica, por exemplo, a fascinação que o estudo do poder exerce sobre os historiadores: “Analisar as elites é procurar a fundo penetrar em um dos meios que detêm o poder e conhecer seus mecanismos concretos” (2006, p. 30). No campo literário, tanto a representação da pobreza quanto da riqueza podem iluminar, pelos meandros da poesia e da ficção, esses mecanismos concretos do poder, suscitando, para além do estudo factual, a reflexão de crítica social.

As obras romanescas que abordamos neste estudo indicam a intenção de cumprir o papel de se contrapor às noções de hierarquias absolutas como as propostas por Pareto, criador da moderna acepção do termo “elite” (cf. BOBBIO, 1998, p. 386), questionando de arrasto os diferentes modos de se viver em democracia na contemporaneidade, uma vez que,

Na sua forma contemporânea, a democracia acolheu boas doses do realismo elitista e firmou-se como objeto de consenso político. Dificilmente a política é pensada hoje sem as marcas formais da democracia. O entendimento usual a respeito desse regime de governo instituiu o *possível* no lugar do *desejável*. A democracia foi ressignificada como competição entre elites (HOLLANDA, 2011, p. 44).

O fato de um tal “elitismo” primordial continuar ecoando nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, como variação de um tema, exige da crítica um

olhar cada vez mais atento e, no plano literário, opções de representação que movimentem uma renovada ficção de denúncia social.

1.1. As elites e os pobres na perspectiva do romance

A questão da representação das elites e das chamadas classes baixas (o povo, os pobres, os trabalhadores, o lumpen) se encontra presente desde a origem da literatura ocidental. Ainda na Antiguidade, filósofos e artistas discutiam a função dos pobres na literatura e no teatro, sendo conhecida a divisão que data dessa época entre literatura séria — o poema épico, a tragédia etc. — e a literatura ligeira — a sátira, a comédia etc. —, entres as quais eram distribuídos ricos e pobres, elites e malta.

Era claro para os antigos de tradição greco-romana que os pobres e desvalidos só poderiam figurar na literatura ligeira, sempre para despertar o riso e o desprezo, ficando reservados à elite os papéis de heróis e de personagens que veiculassem os graves conflitos que assolam a condição humana.

Auerbach, em sua célebre história da representação da realidade na literatura ocidental, *Mimesis*, vai dar à literatura cristã a primazia de haver abordado a condição dos pobres em estilo elevado e, assim, aberto caminho à possibilidade de a pobreza participar das criações literárias numa situação “séria” (ver 2004, cap. 2 e 3). No entanto, com o fim da Idade Média, a posterior ascensão da burguesia na sociedade europeia e, conseqüentemente, do romance no cenário ficcional como sua forma literária por excelência, mais uma vez os pobres voltaram à sombra na representação narrativa. Mesmo em escritores do século XIX que se valeram de recursos realistas com grande maestria, como Stendhal e Balzac, “as camadas mais baixas do povo, o povo propriamente dito, mal aparece; e quando aparece, não é visto a partir dos seus próprios pressupostos, na sua própria vida, mas de cima” (AUERBACH, 2004, p. 446).

A grande virada durante a modernidade ocorrerá com a escola realista e naturalista da segunda metade do século XIX, onde o “povão”, na fórmula sintética escolhida por Auerbach para designar a massa amorfa das classes baixas, passa a protagonista e a ser representado em estilo elevado no

romance produzido por essa escola. Como paradigma dessa ruptura, o filólogo alemão cita a *opus magna* do realismo, *Germinal* de Émile Zola, em que uma comunidade de mineiros no interior da França tem sua vida e luta política representadas num estilo geralmente dedicado às elites burguesas dentro do gênero romanesco.

A possibilidade de tal virada se dá ao mesmo tempo em que o operariado começa a se organizar, a formar sua consciência de classe e, graças a isso, a se opor de um modo social e politicamente ativo à burguesia; em especial na França que, segundo ainda Auerbach, “fornecia temas para um realismo tão universal e nacional, tão materialmente moderno, que analisasse o destino em formação de toda a sociedade europeia” (2004, p. 463).

Zola tem condições assim de compor um romance em que a classe operária é guindada ao protagonismo e, isso, dentro de uma obra séria, na qual predomina o estilo elevado e o caráter trágico. Nas obras do autor dos *Rougon-Macquart*:

A arte do estilo renunciou totalmente a procurar efeitos agradáveis, no sentido tradicional; serve à verdade desagradável, opressiva, desconsolada. Mas esta verdade serve simultaneamente como incitação para uma ação no sentido da reforma social. [...] Trata-se, sem qualquer dúvida, do cerne do problema social do tempo, da luta entre o capital industrial e a classe operária. [...] Zola levou a sério a mistura dos estilos; foi além do realismo meramente estético da geração que o precedeu; é um dos pouquíssimos escritores do século que fizeram a sua obra a partir dos grandes problemas da época (AUERBACH, 2004, p. 459-60).

No entanto, nem sempre a representação séria das classes baixas leva a essa verdade social capaz de incitar a reforma ou revolução social. O próprio Auerbach, antes de elevar *Germinal* a modelo bem sucedido dessa forma literária, cita os casos de Flaubert e dos irmãos Goncourt como experiências malsucedidas nesse sentido. Segundo o autor alemão, “a tarefa da inclusão do quarto estado na representação artística séria [por parte desses escritores] não é entendida nem atacada em seu cerne” (2004, p. 448). Faltava a suas obras, diferentemente da produção de Zola, a compreensão da dinâmica social e de seu sentido histórico, em particular a inserção da vida do povo no sistema capitalista, pois nesses textos “fica excluído de imediato tudo o que é funcionalmente essencial, o seu trabalho, o seu lugar dentro da sociedade

moderna, os movimentos políticos, sociais e morais que vicejam nele e que visam ao futuro” (ibid.). *Ou seja, a representação séria das camadas inferiores da sociedade não é, por si só, condição para uma produção artística que seja, ao mesmo tempo, altamente produtiva em termos estéticos e capaz de iluminar as contradições da vida social.*

Potencializando esse raciocínio, pode-se também concluir que, dadas as condições necessárias de sensibilidade social e competência literária, a representação das elites pode muito bem servir ao desvelamento das condições iníquas do sistema social, como o fez Machado de Assis, na mesma época histórica de Zola, quando centrou seus melhores romances na representação das elites brasileiras do fim de século. Roberto Schwarz, numa coletânea de ensaios dedicada a representação dos pobres na literatura brasileira, afirma que:

Tudo nos romances de Machado de Assis é tingido pela *volubilidade* — abusada em graus variáveis — de seu narrador. Os críticos de hábito a encaram pelo ângulo da técnica literária ou do humorismo. Ela ganharia, entretanto, em ser vista como a estilização de uma conduta de classe dominante brasileira (SCHWARZ, 1982, p. 35).

Evidencia-se aqui como “dar a voz” à elite pode ser um recurso de alta voltagem crítica, desde que a forma adotada seja competente para mimetizar a dinâmica de dominação que subjaz ao discurso narrativo,

Aliás, o recurso à desfaçatez literária, com finalidade de revelação crítica, não era inédito na época. Já Baudelaire, por sentimento dito filantrópico, aconselhava a espancar os mendigos da rua, único meio de forçá-los a reencontrar dignidade perdida — quando tentassem o revide (SCHWARZ, 1982, p. 36).

Em outras palavras, essa “desfaçatez literária” seria a contrapartida da desfaçatez de classe que, sem os recursos da arte poética, acabaria passando por dado “natural” nas relações da sociedade burguesa. Pois, ao expressar, pelo narrador ou personagens, o cinismo com que as elites encaram o mundo e nele atuam, cria a oportunidade de exasperar o leitor e forçá-lo a uma atitude reativa em relação ao texto. Na formulação precisa de Dolf Oehler, que por sinal interpreta o mesmo texto de Baudelaire usado por Schwarz:

O leitor atingido pelo texto, em vez de mendigar de mãos vazias o sentido ao autor, deve retrucar e refletir por si próprio. Só o leitor que paga na mesma moeda é um leitor maduro, e é emancipatório apenas o texto parafraseado pelo leitor de acordo com seus interesses (1997, p. 231).

Apesar de os pobres, em tal articulação literária, não estarem sob a perspectiva do romance, o resultado é muito positivo, pois, conforme Schwarz, “paradoxalmente, resulta um retrato social que é mais revelador que o dos contemporâneos naturalistas, os quais, entretanto, ambicionavam a objetividade” (1982, p. 35).

Nos últimos anos as camadas inferiores da população têm perdido continuamente protagonismo social, em especial depois da derrocada do socialismo real e da hegemonia do pensamento neoliberal. De um modo geral, sindicatos, partidos de esquerda e movimentos populares veem desaparecer o seu espaço político e a sua força social, deixando assim o chamado “povão” com menos oportunidade de conscientização, de verbalização de seus interesses e de mobilização reivindicatória.

O agravante, no caso angolano e moçambicano, é que nessas sociedades acresce-se a dolorosa ruptura do imaginário utópico alimentado durante os anos de lutas de libertação. Esse fenômeno, patrocinado sobretudo pelas persistentes desigualdades sociais, reforça o nosso argumento a favor da representação literária das elites em seus romances contemporâneos, como um recurso estético de profundo engajamento crítico.

Em outras palavras, o que já seria terrível para países desenvolvidos ou em desenvolvimento mais acelerado, torna-se uma verdadeira catástrofe para nações jovens que conquistaram suas independências em meio à velocidade máxima da locomotiva capitalista, e que se encontram em fase de construção de suas instituições políticas e sistemas produtivos. Por conseguinte, não existe uma situação histórica e uma dinâmica social em condições de fornecer aos seus escritores um material social prefigurado que, em sua assimilação pela imaginação artística, consiga dar ao povo, através de enredos e personagens, o protagonismo que a história atual não mais lhe possibilita. Ou seja, não há de fato o protagonismo dos pobres (mais possibilidade de conscientização, de verbalização de seus interesses e de mobilização reivindicatória) que suscite a sua representação como sujeitos em ação.

Talvez não seja despropositado sugerir um paralelo entre os novos sistemas literários constituídos na África e o quadro em que se inseria a literatura russa no final do século XIX. Conforme, a concepção do inescapável Auerbach, tratava-se de uma literatura realista de grande contundência estética e pertinência crítica, apesar de estar a anos-luz da modernidade parisiense e, portanto, de um protagonismo social das massas populares. Para o autor de *Mimesis*, sua especificidade era o resultado do violento choque entre uma cultura patriarcal, fundada em sólidos princípios tradicionais, e a influência impactante e crescente de uma modernidade que invadia a vida russa, independente de sua vontade, graças a incontornável participação no sistema internacional capitalista. A influência das formas de vida europeias e do pensamento moderno “chocaram-se na Rússia, com toda sua força, contra uma sociedade que [...] estava muito pouco preparada para tanto” (2004, p. 469).

O resultado literário dessa confrontação se deu na forma das obras maiores de um Tolstói e de um Dostoiévski, cuja qualidade literária está fora de discussão, mas que, além disso, na avaliação de Auerbach, possuía “um instinto extremamente seguro para detectar aquilo que, na Europa, estava quebradiço e sujeito a crises”, em que “um pressentimento da catástrofe iminente se fez sentir” (2004, p. 470).

Em parte, esta pesquisa tem por objetivo verificar se o impacto porventura causado no público leitor pela literatura africana, em sua vertente angolana e moçambicana, dentro e fora do continente, não se deve a essa característica dicotômica de sua formação social. E se a representação da elite de seus países não possui a mesma capacidade “instintiva” de prenunciar uma catástrofe iminente que se configura no horizonte definido pela intelectualidade conservadora como o “fim da história” — que talvez o seja mesmo, mas não no sentido que tais pensadores lhe atribuem!

1.2. Sobre romance e utopia, em Angola e Moçambique

Os anos de 1980 e mais precisamente a década de 1990 testemunharam a ascensão do romance em Moçambique e Angola (se bem que em Angola o processo é iniciado ainda no período colonial) com títulos como *Terra sonâmbula* (Mia Couto) e *A geração da utopia* (Pepetela), ambos lançados em 1992. Essas obras já indiciavam o que viria a ser a tônica de boa parte da ficção desses países naqueles anos de conflitos e, conseqüentemente, de postergação da sonhada reconstrução nacional. Foi justamente no espaço romanesco que as novas realidades constituídas nestas primeiras décadas pós-independência passaram a ganhar cada vez mais relevo artístico, colocando em perspectiva a miséria da massa da população, de um lado, e, de outro, o enriquecimento desmedido de uma parte do todo social privilegiada política e economicamente, denominada aqui de “elites”.

Na busca de estratégias literárias para a construção de enredos críticos, alguns dos principais autores em atividade elegeram o romance como gênero de expressão preferencial. Ou seja, a famigerada “epopéia da burguesia” tem sido capaz de representar, em chave africana, os grupos da elite que a um só tempo confundem-se com o mito do herói nacional e com o caráter distópico do pós-independência.

Esses romances, que integram o “macrossistema literário” de língua portuguesa (cf. ABDALA JUNIOR, 2003), são representativos dos contextos singulares de países africanos nos quais a história impingiu uma língua europeia, além de todo o legado sociocultural que, para o bem e para o mal, está indissociavelmente atado ao modo de ser desses povos. De outro modo, justifica-se um exercício semelhante entre dois países do continente africano, levando-se em conta, inclusive, o contexto sociopolítico e cultural do qual emergem os “modelos geradores” de suas produções literárias:

Quando comparamos literaturas de um mesmo sistema linguístico, modelos semelhantes de articulação literária tendem a ser utilizados com maior frequência pelas similaridades dos discursos ideológicos e de outras séries culturais [...]. Pela proximidade da situação comunicativa, [...] a tendência é africanos lusófonos, brasileiros e portugueses trabalharem literariamente modelos geradores

equivalentes, com “estratégias” discursivas igualmente confluentes (ABDALA JUNIOR, 2003, p. 131).

Esses índices comparativos — “modelos semelhantes de articulação literária”; “similaridades dos discursos ideológicos”; “criações intercambiáveis”; “proximidade da situação comunicativa” e “‘estratégias’ discursivas confluentes” — norteiam a análise do romance neste contexto, pela qual buscamos, ouvindo a lição de Antonio Candido, “averiguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária” (2000, p. 1-2).

O enredamento de uma parte substancial dos romances angolanos e moçambicanos na virada do século tem mostrado que a realidade ali representada perfaz um “balanço geral” do que foram as primeiras décadas de independência ou, como denomina uma corrente de pensamento, as décadas de pós-colonialismo. A temática preferencial traz para o primeiro plano da crítica os próprios agentes africanos, deixando como pano de fundo os ex-agentes do colonialismo europeu, sem dirimir, contudo, as responsabilidades devidas à secular condição.

A geração de intelectuais escritores que testemunhou a viragem histórica, em 1975, participando direta ou indiretamente na condução do processo revolucionário, tem revelado, nessas quase quatro décadas de independência, um contínuo movimento de resistência ética que se desdobra no componente estético⁸ em suas produções literárias. De acordo com a voz testemunhal de Pepetela:

Como autor devo dizer que muito dificilmente seria de outra maneira. A minha geração foi privilegiada por ter tido que fazer opções dramáticas. Em contraponto encontramos outras gerações que perdem os objectivos ou que nunca chegam a ter algum, o que me parece um vácuo demasiado doloroso, simplesmente desumano. Por ter de fazer esse tipo de opções (lutar ou não lutar contra a situação colonial, pegar em armas ou trabalhar no exílio frio, desertar ou continuar num exército de ocupação colonial, etc., etc.) a literatura da minha geração está ‘contaminada’ por essas opções pessoais. Daí o socorrer-se do passado para pensar o presente e perspectivar o futuro, daí o interesse

⁸ “A translação de sentido da esfera ética para a estética é possível, e já deu resultados notáveis, quando o narrador se põe a explorar uma força catalisadora da vida em sociedade: os seus valores. À força desse imã não podem subtrair-se os escritores enquanto fazem parte do tecido vivo de qualquer cultura” (Bosi, 2002, p. 120).

pelos problemas que fracturam a sociedade, daí a ligação quase indispensável com o facto político.⁹

Alfredo Bosi ensina que “o homem de ação, o educador ou o político que interfere diretamente na trama social, julgando-a e, não raro pelejando para alterá-la, só o faz quando é movido por valores” (BOSI, 2002, p. 120). No grupo destes “homens de ação” se encontrariam, pois, os escritores elencados neste estudo, que continuam interferindo, com intervenções públicas e escritos literários, na trama social africana. Percebe-se que não está ausente desse horizonte de escrita a visão de um devir com resquícios de uma utopia rasurada pela descrença.

Muito se discute sobre os rastros de utopia perpassando as letras angolanas e moçambicanas, seja como força motriz das lutas de libertação seja durante o rescaldo dos fogos vitoriosos. No debate sobre esses períodos de sonhos e esperanças, que arrasta consigo reflexões sobre a dimensão do pós-colonial nas literaturas africanas, estudiosos como Inocência Mata destacam a importância de se analisar o devir, partindo de uma releitura histórica. Dialogando com Lylian Kesteloot, e sua obra de referência nesses estudos,¹⁰ Mata destaca que, na edição de 1992, ao acrescentar um décimo segundo capítulo à obra, a crítica aborda “a viragem dos anos 80-90 ou o afropessimismo”, interrogando-se sobre o futuro do continente: “Et l’avenir? Littérature et histoire”:

A estudiosa francesa refere como preocupações atuais dos escritores africanos de línguas inglesa e francesa — nenhum escritor de língua portuguesa é mencionado — a temática que designa como a teoria dos D’s (a dívida, a demografia e a ditadura), que substituiu as temáticas da reivindicação cultural e pátria, da esperança e euforia (tempo de utopia e o período pós-independência), as desilusões e as contradições (tempo de desencanto, tempo de distopia) e a amarga lucidez e angústia do desencontro com a história (tempo de atopia). Desmontando as relações entre o histórico e o literário, os três D’s entrecrocaram-se e geram a exigência do quarto D — a democracia, nova fonte de matéria ficcionalizante (MATA, 2003, p. 49-50).

⁹ Pepetela. Prefácio. In: MATA, Inocência. *Ficção e História na Literatura Angolana* – o caso de Pepetela. Lisboa: Colibri, 2012.

¹⁰ *Anthologie négro-africaine: histoire et textes de 1918 à nos jours* – panorama critique de prosateurs, poètes et dramaturges noirs du XXe siècle. A obra foi publicada pela primeira vez, em 1967 e é periodicamente atualizada. Última edição revista e ampliada, pela Edicef, Vanves, 2001.

Ao incorporar essa crítica ao contexto das literaturas africanas de língua portuguesa, Mata afirma que “também entre nós a revitalização do sonho tem sido cíclica na ‘grande narrativa’ nacional dos cinco [países africanos de língua oficial portuguesa]”; dessa maneira, ela conclui, “é possível acompanhar as direções — e o percurso espiralar de deslegitimação dos demiurgos do ‘novo mundo’, movimento que, através desse sonho, a literatura faz emergir do percurso de encantamento” (ibid.).

Para explicar esse movimento espiralar que a literatura descreve num “percurso de encantamento”, Mata propõe, conforme já fizera em obra anterior,¹¹ considerarmos graficamente os três tópicos discutidos por Kesteloot (utopia, distopia, atopia) acrescentando, porém, um quarto (heterotopia): “(utopia) → desencantamento (distopia) → indiferença (atopia) / reencantamento (heterotopia)” (MATA, 2003, p. 50).

Sobre a literatura angolana, Benjamin Abdala Junior, ao analisar as obras iniciais de Pepetela, faz uma leitura ímpar sobre a nota de utopia que se vislumbra na narrativa. Pela via do mito, ele identifica no romance *O cão e os caluandas* (1985) um herói da resistência à “tecnoburocracia instalada no poder” (2009, p. 178). Abdala Junior conclui, com base no epílogo da obra, que o cão já velho, sem dentes, isolado numa ilha, mas “com uma força capaz de destruir uma simbólica buganvília (o estado burocratizado)”, revela apesar de tudo uma nota de utopia. Ao perseverar num “sonho diurno” (cf. BLOCH, 2005), o autor encontra o seu lugar de reencantamento no ato da escrita.

Os romances em estudo, ao pôr em evidência os relevos críticos “nos gestos de seus atores, sejam eles personagens, narradores e as marcas implícitas do próprio autor” (ABDALA JUNIOR, 2009, p. 173), reproduzem a metáfora da ilha como o espaço solitário da escrita literária (e o heróico cão como metáfora do autor). E é neste refúgio que o “ator social (cidadão e escritor) preserva o sentido de seus gestos...” (ibid.).

¹¹ “Literaturas africanas de língua portuguesa: redes de cumplicidade, perversas fronteiras”. In: *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar além, 2001 / Luanda: Kilombelombe, 2001.

1.3. Literatura e resistência: o autor como “ator social”

Abordar as elites como temática sócio-literária no contexto africano do pós-independência nos remete à sua formação no contexto colonial, e mesmo pré-colonial.¹² Não vamos nos ater exaustivamente na especificação desses primeiros grupos de elites, mas é preciso assinalar que o encontro entre os mundos africano e europeu se manteve sob o signo do conflito, mas também gerou alianças e acordos entre poderes: o poder do colonizador, pelas tecnologias trazidas, e o poder material e simbólico de grupos específicos de colonizados, em especial as lideranças tradicionais. Essa relação perdurou, mais enfaticamente, até o final do século XIX. Conforme Serrano:

Vemos que as populações africanas, principalmente por meio dos chefes dos grupos, não eram agentes passivos com relação a esses comércios [de mercadorias, mas também de escravizados]; pelo contrário [...] procuravam no comércio estabelecido com os europeus, bens de prestígio legitimadores ou as armas necessárias ao confronto com outros grupos (2008, p. 84).

Exemplo disso encontra-se na história dos povos *swahili*, mercadores africanos que dominavam o Índico nos primeiros tempos da colonização. De acordo com Cabaço, os “chefes swahili ocuparam e dominaram territórios como Sofala e estabeleceram xecados na costa norte moçambicana, até à bacia do rio Zambeze, participando ativamente no tráfico de escravizados” (p. 28, n. 2). Para além dessas elites primordiais, fundadas em relações de trocas comerciais de várias ordens, a formação dos grupos de poder em Moçambique e Angola, do pré-colonialismo aos dias de hoje, se deu por complexas relações sócio-político-culturais, as quais as ciências humano-sociais têm esquadrihado em diferentes áreas do conhecimento.¹³

¹² No caso moçambicano, informa José Luis Cabaço, até o início do século XVI importantes grupos circulavam entre o interior e o litoral em “dois espaços de troca privilegiados”: no interior, com trocas estabelecidas entre chefias locais, que consolidavam as hierarquias de poder tradicionais; enquanto no litoral, efetuavam-se trocas com os mercantes árabes, indianos, swahili, persas etc”. Assim, “quando os navegadores portugueses começaram a frequentar a costa Índica, tiveram de se confrontar com esta dupla estrutura de poder” (“A gênese das elites: Notas sobre a libertação nacional de Moçambique”. s/d. Texto cedido pelo autor).

¹³ Entre as publicações em português que dissecam esse assunto, consultar: CABAÇO (2009); THOMAZ (2002); ALENCASTRO (2000); SERRANO (2008).

Com o passar dos séculos, essa interação, perversamente humana, possibilitou o surgimento de uma determinada casta dominante formada, de um lado, pelos os poucos colonos portugueses e “os outros da colonização”¹⁴ e, de outro lado, por alguns mestiços e negros assimilados, constituindo-se assim a chamada “elite crioula”.¹⁵ A Conferência de Berlim (1884/1885) e seu redesenho do mapa africano acabaram interrompendo o processo de arranjos que sustentavam essa elite local: “Esta camada perderá espaço político e econômico com a expansão colonial no final do século XIX, agora em novos moldes” (BITTENCOURT, 2000, p. 3).

O processo de ocupação é acelerado com a chegada de um grupo maior de colonos brancos metropolitanos, e “as elites mestiças e ‘assimiladas’ que se criam no séc. XIX iniciam seu processo de decadência econômica e social” (CABAÇO, 2009, p. 22). A partir de então, “os germes da desigualdade se assumiram como sistema e ideologia” (ibid., p. 83). Um exemplo das muitas formas de exclusão e rapacidade da elite colonialista é apresentado por Tania Macêdo, no contexto angolano:

No fim dos anos 40, quando ocorre o ‘boom’ do café e com isso Luanda, cujo porto é a via de escoamento de uma das maiores riquezas de Angola naquela quadra, recebe o impacto da modernização e sua população negra é deslocada cada vez mais para longe da ‘Baixa’, o centro urbanizado, branco e próximo do mar. A ‘elite crioula’ é definitivamente apeada do poder já que um número crescente de metropolitanos chega à cidade e toma os melhores postos de trabalho e as melhores terras. É esse impacto sofrido por Luanda que a literatura nacionalista registrará em suas páginas (2008, p. 116).

Na medida em que se intensificava essa desigualdade social e racial ao longo do século XX, especialmente notada nos centros urbanos, onde os colonos são percebidos cada vez mais como beneficiários exclusivos dos recursos econômicos e sociais, ganham corpo os argumentos anticolonialistas já ensaiados pela elite intelectual negra e mestiça do começo do século, em

¹⁴ Os “outros” brancos europeus presentes em território colonizado, os asiáticos etc., para além da população dominante de negros, cf. Castelo (2012).

¹⁵ Para Marcelo Bittencourt, “o termo crioulo faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural. É a presença simultânea de elementos das culturas africana e europeia no seu comportamento que irá caracterizá-lo como crioulo. Ou seja, é a sua capacidade de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles. Para além dessa perspectiva cultural, que nos possibilita identificá-los enquanto um grupo, entendemos que a criouldade comporta indivíduos com interesses divergentes em temas de ordem religiosa, social e econômica” (2000, p. 2).

vozes que se fizeram ouvir especialmente nos primeiros jornais.¹⁶ Depois a literatura nacionalista, de combate, inicia a pavimentação de um caminho ininterrupto de crítica social.

Assim, a relação entre as elites intelectuais (guardiãs de poderes simbólicos) e a política ganhará contornos precisos no contexto das lutas de libertação dos países africanos. As lutas revolucionárias foram engendradas e levadas adiante por um grupo de africanos colonizados destacados socialmente quer pela formação educacional superior, dentro ou fora de seus países,¹⁷ quer pela conscientização e engajamento voluntário na luta. A respeito da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), “os quadros que a compunham representaram a mais importante elite da história do país”.¹⁸ Em Angola, a situação não é diferente. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) teve seus quadros formados, sobretudo, pelos homens e mulheres alinhados no projeto nacionalista e na formação político-intelectual. Daí a referência incontornável à Geração de 1950 e ao movimento “Vamos descobrir Angola”.¹⁹

Em artigo publicado pelo CODESRIA,²⁰ com o fim de discutir justamente as questões pertinentes à elite intelectual angolana,²¹ Carlos Serrano, antropólogo angolano radicado no Brasil, destaca a “Geração de 50” e seus projetos, chamando a atenção para a necessidade de os estudos comparativos se voltarem às elites de um modo geral, não apenas às elites intelectuais, no

¹⁶ Entre os primeiros encontram-se: *O Africano* (1906); *O Brado Africano* (1918), em Moçambique. *O Negro* (1910); *A Voz d' África* (1911), em Angola.

¹⁷ Sabe-se que tanto em Angola quanto em Moçambique o processo de independência se deu pela arregimentação de uma parcela de mestiços e negros “emancipados” pelo regime de assimilação institucional, sendo a Casa do Estudante do Império, no coração da metrópole, um dos principais locais de fermentação dessa elite que comandaria a libertação nos países africanos de língua portuguesa. Cf. ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. 4ª Lisboa: Edições 70, 1979.

¹⁸ José Luis Cabaço. “A gênese das elites: Notas sobre a libertação nacional de Moçambique”. s/d. Texto cedido pelo autor.

¹⁹ Movimento cultural que evoluiria para um Movimento político impulsionador da luta pela independência de Angola. Foi o princípio orientador do “Movimento dos novos intelectuais de Angola, em torno da Revista Mensagem” (cf. SERRANO, 2005, p. 144;146). Ver também Carlos Ervedosa, op. cit.

²⁰ Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África. www.codesria.org.

²¹ Com base na concepção de Gramsci (“intelectual orgânico”), ele assim define o seu entendimento dessa elite: “[São] os intelectuais que se distinguem das demais [elites], tradicionais, eclesiásticas, militares, etc. constituindo um grupo social autônomo e independente que surge num certo momento histórico como sujeito ativo e produtor de saberes e discursos próprios” (SERRANO, 2005, p. 153, n. 1).

intuito de “estabelecer uma relação entre atores sociais e políticos numa história recente e nos contextos atuais, assim como suas propostas para o devir, seja nas suas convergências seja em suas rupturas” (SERRANO, 2005, p. 144). No resumo do artigo, lê-se:

O autor [Serrano] analisa a partir da produção de certos discursos ou formulação de programas políticos e de ações concretas, capitais políticos e simbólicos, os seus significados para a *formação e reprodução das elites e de seus projetos no que se refere ao Estado-Nação* (SERRANO, 2005, p. 143, grifos nossos).

Em seus argumentos, ele compreende os atores sociais como aqueles “que se destacam pelas suas atividades econômicas, políticas, religiosas, acadêmicas, de chefias tradicionais, sindicalistas, escritores, etc, que conduzam a caracterizar de forma ampla as elites em formação” (ibid.). Porém, assinala que seu interesse, na ocasião, eram os atores sociais enquanto elites intelectuais (escritores): “a Geração de 50” (Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário Pinto de Andrade, entre outros) e o postulado do movimento “Vamos descobrir Angola”.

Essa famosa geração, que possui uma irretocável história de combate crítico, constituiu-se e se desdobrou em períodos que Serrano denomina de “o Tempo do Imaginário, [...] o Tempo da Revolução, [o Tempo] dos Projetos e o Programa Revolucionário” (ibid., p. 144), configurando subsequentemente “o tempo da Independência, isto é, o tempo da consagração da luta libertária” (ibid.). Em todos esses “tempos” houve o empenho de uma elite intelectual que, pelo gesto artístico, alimentava o fogo das armas. Este é o caso de Luandino Vieira e Pepetela, no contexto angolano.

Já no pós-independência, o tempo correspondente seria o “Tempo Institucional”, diz Serrano. Nele, as ações ocorrem “ao tempo do discurso e da revolução oficial conduzidos pelo Estado e pelo Partido dirigente” (ibid.). É esse o tempo primordial que se destaca nos romances aqui estudados. Seus autores (Boaventura Cardoso, Pepetela, Paulina Chiziane e Mia Couto), embora não apresentem um programa cultural ou político, incorporam na atualidade o conceito-chave proposto por Balandier de “retomada de iniciativa” (1963, apud SERRANO, p. 145).

A ideia de retomada de iniciativa, que esteve na base do movimento dos anos 50, pode muito bem subjazer à configuração dos intelectuais pós-independência que, no estertor do século XX se movimentavam contra um estado de coisas já carente de novas transformações. Essa iniciativa é “um movimento interno na consciência coletiva, que faz passar de uma ordem antiga a uma ordem de devir. É a revolução da ação no interior das consciências dos ex-colonizados” (SERRANO, 2005, p. 145).

Ficamos com o exemplo dos fundamentos da elite intelectual angolana, pois essa apresentou um programa político e cultural identificável com o fazer literário de diferentes etapas históricas, como apontou Serrano. A literatura moçambicana, por sua vez, não conheceu o mesmo estatuto, como movimento organizado, até os anos oitenta do século XX, a despeito do pioneirismo da poesia de um Craveirinha e uma Noémia de Sousa.

De qualquer modo, as condições políticas e sociais no contexto de independência criaram novas relações entre a elite intelectual (ou simbólica) e o Estado dirigente em diferentes espaços ex-colonizados. O historiador José Carlos Venâncio, tomando como exemplos os baluartes das literaturas africanas em língua francesa e inglesa (Cheikh H. Kane e Chinua Achebe) que formaram as suas respectivas elites intelectuais/culturais/simbólicas, aponta que, ao debaterem os “estados alienatórios acarretados pela perda [da identidade cultural]” no sistema colonial, eles também exercem o papel de questionadores das instâncias políticas:

Os seus textos deixam de ser veículo de preocupações de índole puramente cultural para passarem a transmitir as preocupações políticas dos seus autores e porventura potenciais leitores. A partir desta viragem não mais o político deixará de ser o tema dominante da literatura africana (VENÂNCIO, 1992, p. 8).

Assim como ocorreu com o “Vamos descobrir Angola”, que passou de um movimento cultural a uma plataforma de contestação política, seus congêneres no Senegal e Nigéria (entre outras geografias) foram apanhados no redemoinho de uma necessária “retomada de iniciativa”.

Tendo chegado a liberdade, a nova ordem política, no entanto, passa a chocar-se muitas vezes com os projetos sonhados, exigindo de sua elite intelectual a permanência na vigília:

Após as independências essa tendência, contrariamente ao que se deveria esperar, acentua-se. Os regimes instituídos na senda do nacionalismo, os processos de modernização então despoletados, não corresponderam às expectativas criadas no período de pré-independência. E é no seio das *élites* que haviam pugnado pela independência dos seus países que nasce a frustração. Uns tantos, desiludidos com o uso que os seus ex-correligionários fazem do poder, afastam-se dele e criticam-nos (VENÂNCIO, 1992, p. 9).

Por fim, é preciso salientar que esse grupo intelectual, como membros de uma sociedade em convulsão, não está imune aos “estados alienatórios” denunciados pelos seus congêneres no pré-independência. O campo da literatura, e todo o fetiche que ele acarreta, dado à sua história de instrumento intelectual de lutas e outros atributos, é fértil às tentações mefistofélicas de toda ordem. Apesar disso:

A literatura continua a ser a via privilegiada para a expressão desse descontentamento, embora muitos dos autores em causa acabem por não se afastar tanto do poder como inicialmente pretendiam ou como nós possamos ser induzidos a acreditar (VENÂNCIO, 1992, p. 9).

Venâncio completa o argumento sobre essa paradoxal relação das elites intelectuais (as contestatórias, naturalmente) e as elites do poder, confiando que, de qualquer modo, sobressai a figura do autor como ator social:

Casos há em que os textos críticos são da autoria de ex-ministros ou mesmo de ministros, como é o caso do escritor congolês Henry Lopes. Ele tem ocupado variadas pastas ministeriais desde 1970, tendo publicado no decorrer do mesmo período *Tribaliques* (1972), *La Nouvelle Romance* (Yaoundé, 1976), o seu primeiro romance, e *Sans Tam-Tam* (Yaoundé, 1977/81), o seu segundo romance. Este último romance é uma crítica cerrada àqueles que, em se apanhando no poder, se afastam da causa comum, da causa da revolução. Idêntica postura encontraremos na literatura angolana do pós-independência (VENÂNCIO, 1992, p. 9, n.2)

O estudioso, assim, corrobora o que temos verificado nos objetos desta tese: de que os escritores, a elite intelectual moçambicana e angolana, a despeito de terem estado estreitamente, ou ainda se manterem, ligadas aos respectivos partidos do poder (FRELIMO e MPLA) não se imiscuem de fazer, pelo esteio da ficção, mas não somente, uma acerba crítica ao Estado que, de certa forma, ajudaram a criar.

CAPÍTULO 2. *MAIO, MÊS DE MARIA*: DA PROTO-ELITE À ELITE EM TRANSIÇÃO

Maio, mês de Maria é, por motivos variados, um “romance perturbante”, “quase intolerável”, como bem definiu Luandino Vieira no “Prefácio” da obra. O enredo gira em torno da “morte de uma camada social germinada contra natura pelo sistema colonial [a burguesia assimilada]¹ e incapaz agora de se afirmar na independência” (VIEIRA, in MMM,² p. 10). Foi na esteira das lutas de libertação nacional que se deu a gênese da nova elite angolana que conduziria o destino do país nascente. Ao mesmo tempo, os remanescentes de uma elite autóctone anterior, formada no tempo colonial, buscavam atordoados o seu quinhão na redistribuição de poderes.

A personagem representativa desse estrato social “degenerado” é João Segunda, africano negro, um sagaz sobrevivente no mundo colonial. Assumindo os valores do colonizador e procurando esquivar-se de sua condição racial inferiorizada, ele se sobressai num ambiente preparado institucionalmente para hostilizá-lo, e, ao lado de sua esposa, dona Zefa, conquista fama e fortuna no espaço interiorano de Dala Kaxibo, na região do Kwanza Sul:

Eram jovens cheios de esperança num futuro melhor, apesar de conhecerem as limitações que se impunham aos negros que quisessem singrar em meios pequenos. Que se sentiam fortemente vigiados por muitos olhares, eram os primeiros negros considerados civilizados que se fixavam em Dala Kaxibo. [...] Que os brancos da povoação, intrigados, olhavam para eles com manifesta hostilidade. Estavam assim falar casal Segunda tinha ligações secretas com os turras [independentistas] [...] (MMM, p. 22).

Em certo sentido, a constatação de Luandino Vieira de que o grupo social representado pelos Segunda não conseguiu se adaptar ao novo mundo independente não corresponde completamente ao desenvolvimento da história dessa família no romance de Boaventura Cardoso, indicando talvez que a

¹ Participar da “burguesia negra civilizada” naturalmente demandava a conquista do estatuto de assimilado, e seus desdobramentos na *práxis* social, assim “os angolanos são obrigados a renunciar aos valores angolanos como a habitação, o vestuário, a cozinha e naturalmente à língua. Nem sequer lhe consentem que conservem os valores somáticos, pois *o bom preto deve possuir uma alma branca*”. MARGARIDO, Alfredo. Prefácio. In: SERRANO, Carlos. Angola: nascimento de uma nação: Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 24-25.

² O romance *Maio mês de Maria* (CARDOSO, 1997) será referido daqui por diante, também, pela abreviatura MMM.

dinâmica social representada e recriada no livro seja um pouco mais complexa e enigmática do que se possa pensar a princípio.

É sabido que uma parcela significativa das lideranças políticas e sociais que se constituíram nas lutas de independência e compuseram os quadros dirigentes do Estado recém-criado se originaram de famílias assimiladas como a de Segunda. Nelas, alguns de seus membros conseguiram superar a alienação provocada pelo regime colonial, de tal modo que, não apenas se adaptaram aos novos tempos, como foram os responsáveis pela forma social e institucional que tais tempos configuraram.

Por outro lado, aqueles grupos de assimilados que, mesmo pertencendo ao lado vitorioso no movimento de libertação, se aferraram em manter seus privilégios e visão de mundo “contra natura”, na incisiva fórmula de Luandino Vieira, acabaram sem dúvida pagando o preço da extinção conforme o diagnóstico desse autor. Contudo, também não se pode negar que núcleos familiares e indivíduos participantes da pequena e incipiente elite nativa tenham se alienado do processo independentista; sendo que, passada a tormenta revolucionária, conseguiram sobreviver e prosperar na nova ordem, inclusive porque já partiam de uma situação muito mais vantajosa do que o restante da população.

É deste último grupo que se ocupa o romance de Boaventura Cardoso. Compete-nos o trabalho de entender como essa representação literária foi capaz de se revelar esteticamente bem sucedida e criticamente instigante ao expor os caminhos e descaminhos tomados pelo projeto de se construir uma nação a partir do legado de injustiça e desigualdade deixado pelo colonialismo; e mais ainda, a partir do esforço de formar uma nação capaz de integrar-se no sistema do capitalismo globalizado, enfrentando os desafios que tal inserção impõe ao saneamento das históricas fraturas sociais.

O romance *Maio, mês de Maria*, em razão desse intuito, possui uma construção bastante peculiar. Além da linguagem específica de Boaventura Cardoso, já ensaiada e amadurecida nas obras anteriores, a estrutura narrativa lança mão de características altamente modernas que se constituem num desafio de leitura e compreensão — isso apesar de uma dicção coloquialíssima e enganosamente próxima da nossa. No romance, a linha do tempo é com frequência rompida, fazendo com que passado e presente diegéticos se

intercalem sem o apoio de transições ou explicações, que episódios sejam contados de forma fragmentária e, por vezes, em sequência trocada, sem dizer das abruptas rupturas no relato e das inúmeras elipses da história, com lacunas que exigem ser preenchidas pelo leitor.

Tudo isso provoca a crítica literária a rever seus métodos e criar novas estratégias interpretativas, a fim de avaliar o ganho literário da obra, bem como fazer emergir significados e o sentido maior que dê unidade, ou não, ao enredo. Como parte desse empenho, propomos iniciar o processo de análise pela exposição linear da história que se “desconta” em *Maio, mês de Maria*. Dessa forma, será possível, conforme o nosso ponto de vista, realizar um processo hermenêutico capaz de elucidar o sentido do livro e, quem sabe, sugerir soluções aos seus vários enigmas. De tal modo se poderá retomar a narração em seu estado original, conseguindo-se compreender o valor e o sentido de seus silêncios, rupturas e deslocamentos, obtendo-se, por fim, o significado fundamental que se inscreve na própria forma.

“Retificando” a história contada em *Maio, mês de Maria*, vamos perceber que ela se divide basicamente em duas partes. A primeira se refere aos quinze anos que o casal Segunda passa em Dala Kaxibo, onde constrói sua fortuna e ascende como elite interiorana, desafiando a máxima de Fanon de que “no sistema colonial, uma burguesia que acumula capital é uma impossibilidade” ([1961] 2010, p. 177).

O final desse período se dá na última fase das lutas de libertação e com a partida dos Segunda para Luanda, fugindo da combustão revolucionária que incendiaria o lugar. Assim, a Parte 2 se inicia em “Novembro de setenta e quatro” (MMM, p. 60), quando a família se instala num apartamento do bairro do Balão, em Luanda. A partir daí, o relato passa a ser a saga de João Segunda para, já nos novos tempos, recuperar seu prestígio social e aumentar sua fortuna.

O romance se inicia em *medias res* — ou, sendo mais rigoroso, em *finis res* —, contando a morte de João Segunda aos 65 anos. Num ritmo por vezes vertiginoso, a Parte 1 é narrada por meio de *flashbacks* inseridos de forma inopinada. Com frequência a história de Dala Kaxibo também emerge através de relatos e reminiscências em meio a episódios do núcleo de Luanda.

2.1. A história de Segunda – Parte I

Em cerca de quinze anos de vida em Dala Kaxibo, João Segunda e sua esposa, trabalhadores e astutos, se estabeleceram e enriqueceram no interior, enquanto a história da independência estava sendo escrita nos fogos daqueles anos sessenta. O ambicioso casal prosperou a partir de uma pequena cantina e pela aproximação, habilmente executada, da elite colonial, vencendo de forma extraordinária a desconfiança dos colonos brancos: “Para controlar tanta demasiada animosidade, Segunda adiantou se aproximar do pároco que tinha autoridade junto do administrador do posto, dos comerciantes e dos fazendeiros” (MMM, p. 22). O casal percorre, em chave invertida, o caminho dos colonos em busca da terra de promessa e, para arrancar dessa terra a almejada prosperidade, serão utilizadas as próprias ferramentas do colonizador: aproximar-se dos habitantes “locais” — neste caso, os brancos —, entender os seus costumes, dominar a sua língua, participar da vida em comunidade etc.

Exemplo dessa estratégia colonialista de sociabilidade interesseira é apresentado por Serrano na reprodução de um relato de Uanhenga Xitu (pseudônimo de Agostinho André Mendes de Carvalho) sobre um emblemático colono português chamado José Bernardo. Consta que ele chegou muito jovem em Ícolo e Bengo (Província de Luanda) e pouco depois de 1910 já estava integrado perfeitamente à vida da região: “falava melhor o kimbundu que muitos de nós [...]. Ele partilhava de actos e ritos mágicos e casara com quatro mulheres daqui” (SERRANO, 2008, p. 86).

Invertendo, como foi dito, a chave, João Segunda partilha os atos e ritos europeus, mantém um casamento monogâmico com “Zefa, boa e única companheira” (p. 29) e domina o idioma do colonizador, a língua do poder, melhor do que o próprio nativo:

Apesar de não ter estudado mais do que a 4.^a classe, João Segunda nas letras não tinha desconhecimento. Que ele escrevia bem bem [...]. Na faladura falada, Segunda que também tinha habilidade dele. Quando estava na prosa com gente da sanzala se comunicava bem em kimbundo e umbundo, com provérbios e anedotas chalaçantes, ou então linguajava em pretoguês, que se fazia entender. No meio dos brancos João Segunda que afinava os putu dele, fia da mãe! Donos da

língua se conseguiam de lhe imitar? Sabia falar como os brancos de primeira e de segunda, bordava requebros nas falas do Minho, da Beira Alta, do Baixo Alentejo, do Algarve, ele que só conhecia a Metrópole no mapa (MMM, p. 43).

Deste modo, com astúcia, marido e mulher conseguiram comprar terreno, gado e conquistar o privilégio de estar entre a “gente alta da sociedade local” (MMM, p. 23). Aprenderam pela cartilha do colonizador as lições da civilização capitalista e passaram no teste de admissão: “Então os brancos que lhe falavam assim você é só preto na pele, no coração você é branco como nós, e então ele se ria ridente vaidoso” (p. 43).

O casal ainda encontra em Dala Kaxibo situação semelhante àquela de cidades como Luanda e Benguela em finais do século XIX. Nessas localidades, como no vasto território de domínio português, o processo de povoamento era precário devido à escassez de colonos europeus. Assim, era possível nessas localidades, naquela época, “a formação de uma camada social composta por africanos que, alcançando algum sucesso nos negócios, se integravam no conjunto dos hábitos sociais dos colonizadores e conquistavam o estatuto de civilizados” (CHAVES, 1999, p. 65-66). A exemplo das personagens do romance de Boaventura Cardoso, esse grupo de mestiços e negros “ia também penetrando por entre os corredores do poder (local) e impondo uma configuração diversa a um corpo social tão cambiante e indefinido” (ibid.).

A caracterização de João Segunda compõe um quadro de personagens das literaturas africanas que desmistificam, em certo sentido, a ideia de uma passividade generalizada dos sujeitos africanos diante das condições impostas pelo colonialismo. Não raro, as relações de trocas simbólicas e materiais constituíram uma forma de compartilhamento dos ganhos obtidos com a exploração colonial.

As populações africanas, principalmente, por meio dos chefes dos grupos, não eram agentes passivos com relação a esses comércios; pelo contrário, eram indivíduos que procuravam no comércio estabelecido com os europeus, bens de prestígio legitimadores ou as armas necessárias ao confronto com outros grupos (SERRANO, 2008, p. 84).

Assim, a formação da pequena burguesia comercial, ou a gênese das elites econômicas, remonta ao início da expansão colonial, com o intercâmbio

de poderes estabelecido no hiato da conturbada ordem colonial. Todavia, é preciso levar em consideração, como argumenta Balandier, que “a relação com o poder nunca é simples ou ingênua; é sempre uma relação aleatória ou marcada de inconstância” (1997, p. 98).

O pequeno número e o isolamento dos comerciantes europeus que se estabeleciam no interior do país motivavam essa aproximação com as populações locais: um comportamento de aparente passividade em prol da sobrevivência. Mas, esses colonos poderiam “tornar-se autoritários na medida em que se sentiam protegidos pelas autoridades administrativas coloniais” (SERRANO, 2008, p. 87). Albert Memmi [1967], no cerne de seu famoso ensaio,³ conclui que, embora em certas situações o colonizador esteja numa situação bastante desfavorável, de qualquer ponto de vista, sempre estará melhor do que o colonizado.

O fato de as personagens de *Maio, mês de Maria* terem sido “os primeiros negros considerados civilizados⁴ que se fixavam em Dala Kaxibo”, naqueles anos sessenta, revela o quanto as zonas interioranas constituíam rincões propícios aos jogos de poder entre grupos diversos, inclusive os *guerrilheiros* de todos os tipos de lutas.

Pela natureza lassa e inconstante das regras desses jogos, quando as cartas são dadas pelo branco colonizador, “existe uma inclusão do conhecimento sobre o outro e simultaneamente uma exclusão ideológica desse mesmo outro” (SERRANO, 2008, p. 81), enquanto que no jogo em que tomam parte os negros assimilados com pretensão de enriquecimento, a inclusão ideológica é condição *sine qua non*: “Para assimilar a cultura do opressor e aventurar-se nela, o colonizado teve de fornecer garantias. Entre outras coisas, teve de fazer suas as formas de pensamento da burguesia colonial” (FANON, 2010, p. 66).

Mesmo cumprindo as orientações e conselhos dos “amigos” colonos e reproduzindo com desvelo o comportamento que lhe outorgava o direito de

³ *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1967] 1989.

⁴ “Civilizados” neste caso é sinônimo de “assimilado”, ou seja, o africano negro que abdica de seus valores culturais e sociais para “assimilar” a dita civilização europeia, conforme já referimos.

pertencer ao clube dos civilizados, João Segunda, eventualmente, tinha a sua condição de “pretoguês” lançada à face:

Segunda, apesar de muito conhecido em Dala Kaxibo, de frequentar as festas todas da localidade, de manter cordial bondoso relacionamento com as autoridades, João Segunda um dia, devoto fervoroso, quis se sentar à mesa de Cristo para receber a hóstia sagrada. O padre, um capelão, tinha pouco tempo chegado a Dala Kaxibo, se recusou lhe dar sacramento porque, que explicou mais tarde, não era aquele o momento para os pretos comungarem, só depois da missa terminada. Que João Segunda, profundamente atingido no orgulho dele, saiu da igreja e jurou nunca mais voltar lá! (MMM, p. 15).⁵

Mesmo com episódios de *apartheid* como este, Segunda não perde a ilusão de pertencimento à elite local, como um legítimo português negro. E será com tal sentimento que ele chegará a 1975, e tudo fará para alcançar, também nas brechas do processo de independência o degrau mais alto na estrutura social. A personagem representa o protótipo daquela que será a elite pós-colonial, germinada no espelho ilusório do processo de “assimilação”⁶ no período colonial. Uma elite que vislumbrava orgulhosamente a sua imagem refletida com as cores da civilização europeia.

A narrativa não esclarece os modos como os colonos de Dala Kaxibo angariavam e mantinham suas riquezas, modos estes que João Segunda compartilhou no seu processo de enriquecimento. A parte do enredo dedicada ao período de quinze anos em que João Segunda viveu em Dala Kaxibo é relativamente curta em comparação com o tempo narrado sobre sua vida em Luanda. A partir da historiografia, contudo, não é difícil inferir o modo de produção no território angolano em meados do século XX. Os ganhos eram auferidos, sobretudo, pela usurpação ilimitada da mão de obra colonizada, seja pela pura e simples exploração, regida pelo *contrato*⁷, seja pelo

⁵ “O colonizado vive em estado de alerta, pois, decifrando com dificuldade os múltiplos signos do mundo colonial, nunca sabe se passou ou não do limite”, pondera Frantz Fanon em seu celebrado *Os condenados da terra* (2010, p. 70).

⁶ Também Rita Chaves argumenta sobre o processo de assimilação: “Nesse espírito, o processo de submissão demanda ações que conduzam a uma total desvalorização do patrimônio cultural do dominado. No limite, ele deve ser desligado de seu passado, o que significa dizer, exilado de sua própria história” (CHAVES, 2005, p. 46-47).

⁷ “Em 1869, abolida a escravatura, criou-se a situação jurídica dos ‘libertos’. Os ex-escravos passavam à situação de ‘contratados’ mas vinculados aos antigos proprietários até 1878”. [...] “o regulamento de 21 de novembro de 1878, que substitui o trabalho dos ‘libertos’ pelo trabalho ‘contratado’ sem vínculos e introduz a categoria do ‘vadio’, por analogia com a legislação

estabelecimento do Código do Trabalho dos Indígenas (1928) — do mesmo modo um trabalho forçado com resquícios de escravidão.

A forma de trabalho "compulsório não remunerado" a fim de atender aos "serviços públicos de interesse geral da colectividade" consta do Acto Colonial, assinado por Salazar, em 1930, o qual ganhou força de Lei Fundamental na Constituição de 1933 (CABAÇO, 2009, p. 109-110). Esse estado de usurpação da mão-de-obra nos territórios africanos persistia em 1961, de acordo com Serrano (2009), e não surpreende que as rebeliões de fevereiro e março daquele ano tenham atingido com extrema violência as regiões agrícolas e áreas comerciais do interior de Angola, onde os colonos se valiam desse trabalho:

Somos levados a crer que exactamente em 1961, quando das primeiras manifestações de revolta nacionalista no norte de Angola, um dos primeiros objectivos do espontaneísmo levado a cabo pelos movimentos nacionalistas nessa zona foi o de atacar os postos comerciais isolados, na medida em que eles eram uma ponta de lança do próprio poder europeu colonial com que estavam se defrontando [...]. Essa era uma resposta radical às formas de exploração não só pela via comercial como também à exploração do trabalho africano consubstanciada no 'contrato' (SERRANO, 2009, p. 87-88).

A exploração colonial-capitalista servira de força motriz no movimento de expansão para o interior do país: "Em 1961, a quase totalidade da força de trabalho para a agricultura era obtida através do trabalho forçado. E mesmo na pouco desenvolvida indústria, os trabalhadores forçados constituíam a maioria" (ibid., p. 34).

Em *Maio, mês de Maria*, o casal Segunda chega a Dala Kaxibo no início dos anos sessenta, vindo de Calulo, região também afetada pelos levantes no norte de Angola em 1961. O tempo aproximado da chegada é comprovado com a data da saída para a capital, no período da independência, e pela informação de que a esta altura fazia quinze anos que estavam na região (MMM, p. 22).

O silêncio da narrativa sobre a prosperidade do casal não deixa, contudo, de indiciar todos esses ruídos da exploração. Já prósperos, Segunda

vigente na metrópole (o regulamento de 1878 estipulara que ninguém podia ser obrigado a ser contratado, com exceção dos 'vadios'). Numa economia em que a maioria dos autóctones vivia em regime considerado de subsistência — trabalho não-assalariado — quase toda a população podia ser discricionariamente englobada na categoria jurídica do 'vadio' e, portanto, forçada ao 'contrato', de acordo com as necessidades dos colonos" (CABAÇO, 2009, p. 107-108).

e Zefa têm três filhos, na seguinte sequência: Hermínio, Horácio e Hortênsia, que além do conforto da família aburguesada, recebem uma boa educação, da qual os pais participam ativamente, não só incentivando os estudos, como ainda auxiliando nas lições e atividades escolares (ver MMM, p. 86). O texto enfatiza inclusive que a mãe era muito competente no acompanhamento da vida estudantil, sendo capaz de debater com as professoras sobre as matérias ensinadas, algo surpreendente, uma vez que o próprio narrador informa que a mulher só cursara até a “terceira classe”; havendo interrompido sua formação porque “mulher naquele tempo não precisava estudar muito” (p. 87). Chamamos a atenção para essa incomum competência, pois, conforme já referimos, o marido também tivera uma curta formação, atingindo apenas a “4ª. classe”, e mesmo assim apresentava um excelente conhecimento geral e grande habilidade linguística, virtudes que, como vimos, o ajudaram imensamente em sua ascensão social.

E, em termos de estranhamento, não se pode deixar de mencionar o sexto membro da família, a cabra Tulumba. Tratada como bicho de estimação pelo dono da casa, a caprídea faz parte da família desde antes do nascimento dos filhos (cf. MMM, p. 19) e, portanto, acompanhou o período de enriquecimento dos Segunda. Mas, se a escolha de uma cabra para *pet* já causa perplexidade nos termos de uma família aburguesada, ficamos sabendo logo no início da história que o animal é ainda considerado mágico pela comunidade vizinha; algo que será corroborado por vários episódios até o final do livro, ainda que explicitamente o animal não faça nada de muito extraordinário em termos de magia ou atividades paranormais.

O importante é anotar que o comportamento incomum da cabra será o primeiro indício de que a guerra se aproxima da casa dos Segunda e que, por isso, eles correm perigo, cena narrada no início do capítulo 2. Encerrava-se o período de abundância e tranquilidade naquele lugar e seria necessário tomar medidas drásticas.

Assim, João Segunda teve o “pressentimento” da grande desgraça que estava por acontecer, do vento forte que arrasaria tudo e faria a terra tremer, na verdade um grande furacão que se aproximava. Tratava-se não apenas de uma premonição sobrenatural do patriarca, atestada pelo comportamento de sua “cabra mágica”, mas também da evidência embasada por elementos racionais,

envolvendo a dinâmica social em que ele se fiava, e os acontecimentos da época: o acirramento dos conflitos entre os grupos independentistas.

A história de João Segunda, supostamente alheio aos movimentos pela independência, deixa entrever que ele, durante a luta de libertação, poderia ser um angolano negro colaborador dos portugueses, no fim das contas, o “seu povo”:

Lá em Dala Kaxibo tinha o hábito de sorrateiramente ir para o quarto e às escuras ouvir a emissora dos turras onde às vezes o poeta falava. Um dia tremeu de medo quando ouviu denunciar nessa emissora nomes de pessoas que estavam colaborar com os tugas. Felizmente o nome dele não lhe falaram, mas que ficou receoso. Que até era verdade tinha gente patrícia da Kibala e de Calulo que falava João Segunda tinha secretos cartões (MMM, p. 46).

Dessa forma, o apavorado João Segunda se comportou tanto como os colonos brancos que, no decurso da independência, temiam ser alvo de represálias, quanto como os colaboracionistas que, temendo ser descobertos, refugiaram-se inclusive na ex-metrópole.

A partida intempestiva da família para Luanda tinha, portanto, razão de ser, como já suspeitava o filho mais velho, então um adolescente perspicaz e politicamente atento:

Hermínio tinha algumas ideias na cabeça e por isso não estava acreditar piamente nas razões que o pai evocara para justificar a viagem para Luanda. Sabia que no mundo tinha o Mal e o Bem, o Mal eram os inimigos do Povo e da Revolução, o Bem era tudo o que era bom para o Povo, os que estavam ao serviço das massas populares. [...]. Sabia também que, nas aulas de catecismo, aos sábados, o Mal e o Bem que lhe ensinavam se explicavam com outras palavras (MMM, p. 27).

As conquistas amealhadas nos quinze anos da excepcional fraternidade entre colonizado e colonizador deixariam, sem dúvida, faturas a serem quitadas no devido tempo: “De consigo só, estava imaginar as chuvas virem vindo tempestuosas de Calulo e desabarem sobre Dala Kaxibo, as boas terras se transformando em infernais águas diluvianas” (MMM, p. 26). A repentina mudança de comportamento de Segunda corrobora a sua percepção da catástrofe iminente. O “pazcalmoso bonachão” (p. 21) senhor negro, até então

um “marido serviloso bondoso” da matriarca dona Zefa, “se exaltou espantosamente, vozeou alto que sim, todos tinham de se preparar para seguir imediatamente para Luanda, era decisão decidida, a terra em Dala Kaxibo ia se ensanguentar” (p. 21).

Não se tratava apenas de uma mudança brusca de espaço, tudo seria deixado para trás, conforme a esposa, dona Zefa, espantou-se:

Como é que de um dia para o outro vamos deixar isto e seguir para Luanda com tanto dinheiro que temos aqui enterrado, os camiões, o gado, as fazendas, o pessoal [...]. Isso seria deitar tudo por terra, destruir o que conseguimos sabe Deus com quanto sacrifício” (MMM, p. 21).

A certeza de ter pactuado com o lado sombrio da história explicaria a resignação do pai de família em abandonar, em parte, uma riqueza tão arduamente conquistada, como ele reconheceu: “Eu já tinha previsto que um dia a tempestade ia chegar aqui, por isso foi melhor assim, salvei uma boa parte dos meus haveres, apesar dos transtornos que esta mudança brusca está a causar” (p. 26).

Sabe-se que os conflitos civis, a guerra fratricida iniciada no pós-independência, atingiram como uma tempestade de sangue o interior do país, os espaços rurais foram sobremaneira atingidos pela hecatombe; daí estaria justificado, na representação ficcional, o temor da personagem. Contudo, João Segunda, que fizera fortuna durante os anos de chumbo das lutas de independência, sentia-se agora pessoalmente atingido pelo fim do regime colonial e só adota uma atitude enérgica, abandonando o idílio que criara, quando parece temer a descoberta de sua traição e de ser denunciado como um contrarrevolucionário.

A família Segunda rompe barreiras sociais e raciais que a história angolana (e africana, no geral) já demonstrou apenas ter sido possível quando se toma posição ao lado dos mandantes do turno. Se, por um lado, deve-se o início da história de libertação dos povos africanos à elite intelectual negra assimilada que inverteu a chave de comando a favor de seu próprio povo, por outro lado, sabe-se que o colonialismo cooptou desde o início alguns indivíduos entre os colonizados, minando a sua capacidade de resistência.

Em ensaio recente (2012) sobre o “tardo-colonialismo e produção de alteridades”, Cláudia Castelo e demais autores optam por distanciar-se em sua análise da “cômoda oposição ‘colonizadores’ vs. ‘colonizados’”.⁸ Os estudiosos afirmam que essas categorias quando tratadas de forma estanque “não só não dão conta da variedade étnica, cultural e social existente em contexto colonial, como ilidem a permeabilidade entre grupos e a sua heterogeneidade interna” (CASTELO et alii, 2012, p. 19). Na perspectiva dos pesquisadores, essas heterogeneidades comporiam “os outros da colonização” — expressão que dá título à coletânea.

Os autores ponderam que “os ‘outros’ vários que aquele binômio esconde ou exclui eram presença comum em situação colonial, estavam de alguma forma em contacto, interagiam, pese embora dentro de relações de poder de geometria variável” (ibid.). O texto, na verdade, aponta como “outros da colonização” os grupos heterogêneos presentes nas colônias em sua miríade de cor da pele, nacionalidade, etnia, língua, ideologia, direitos e obrigações perante o Estado colonial etc. Mas acreditamos que, no limite, cabe aproximar de tais grupos alguns indivíduos africanos colonizados que, cooptados pela ideologia colonial-capitalista, viram o seu desejo de *ser* transformar-se irrevogavelmente na instância do *ter*. O desvelamento dos esquemas de enriquecimento que estiveram na gênese daquelas que ora denominamos de elites africanas, indica que personagens fictícios, como o João Segunda, representam os tipos sociais que, ao longo da ocupação colonial, se situavam no intervalo do par dilemático, alvo do estudo de Memmi (1967).

⁸ "Consideramos que as principais características do colonialismo tardio são precisamente conviver com o desmoronamento dos outros impérios e com a ameaça (mais ou menos iminente) do seu próprio fim. [...]. No caso de Moçambique, tomamos o período tardo-colonial – aquele que tem início nos anos 1950 e alcança, alegadamente, o seu fim em 1975 – mais do que como um anacronismo ou uma aberração fruto da obsessão de dois ditadores (Salazar e Caetano) e de um grupo particularmente retrógrados, mas como anos particularmente dinâmicos" (CASTELO et alii, 2012, p. 22)

2.1.1. A primeira viagem de Segunda

A viagem é uma constante nas produções de Boaventura Cardoso, conforme o próprio escritor observa (cf. CHAVES; MACÊDO; MATA, 2005, p. 28) e, do mesmo modo, o espaço ocupa um papel específico em toda a sua obra, sendo o deslocamento espacial, a travessia, um dado fundamental (ibid.). Mas, o simbolismo dessa narrativa em movimento terá, em *Maio mês de Maria*, um propósito diferente daquele representado em *Mãe, materno mar*. Conforme abordado em nossa pesquisa anterior (SARAIVA, 2012, cap. 3); nesse romance de 2001 o deslocamento do interior à capital representa para a personagem central, o jovem Manecas, a possibilidade de emprego, de construção de uma vida produtiva, funcionando a viagem como um rito de passagem para a vida adulta, principalmente “será oportunidade para que Manecas redescubra, ou reassuma, todas as faces de sua cultura, apaziguando os lados conflitantes dessa identidade” (ibid., p. 88). No caso de João Segunda, a saída para a capital ocorre em função do temor da violência e de uma possível vingança, não da esperança que movia o jovem Manecas.

João Segunda, ao contrário de Manecas, é um bem-sucedido pai de família que se aproveitou justamente do espaço interiorano para realizar-se pessoal e empresarialmente. Em *Mãe, materno mar*, o conflito de identidade é explícito no enredo, levando o jovem Manecas a sentir-se especialmente ligado à imagem da mãe, “o materno mar” — ou melhor, a maternal terra africana. Já em *Maio, mês de Maria*, esse conflito inexistente para João Segunda que na primeira parte de sua história assume a cultura europeia e os valores burgueses do colonialismo, dos quais se orgulha. Para o burguês negro, o afastamento das tradições culturais era uma condição essencial para a sua pretendida “europeização”.

A relação de Segunda com os ritos culturais das tradições se dá de forma instrumental, compondo o pano de fundo que dá relevo à sua figura ocidentalizada. Sua participação nas festas e rituais para os quais era convidado servia de oportunidade para exercitar o papel de “grande individualidade”. O senhor negro da casa grande, em Dala Kaxibo, tolerava as manifestações, vendo nelas oportunidades para angariar mais prestígio entre a população local, mas sem incomodar o seu círculo social, os colonos brancos:

Que até ele mesmo João Segunda, civilizado no pensamento e nos modos, quando lhe nasceram os filhos na dona Zefa, conseguiu fugir na tradição, pagou parteiras, contentou caçadores, kimbandas, serviçais, festas nas sanzalas onde teve de ir, parecia mal barulhar na casa dele, os brancos não iam gostar (MMM, p. 38).

Ele não ignora, portanto, os ritos tradicionais e sua importância para a dinâmica da sociedade à qual, de fato, está inserido. Sendo um rico comerciante e membro da elite contextualizada naquele espaço, tais saberes constituíam um valor agregado ao seu repertório de homem próspero, desde que mantida uma distância segura e, quando necessário, flexível.

Afinal, os mesmos guardiões das tradições, os “pretos da sanzala”, acorriam à casa do grande senhor preto e da matriarca dona Zefa a pedir-lhes o favor de civilizá-los: “Eram muitas as raparigas que as gentes das sanzalas lhe confiavam [à dona Zefa] para serem adestradas na culinária, nos femininos labores, as boas maneiras, no trato recatado a reservar aos eventuais pretendentes...” (MMM, p. 23). Um acolhimento em que a contrapartida, para além do poder simbólico, proporcionava ainda benefícios materiais:

Nos aniversários dela não lhe esqueciam, que lhe mandavam bolos, toalhas pacientemente bordadas, cabras, cabritos e galinhas, quindas de fubá e farinha, óleo-de-palma, cachos de banana. Sempre que fizesse anos recebia tantas demasiadas ofertas das afilhadas que não sabia onde as guardar. Quase todas tinham aprendido lá em casa o catecismo e feito a primeira comunhão (ibid.).

Mas, no momento de fugir do apocalipse que julgava iminente (a chegada dos guerrilheiros), João Segunda deixa entrever o despreço pelos valores cristãos de sua arduamente obtida civilização, apegando-se tão só aos valores pecuniários. Ao defender seu patrimônio, ele despreza aqueles que viviam sob seu manto de “grande senhor” e decide pelo abandono dos que o cercavam. Parte para o refúgio, além da família nuclear, apenas o empregado Lusala, “trabalhador e muito obediente” (p. 34), um servidor fiel e humilde da família desde os dez anos de idade:

Pressinto que uma grande desgraça está para acontecer, [...] por isso, minha querida, acho melhor partirmos imediatamente para Luanda, com tudo e todos, os miúdos, **os criados, não**, apenas vai o Lusala, a

mobília toda, os camiões, toda **a criação, sim**, todo o gado, as cabras, as galinhas e os patos, os pássaros também, não vamos deixar nada pois conto estabelecer-me lá em Luanda ou num sítio qualquer onde haja segurança (MMM, p. 20 – grifos nossos).

“Os criados, não, [...] a criação, sim”. As expressões destacam o egoísmo que caracteriza o comportamento de uma determinada elite económica, o qual é reiterado quando a esposa o questiona sobre o destino das afilhadas que ainda estavam sob sua responsabilidade. “João Segunda foi categórico: não levarei ninguém! As afilhadas fossem entregues nas mãos delas ou que amigassem” (MMM, p. 23). Nem mesmo a criança de apenas dois anos, doente, órfã de pai e mãe — “praticamente filha dela caçula!” (ibid.) —, se salvaria do fogo que se aproximava: “Que Kassamati ficasse entregue aos cuidados de alguém” (ibid.)

A alienação de João Segunda frente às mazelas impostas pelo colonialismo é marcada por essa acomodação entre o papel de proprietário e o de senhor.⁹ Respeitado pelos negros pobres, com quem mantinha uma relação patriarcal, supostamente altruísta — e, através da qual, o casal reafirmava a posição social obtida pela riqueza —, nos momentos críticos, a lógica calculista do proprietário burguês falava mais alto, abandonando assim a comunidade de que fazia parte e era o principal beneficiário.

Os preparativos para a partida e a própria viagem só podem ser devidamente descritos como *épicos*. João Segunda, que de forma providente já havia assegurado parte de sua riqueza, conforme revelara à esposa, estava disposto a carregar o máximo possível de seus bens, principalmente o gado. Com esse intuito, ele preparou seus quinze caminhões para o transporte de tal patrimônio até Luanda, onde um antigo e rico amigo, o compadre Lourenço, lhes forneceria hospedagem na cidade e uma quinta na periferia da capital para guardar o gado.

A viagem é marcada por uma pulsante tensão: ouvem-se notícias da aproximação das tropas, há preocupação real com salteadores na estrada, o poder estatal inexistente e é grande a probabilidade de a odisseia terminar em

⁹ A noção de propriedade privada inexistente nas sociedades tradicionais angolanas (cf. MATEUS & MATEUS, 2011, p. 30-31). A lei que estabelecia o direito sobre a terra aos colonos e, excepcionalmente, aos mestiços e negros assimilados, da qual se beneficiava a personagem João Segunda, romperia, assim, com a ordem ancestral e expropriava os demais africanos.

tragédia. E, por fim, ela de fato ocorre, não na esperada forma de uma derrocada geral da caravana em fuga, mas pela morte de dona Zefa que, já com a saúde fragilizada — problemas no coração —, não suporta tamanha agonia e sofre um colapso. A grande companheira falece subitamente a caminho de Luanda, no Dondo, quando seguia viagem, na frente, com as crianças, devido a uma avaria em um dos caminhões do comboio. Segunda, ainda se deslocando com o resto da caravana ao encontro da família, chora descontroladamente ao saber por um mensageiro da morte da mulher. No entanto,

Estranhamente, Segunda não se apressou na ida para o Dondo para dizer adeus à Zefa. Se fosse já, ia sinfiar na cova dela para nela dormir também descansadamente. [...]. Sentia que uma parte do ser dele tinha morrido com Zefa. Que ele não tinha coragem de ver mulher dele Zefa, boa e única companheira, lhe fazerem descer no fundo da cova sozinha, sem ele. Por isso, mandou só flores. Contudo, para lá ele caminharia lentamente, dolorosamente (MMM, p. 29-30).

Somente algumas páginas depois, em meio às primeiras experiências de Segunda na capital angolana, é que é relatada em *flashback* a visita do viúvo à campa onde estava enterrada dona Zefa:

Quando que tinham chegado no Dondo, João Segunda nem que conseguiu ver a campa da defunta, que ficava a poucos metros da estrada. Desmaiou parecia morto [...]. Ajoelhado, chorou novamente diante da campa da mulher, na companhia dos condutores e dos ajudantes, e daquele povo anônimo do Dondo (MMM, p. 34).

A morte de dona Zefa abre uma perspectiva de análise comparativa entre *Maio, mês de Maria* e o romance angolano inaugural, *O segredo da morta* (1935). O romance de Assis Junior, que se passa principalmente no Dondo, no final do século XIX e início do XX, para além de ser um marco na ficção angolana, “se liga diretamente a um movimento de repensar os destinos da angolanidade” (PADILHA, 1995, p. 53). A morta da história, Ximinha Belchior, integra um rol de personagens femininas, mulheres do Dondo, que devido à aura de resistência que as cerca se encontrariam, como observa Laura Padilha, “à sombra da rainha Jinga” (ibid.). Para esta crítica brasileira, a escolha de tal figura histórica e lendária “como uma das metáforas do romance

de Assis Júnior se faz prova do pacto deste autor com um ideal de preservação dos valores de sua terra e de sua gente” (ibid., p. 57). Em Assis Junior já se apresenta a gênese do caráter nacional no ainda incipiente sistema literário angolano.

Assim como na comunidade de Ximinha Belchior, no Dondo da virada do século, dona Zefa, a negra assimilada que também prosperou como comerciante, participa de uma corrente de mulheres em Dala Kaxibo, formada majoritariamente por brancas, e lamenta ter que deixá-las:

... pensava as amizades muitas que tinha feito ao longo de anos, dona Teresinha a conselheira, dona Maria do Rosário a esposa do boticário, dona Céu mulher do Sô Freitas, dona Maria da Encarnação, dona Fátima com quem cumplicitava segredos, alcoviteirices íntimas, gente da sociedade local (MMM, p. 22-23).

Dona Zefa não chega à Luanda, seu corpo estanca a meio caminho da viagem, ainda no interior, como que ligado a uma posição de defesa dos valores tradicionais, mais preservados nas zonas rurais. Essa negação de chegar à cidade grande parece o símbolo da bandeira de resistência, como a estabelecer, ela própria, uma aliança com aqueles espíritos femininos do Dondo da mestiça Ximinha Belchior e sua amiga-irmã, a branca Elmira, e com a própria rainha Jinga, a fim de confrontar o marido em razão dos sacrifícios que estava impondo à família na fuga de Dala Kaxibo, onde até os vizinhos reconheciam a autoridade e voz de comando da falecida:

Lá em Dala Kaxibo estavam até falar João Segunda tinha mansidão pachorrenta, marido serviloso bondoso, dona Zefa era quem que tinha as calças, quem que os tinha era ela, podia?, desbocavam até, vejam só!, alguém estava a lhe ajudar na procria... (MMM, p. 21).

Semelhante postura matriarcal de dona Zefa indica que não é gratuita a escolha da localidade de seu falecimento no romance de Boaventura Cardoso, publicado mais de sessenta anos depois daquele de Assis Junior. É significativo que o corpo de dona Zefa tenha sido sepultado no Dondo, onde em épocas passadas “mais se fazia sentir a assimilação aos valores culturais brancos” (PADILHA, 1995, p. 65). Mas, o Dondo também é o espaço que, gravitando em torno do espectro da rainha Jinga (a soberana de Cambo-

Camana), é um *locus* de resistência, configurando-se assim uma incisiva dialética entre a cultura tradicional e a europeia, na qual a síntese deveria ser a moderna identidade angolana.

Nesse reduto feminino, em cumplicidade com a imagem de Jinga encontra-se a figura cristã de Maria, angolanamente transformada em “Virgem da Muxima”, “Sra. da Muxima”, “Mãe das aflitas, mãma Maria, refúgio das almas abandonadas, que mais uma vez se revelava protetora das mães sofredoras” (ASSIS JÚNIOR, 1979, p. 82). A mesma santa que, integrando o misticismo angolano há muito tempo em razão do sincretismo religioso, será figura chave no romance de Boaventura Cardoso, apresentando-se inclusive no título da obra.

Em *O segredo da morta* destaca-se ainda a caracterização maternal das figuras femininas. E isso se revela, afirma Laura Padilha:

A partir mesmo do símbolo religioso que o romance toma como outra imagem fundadora: a virgem da Muxima. Tem-se, assim, ao lado da metáfora da Jinga, outra metaforização da mulher angolana, por sua vez, duplo da própria terra (1995, p. 70).

Já em *Maio, mês de Maria*, desaparece a metáfora explícita da rainha Jinga, mas permanece reforçada a da figura maternal das mulheres-terra e da sagrada Virgem Maria.

Sendo metáfora da terra, dona Zefa assim como Ximinha Belchior, a morta de Assis Junior, não se calará com o fim da vida terrena. O viúvo João Segunda será seu interlocutor e alvo de seus conselhos e críticas: “... garanto-te que todas as noites terás de me ouvir, quer queiras quer não...” (MMM, p. 113). Ameaça semelhante à de *O segredo da morta*: “Eu, Ximinha Belchior, morro; [...] mas do outro mundo falarei...” (ASSIS JUNIOR, 1979, p. 227), diz a protagonista à sua amiga e interlocutora Elmira.

Há também um paralelismo, ainda que separado pelo imperativo temporal, entre “o segredo da morta”, em Assis Junior e “o segredo da morta” em Boaventura Cardoso. Ambos os espíritos atravessam as narrativas apontando para a decadência moral da sociedade angolana.

A morte de Ximinha e, conseqüentemente, seu grande segredo são então revelados: a morte da África, espezinhada pelo colonialismo

branco, afastada de seus filhos e, nesse momento histórico do início do século XX, ainda sem qualquer esperança (PADILHA, 1995, p. 72).

O romance de Assis Junior termina como um apelo para que Angola (e a África como um todo) possa um dia cumprir os versos de Agostinho Neto, em “Adeus à hora da largada”, como bem recorda Laura Padilha. Mas, passado mais de meio século e tendo Angola sido ressuscitada pelas águas da independência, seus filhos continuam, contudo, cada vez mais afastados da “mãe”.

2.2. A história de Segunda – Parte II

A segunda parte de *Maio, Mês de Maria* começa com uma saborosa adaptação da família à vida na cidade grande, apesar da dor do luto estar ainda muito presente, principalmente nas cenas focadas em João Segunda. A princípio, o compadre Lourenço recebe muito bem os “fugitivos”, e tanto as experiências citadinas quanto a acomodação do patrimônio salvo pelo comerciante e proprietário vindo de Dala Kaxibo transcorrem de forma satisfatória. Mas a harmonia é passageira. Desentendimentos entre as famílias e, principalmente, abuso e roubo de gado por parte do anfitrião acabam destruindo a velha amizade. Apesar de ser breve essa passagem, é muito sintomático na economia do romance como a rapinagem econômica ocorre em todas as esferas, mesmo dentro da própria elite (cf. MMM, cap. 4).

O pai de família decide alugar um apartamento no Bairro do Balão e tocar a vida sozinho, arrumando ainda um outro lugar para o gado e seus caminhões. Mesmo dispondo de bons recursos, os migrantes só conseguem um apartamento no sexto andar de um grande edifício que, certamente, deveria ter visto dias melhores, antes da revolução, encontrando-se agora decadente e deteriorado — nem o elevador funcionava mais, havendo transformado seu fosso em depósito de lixo (MMM, p. 37). A escolha da moradia e suas condições precárias estão bem ancoradas na realidade histórica: com a guerra, enorme contingente de refugiados se dirigiu à capital, e mesmo pessoas de posse encontraram dificuldades em se estabelecer de forma cômoda em Luanda. Sem dizer que a anarquia produzida pelas convulsões da

independência destruíra boa parte dos serviços públicos e das instalações urbanas, fossem estas públicas ou privadas.

De qualquer forma, a família se adaptou e a mudança foi benéfica a todos, produzindo um período de tranquilidade: “Ambiente familiar era rio correndo harmonioso, as águas mansas, e isso estava lhe animar um pouco, que lhe fazia às vezes não pensar muito na defunta” (MMM, p. 46). Apesar de o apartamento não ser muito grande, João Segunda tentou condensar no novo espaço o máximo de bens materiais e simbólicos que conquistara na amplidão da casa grande no interior:

Só para levar o guarda-loiça lá em cima tinha sido necessário dar chamamento na miudagem vizinhante. Feita em mogno [...], tinham lhe mandado executar em Calulo tinha data de anos, Hermínio ainda não tinha nascido. Por isso, Segunda comandara pessoalmente a operação. E gritava quando lhe parecia iam deixar cair aquela rica peça. E quase coração dele ia sincopar no quarto andar na iminência de pancarem o móvel na parede (MMM, p. 38).

Note-se o simbolismo de um móvel em madeira de lei, mogno, sendo transportado pela escadaria de um prédio pela “miudagem vizinhante”, cuja voz de comando emitida pelo proprietário faz com que o trabalho seja bem-sucedido: “João Segunda e os carregadores antes de cerverem as goelas, aspergiram as águas nos quatro cantos da sala, para gáudio das almas de todos os antepassados” (ibid.). Não fica claro se o pagamento para tão intenso trabalho foram apenas alguns copos de cerveja. Mais uma vez um silêncio sobre a subjetividade dos pobres ao redor de João Segunda. O outrora grande senhor irmana-se com os carregadores no transporte de toda a mobília (não apenas o guarda-louça), além de cumprir o ritual de aspergir água em respeito aos espíritos ancestrais (apesar do seu conhecido desprezo por tais ritos). Como o enredo revelará, esses tipos de ações indicam que o hábito de explorar a força de trabalho com o recurso da desfaçatez fora trazido na bagagem de Dala Kaxibo.

É revelador o fato de a narrativa não abordar a acomodação do empregado Samuel Lusala no apartamento, do qual o chefe de família lamentava a falta de espaço. O ambiente tinha três quartos (certamente para a família) e uma varandinha (para a cabra Tulumba). Onde dormiria o

empregado? Em nenhum momento o narrador explica isso, entretanto relata-se como Segunda se preocupou com o conforto da cabra no apartamento, decidindo ornar os vasos de ervas que o bicho pudesse pastar, lamentando até a impossibilidade de ter ali uma goiabeira (MMM, p. 38).

Contudo, o criado Samuel Lusala mereceu ser salvo do *tsunami* que se aproximava de Dala Kaxibo, pois:

Praticamente lhe vira crescer. Samuel Lusala fora para casa dele quando tinha cerca de dez anos. Os pais que trabalhavam na fazenda dele lhe pediram com insistência baptizasse o miúdo e ficasse com ele, para lhe servir e receber alguma educação. Segunda e dona Zefa se afeiçoaram ao rapaz porque era trabalhador e muito obediente (MMM, p. 34).

Mais uma vez, evidencia-se a exploração da força de trabalho: uma criança de dez anos tomada como trabalhadora como um favor aos pais que insistiram para que o casal ficasse com ele. Em nenhum momento menciona-se o fator salário, apesar de reconhecer que “se afeiçoaram” ao empregado porque era “trabalhador e muito obediente”. A expressão de afetividade para com os empregados, os “quase da família”, é artifício dos mais recorrentes por parte de uma determinada elite que se pretende humanista sem o ser de fato; neste caso, o explorar por compaixão apenas apaziguaria uma má consciência.

Na relação com o empregado doméstico representada por Boaventura Cardoso verifica-se, além disso, quase uma extensão do “contrato” colonial; mas, em vez do trabalho explicitamente forçado, utiliza-se o argumento de que se trata de um contrato de afeição. Porém, em nenhum momento o criado Lusala recebe o mesmo tratamento que os filhos de Segunda. Ele continua a servir no pequeno apartamento como servira na casa grande.

Mas, quando o pseudo-afeto do patrão intriga os legítimos filhos, o criado Lusala é ameaçado de ser simplesmente descartado, expulso da casa:

Certeza o pai tinha confiado mais no criado do que neles. Nunca lhes pareceu tão evidente de mais a cumplicidade que existia entre o criado e João Segunda. Hortênsia e Horácio pela primeira vez conversaram a sós sobre a possibilidade de expulsarem Lusala de casa. Não fosse o estado de saúde do pai, naquele dia mesmo Lusala teria de ir viver com quem quisesse, menos com eles (MMM, p. 220).

Tal é o comportamento de quem detém o controle sobre a mão de obra. A sua manutenção ou exclusão depende exclusivamente da vontade ou interesse do empregador. Sem voz ou possibilidade de ação individual, o subalterno Lusala vive, desde os 10 anos de idade, à sombra da família do patrão, adaptando-se às mudanças operadas sobre a vida daqueles a quem serve.

Para João Segunda que, apesar de tudo, continua senhor de muitas posses, a mudança para o apartamento marca o início de uma fase de desafios pessoais e sociais. Ele não se rende ao declínio do conforto espacial e “com o tempo lá foram colocando cada coisa no seu lugar. João Segunda, tronco nu, estava olhar satisfeito arrumação que tinha conseguido” (ibid.). O “tronco nu” remete a este novo começo. Um novo tempo de acumulação, não apenas de bens materiais, mas dos poderes simbólicos que foram se perdendo na viagem até Luanda e no caos que dominava o espaço luandense.

Ele fica satisfeito com a liberdade reconquistada de residir em seu próprio espaço familiar. Em pouco tempo descobrirá também como rearranjar, na vida citadina, o seu lugar de destaque e até de poder político. Do mesmo modo que ocorrera há mais de 15 anos na pequena vila de Dala Kaxibo, a vida naquele prédio, no Bairro do Balão, exigirá ações concretas para se conquistar um lugar na hierarquia da capital.

Se o início da prosperidade no interior foi marcado pela desconfiança dos vizinhos brancos em relação aos “primeiros negros civilizados” da região, em Luanda a questão racial não era o fator principal de segregação, mas o modo de vida essencialmente dependente do Partido (MPLA) e à dificuldade de relacionar-se com vizinhos que o tratavam como um estranho no ninho, principalmente durante o clima de animosidade que se forma em 1977, “desconfiança era formigueiro que se espalhava por todos os lados” (MMM, p. 84). Tudo isso dava ao ex-senhor da casa grande o sentimento incômodo de não pertencimento, ou melhor, de não se sentir devidamente respeitado e reverenciado.

A degeneração do poder acumulado é simbolizada na cena em que ele, incapaz de subir de uma só vez os seis andares até o seu apartamento no prédio sem elevador, senta-se na escada do terceiro andar (meio da subida) e por ele vão passando os vizinhos, que o cumprimentam e ele responde a

contragosto, por não sentir sinceridade nos gestos. Quanto a isso, ele reclama da diferença entre Luanda e Dala Kaxibo: “Lá todo mundo era conhecido, as pessoas eram quase todas amigas. Os pretos todos parentes [...]. Tinha sinceridade nos olhares e nos gestos...” (p. 37). Na verdade, em Dala Kaxibo, João Segunda era uma figura de poder, a quem “os pretos todos parentes” prestavam reverência e demonstravam o respeito que ele julgava ser merecido aos que se encontravam no andar mais alto da sociedade.

Nesses momentos de desamparo, Segunda era dominado pela nostalgia de ritos que ele abominava em defesa de sua imagem de “preto de coração branco”, mas que, conforme já apontamos, serviam de fundo para destacar a sua figura: “No pensamento dele estavam vir imagens sonoras dos batuques rufando, [...] os cânticos exultando corações nas festas muitas que lhe convidavam para ir lá” (MMM, p. 37).

O tempo de liberdade que João Segunda goza, no pós-75, lhe parece insuficiente para justificar a perda dos privilégios da antiga vida. Não compreende a postura do filho Hermínio, que vai se politizando e acreditando nas bem-aventuranças da independência, ou seja, o filho torna-se seu antagonista na visão da nova ordem.

Ao outrora aclamado senhor de terras, “apesar de preto”, cultivador de um imaginário povoado por uma suposta “democracia colonial”, a guinada angolana para a autodeterminação não lhe pareceu confiável. A mudança de postura só ocorre quando ele descobre as possibilidades de reconstruir o seu lugar de mando e usufruir os benefícios facilitados pelo desarranjo social.

João Segunda, até então avesso a acontecimentos políticos, inicia um novo ciclo de acúmulo de poder material e simbólico que lhe permite retomar o *status* que, a seu ver, o dinheiro poderia comprar. Ou seja, do mesmo modo que se apegara à religião em Dala Kaxibo por interesse nas relações com os colonos, agora se apega à política por interesse nas relações com os novos mandantes: “Apesar do manifesto interesse na política, Segunda continuava a não ter ideias muito claras sobre o assunto. Que mais lhe interessavam eram os negócios que, se corressem bem a política estava de boa saúde, se corressem mal visão dele da política já era outra” (p. 59).

Apesar de seu colaboracionismo com os colonialistas, ele “estranhamente” tinha uma “secreta simpatia pelo poeta-presidente.

Considerava era ele o único que podia endireitar o país, mas estava mal rodeado” (MMM, p. 46). Tal simpatia, no entanto, carrega uma mensagem ambígua: ao mesmo tempo em que João Segunda poderia admirar a erudição e o poder político do doutor negro, confiando na sua capacidade de construir uma nação, ele poderia identificar nele um seu igual, alguém que, sendo um *negro da elite* como ele (cf. “único comerciante preto de Dala Kaxibo”, p. 45), poderia garantir os privilégios de sua classe.

Com o advento da independência e a instabilidade social que se seguiu, tal elite vivencia o desmoronamento desse mundo de limites tênues que, contudo, mantinha uma aparente solidez. Ao se estabelecer na capital, Luanda, fugindo das ofensivas militares que sabia se aproximar do seu idílio interiorano, Segunda lamuria-se: “O que é que o actual regime me deu? Nada. Eu que no tempo do tuga já era um grande senhor, o que sou agora? Estou aqui é a perder tempo e dinheiro” (MMM, p. 44).

Negro enriquecido, mas um “homem politicamente frustrado” (MMM, p. 45), ele ignora o “drama desenrolando-se à luz do dia”, para usarmos expressão de Fanon (2008, p. 134). Tendo assimilado a crença lusotropical da ideologia colonialista portuguesa, ele vocifera contra os novos tempos: “Antes da independência éramos todos irmãos, todos portugueses apesar de sermos brancos, pretos e mulatos, hoje estamos divididos” (MMM, p. 44).

A igualdade apregoada por Segunda diz respeito, na verdade, à condição social conquistada “sabe Deus com quanto sacrifício” (MMM, p. 21). Ao abandonar a sua zona de conforto material, na imensidão de sua propriedade no interior, para abrigar-se num pequeno apartamento na cidade, a personagem vê restringido igualmente o limite de sua zona de poder: “Olha só o contraste com o espaço aquele todo que ele, todo senhor dono, podia desfrutar lá em Dala Kaxibo, a casa grande, o quintalão sem limites, vento ventando livre todas as terras, a fazenda...” (p. 38). Leia-se: um ambiente com muitas possibilidades de poder.

Na iminência de ver desmoronar o seu mundo, criado na fantasia do pertencimento europeu, ele tentará assegurar de todos os modos, os pequenos poderes que o colonialismo lhe permitiu angariar. Na cidade procurará suplantar, com as máscaras do privilégio econômico, a humilhante condição de

cidadão “de segunda” que sabia sempre ter ocupado no esquema branco-colonial, como o seu próprio nome sugere.

Personagem de si mesmo, o patriarca negro “luta pela sobrevivência. Luta até o fim. Pateticamente. Para manter de pé o que era sua vida e de sua família, sua mentalidade e sua identidade” (VIEIRA, in MMM, p. 10). Essa afirmação de Luandino Vieira sintetiza as ações da personagem durante sua fase citadina. O verbo “ser” no passado (“o que era sua vida e de sua família”) marca o fim de um ciclo dessa extraordinária ascensão da família de assimilados. Ao abandonar a paisagem e o espaço¹⁰ de Dala Kaxibo, transportando em 15 caminhões a riqueza que acumulara em 15 anos, Segunda empreende uma viagem de conquista de um novo território: o espaço urbano da pós-independência angolana.

2.2.1. As revoltas águas de maio

A família Segunda depara-se em Luanda com as incertezas de um Estado em formação, num ambiente acrescido de desconfianças e violência extrema a que, nas páginas da história recente angolana, se refere o capítulo dedicado ao *fraccionismo* de 27 de maio de 1977. Conta-se que, passados dois anos da derrocada do colonialismo em Angola, a cisão latente no seio do MPLA – em que seus líderes e subordinados eram movidos por orientações ideológicas nem sempre coincidentes – ganhou contornos trágicos com a exaltação de um grupo contrário ao modo de condução das políticas naqueles primeiros anos da nova ordem. Assim, a ebulição de 1977 alimentaria as chamadas de um universo já marcado pela fragilidade institucional, pelos desajustes resultantes de mais de uma década de lutas de libertação e, ato contínuo, mergulhado em conflitos civis.

Assim, a ficção descreve o clima de tensão vivido pelos angolanos a partir desse ano:

¹⁰ O espaço, ensina Milton Santos, constitui-se de paisagens mais a vida que as anima: “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (2004, p. 103).

Medo era sombra que estava infiltrar em todos lares, fazia tremer corações, suicidava ousadias, minava arrojices de mijo, era o medo de ter medo. [...] Clima de desconfiança era tão muito grande que as pessoas tinham deixado de aparecer em locais de ajuntamento habitual [...], quem que imaginava nos tempos agora nossos a gente tinha de retrazer memória esquecida do tempo do tuga, vigiar a palavra, reaprender a pose estudada na esquina do olhar pidesco? (MMM, p. 84).

Historicamente, as raízes desse estado policialesco, em que a PIDE¹¹ colonial (“olhar pidesco”) é substituída pela DISA¹² do país independente, tem como personagens centrais, reiteramos, grupos em conflito dentro do partido do poder. De um lado Nito Alves, Sita Valles e Zé Van Dunem, de outro o núcleo principal do MPLA, então sob o comando do presidente-poeta Agostinho Neto.¹³

A crise fraccionista eclodiria sete meses após a "3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA", de outubro de 1976, quando os conflitos pós-1975 arrefeceram "com a expulsão dos sul-africanos de Angola e com o esfacelamento da UNITA [União Nacional para a Independência Total de Angola] em termos militares" (ARAÚJO, 2005, p. 102). Nas atas da Reunião Plenária encontra-se referência à "fase de luta de Reconstrução Nacional, para a consolidação da independência Nacional, pela implementação e generalização do poder popular e pela criação do partido da classe operária".¹⁴

Neste cenário que buscava integração, as manifestações populares, engendradas pelo recém-afastado Ministro do Interior Nito Alves e outros membros de uma ala dissidente do MPLA, foram tratadas como atos de imperdoável subversão. Entre as reivindicações alentadas pelo grupo de Alves estaria a primazia dos angolanos negros no comando do país independente (acusava-se o governo central de privilegiar em funções-chave os angolanos mestiços e brancos), além de mais atenção à população pobre. Esse ideário foi visto como tentativas de divisão entre os angolanos. Daí o nome “fraccionismo”, pelo qual ficou conhecido o mal sucedido levante.

¹¹ Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).

¹² Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA).

¹³ Cf. Mateus & Mateus, 2007.

¹⁴ Documentos da 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Luanda, 23 a 29 de outubro de 1976. In ARAÚJO (2005, p. 102).

A busca da unidade nacional que havia ecoado nos gritos de guerra dos libertadores da pátria (“uma das grandes preocupações no momento da Luta Armada é a da unidade” [SERRANO, 2008, p. 206]) fortaleceu-se como mola propulsora do projeto de reconstrução nacional, o qual o Estado angolano buscava colocar em prática. Os acusados de promover a desunião, colocando em risco tal projeto, os seguidores de Nito Alves, ou aqueles apontados como tais, foram considerados “traidores” e sofreram as consequências do fatídico 27 de maio, e até dois anos após o episódio o país ainda contava os mortos associados ao evento.¹⁵

Também *Predadores* que será analisado nesta tese, refere aos acontecimentos de 1977. Apesar de a ênfase do romance de Pepetela não recair sobre esse evento político, como acontece em *Maio, mês de Maria*, ele será decisivo na caracterização de suas personagens. Ao descrever o movimento de 1977, ainda que de forma breve, o narrador de *Predadores* não deixa de confirmar o clima de violência institucional e desconfianças que marcou aquele período: “... o 27 de maio de 1977, com um levantamento de militantes, mortes, e depois prisões em massa e execuções [...], a lei militar imperava na cidade e os mujimbos [boatos] corriam soltos” (PEPETELA, 2008, p. 155). Voltaremos a essa análise oportunamente.

Apesar de a historiografia angolana ainda carecer de pesquisas sobre este capítulo nebuloso dos primeiros tempos de independência, algumas compilações de documentos e de relatos da época têm levado alguns investigadores a estimar em dezenas de milhares o número de mortos em decorrência da repressão a esse episódio.¹⁶

Se a pesquisa histórica ainda cambaleia por terrenos incertos e escorregadios sobre assuntos que, por razões diversas, revestem-se com o véu do tabu, a literatura, “com ser ficção, [...] pode ser o lugar da verdade mais

¹⁵ A historiadora Dalila Cabrita Mateus e o jornalista Álvaro Mateus lançaram em Portugal, em 2007, o polêmico *Purga em Angola: O 27 de Maio de 1977* (Alfragide: Texto Editorial). Trata-se de um levantamento de documentos, entrevistas e testemunhos em torno do evento. O teor da obra tem suscitado debates e questionamentos que recaem sobre a metodologia da pesquisa, análise dos fatos e conclusões dos autores. Esperam-se, no entanto, obras que dialoguem com essa pesquisa que, apesar de tudo, levanta a necessária discussão em torno de questões incômodas, mas prementes.

¹⁶ Ver: FRANCISCO, Michel. *Nuvem Negra: O drama do 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007.

exigente” (BOSI, 2002, p. 135). Ao abordar ficcionalmente os percursos de sua nação, a literatura angolana pode

antecipar questões incômodas que os angolanos precisam de discutir para uma pacificação da memória sócio-histórica e para a escalpelização das sombras da história recente, tentando a reinvenção das utopias que nortearam os gestos dos homens que conduziram a independência política (MATA, 2005, p. 145).

Esse resgate da memória pela escrita, continua Mata, é “muitas vezes dolorosa e traumática” (ibid., p. 146), isto é, romances como *Maio, mês de Maria* “incursiona[m] por terrenos ainda não pacificados na memória social de um país onde as mudanças são vividas em clima de convulsão” (CHAVES, 2010, p. 14). As obras da ficção angolanas, numa extensa lista que inclui *Maio, mês de Maria*, funcionariam, diante do sufocante silêncio da história, como um espaço de catarse social:

Assim, tais obras funcionariam como “escritas catárticas que reafirmam a necessidade de se discutirem temas incômodos estrategicamente rasurados das preocupações quotidianas da *intelligentsia*” (MATA, 2001, p. 85).

Conforme nos ensina Assis Junior, no já citado *O segredo da morta* (*romance de costumes angolenses*), precursor do gênero em Angola:

O romancista, usando e por vezes abusando de circunlóquios e redundâncias, artista a serviço de uma pena e embelezando o que às vezes beleza não tem, não pode, apesar de tudo, deixar de ser verdadeiro, mormente quando a narração [...], arredada do campo fantasioso, assenta em bases verossímeis (1979, p. 231).

São essas bases verossímeis que a história da personagem João Segunda ajuda a revelar em *Maio, mês de Maria*. Porém, enquanto o substrato histórico permite conhecer as intenções de crítica do artista sobre um tempo de silêncios, um outro substrato ideológico também se eleva: a denúncia da trama político-social que o pós-independência colocou em funcionamento. João Segunda, a despeito da desagregação de sua vida familiar por conta da perseguição aos fraccionistas, encontra-se, neste episódio, enredado entre

mocinhos e vilões, por conta de sua ganância e sede de poder. É essa última caracterização que move a presente leitura de *Maio, mês de Maria*.

2.2.2. Novas elites, velhos pactos

*Que as vozes e os corações se uniram
para o depois de amanhã.*

Boaventura Cardoso, *Maio, mês de Maria*

A mudança para a cidade, onde a dispersão das formas de vida comunitária impossibilitava o antigo controle de privilégios sociais, determina então uma nova fase na vida de João Segunda. Em breve, ele constataria as diferenças entre o que era fazer parte do jogo da uma “elite interiorana”, regida pelo braço forte do ex-colonizador, e ser agora parte de uma “elite urbana”, regida pelos novos e ambíguos mandatários:

Que João Segunda começou então estava perceber vida em Luanda era realmente difícil, aqui só se vive com esquemas, que não tinha aquelas facilidades de lá em Dala Kaxibo onde era senhor seu dono importante desde o tempo do tuga, apesar de negro (MMM, p. 35).

As facilidades a que se refere tinham, certamente, a ver com os pactos estabelecidos com os colonos brancos, nos quais ficava demonstrada sua submissão, bem como com o respeito angariado junto aos “pretos da sanzala”, a quem ele podia submeter. É preciso considerar que os “esquemas” que imperavam em Luanda não eram exclusividade da sociedade pós-independência. Se por um lado Carlos Ervedosa afirma que, nas primeiras décadas do século XX, o espaço luandense era formado por pacatos moradores (brancos, mestiços e negros) que ganhavam o pão cotidiano à custa de muito suor, constituindo assim não uma alta burguesia, mas uma “laboriosa classe média” (1979, p. 47); por outro lado, Rita Chaves (1999) aponta que essa “classe média”, por ela denominada de “pequena burguesia”, em desenvolvimento desde o final do século XIX, recorria a métodos pragmáticos de enriquecimento não necessariamente limitados ao ganho “à custa de muito suor”.

Vimos, na referência a *O segredo da morta*, que essa obra já colocava em debate a simplicidade do discurso em torno do binômio colonizador *versus* colonizado (cf. CASTELO et alii, 2012). No romance de Assis Júnior, um grupo de personagens, comerciantes “angolenses” (colonos e colonizados) da região do Dondo (nas proximidades de Luanda), lança mão de artifícios nada éticos de enriquecimento. “As famosas virtudes e os desastrosos vícios do liberalismo burguês ali faziam os seus eleitos e multiplicavam as suas vítimas” (CHAVES, 1999, p. 66).

A sociedade luandense, de ontem e de hoje, possui uma complexa estrutura, “algo que fica difícil de apreender, pois se configura em um emaranhado de planos que se interpenetram de tal forma que fica, ou ficava, difícil saber onde começa um e onde termina o outro” (MOURÃO, 1978, p. 91). E é justamente em função deste “emaranhado” que as elites podem se constituir ou fortalecer, conforme os seus próprios métodos.

Maio, mês de Maria revela a produção e reprodução de uma *elite* como temos denominado genericamente, a qual fez o jogo do colonizador no período da dominação colonial e na mudança do regime “para se manter, tenta contrapor e ensaiar novas táticas que a revolução proporciona” (VIEIRA, 1997, p. 10). João Segunda, bem estabelecido na ordem que se finda, ao tentar se restabelecer, alia-se às forças dos grupos de poder surgidos durante e após a revolução. Faz parte daqueles “aprendizes de feiticeiro”, explica Luandino Vieira. Aprendizes tanto do ex-colonizador quanto dos novos donos do poder. Contudo, ao se apagar o dualismo colonizador/colonizado, as regras do jogo se mostram ainda mais intrincadas, demandando ações e atitudes que ultrapassam a esperteza constituída pela antiga elite negra.

João Segunda, de quem a morte anuncia-se no início do romance é o *leitmotif* da narrativa, percorrerá as trilhas do dinheiro fácil na capital, até ser vencido pelos esquemas que ele mesmo abraçara. O abandono da casa grande do tempo colonial será o primeiro passo para a transformação, sucesso e posterior declínio do *self-made man* colonizado. A mágica da bem-aventurança parecia só ter validade no espaço interiorano, sobre o qual ele acreditava ser dono e senhor. Após perder a grande companheira antes de chegar ao destino, de ser traído pelo fraterno amigo Lourenço e ter que se

acomodar no modesto apartamento (para o seu padrão de vida) no Bairro do Balão, Segunda parecia sucumbir à má sorte.

No entanto, numa incrível reviravolta, ele descobre que é capaz de, também na cidade, manipular corações, mentes e bolsos e reconquistar um alto *status* social. Dois conjuntos de fatos marcam essa mudança: o casamento da filha Hortênsia com um militar corrupto, ex-combatente pela independência, desencadeando uma imprevista e rendosa parceria de Segunda com o genro; e as eleições para presidente do time de futebol do Balão, presidente do conselho de moradores do prédio onde morava (tornando-se uma espécie de síndico) e presidente do bairro do Balão.

A história do casamento tem uma passagem propositadamente obscura. A princípio, quando o pai toma conhecimento do namoro de Hortênsia com um homem de origem social desconhecida, o Comandante — de quem não sabemos o prenome, é sempre nomeado pela patente militar —, sua irritação é enorme e ele deixa claro que a moça não fora criada com esmero para acabar casada com um “rapaz qualquer” (MMM, p. 47). As informações iniciais sobre o tal militar eram insatisfatórias e, portanto, o excluía de um virtual rol de pretendentes. No entanto, na passagem do capítulo 6 para o 7, após o momento em que a filha revela a precoce gravidez, vemos Segunda forçando vigorosamente o futuro pai a se casar com Hortênsia. O que poderia ser entendido como uma atitude tradicional de família “desonrada” não se sustenta completamente. Segunda, nesse ponto, já se mostrara suficientemente moderno para dar outra solução ao problema, e a mudança abrupta de posição chama a atenção do leitor atento. A própria voz narrativa vai fazer o papel do desconfiado, levantando várias suspeitas sobre a alteração do comportamento paterno. Num diálogo imaginário com a defunta esposa, o pai se justifica dizendo que não poderia impedir o casamento, pois a menina adorava o Comandante e ela “não vê outra coisa, o que fazer?” (MMM, p. 52). Além do texto não trazer evidências da paixão de Hortênsia, um pouco antes havíamos sido alertados de que a própria noiva cogitara tanto fazer o aborto quanto casar: “Na realidade ela estava preparada para as duas alternativas” (p. 50).

Apenas com o decorrer da história, vão ficando claros os motivos pecuniários que levaram Segunda não só a aceitar o matrimônio como a exigi-

lo com celeridade. Ele próprio confessará, no futuro, quando a relação entre os cônjuges se deteriora a ponto de romper-se:

Oh, Zefa! Quem diria, minha querida, que a nossa filha Hortênsia, menina prendada, elegante e bonita, criada com tanto amor e carinho, fosse casar com um boçal **só porque tem muito dinheiro**, que diria? Eu sei Zefa, que se fosses viva nunca terias aceite este casamento, eu sei. Mas agora já é tarde, está o mal feito” (MMM, p.100, grifos nossos).

O tal Comandante ficara muito rico depois da independência, era bem relacionado, tinha desenvoltura política e estava envolvido em negócios escusos, conforme fica claro no relato de uma longa conversa que o filho mais velho de Segunda, o idealista Hermínio, tivera com o cunhado (MMM, p. 60). O lapso apontado acima, no grifo, sobre a decisão do casamento nos remete ao modo como, na verdade o interesse pelo “muito dinheiro” ficara evidente no comportamento de Segunda. Ao descobrir a riqueza do futuro genro, ele começa a traçar objetivos e planos com a possibilidade de a ele unir-se através do até então duvidoso casamento.

A estratégia de elidir eventos e negociações é comum na estrutura de *Maio, mês de Maria*. Além de um grande efeito estético, ela desafia o leitor a entender as elipses e os enigmas que surgem nesse longo "causo" sobre um certo João Segunda, uma história contada como se a audiência estivesse ao redor de uma mesa (para não dizer de uma tradicional fogueira). Essa seria, a nosso ver, a forma assumida pela narrativa e pelo seu narrador.

Com o casamento da filha, Segunda passa novamente a prosperar com rapidez, o que fica muito claro pelo aumento de patrimônio e com um consumismo ostensivo: “Que os resultados estavam, entretanto, à vista. João Segunda tinha conseguido multiplicar cabeças de boi numa nova quinta em Viana e, com mais quatro novos camiões, frota dele sulcava terras longínquas levando mercadoria diversa” (MMM, p. 58). Entretanto é na sua atitude política que a mudança fica mais evidente:

Para além disso, ele que antes contestava a torto e a direito o regime, estava lhe defender fanaticamente, as massas populares, que eram o ponto de partida e de chegada da Revolução. Segunda não falhava nenhum comício, até nos comícios das mulheres e dos pioneiros ele que estava lá, [...] marchas contra as agressões racistas, colecionava todos posters e comprava todos jornais e revistas em cujas leituras

devorava horas. Que ele gostava muito exagerado era lhe fotografassem nessas actividades políticas, lhe fixassem na câmara de televisão, ou lhe pedissem uma opinião no repórter (MMM, p. 58-9).

Após um rápido aprendizado nas novas ondas políticas e nos movimentos do poder, sempre influenciado pelo genro Comandante, Segunda almeja então concorrer a cargos eletivos, aparentemente de pouca monta, mas com evidente peso simbólico. Assim, através de uma série de artimanhas e da "compra" da simpatia da vizinhança com o dinheiro que possuía, ele se torna um triplo presidente: do clube de futebol, do prédio e do bairro, todas essas instituições ostentando o sonoro nome de Balão, "que João Segunda ostentava com muita desmedida vaidade os cargos que detinha" (MMM, p. 78), atraindo assim a atenção da polícia que vigiava os passos de supostos *fraccionistas* de 27 de maio.

Ao agir em causa própria, para satisfazer o seu ego e suas ambições, Segunda colocou em evidência o Bairro do Balão, até então insignificante, "que só existia na cabeça de seus moradores" (MMM, p. 75), passa a ser visto pelo Estado em convulsão como um espaço com pretensões fraccionistas, ou seja, estaria "se emancipando" em descompasso com o resto da nação.

Na verdade, ficamos sabendo posteriormente que o filho Hermínio e outros jovens do bairro desenvolviam ideias críticas ao novo governo e se reuniam para discutir e propor mudanças. Tais movimentos não passaram despercebidos pelos indefectíveis espiões daquele período. Criou-se assim um paradoxo diabólico, em que as pretensões de poder de Segunda, de caráter situacionista e personalista, se conjugam inadvertidamente com as atividades desenvolvidas pelo filho e companheiros, de cunho crítico e oposicionista, projetando um ilusório movimento coeso de oposição política e disputa de poder!

A ironia em todo esse imbróglio está no fato de que tanto o mentor e incentivador das ações eleitoreiras de João Segunda quanto o suposto delator da "conspiração" dos jovens do Bairro do Balão é o inescrupuloso Comandante, seu genro.

A representação literária desenvolvida por Boaventura Cardoso para o que se segue é de grande força expressiva e simbólica. Durante a noite, uma monstruosa matilha invade o Bairro do Balão, e enormes cães atacam os

jovens do lugar, sequestrando-os de maneira misteriosa para um campo de concentração nos confins do país, que pouco depois os moradores do bairro ficarão sabendo se chamar Finisterra. Apesar do aspecto fantástico dos eventos descritos, a própria narrativa cria uma intrigante ambiguidade ao falar de cães treinados militarmente, usados em tempos de guerra, possibilitando assim uma perspectiva realista a fatos tão inusitados (cf. MMM, p. 82-3).

2.2.3. A segunda viagem de Segunda

Em um dos ataques dos cães, o próprio João Segunda é preso e torturado pela polícia. Durante seu interrogatório, ouve dos acusadores que ele “como presidente do Bairro era o primeiro quem que tinha culpa pela confusão [...], falaram que tinha muita agitação nocturna no Bairro, que constava mesmo é que o Bairro do Balão queria voar liberdades...” (MMM, p. 84). Apesar de tudo, ele é solto pouco tempo depois e retorna para casa, onde fica sabendo que não há quaisquer notícias do filho mais velho e dos demais jovens desaparecidos.

A partir desses eventos, a vida da família se transtorna. Os moradores pressionam firmemente o velho Segunda a tomar providências para encontrar o paradeiro dos moços, pairando também sobre ele dúvidas quanto a sua responsabilidade nesses desaparecimentos. Hortênsia, que havia tido uma filha, separa-se do marido mau-caráter depois de sofrer inúmeras violências domésticas e infidelidades. Pouco tempo depois, o mesmo Comandante é preso por contrabando de diamantes e evasão de divisas, sendo que João Segunda participara também deste último crime (cf. MMM, p. 156).

Após várias diligências para tentar encontrar e libertar os jovens do bairro — inclusive a realização de dois *kombas* para a falecida dona Zefa, pois alguns concluíram que o esquecimento dessa cerimônia tradicional do luto poderia ser a causa de tantos infortúnios —, o protagonista decide viajar para Finisterra e tentar resolver lá o problema dos filhos do bairro. Porém, Segunda não é movido apenas pelo sentimento paterno, mas vê nessa decisão a oportunidade de recuperar a popularidade que ia perdendo dado à desconfiança dos moradores do bairro, os quais o ameaçavam destituí-lo dos cargos tão febrilmente conquistados.

Isso não admitiria nunca. Queria, tinha de morrer presidente de alguma coisa. Lhe deixassem lá estar até nos últimos dias da vida dele, que pressentia não estarem assim tão longe. Morreria como Presidente do Conselho de Moradores do Prédio e da Comissão do Bairro do Balão, embora esses cargos não tivessem hoje tanto prestígio como antes (MMM, p. 122-123).

A segunda viagem de Segunda é uma verdadeira odisseia no sentido clássico da palavra. E, da mesma forma que o guerreiro grego Ulisses, o mandachuva negro deve descer ao inferno à procura de informação e, se possível, encontrar as pessoas queridas que desapareceram.

Na verdade, Finisterra denominava um lugar misterioso e secreto, sendo que sua verdadeira natureza não estava clara para ninguém, podendo tanto ser um campo de concentração, um centro de reeducação para indivíduos divergentes do regime ou até mesmo um lugar místico:

Finisterra não era nem o céu nem o inferno, era uma simples breve passagem para uma meditação transcendental sobre a essência da vida humana, a fonte confluyente da Matéria e da Energia, o *yin* e o *yang*, os contrários gémeos, lá que se combinavam os princípios espirituais de Orin com as técnicas energéticas de Da-Ben. Que estavam falar (MMM, p. 132).

Sua real localização é descoberta pelo protagonista de uma maneira que o romance elide ao leitor, mas que, num rompante aparentemente irônico, o velho Segunda sugere vir da mágica cabra Tulumba (cf. MMM, p. 137).

Um solitário Segunda percorre o norte do país de ônibus e trem, numa viagem desconfortável e perigosa, através da qual vislumbra paisagens diversas, relaciona-se com gentes de diferentes culturas e dialetos desconhecidos, sempre desconfiado e atormentado por medos e culpas difusas. E, ao contrário da fuga para Luanda, a nova jornada se faz do litoral para o interior, sendo o destino final um lugar fictício entre as fronteiras de Angola com o Congo e a Zâmbia. A região chamada de Finisterra passa agora a ser nomeada por Boa-Morte, uma pequena comunidade próxima da Zâmbia, onde se localiza a fazenda Boa-Morte, “um micromundo perdido nas distâncias” (MMM, p. 150), na qual Segunda acredita estarem presos os moços do Bairro do Balão.

Ajudado por um antigo enfermeiro do lugar, Sô David, o viajante descobre que a fazenda, também conhecida por Quadrado, é um campo de trabalhos forçados, guardado exclusivamente pelos fantásticos cães como aqueles sequestradores que surgiam no Balão. Na fazenda, jovens de todo o país sofrem todo tipo de carência, trabalhando em árduas lavouras e sem qualquer contato com o mundo externo. A fazenda era comandada à distância por um tal comandante Staffordshire — que os locais entendiam se chamar “Estafora”! (MMM, p. 151) —, um estrangeiro de procedência ignorada.

Depois de infrutíferos comissionamentos de supostos facilitadores que diziam ser capazes de entrar na fazenda, mas que sempre desapareciam com o dinheiro de Segunda, ele decide tentar a sorte e entrar na Boa-Morte, o que de fato consegue de forma algo misteriosa. Durante um período, o homem passa despercebido dos cães, protegidos pelos jovens que o acolheram e protegeram. No entanto, quando descoberto, o viajante é cruelmente maltratado pelos cães e levado ao comandante estrangeiro que, desconfiado, o mantém preso na fazenda por mais de seis meses (cf. MMM, p. 169).

João Segunda retorna para Luanda, quase um ano depois do início da viagem, sem ter encontrado ninguém do Balão, muito menos seu filho, nem qualquer pista sobre o destino dos jovens sequestrados. Só neste instante, ficamos sabendo que Segunda havia levado dinheiro dos moradores de seu bairro para ajudar nas buscas, e, de mãos completamente vazias, o comerciante percebe que sua situação em relação aos vizinhos e a seus cargos só piorara muito, “profundamente preocupado, admitia até a hipótese de ser recebido à paulada por toda aquela gente do Bairro. Embora se esforçasse por afastar essa ideia, ela que lhe reaparecia cada vez com mais força” (MMM, p. 170).

Se o modelo clássico da Odisseia surge nos capítulos da segunda viagem de forma até certo ponto evidente (o tema da jornada solitária, os infortúnios encontrados, bem como a solidariedade de estranhos, a descida ao “inferno” indicada pela pista explícita do nome “Boa-Morte”, a volta para o lar entristecido etc.), parece que esse recurso acaba deixando na sombra, talvez propositalmente, um outro diálogo intertextual ainda mais agudo e certo em sua crítica a um estado de coisas existente nessa terra africana, explicitado no itinerário do viajante Segunda.

O roteiro da viagem de Segunda, marcado pelas indicações das cidades e províncias por onde ele passou, mostra um arco que sai do litoral, trafega pelo norte de Angola e desce a uma região central no extremo leste no país, chegando a uma área geometricamente recortada, que pode ser reconhecida como o Saliente do Cazombo, um quadrado cercado ao norte pelo Congo, e a leste e sul pela Zâmbia — tratando-se, ao que tudo indica, da região simbolizada pelo nome dado à fazenda-campo de concentração: o Quadrado. Interessante notar que bem próximo a esse ponto está a foz do rio Congo, portento hídrico imortalizado na obra *O coração das trevas*, de Joseph Conrad, de 1899.

A famosa viagem do narrador Marlow pelo rio Congo perfaz um arco semelhante, embora muito mais extenso, ao da jornada de Segunda, indo do litoral atlântico em direção ao centro do continente, ao simbólico coração das trevas. Assim como o misterioso e carismático comerciante de marfim, o enlouquecido Kurtz, o comandante estrangeiro Staffordshire se impõe terrível e sem sentido àquelas paragens interioranas: “Alto, corpulento, impecavelmente vestido, camisola de meia manga a condizer com o tom azulado da calça, sapatos pretos novos limpinhos, [...] comandante falava português, embora com sotaque que lhe pareceu estrangeiro” (MMM, p. 167-8). Da mesma forma como *Coração das trevas* não revela o quê de fato Kurtz fazia na selva, controlando nativos encantados por uma mística diabólica produzida pelo gerente inglês, também o leitor de *Maio, mês de Maria* fica sem respostas sobre o comandante estrangeiro e sua infernal “máquina de moer carne”, acionada por cães infernais; apenas ficamos sabendo que se trata do mesmo “horror” revelado nos estertores de Kurtz, já ao final da novela de Conrad, e que tanto impressionou a imaginação de seu narrador, Marlow.

Devemos lembrar que os objetivos de Segunda com essa viagem não se resumiam a encontrar o filho Hermínio e seus jovens companheiros de infortúnio, mas ainda conquistar, com o sucesso da busca, mais prestígio político e social. Unindo as pontas do novelo intertextual destrinchado até aqui, é possível compreender como intenção de fundo na atitude de João Segunda, no seu afã de se constituir como elite política e de prestígio, a busca do controle da extrema violência que imperava então no país — violência de uma tal desumanidade que Boaventura Cardoso escolhe para sua representação os

diabólicos cães que sequestram os moços luandenses e guardam a terrível fazenda. Ali, a violência e o poder nascidos de um estado de exceção se naturalizam.¹⁷

Uma evidência textual capaz de dar maior sustentação a este argumento pode ser vista na cena do interrogatório de Segunda, no qual Staffordshire o interpela com crueldade sobre os motivos que o levaram a invadir o Quadrado e, de forma completamente espantosa para o leitor, e contra o bom senso, o outrora senhor negro de Dala Kaxibo se mantém corajosamente mudo, como se guardasse um importante segredo!

— Diga-me, concretamente, o que é que o trouxe até aqui? — que comandante perguntou saber. — O que é que o senhor veio aqui espiar, responda-me já imediatamente, antes que eu me enerve! — Segunda, nada, estava distante ausente, [...] e ele nada que respondia, uma hora passada... (MMM, p. 168).

Ora, por que razão a resposta de que procurava o filho e seus amigos poderia prejudicar mais a situação de Segunda, quando poderia talvez comover o coração do encarniçado comandante? Vemos aqui uma astúcia narrativa que leva o sentido do romance para outras esferas interessantes.

Uma outra passagem pode nos oferecer mais provas sobre essa vontade implícita de Segunda de encontrar a chave da violência e até consequentemente o poder que dela emana. Ao retornar para casa, depois de tantos meses passados nessa busca sem resultados, o protagonista de fato enfrenta a ira dos seus vizinhos e eleitores, e acaba perdendo um de seus cargos, o de presidente do conselho do Prédio do Balão — o que o deixa bastante deprimido. Ainda mais uma vez o recurso ao esforço de encontrar os moços sequestrados parece ser a melhor saída para reconquistar a autoridade

¹⁷ Trabalhamos aqui com a teoria do “estado de exceção” desenvolvida por Walter Benjamin (1986), e que tem sido discutida por autores como Derrida e Agamben, bem como por intelectuais brasileiros como Seligmann-Silva e Vladimir Safatle. De acordo com essa teoria, o moderno estado burguês se assenta sobre a violência do estado de exceção, sendo que o controle da violência é a base do poder do soberano, mas também a sua perdição: “Impera não o soberano, mas sim a catástrofe. Melhor dizendo, as catástrofes do presente que serão triunfalmente finalizadas com uma catástrofe futura” (SELIGMANN-SILVA, 2007, p. 224). Na situação africana, em especial o período abordado aqui por Boaventura Cardoso, fica mais evidente essa relação entre violência e poder: “O militarismo revela uma dupla face da violência: enquanto uma compulsão [*Zwang*] para seu uso generalizado como meio para fins de Estado, ou seja, como meio para fins jurídicos, ela se revela tanto como ‘instituidora de direito’ como também, por outro lado, como ‘mantenedora de direito’” (ibid., p. 208).

política que vai se perdendo. Segunda decide então partir em direção ao sul, voltando à Dala Kaxibo e seguindo até outro misterioso campo de concentração, a fazenda Juventude Operária.

Agora ao lado de um amigo que o leva em seu caminhão, os dois companheiros de viagem presenciam uma paisagem aterradora: onde antes era uma próspera região agrícola, em que ele construía sua fortuna inicial, se assemelhava a um deserto de escombros, sem gente, sem cultivos, sem esperança — verdadeira terra devastada: Segunda mais uma vez transita por um caminho perigoso. No meio da viagem, ele e seu companheiro são assaltados por um grupo de militares que, após se apossarem de todos os seus pertences, ateam fogo no caminhão, abandonando-os sem nenhum recurso para prosseguir viagem.

Ao caminharem pela estrada, eles se deparam com um velho e misterioso camponês, que aparece subitamente e, sem dizer qualquer palavra, dá a entender que os conduzirá à fazenda Juventude Operária. O velho é seguido por um cão preto — desta vez, não uma besta treinada, assemelhando-se mais a um vira-lata de mau agouro. Guia e cão configuram uma atmosfera de insegurança e desconfiança para os dois viajantes que, sem alternativas, continuam a segui-los. Depois de algumas escaramuças, as sinistras personagens desaparecem da mesma forma misteriosa como haviam surgido. Os amigos chegam por fim à tal fazenda, onde são bem recebidos e confortados.

O estabelecimento também tem um chefe que, desta vez, não é descrito nem nomeado, mas no primeiro contato não passou confiança aos dois viajantes. Mesmo assim, Segunda não teve receio agora de lhe pedir ajuda em encontrar os jovens desaparecidos, certamente porque a nova fazenda não se apresentava violenta e insondável como a Boa-Morte. Depois de algum tempo, o chefe retorna com a informação de que os jovens não estão ali, o que leva Segunda ao desespero e a contrariar o administrador que, sem qualquer razão, faz uma estranha defesa de sua honra e da natureza benéfica daquele lugar: “Se estão mortos ou não, não sei. Aqui não o foram de certeza. Isto aqui é, como vocês puderam constatar, não um campo de concentração, mas uma simples fazenda. Aqui não há nenhum preso. Apenas colaboradores” (MMM, p.

197). Será mesmo? Pela segunda vez, o velho Segunda volta para casa sem nenhuma reposta, muito menos com algum dos desaparecidos.

Seria possível considerar essa jornada como uma terceira viagem, mas na verdade se trata de um apêndice ou continuação daquela que chegou até a fazenda Boa-Morte, pois tem a mesma finalidade e configuração, ou seja, ir a campos de concentração em busca dos sequestrados. Dentro das condições historicamente dadas (conflitos armados, cisões dentro do grupo de poder), Segunda, o representante da elite em formação, não obtém êxito no controle da violência (não resgata os jovens da comunidade que liderava), um fator indispensável para a real conquista do poder que almejava. Essa impossibilidade dá início à sua decadência política e ruína pessoal.

Essa segunda viagem, dividida em duas partes, apresenta ainda uma função diegética precisa: a busca fracassada de um presente raptado, simbolizado pela *juventude sequestrada*. Uma possível dedução a que somos levados, conforme o raciocínio esboçado até este ponto é que, emblematicamente, os jovens angolanos, envolvidos na nebulosidade do 27 de maio, foram conduzidos a um lugar que carrega no nome, Finisterra, a vocação para o abismo. A criação desse campo de desterro talvez se explique por uma atmosfera paranoica que a rebelião fez emergir, criando uma situação cujas verdades ainda aguardam o desvelamento.

2.2.4. A epifania de Nossa Senhora de Fátima e a derradeira viagem de Segunda

Segunda consegue voltar mais uma vez para seu apartamento em Luanda e, imediatamente, descobre que o filho do meio, Horácio, havia também desaparecido. Tomando uma atitude vigorosa, o desesperado pai dirige-se ao primeiro gabinete do governo que lhe vem em mente e exige a liberdade de Horácio; no que é atendido não sem antes chegar, temerariamente, quase à agressão física ao oficial que o atendera. Essa foi a última ação bem sucedida de Segunda, depois disso ele é tomado de uma profunda apatia, desiludido de tudo, até mesmo de seus cobiçados cargos. Ele até decide vender a adorada cabra Tulumba, num último e desesperado

recurso de recuperar, magicamente, o filho Hermínio! Venda que afinal não se concretiza.

O Bairro do Balão em desespero depois do fracasso de seu vaidoso presidente, que inclusive abandonara suas atividades oficiais, e sentindo-se completamente desamparado apela para a fé, preparando uma grande procissão para Nossa Senhora de Fátima, provavelmente no dia de sua celebração oficial, 13 de maio, apesar de essa data não ser especificada no romance. O cortejo deveria sair da igreja dedicada à santa no Bairro do Balão e perfazer um longo percurso pelas principais avenidas da capital, terminando no emblemático Largo Primeiro de Maio, o qual se abre para o mais que simbólico Largo da Independência.

O último capítulo é todo dedicado aos preparativos da procissão e à sua realização. O empenho dos fieis e, principalmente, a ardente devoção com que eles arranjavam a festa, acabou despertando o interesse do restante da população da cidade. Há até uma cena patética em que três desconhecidos começam a rondar o bairro à procura de Segunda, que então não saía mais de casa derreado em profunda depressão. Os moradores, sensíveis aos temores da época, pensaram se tratar de espiões querendo levar o seu presidente Segunda. No entanto, era apenas uma comissão do governo da capital querendo se incorporar aos preparativos da procissão, num bem-vindo conagração entre os bairros de Luanda.

No dia da santa, o padre e o andor de Fátima seguem à frente de uma multidão de crentes. Já ao final do cortejo, o povo devoto começa a ouvir, apavorado, os latidos dos cães raptos. A procissão se desmancha numa barafunda de pessoas em fuga, tomadas de incontrolável pânico. Apenas o Padre e os carregadores do andor se mantêm firmes em suas posições (apesar de somente o sacerdote mostrar-se realmente corajoso, um dos transportadores acaba se urinando!). A matilha se aproxima ameaçadoramente dos religiosos e a cena ganha dimensões trágicas. Quando as centenas de cães estão prontas a atacar os cinco fiéis remanescentes, dá-se o milagre: “a Santa falou assim: VINDE EM PAZ! Que ela falou altissonante! Eh! Eh! Eh! Todo mundo ouviu a Santa falar aquelas santas palavras” (MMM, p. 226-7). Nesse instante, os cães se transformam em homens e passam a confraternizar com o povo que retornava maravilhado à celebração.

Enfim, passada a tremenda angústia, a procissão chega ao Largo Primeiro de Maio, onde se procede a uma missa campal. Durante a adoração, mais um milagre: ressurgem de forma fantástica os jovens há tanto tempo desaparecidos. Entre eles, o tão buscado Hermínio que, como os demais retornados, procura ansioso seus familiares. Os conhecidos lhe avisam que sua família não está lá, mas certamente num hospital onde Segunda expira.

O romance termina com uma grande epifania. No meio da celebração, a imagem de Nossa Senhora sobe lentamente aos céus diante dos olhares abismados do povo fiel que então entoia louvores agradecidos à Virgem redentora. No apartamento dos Segunda, a cabra Tulumba morre no mesmo momento que seu dono parte para a derradeira viagem.

2.3. Segunda: um segundo Fausto?

*Vivemos uma era fáustica, destinada a enfrentar
Deus ou o Diabo antes que tudo isso se cumpra, e
o inevitável minério da autenticidade é nossa
única chave para abrir a porta.*

Norman Mailer

Nas seções anteriores, procuramos colocar em evidência algumas das características mais peculiares da obra em estudo, as quais nos servirão agora como eixos para uma análise interpretativa de maior abrangência. Uma das que chamam mais a atenção é o jogo entre representações realistas e as narrativas fantásticas, ou sedimentadas no real maravilhoso,¹⁸ que ocorrem espaçadamente, mas sempre com grande impacto imagético e simbólico. O próprio prefaciador, Luandino Vieira, cita em primeiro lugar esse traço do livro: “Ardilosamente, o Autor vai aplainando uma **moldura de realismo e fantasmagoria** para esse quadro difuso de exacerbada religiosidade sincrética do povo luandense” (in MMM, p. 9 – grifos nossos).

Semelhante jogo remete ao movimento da História, à procura dos fatos, contextos e personalidades sobre os quais o texto se constrói realisticamente, mas também exige uma leitura que ultrapasse o mero acompanhar do relato de uma vida singular, no caso a do comerciante assimilado e sua família, indo em direção a uma interpretação simbólica, na qual suas metáforas, alegorias e *topoi* (ou, como diz Luandino referindo-se à imagem dos cães: “essa metáfora, ou hipérbole, parábola, fábula ou lenda...” – *ibid.*) estruturam um subtexto talvez muito mais instigante do que a história de vida contada.¹⁹

Uma segunda característica diz respeito ao diálogo intertextual que o texto entabula de forma muito sutil, mas sem dúvida presente e significativa.

¹⁸ Alejo Carpentier, no famoso Prólogo de *El reino de este mundo* – romance inspirado pela sua experiência caribenha – propõe o conceito estético do “realismo maravilhoso” como uma nova poética narrativa e histórica do subcontinente, manifestando a crença numa experiência estética com o “maravilhoso” latino-americano (real) em contraposição com o similar no cânone europeu (artificial): “Después de sentir el nada mentido sortilegio de las tierras de Haití, de haber hallado advertencias mágicas en los caminos rojos de la Meseta Central, de haber oído los tambores del Petro y del Rada, me vi llevado a acercar la maravillosa realidad vivida a la acotante pretensión de suscitar lo maravilloso que caracterizó ciertas literaturas europeas de estos últimos treinta años” (CARPENTIER, 1973, p. 4).

¹⁹ Analisando outra obra fáustica, *Grande sertão: veredas*, Antonio Candido assim nos explica o uso do fantástico na literatura: “E nós podemos ver que o real é ininteligível sem o fantástico, e que ao mesmo tempo este é o caminho para o real” (1964, p. 139).

Apontamos alguns desses diálogos: *O segredo da morta*, a *Odisseia*, *O coração das trevas*, mas outros ainda serão analisados com alguma profundidade ao longo desta seção. Tal intertextualidade fica muito nuançada em razão, especialmente, da forma narrativa e de seu narrador, uma escolha cheia de encantos artísticos bem como de ardis para o leitor — sendo esta uma terceira característica literária sobre a qual nos debruçaremos no momento.

Para além da valorização da forma alegórica na representação da constituição da sociedade angolana no pré- e no pós-independência, Boaventura Cardoso é reconhecido como um cultor da escrita ancorada na oralidade. Conforme o próprio autor assume, ele apresenta “exercícios de estilo”, expressão que, não por acaso, foi escolhida para subtítulo do seu segundo livro de contos, *O fogo da fala* (1980). Numa descrição bem acabada, Fernando J. B. Martinho, no prefácio desta obra afirma que “o escritor trabalha a linguagem como o homem que, com o fogo, trabalha o vidro ou o ferro. O fogo é a força modeladora, transformadora. A fala torna dútil a língua, afeiçoa-a” (in CARDOSO, 1980, p. 12). Em suma, trata-se de um “ferrageiro”, como aquele de Carmona do conhecido poema de João Cabral de Melo Neto. Essa tem sido a linha de força nos estudos da obra de Boaventura, o que nos dispensa, portanto, de prolongar a discussão sobre esse fenômeno.²⁰

Em *Maio, mês de Maria*, constitui exemplo dessas marcas estilísticas da oralidade a recorrência do pronome “que” iniciando sentenças (signo de coloquialismo), numa função extraordinária de objeto direto que oculta o seu verbo. Nessas passagens, pode-se concluir que o verbo em elipse encontra-se no registro semântico de *contar, falar, dizer*. Conta-se... “Que Deus, a só única salvação, podia se evidenciar por intermédio de Fátima, Senhora Nossa”, ... “Que João Segunda, profundamente atingido no orgulho dele”, ... “Que ele estava pressentir que a terra ia tremer lá em Dala Kaxibo”, entre as inúmeras ocorrências ao longo do enredo.

O tempo da narrativa em *Maio, mês de Maria* foge à expectativa de linearidade — outra marca de estilo de Boaventura Cardoso. Neste caso, apesar de as referências ao 27 de maio de 1977 serem até evidentes, não é

²⁰ Ver, por exemplo, Laura Padilha (2002).

possível estabelecer paralelos entre o tempo histórico que serve de substrato narrativo e o tempo ficcional que organiza as ações das personagens.

A instabilidade do tempo do narrado está sintetizada no símbolo “água” que atravessa a narrativa. O curso do narrado descreve um movimento de vai e vem, de revir, como o movimento das “águas revindas constantes”, das “águas idas revindo” ou as “águas idas a revirem” nas expressões cunhadas para simbolizar essa experiência temporal. O tempo, como a água em seu movimento, é matéria inapreensível, mas adaptável à forma que a contém, isto é, a memória de quem narra. Seja pela imagem de rios, oceanos, chuvas ou, na maior parte, da própria água (ou melhor, águas, sempre no plural), as expressões ao mesmo tempo em que revelam a fluidez a forma narrativa, indicam que a construção temporal não segue um curso definido.

Ainda sobre as expressões que remetem à simbologia da “água”, interessa assinalar que as marcas de uma temporalidade fluida (“águas revindas constantes”) poderiam, numa leitura feita através de lentes redutoras, denunciar discrepâncias nessa experiência do tempo, quando, na verdade, é resultado de uma construção arquitetada em “exercício de estilo”. A fluidez, os desvios e o curso incerto que toma a narrativa são traços característicos de uma “contação” que pressupõe narrador e interlocutor(es) em presença. Em razão disso, detectam-se alguns paradoxos temporais dentro do enredo, dos quais não trataremos no presente estudo. No entanto, não podemos deixar de indiciar que tais “problemas” de construção temporal podem significar recursos originais de expressão e crítica, merecendo assim futuros estudos.

O narrador corresponde ao tipo denominado de “focalização interna” (cf. REIS, 1975, p. 363) ou “onisciência seletiva” (cf. FRIEDMAN, 2002, p. 178), em que o mesmo, não se constituindo em personagem, relata os acontecimentos como se estivesse ao lado da personagem e tivesse acesso aos seus pensamentos imediatos. Mas ele ainda apresenta uma qualidade diferenciadora em relação às categorias aqui definidas, o narrador boaventurano age como se tivesse ouvido a história em outros tempos e a repete em termos de uma dramatização literária, com o direito de preencher ficcionalmente os fragmentos da memória, sem, contudo, falsear o substrato histórico.

Na obra de Boaventura Cardoso, se por um lado o enredo se desenrola em torno de referências factuais, tendo por eixo o maio de 1977, por outro lado, afirma Inocência Mata, as “referências ideológicas” têm como primeiro sinal “o tempo de distopia que, dois anos depois da independência, já começava a manifestar-se” (MATA, 2005, p. 154). Mas, as distopias “são frequentemente criadas como avisos ou como sátiras, mostrando as atuais convenções sociais e limites extrapolados ao máximo”.²¹

A dicotomia utopia vs. distopia, ou pós-utopia, frequenta as letras angolanas desde seus primeiros exercícios de literatura nacional. Um ou outro aparece como tema relacionado à luta anticolonial, ao movimento de libertação nacional, ao projeto de construção da nação e, atualmente, à crítica da situação pós-independência. Dos poemas de *Sagrada esperança* ([1977] 2009), de Agostinho Neto ao romance *A geração da utopia* (1991), de Pepetela, muita água passou sob a ponte que se pretendeu construir rumo a um futuro soberano e igualitário.

Em *Maio, mês de Maria*, a utopia pré-independência mostra-se irremediavelmente remetida, junto com o sonho dos jovens angolanos, a uma nebulosa Finisterra. Os novos donos do poder, em seu desentendimento na condução do país, enfim liberto das garras coloniais, transformam-se, eles próprios, em agentes da profana desesperança. É como se o temido polvo — metáfora da opressão colonial —, monstro derrotado pela geração da utopia na figura do herói Aníbal,²² ressuscitasse nas águas turbulentas do país independente, produzindo assim o elenco de personagens distópicas na literatura angolana nas cenas pós-1975.

Crítica e denúncia, a tensão entre utopia e distopia, o remexer de feridas não cicatrizadas, a literatura como representação e interferência na realidade, todas essas características e escolhas que fizeram e fazem parte da produção ficcional de Boaventura Cardoso acabam por determinar o uso de uma linguagem e estratégias literárias bastante elaboradas. Por isso, o discurso truncado, em geral altamente poético, mas que exige do leitor que complete as

²¹ As palavras de Russell Jacoby serviram de continuidade a esse raciocínio: “Nesse aspecto, [as distopias] diferem fundamentalmente do conceito de utopia, pois as utopias são sistemas sociais idealizados e não têm raízes na nossa sociedade atual, figurando em outra época ou tempo ou após uma grande descontinuidade histórica” (JACOBY, 2007, p. 31).

²² Pepetela, *A geração da utopia*, capítulo “O polvo (1982)”.

lacunas, refaça a sintaxe, perceba os subentendidos, a fim de lhe inferir o sentido e conseguir seguir a “estória”. Por isso também, a construção temporal instável, com dificuldades para localizar os possíveis eventos históricos que garantiriam uma melhor interpretação da intriga, e até mesmo os citados “paradoxos temporais” que, a princípio, poderiam denunciar uma certa falha no artesanato romanesco — mas, lembremos, é uma característica do relato griô, que tem na expressividade e não na amarração verossímil a sua principal qualidade!

O narrador, um griô literário, conta aquilo que soube ou ouviu de outros, procura dar direção aos eventos e suas cenas, mas também busca seu sentido, seu significado, junto com o leitor (o ouvinte literário), pois esse sentido ainda não está preciso e, certamente, nem a história conclusa. Tal instabilidade narrativa, fortemente expressiva e desafiadora ao leitor, pode ser relacionada a uma tradição especialíssima da produção literária, a da literatura irônica e combativa, conforme a definiu Alexander Herzen ao abordar o uso da paráfrase e da ironia nas obras escritas sob censura:

A paráfrase traz em si os vestígios da revolta e da luta, é mais apaixonada do que a mera afirmação; um termo figurado, por baixo de seus véus sempre diáfanos, é de longe mais vigoroso para aquele que quer compreender. A palavra escrita sob censura concentra mais o sentido, é mais precisa. Falar de tal modo que o pensamento seja claro, mas que as palavras cheguem ao leitor como que por si mesmas — eis o melhor modo de convencer. O que permanece nas entrelinhas aumenta o poder da palavra; a nudez inibe a imaginação. Aquele leitor que sabe o quanto o escritor tem de ser precavido, lê com mais atenção; um vínculo secreto une-o ao autor: um esconde o que escreve, o outro o que entende (Herzen, *Russlands soziale Zustände* [As condições sociais da Rússia], *apud* OEHLER, 1997, p. 27).

Se Boaventura hoje não precisa enfrentar a mesma situação de censura que o antigo líder socialista russo e sua geração encararam, as complexas condições que a realidade histórica de seu país e do continente africano impõem à realização artística parecem exigir a paráfrase, a paródia, o símbolo, a alegoria e a fórmula poética na prosa, a fim de que emergjam do texto “os vestígios da revolta e da luta”, pois, “o que permanece nas entrelinhas aumenta o poder da palavra”.

Por fim, a última grande característica a ser discutida sobre esse romance desconcertante que é *Maio, mês de Maria* relaciona-se com a entranhada dicotomia entre moderno e antigo que, com toda certeza, é a responsável pela pulsação original da obra. De um lado, um narrador griô: representante não apenas de uma cultura tradicional e popular, como também conterrâneo do aedo ou rapsodo clássico, poeta e fabulador da memória épica de antigas nações, em que o entusiasmo (no sentido de inspiração divina) se destinava a preservar os mitos e histórias de sua nação. Do outro lado, a estrutura romanesca de elevada modernidade: a composição fragmentária, a falta de linearidade temporal, as lacunas diegéticas, a inversão de cenas, entre outras conquistas dos movimentos vanguardistas dos Novecentos, conforme já mencionado no início deste capítulo.

É como se, para conseguir representar com a máxima expressividade a formação de uma pérfida elite na recém-independente nação angolana, Boaventura Cardoso necessitasse conjurar um grande número de tradições literárias a fim de dar conta dessa tarefa dantesca, só para citar *en passant* mais uma das tradições por ele trabalhadas.²³

É assim que o griô, com sua fala que conjuga alternadamente o estilo elevado com o baixo — a tão moderna “mescla de estilos”, na definitiva formulação de Auerbach²⁴ —, alia-se ao aedo épico com a estruturação da epopeia: o já mencionado uso da estratégia *in medias res*, a larga utilização de símiles (em especial os ligados à imagem da “água”, também já referidos aqui), além das referências mais diretas ao enredo de obras clássicas, como a *Odisseia* de Homero.

É assim também que o relato fragmentário dá conta da representação da situação do sujeito moderno (ou pós-moderno, como querem muitos) com sua “vida administrada” (cf. Adorno, 2003a), mas nem por isso mais inteligível e justificável para o próprio indivíduo, faça ele parte da elite ou não.

²³ Na sintética definição de Houaiss: “Próprio do estilo ou das cenas do *Inferno de Dante*, primeiro dos três poemas que compõem a *Divina Comédia*, caracterizado por uma descrição angustiante e terrível dos suplícios infernais” (2001, verbete “Dantesco”).

²⁴ “... a mistura do que vai até a indignidade física com a mais alta dignidade espiritual, é dificilmente tolerável até mesmo hoje em dia, em que há uma tendência a se admirar as extremas misturas de estilo na arte moderna; mesmo num poeta tão venerado como Dante raramente estas passagens são entendidas em seu significado pleno” (AUERBACH, 1997, p. 74).

Essa mescla de recursos literários tradicionais e modernos, de estilos e linguagens lembra e muito as estratégias adotadas por Goethe ao representar o nascimento de uma outra elite, em outro momento histórico — mas que está indelevelmente ligada à da elite africana pós-independência —, falamos da elite burguesa no momento da transição do feudalismo para o capitalismo: falamos da tragédia *Fausto* em suas duas partes. Ali também Goethe precisou tomar da tradição a régua e o compasso para seu esforço de representar expressivamente o nascimento não do homem burguês simplesmente, mas da elite que se tornaria hegemônica após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Entretanto, não se trata da tragédia clássica pura, com suas bem definidas características aristotélicas (cf. a *Poética*), mas de um drama que se articula com a épica e se encontra no embate entre as escolas românticas e neoclássicas do século XIX. Segundo Marcus Mazzari:

Universal e enciclopédico como a *Divina Comédia*, o poema alemão foi construído, entretanto, sob a apropriação genial de toda a riqueza de gêneros, metros e formas poéticas da literatura ocidental. Se, desse modo, o *Fausto* se constitui não apenas como síntese do conhecimento, mas também como *summa metrica et poetica* sem paralelo na literatura mundial, cumpre lembrar que as formas de que Goethe se apodera, muito mais do que promover um multifacetado e cambiante jogo artístico, são sempre mobilizadas no sentido de adensar o nível dos significados, convertendo-se assim metros, ritmos, rimas, sonoridades em componente intrínseco da mensagem poética (2011, p. 15).

Numa análise mais detida, verificaremos que as coincidências apontadas entre obras tão díspares no tempo e na forma não se resumem apenas ao tema (a formação e desenvolvimento de uma determinada elite) e às estratégias literárias (mesclas de gêneros e estilos, entre o antigo e o moderno), mas que Boaventura de forma sutil usou ainda o modelo do Fausto goethiano para a armação de seu romance. Consideremos, portanto, os paralelos.

Assim como o *Fausto*, o romance *Maio, mês de Maria* se divide em duas partes, conforme ficou claro na reconstituição que fizemos acima. Na obra de Goethe, a primeira parte refere-se ao “pequeno mundo”, à comunidade acanhada e limitada que correspondia à sociedade feudal, que a *aspiração* de Fausto ajudará a destruir. Na segunda parte, temos o “grande mundo”, o

ambiente urbano e cosmopolita que dará ensejo ao desenvolvimento da sociedade burguesa. A metáfora entre o pequeno e o grande mundo de Fausto cabe como uma luva à passagem do regime colonial para a nação autônoma no romance de Boaventura Cardoso. Vimos no desdobramento da história de João Segunda como a saída da zona interiorana e subordinada ao colonialismo (Dala Kaxibo) para a capital angolana possibilitou à família de ex-assimilados o acesso a outros e maiores bens materiais, culturais e simbólicos impossíveis de serem obtidos na situação anterior — inclusive, e mais importante, o acesso ao poder político, absolutamente vedado a eles no sistema colonial.

O pacto diabólico de Fausto ocorre na Parte 1 da tragédia, e terá seu desfecho e cumprimento no final da Parte 2.²⁵ Neste ponto, Boaventura cria um importante desvio em relação ao modelo: o pacto de Segunda também se dá na primeira parte, mas, ao contrário de Goethe, ele não está explicitado, sendo esta mais uma das astúcias literárias a constituir desafio à sua recepção (por sinal, uma das marcas distintivas que Goethe quis dar a sua tragédia!)²⁶. Através de relatos fragmentários e difusos no texto, o leitor fica sabendo que antes do nascimento dos filhos e, portanto, durante a constituição de sua primeira riqueza, ainda no “pequeno mundo”, João Segunda adquirira a cabra mágica Tulumba, da qual os poderes, não muito claros, parecem ter possibilitado o enriquecimento de seu dono, o aviso das profundas transformações sociais, sua adaptação e novo sucesso financeiro na capital, além de ter indicado a suposta localização de Finisterra. Nada disso está dito de modo inequívoco no romance, mas a configuração das cenas e fragmentos não deixa dúvidas sobre o caráter diabólico do animal.²⁷

No *Fausto*, a primeira aparição de Mefistófeles ao herói trágico acontece na forma de um cão negro (versos 1.147 e ss.), sendo essa a “forma predileta” do Diabo segundo o próprio Fausto (cena em prosa “Dia sombrio – campo”).

²⁵ No presente trabalho, as referências à tragédia *Fausto* serão feitas com base na tradução de Jenny Klabin Segall (GOETHE 2010 e 2011).

²⁶ “...há muito tempo elegi o procedimento de revelar o sentido mais profundo ao leitor atento por meio de configurações que se contrapõem umas às outras e ao mesmo tempo se espelham umas nas outras” (GOETHE, carta de 27 de setembro de 1827 a Carl J. L. Iken, apud MAZZARI, 2011, p. 7).

²⁷ De forma indireta, ficamos sabendo como funcionava o relacionamento entre Segunda e Tulumba, quando aquele recorda a história de um certo pastor, lá em Dala Kaxibo, com uma de suas vacas chamada Cristina. Ao fim da recordação, o narrador revela: “Eh! Em Dala Kaxibo o pastor era considerado feiticeiro, alma do Demo que andava por ali a espiar a vida de muita gente. Eh!” (MMM, p. 90).

Na tradição popular, incluindo-se aí a angolana, a cabra e o bode são também figurações do demônio, havendo portanto no romance uma sobreposição das duas figuras em Tulumba que é, ao mesmo tempo, cabra e animal de estimação do tipo canino. Os termos do pacto também não estão registrados na obra de Boaventura, mas da mesma forma se pode deduzir que a vida de Segunda está ligada à da cabra e, mais importante, que ela pode ser trocada pela vida dos filhos caso isso seja necessário: “Se um dia lhe roubarem um dos seus filhos, ofereça em troca [a cabra] para que o seu filho regresse à casa em paz” (MMM, p. 219).

No final do que seria a primeira parte de *Maio, mês de Maria*, assistimos à morte de dona Zefa, amada esposa do comerciante negro e, ainda de forma difusa, somos levados a desconfiar da responsabilidade de Segunda por esse falecimento. Uma das principais suspeitas é expressa pela filha Hortênsia ao envolver na intriga o íntimo criado Lusala, conhecedor de inconfessáveis segredos do patrão: “... se ele Lusala achava que a morte da mãe tinha sido uma morte de Deus ou do Diabo, porque é que o pai não tinha procurado prever através de Tulumba o que estava para acontecer à mãe na estrada quando que fugiram de Dala Kaxibo” (MMM, p. 209). E Lusala revela sem revelar que:

A própria morte de dona Zefa tinha para ele uma explicação clara e evidente que não revelaria a ninguém, nem ao seu bom dele patrão. Quanto à cabra Tulumba que ele sabia realmente muita coisa. Apesar de entre ele e o patrão ter **pacto secreto** sobre a vida verdadeira real de Tulumba, parecia que Samuel Lusala tinha no caprídeo outras informações que patrão dele não podia conhecer (MMM, p. 207-208 – grifos nossos).

Na tradição literária inspirada no mito fáustico, é uma consequência fatal do pacto diabólico que o herói perca a pessoa que mais ama. Por isso, Fausto presencia a morte de Gretchen na Parte I da obra de Goethe, para depois perder a fantástica Helena de Troia na Parte II; Adrian Leverkühn vê morrer o amado sobrinho Nepomuk no romance *Doutor Fausto*, de Thomas Mann; e Riobaldo só descobre que Diadorim era mulher depois de sua morte em *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Mann deixou tal exigência

diabólica absolutamente explícita em sua obra-prima faustiana, durante a ratificação do pacto diabólico:

Em compensação, vamos servir-te e obedecer-te em tudo nesse ínterim, e o Inferno te beneficiará, contanto que abjures de tudo quanto vive, de todas as hostes celestes e de todos os seres humanos. Pois assim deve ser.

EU (sentindo um vento extremamente glacial): — Como? Isso é novo para mim. Que significa essa cláusula?

ELE: — Significa renúncia, e nada mais. Pensas, acaso, que os ciúmes têm seu domicílio somente nas alturas e não nas profundezas também? Tu, ó distinta e bem-feita criatura, te prometeste e uniste a nós. **Não te será permitido amar.** (MANN, 2000, p. 252 – grifos nossos.)

Para além do mencionado “ciúme” diabólico, a lógica de tal cláusula se deve ao caráter transcendental do amor, sendo ele a mais importante das virtudes teologais (cf. 1Coríntios 13.13),²⁸ portanto um empecilho à atuação demoníaca.

Se dona Zefa está longe da imagem pura e juvenil de Gretchen (outro importante desvio do modelo goethiano), a matriarca tem, como a jovem alemã, uma profunda ligação com sua terra e seus costumes, estando bem integrada no “pequeno mundo” da história em que se insere. A relação intertextual que Boaventura cria entre a esposa de Segunda e a protagonista do romance *O segredo da morta* oferece ainda outros importantes significados: a imagem positiva de um grupo social de negros e mestiços integrados à sociedade burguesa, servindo de ponte entre os costumes ancestrais e a modernidade capitalista.²⁹ Em *Maio, mês de Maria* esse grupo morre simbolicamente com dona Zefa.

Como o pacto diabólico se estabelece com base em relações espúrias, seja com o colonizador (“germinada contra natura”, conforme a citada expressão de Luandino Vieira) seja com uma perniciosa classe dirigente do pós-independência, a articulada e sincrética Zefa seria um estorvo para o novo tipo de desenvolvimento pessoal que João Segunda teria de empreender,³⁰ da

²⁸ O Fausto de Goethe, pouco antes de firmar o pacto com Mefistófeles, parodia esta passagem bíblica em tom blasfemo: “Fluch jener höchsten Liebeshuld! / Fluch sei der Hoffnung! Fluch dem Glauben” [Maldito o supremo favor do amor! / Maldita seja a esperança! Maldita a fé] (v. 1604-5 – tradução literal).

²⁹ “Se Assis Júnior escolhe a vila do Dondo como lugar de análise, é na medida em que o sistema de relações comerciais, o sistema de troca, põe em contacto os diferentes grupos da estrutura social angolana” (MARGARIDO, 1980, p. 396).

³⁰ Uma das muitas passagens que confirmam a oposição que Zefa exerceria contra os negócios escusos do marido, caso estivesse viva, se dá quando o velho Segunda, numa

mesma forma como Gretchen se constituiria num peso morto para Fausto no “grande mundo” da tragédia goethiana.

Na segunda parte da história da família Segunda, o pactuário perde ainda o filho Hermínio, seu primogênito e, visivelmente, o filho favorito. O rapaz na verdade não chega a morrer, mas seu desaparecimento é definitivo para o protagonista, já que ele só retorna ao lar após o falecimento do pai. Seguindo a lógica fáustica, a não aceitação de seu desaparecimento leva o pactuário a um conflito com os termos do pacto, razão pela qual ele é aconselhado por um empregado dito feiticeiro, o Catorze, a se desfazer da cabra Tulumba a fim de resolver os graves problemas que se abateram sobre o Bairro do Balão: “... fala mano Catorze!, [...] bom, mano, para acabar com todos os problema é melhor o patrão matar ou vender Tulumba!!! [...] As águas tinham se rebelado, podiam se confluir novamente?” (MMM, p. 204), o que se ajusta perfeitamente com a recordação acima citada de Segunda sobre a instrução de quem lhe vendera a cabra mágica.

O romance de Boaventura Cardoso termina com uma epifania de Nossa Senhora. O maior paralelo com a cena final de *Fausto II* (Quinto Ato – Furnas montanhosas) está na ascensão aos céus da imagem de Fátima, como ocorre com a própria Virgem Maria na obra de Goethe, em meio a uma profunda comoção mística. Na verdade, o último capítulo de *Maio, mês de Maria* articula temas e situações inspirados nas duas últimas cenas de *Fausto II*. Na cena denominada “Inumação”, Goethe cria uma exótica disputa entre demônios e anjos pela alma do falecido Fausto. Boaventura, em seu capítulo 34, troca o objeto da disputa: em vez da alma de João Segunda, ainda agonizando no momento da procissão, o que está em jogo é a união e conagração da população luandense, a qual, depois dos mal-entendidos fraccionistas, poderia iniciar uma nova etapa de sua história a partir das festividades em homenagem à santa de Fátima.

Há ainda um importante deslocamento feito em *Maio, mês de Maria* de uma peripécia da cena “Inumação”, a penúltima do *Fausto II*: a chuva de rosas que cai sobre os demônios, provocada pelos anjos redentores de Fausto, que

conversa com o espírito da defunta, afirma: “Eu sei Zefa, que se fosses viva nunca terias aceite este casamento, eu sei. Mas agora já é tarde, está o mal feito” (MMM, p. 100). No entanto, o casamento, conforme dissemos antes, foi a primeira etapa do desenvolvimento econômico e político de Segunda na capital angolana.

altera o comportamento daqueles e permite então arrebatá-la a disputada alma. No romance de Boaventura, um episódio semelhante ocorre no capítulo 24. Segunda conseguiu entrar na fazenda Boa-Morte e havia se misturado aos jovens presos, no entanto, cansado e com sede, ele desmaia durante uma marcha forçada e é descoberto. Os cães, vigias do lugar, o atacam violentamente quase até a morte, que é evitada miraculosamente pelo aparecimento da imagem de N. S. de Fátima no céu, que se torna vermelho. Os cães param de atacar o velho Segunda e, logo depois, cai sobre todos uma “chuvinha de muitas gotas vermelhas” (MMM, p. 167). O viajante se salva do ataque e, então, ele passa seis meses preso ao lado daqueles moços, sendo tratado com solidariedade e carinho, apesar da situação extrema em que viviam.³¹

Podemos ver nesse deslocamento que, diferente do falecido Fausto, o protagonista teve sua chance de arrependimento e remissão ainda em vida, em razão da aparição milagrosa e da humaníssima experiência com os jovens. No entanto, logo após sua soltura, e de ter reconhecido o valor daquele convívio, o comerciante já está novamente voltado para seus valiosos cargos políticos (cf. MMM, p. 170), não conseguindo assim romper com o pacto diabólico assumido em Dala Kaxibo.³²

Diferente da ascensão da Virgem no final do *Fausto II*, que leva consigo a alma do herói colonizador,³³ a subida aos céus da imagem da Santa é solitária, e a salvação final é coletiva e terrena, atribuída ao povo luandense, metonímia da nação angolana. Como na epifania anterior, surge uma polaridade espacial: do outro lado da cidade, num hospital, João Segunda, não remido, morre ao mesmo tempo em que sua cabra, no fatídico sexto andar do

³¹ Ao partir da fazenda, Segunda chora e reconhece que “ia deixar aqueles rapazes que lhe tinham acolhido bem, com quem tinha convivido e sofrido fraternalmente [...]. Ia deixar aquele local onde tinha aprendido muita coisa sobre a vida humana” (MMM, p. 169-70).

³² Durante a epifania de Nossa Senhora, que salva a vida de Segunda, a cabra Tulumba, distante centenas de quilômetros dali, teve um comportamento bizarro: ela “miou gato, estranho estridente mio, que todos moradores do Prédio ouviram assustados. Lusala, único que estava naquela hora da manhã em casa, caiu desmaiado, num baque com sons de loiça a se partir. Ehé! Ehé! Ehé!” (MMM, p. 167), evidenciando desse modo como o pacto havia corrido um enorme risco.

³³ Essa terminologia faz parte dos epítetos atribuídos a Fausto em razão das diversas ações realizadas na peça, e corresponde ao empreendimento do quinto ato, conhecido como “a tragédia do colonizador” (cf. MAZZARI, 2011, p. 13).

Prédio do Balão — as duas mortes são contadas no final do capítulo 1 do romance, fechando assim um círculo narrativo de grande impacto significativo.

Como todas as boas apropriações do mito fáustico, em especial as inspiradas também na tragédia de Goethe (já citamos aqui *Doutor Fausto* e *Grandes sertões: veredas*), cada nova obra traz significativas mudanças em relação às suas predecessoras e incorpora em si as condições e problemas da época histórica em que foi produzida. Nesse sentido, Mann usa o mito de Fausto para reconfigurar o nascimento do nazismo e sua aceitação por uma maioria nacional, bem como por parte de uma elite de excelente formação; enquanto Rosa expressa o movimento histórico de uma nação que, com grandes dificuldades, se moderniza e se conscientiza de seus grandes problemas sociais. Com *Maio, mês de Maria* não seria diferente: Boaventura remonta a história fáustica, agrega-lhe novos elementos e lhe garante assim um sentido original e atualizado.

Não por acaso, João Segunda ostenta em português o correspondente ao prenome alemão da personagem histórica que inspirou o mito, *Johann Faustus*, enquanto seu sobrenome pode figurativamente indicar tanto sua condição de cidadão de segunda classe no mundo colonial, conforme analisado acima, quanto indiciar um “segundo Fausto” — uma versão, por assim dizer, pós-moderna do herói trágico de Goethe. Portanto as características do Fausto original já estariam incorporadas a Segunda, como a aspiração ilimitada, a racionalidade fria e o empreendedorismo desregrado — para citar apenas os traços mais significativos da personalidade fáustica goethiana —, faltando da nossa parte inferir da obra de Boaventura as “contribuições” oferecidas pelo novo Fausto. Além disso, se o pacto diabólico em Goethe significava a liberação do enorme potencial humano, capaz de dominar a natureza e modificar a sociedade humana, mas também a submissão do sujeito aos aspectos sombrios de sua psique — levando-o por causa disso aos pactos nefandos com as forças deste mundo, sejam estas políticas, econômicas ou sociais, e a submeter e explorar os mais fracos —,³⁴

³⁴ O pensador estadunidense Marshall Berman formula assim o processo fáustico original: “A heroicidade do Fausto goethiano provém da liberação de tremendas energias humanas reprimidas, não só nele mesmo, mas em todos os que ele toca e, eventualmente, em toda a sociedade a sua volta. Porém, o grande desenvolvimento que ele inicia — intelectual, moral, econômico, social — representa um altíssimo custo para o ser humano (1986, p. 41-2).

qual seria o significado do pacto diabólico de Segunda, com que forças e ordens ele deveria compactuar para atingir suas aspirações?

Para responder a tais demandas interpretativas e de crítica literária, devemos lembrar que o jogo entre relatos realistas e fantásticos coloca o romance *Maio, mês de Maria* na esfera da literatura de caráter simbólico e alegórico, exigindo por isso uma hermenêutica própria, conclusão já adiantada anteriormente. Seguindo esse raciocínio, somos obrigados a ler João Segunda como uma alegoria da nova elite, formada e desenvolvida com o fim do sistema colonial em Angola. Assim, situações esdrúxulas, como os insignificantes cargos políticos que tanto bem fazem a Segunda, as viagens extravagantes que um homem rico como ele se propõe a fazer e outros fatos fantásticos ou *non sense*, devem ser vistos como metáforas insidiosas da realidade dos países em desenvolvimento, ou então como chaves para uma leitura irônica de grande agudeza crítica.

Logo, se Fausto pode ser entendido como o homem que *aspira* e, para sua realização, elege a *ação* como sua principal estratégia,³⁵ João Segunda, em conformidade com a fábula fáustica aqui ressignificada, é o homem que tão somente *ambiciona* e *se adapta*! Ainda em Dala Kaxibo, o protagonista se esforça, num empenho titânico, a iludir a sua origem social e a cultura tradicional, tornando-se um verdadeiro “tuga” de pele preta:

Único comerciante preto de Dala Kaxibo, no antigamente colonial, João Segunda que se dava bem com as autoridades, fraque enfatuado vestido, laço preto no pescoço empertigado, vernizantes luzidios sapatos, cabelos empastados brilhantinos, discursava boas-vindas em nome dos pretos da localidade nas recepções que se faziam em presença de altas individualidades, com voz dele inflexionada treinada, os gestos medidos, perorava sempre emocionado, quase que chorando, com um vibrante forte arrebatado “Viva Portugal!”. Que era ainda membro da Acção Nacional e da Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil, cujos cartões conservava religiosamente (MMM, p. 45).

Para conseguir semelhante intento, João Segunda, que só estudara até o quarto ano, como um Fausto de segunda categoria lança-se aos livros, não

³⁵ Fausto, numa tentativa de traduzir o Evangelho Segundo São João, passa a corrigir as Sagradas Escrituras: “Escrito está: ‘Era no início o Verbo!’ / Começo apenas, e já me exacerbo! / Como hei de ao verbo dar tão alto apreço? / De outra interpretação careço; / [...] Do espírito me vale a direção / E escrevo em paz: **Era no início a Ação!**” (v. 1.224-37 – grifos nossos).

pelo conhecimento, mas para se adaptar completamente ao ambiente do colonizador:

Tinha relido queimado horas *Amor de Perdição*, *O Crime do Padre Amaro*, *A Morgadinha dos canaviais*, *O Primo Basílio*, *A Cidade e as Serras*, livros que passavam de mão em mão entre comerciantes e donas-de-casa de lá de Dala Kaxibo. Segunda que completava ainda conhecimento dele com revistas que mandava vir do Putu [Portugal]... (MMM, p. 43-4)

Assim procede até conseguir dominar fluentemente o português europeu a ponto de usar o idioma melhor do que os próprios nativos, os colonos do lugar: “No meio dos brancos João Segunda que afinava os putu dele, fia da mãe! Donos da língua se conseguiam de lhe imitar? Sabia falar como os brancos de primeira e de segunda...” (cf. trecho já citado, MMM, p. 43). Tamanho esforço se compensava ao ouvir dos portugueses: “... você é só preto na pele, no coração você é branco como nós” (p. 43).

Na capital, já no “grande mundo”, as artes adaptativas vão lhe servir novamente, quando João Segunda aprende o funcionamento da nova sociedade e sua lógica política de obtenção do poder ao lado do pernicioso genro. Obtidas tais habilidades, Segunda parte para suas três eleições, todas conquistadas com favores e “jeitinhos”. Mas foi durante a dura eleição para “síndico” do Prédio do Balão, que o irreverente narrador formula uma cabal definição das qualidades adaptativas de Segunda. O velho comerciante, como um político tarimbado, cumprimentava os vizinhos a torto e a direito, até fazê-lo a um seu desafeto que lhe negou o aperto de mão: “Como ele [Segunda] tinha uma **capacidade extraordinária para se adaptar** a todas as situações, rapidamente se recompôs e se dirigiu simpaticamente as restantes pessoas do grupo” (MMM, p. 67 – grifos nossos).

É através da adaptabilidade que João Segunda vai satisfazer e alimentar sua ambição que, como a aspiração de Fausto também se mostra ilimitada, mas que, na nova configuração do mito fáustico, ganha uma conotação nova: um cruel egoísmo social. Se o egoísmo de Fausto fica patente em várias oportunidades, ao final da sua vida, ele mostra que sua aspiração tinha um propósito social (bastante questionável, diga-se, já que ele usou meios perversos para atingi-lo), ao ver chegar próximo do fim seu empreendimento

colonizador, o velho pactuário se regozija com as possibilidades sociais do projeto, da nova cidade que criara: “Quisera eu ver tal povoamento novo, / E em solo livre ver-me em meio a um livre povo” (v. 11.579-80).

O egoísmo social de Segunda fica já evidente em sua fuga de Dala Kaxibo, de onde o proprietário só leva a família e os empregados imprescindíveis, abandonando até mesma a pequenina Kassamati, por assim dizer filha adotiva da esposa Zefa — ficaremos sabendo depois, durante a segunda viagem do comerciante negro que a comunidade em que vivera e enriquecera fora totalmente destruída e abandonada. Mas é em Luanda que esse traço de sua ambição se tornará mais danoso, pois será na manipulação de sua comunidade e das aspirações sociais de vizinhos e eleitores que o novo pactuário conquistará o poder político, sem que disso resulte algo de útil para a comunidade: ao contrário, a avidez desmedida de Segunda alimentará a paranoia fraccionista e atirárá o simbólico Bairro do Balão num doloroso transe de medo e desesperança.

Por último, a interpretação do pacto diabólico encenado no romance de Boaventura Cardoso exige uma dupla formulação com base na capacidade adaptativa de Segunda. Durante o período colonial, o pacto é feito com o colonizador (o primeiro Fausto?), enquanto no pós-independência, o contrato é feito com os novos donos do poder e, mais, fixando-se no perfil do Comandante — a personagem mais próxima da figura mefistofélica nesse livro — já aponta para o caráter internacionalizado desse grupo mandante: o genro tem uma nacionalidade ambígua, vindo de algum lugar entre o sul da Zâmbia e as fronteiras angolanas, falando um português estropiado (razão de forte preconceito linguístico por parte dos Segunda), e já com uma boa experiência no exterior. Segunda mesmo explica tal relação com o genro para seus filhos: “... tenho uns negócios com o vosso cunhado. Dinheiro nos bancos aqui, umas casas lá fora para vocês passarem umas férias...” (MMM, p. 58). Veremos nos capítulos seguintes desta tese, como a representação literária da nova elite africana vai configurando um pernicioso movimento de internacionalização.

O destino final do segundo Fausto também diverge daquele dado por Goethe ao seu personagem. Se o dramaturgo alemão redime seu Fausto, pode-se dizer, no último segundo, fazendo com que o perdão e a graça da Virgem Maria lhe absolvam todos os inúmeros e imensos pecados (inclusive

por força das súplicas de uma celeste Gretchen), Boaventura não concede ao seu personagem o mesmo benefício. Uma oportunidade de redenção havia sido possibilitada em vida a João Segunda, conforme analisamos um pouco acima, sendo desperdiçada. A própria Gretchen angolana, a boa dona Zefa, teria predito do além qual seria a sina inglória do marido, “pro inferno é para onde tu hás-de ir!” (MMM, p. 113), bem ao contrário de sua contraparte alemã.

Segunda termina enfim duplamente perdido. De um lado, o pacto diabólico perde sua eficácia, pois ele não aceitou a perda do filho, uma consequência lógica da anuência do contrato, conforme explicado anteriormente. De outra, a traição dos anseios da comunidade o transformou num pária em meio a sua própria gente. Em última instância sua morte e perdição foi a solução para a harmonia social tão buscada depois de tantas lutas.

Em síntese, a representação da elite oferecida em *Maio, mês de Maria* aponta para o caráter adaptativo, poderia se dizer mesmo imitativo ou mimético, que a elite africana em formação emprega para se aproximar e conquistar o poder, assumindo ora a identidade do colonizador, ora a dos poderosos do momento e, como veremos adiante, a das elites burguesas internacionais. No fundo, isso quer dizer que falta a essa elite africana princípios e valores próprios, oriundos seja da cultura tradicional seja de ideologias adotadas de várias fontes (como, por exemplo, o socialismo ou o liberalismo, para ficarmos nos polos mais básicos), mas que pudessem representar e promover os interesses nacionais. Tal elite simplesmente se adapta ou imita o comportamento e os valores dos que comandam ou estão em vantagem social.

Decorrencia dessa adaptabilidade, faltaria a esse grupo de poder um espírito nacionalista que superasse os imediatistas interesses pessoais e de classe, e possibilitasse a consolidação de um projeto de nação — traço aqui denominado de “egoísmo social”. Veremos mais à frente como essa falta é uma característica de países em desenvolvimento, razão pela qual a configuração literária produzida por Boaventura para exprimir e pensar as condições históricas de seu país parece transcender essas fronteiras, produzindo uma representação mais universal do fenômeno elitista. Tal conclusão poderá ser

testada no estudo comparativo das demais obras literárias objetos desta pesquisa, bem como na análise de alguns textos de opinião voltados ao tema.

Se a representação artística da elite econômica e política produzida pelo talento literário de Boaventura Cardoso transborda para uma imagem universal do fenómeno elitista na contemporaneidade, podemos dizer que as várias qualidades estéticas de sua obra estudadas até o momento, em especial a apropriação e reconfiguração de modelos literários da cultura ocidental, parecem encaminhar sua produção ficcional para um insuspeitado padrão de universalismo literário. Talvez insuspeitado para alguns leitores e críticos, mas trata-se de uma aspiração que o próprio autor chegou a revelar numa entrevista para o jornalista António Piçarra em 2011:

Como escritor, aspiro a um dia escrever uma obra que possa ser identificada como sendo um clássico da literatura universal, escrita por um africano nascido em Angola. É que eu defendo que, assim como há uma literatura americana ou francesa, há também uma literatura africana. Assim como há, para nós, uma angolanidade, há uma africanidade na cultura e nas artes produzidas pelos africanos. Apesar de leitor assíduo dos clássicos da literatura universal, não deixarei nunca de ser escritor africano. Aliás, só ganharei em conhecer os melhores escritores dessa literatura considerada universal, porque atemporal. Mais do que a identidade literária do escritor, o mais importante ainda é a qualidade estética da sua obra, embora contextualizada neste ou naquele continente (2011, p. 105).

CAPÍTULO 3. O ROMANCE EM MOÇAMBIQUE: CONTRAPONTO

Boaventura Cardoso conseguiu com *Maio, mês de Maria* a proeza de condensar numa única personagem e sua família a formação e consolidação de uma elite negra na época colonial e nos tempos de independência em Angola. Para tanto, replicou a estrutura básica da tragédia goethiana de *Fausto I e II*, mostrando como esse processo dependia de um pacto diabólico fundado na adaptação e imitação: primeiro, no contexto do sistema colonial e seu colono português, depois, no da nação independente e seu político moderno. No entanto, este segundo Fausto se torna elite no pós-independência partindo de uma situação de vantagem, já que tinha constituído fortuna nos tempos dos “tugas” em Angola.

Dois importantes romances moçambicanos nos trarão uma outra configuração: a da elite formada a partir de quadros extraídos das lutas de libertação. Encontraremos no romance *O sétimo juramento*, de Paulina Chiziane — a primeira mulher romancista da cultura moçambicana — a história de David, um militante do movimento independentista com boa formação acadêmica, mas não oriundo do grupo de ricos assimilados como era o caso dos Segunda angolanos. Da mesma forma, Mia Couto nos oferece em *O último voo do flamingo* a história de uma personagem coadjuvante, mas essencial na trama, Estêvão Jonas, que foi militar ou guerrilheiro nas lutas libertárias e que, apesar dos poucos méritos técnicos e administrativos, acaba exercendo importante função governamental.

Para ampliar as possibilidades de análise literária e social, temos espaços diferenciados nas duas narrativas: a de Chiziane se passa na capital Maputo, portanto, ambiente de alta urbanidade, enquanto a de Mia Couto se passa num vilarejo ficcional na região norte do que seria Moçambique, aceitando-se a forma ambígua que o país assume neste romance.

Se tais diferenças são valiosas para o nosso estudo, surpreende vivamente o fato de que ambos os escritores moçambicanos tenham também incorporado o mito faustiano na composição de suas personagens elitistas, alimentando em suas histórias uma relação intertextual. Uma constatação que prova como esse mito continua atual e produtivo no esforço de se representar as sociedades estratificadas e, em especial, seu grupo hegemônico. Cabe-nos

agora entender como a atualização feita por Chiziane e Mia Couto da história fáustica é capaz de nos revelar as especificidades e os meandros da vida da elite africana hoje.

3.1. O sétimo juramento: poder e perdição de um Fausto moçambicano

Em artigo intitulado “Pobres dos nossos ricos” (2005), Mia Couto faz um panorama do que tem sido a construção dos grupos economicamente dominantes em Moçambique. O texto originalmente publicado no Jornal Savana, em dezembro de 2002, é contundente ao apontar a falta de comprometimento dos ricos, ou dos “endinheirados” como prefere o autor, com um projeto de nação. A crítica não recai sobre a condenação da riqueza *per si*, pois o autor demonstra crer ideologicamente na existência de uma riqueza produtiva, capaz de enriquecer o país com a criação de empregos e desenvolvimento econômico (COUTO, 2005, p. 26). Isto é, uma situação social em que se produza “riqueza”, em vez de “ricos”. Afinal, ele recorda: “A luta de libertação nacional guiou-nos por um princípio moral: não se pretendia substituir uma elite exploradora por outra, mesmo sendo de uma outra raça. Não se queria uma simples mudança de turno nos opressores” (COUTO, 2005, p. 25).

Os pontos levantados por Mia Couto neste texto de intervenção se refletem em suas criações ficcionais, conforme já referimos, e ecoam *pari passu* em obras de seus congêneres nas letras. No caso de Paulina Chiziane, a representação da realidade moçambicana reflete esse mesmo olhar crítico à estagnação social num presente de miséria, que é também perenizada pelo comportamento de suas novas elites. Referenciados como manifestações de caráter ideológico, os escritos ficcionais de Chiziane têm se firmado como um grito de contestação ao *status quo* moçambicano. Nesse sentido, a sua narrativa transpassa o calvário das guerras, que em Moçambique se prolongaram por quase três décadas ininterruptas, desde a primeira metade dos anos sessenta até 1992; mas também a condição feminina e os costumes tradicionais das culturas africanas/moçambicanas.

Pelo fato de [...] a escritora muitas vezes reforçar a perda das ilusões, projetando tal carga afetiva e ideológica em suas produções [...] é que ela se vai valer da encenação da violência, porta de entrada de vários tipos de guerra, além de um modo de sustentação e reforço da base ética de suas produções (PADILHA, 2012, p. 158).

Em parte, essa “perda das ilusões” parece alimentar-se de um tipo de cansaço de guerra: da luta diária em torno das questões sociais que ocupam a agenda principal da cidadã Chiziane. E é em decorrência de um cotidiano de Sísifo que tais questões, bem como os temas pertinentes às mulheres moçambicanas, vítimas destacadas em períodos de crise, ganham relevo em sua obra ficcional.

Contudo, do mesmo modo que prescinde do título de romancista, Chiziane recusa o epíteto de feminista. Antes, seus ideais tendem ao engajamento social como arena pró-mulheres, e sua narrativa longa apresenta-se como extravasamento ficcional desses ideais. Em relação à maturação de seus textos, a autora não hesita em ecoar as críticas de alguns analistas que ainda não atestaram a maioridade de sua escrita: “Eu quando olho para os textos que eu escrevi, eu acho-os assim um pouco adolescentes...”.¹ Mas, a despeito da suposta rusticidade literária, marcada muitas vezes pela ambiguidade na apresentação dos caracteres, a escrita de Chiziane revela-se como um terreno fértil da temática de contestação. E, diríamos como Francisco Noa:

Para todos os efeitos, esta é uma escrita que questiona, cauteriza e regenera numa olímpica demonstração de que a arte, mesmo tendo em conta a sua incompletude e ambiguidade, completa o livro da natureza e dá sentido ao que até esse momento pouco ou nenhum sentido fazia (NOA, 2008, p. 14).

Para além da catástrofe da guerra e da condição feminina, que também comparecem (um ou outro tema) em suas outras obras,² em *O sétimo juramento*³ Chiziane faz coro aos literatos que sublinham as *elites* como perspectiva temática. Através da ficção iluminam-se os extremos sociais que

¹ MARTINS, Ana Margarida Dias. À conversa com Paulina Chiziane. Entrevista. Minneapolis, 06 out. 2006. Disponível em: <http://www.anamartins.info/interview.htm>. Acesso em: 20/10/2010.

² *Balada de amor ao vento* (1990); *Ventos do Apocalipse* (1993); *Niketché: uma história de poligamia* (2002); *O alegre canto da perdiz* (2008).

³ O romance *O sétimo juramento* (CHIZIANE, 2006) será referido daqui por diante, também, pela abreviatura OJS.

conspurcam a memória utópica. Diz Chiziane, em contexto de entrevista, em 2006:

Nós tivemos um processo de libertação da terra, bem sucedido, mas o processo de libertação da mente, aí ainda está em processo. [...]. Então, o trabalho de libertação mental, onde está? Portanto, há os que ficam ricos e os outros cada vez mais pobres (MARTINS, 2006, s/d).

Na perspectiva de Chiziane, libertar a mente implicaria, portanto, desaprender, ou ultrapassar, alguns gestos assimilados da cartilha colonialista, por exemplo, a lição capitalista que ensinou a tratar a força de trabalho como usufruto de uns poucos privilegiados e que perpetuam os sinais da desigualdade. Essa “libertação da mente” adquire variados sentidos, mas todos apontam para a necessidade de ultrapassar estigmas e assumir a condução do destino como nação, seja como um ato de “descolonizar a mente”, na expressão de Ngũgĩ wa Thiong’o (1987), ou de tomar “uma nova atitude”, como argumenta Mia Couto:

Hoje, nem sequer simbolicamente, matamos o antigo patrão. Uma das formas de tratamento que mais rapidamente emergiu de há uns dez anos para cá foi a palavra ‘patrão’. Foi como se nunca tivesse realmente morrido, como se espreitasse uma oportunidade histórica para se relançar no nosso quotidiano. [...] Nós estamos criando uma sociedade que produz desigualdades e que reproduz relações de poder que acreditávamos estarem já enterradas (COUTO, 2009, p. 34-35).

Essas palavras de intervenção proferidas por Mia Couto, também em 2006, corroboram a denúncia de Chiziane, mulher-negra-cidadã-moçambicana, que as desenvolveu cruamente na escrita de OSJ. Neste romance o *leitmotiv* é, junto aos temas concorrentes, o comportamento leviano das elites que tomaram para si o comando político e econômico nas primeiras décadas de reconstrução nacional, no tempo da guerra civil. Em busca do poder econômico e do prestígio social a todo custo, esse grupo não hesitaria em apostar num jogo individual e, até, contranacional.

O protagonista do romance é David, dirigente de uma decadente empresa estatal de alimentos “herdada” dos portugueses que deixaram o país com o advento da independência. Com a cumplicidade dos demais diretores, David faz da empresa um meio para extrair benefícios pessoais e em vez de

distribuir os escassos ganhos obtidos; nessa situação, os diretores da empresa, comandados por David, “servem-se do erário público como se fosse a sua panela pessoal” (COUTO, 2005, p. 25).

O tempo do narrado é o do pré-Acordo de Paz, assinado em 1992. A fragmentação social, as greves dos trabalhadores pela falta de salários e a violência dos conflitos armados formam o pano de fundo: “Por todo o lado impera a força das armas e a pirataria das armas. Evaporou-se a água que refresca os destinos da humanidade, tudo é fogo” (OSJ, p. 11). O momento da ascensão empresarial de David (da empresa pública para a iniciativa privada) indica que o tempo narrado é o final dos anos de 1980, no tempo do Plano de Reestruturação Econômica (PRE).⁴

Já em sua primeira experiência na prosa literária, com o conto “As cicatrizes do amor”, escrito em 1989, Chiziane explicita sua preocupação com a política instaurada dois anos antes que desenhava um cenário de miséria e desespero social. O enredo concentra, no escopo da narrativa breve, os temas que seriam desenvolvidos em seus futuros romances: a precariedade social, a fragilidade da mulher no patriarcalismo e a condição humana no contexto de guerra. Na história, a perplexidade de um grupo de pessoas, reunidas num bar, diante da notícia do abandono de crianças pelas próprias mães, é contra-argumentada pela voz narrativa, que se confunde com a voz autoral, como decorrência da miséria, da falta de solidariedade e do desespero, não somente do desamor das mães pelos filhos. A partir desse ponto de vista, o texto chama a atenção para as faces da violência às quais a população mais pobre estava submetida, tanto pela guerra quanto pelas tentativas de reorganização social, destacando-se o PRE:

Alguém folheia um jornal velho.

— Veja isto, compadre. Duas crianças abandonadas pelas mães.

A dona de casa deixa de farfalhar, estampa olhos no jornal machucado tentando identificar os rostinhos dos infelizes.

— O que lhes aconteceu?

— Alguém as deitou fora. As mulheres estão doidas.

⁴ “No fim de janeiro de 1987, o governo de [Joaquim] Chissano implementou o feroz programa de recuperação econômica conhecido por suas iniciais PRE, no padrão do FMI. Os preços foram liberados, a moeda repetidamente desvalorizada, a empresa privada encorajada, as relações com a Igreja Católica arranjadas e educação, saúde e outras áreas da política-social efetivamente privatizadas” (DARCH, 1992, p. 220).

— São efeitos do PRE — respondeu o outro. — Se os pais comprarem o leite para os meninos, não sobra nada para os copos. Não há dúvida. A maldade grassa nos dias que passam.
— A maldade nasceu antes da humanidade. A culpa cabe às mães mas é de toda a sociedade — sentenciou a mulher.
(CHIZIANE, *in* ROSÁRIO, 1994, p. 133)

Em OSJ, ambientado na capital Maputo, esse período da desordem em busca da ordem é representado pela perspectiva de uma voz narrativa que atravessa o enredo, perplexa e melancólica, inconformada com o outro lado da moeda: os abusos da nova elite do poder surgida nos quadros dirigentes no processo de “recuperação”. O *efeito do real* é produzido na representação das personagens coadjuvantes (os trabalhadores) que, situados como pano de fundo da narrativa, colocam em evidência a figura dos novos *patrões*. A tônica da narrativa é sintetizada na imagem de abertura, em que contrasta o despertar cotidiano dos “ricos” e dos “pobres”. Se, para os primeiros, o conforto físico é assegurado pela modernidade que a riqueza pode pagar, para os últimos, a remediação da miséria encontra-se, como Chiziane já apontara no conto referido, na solidariedade e no calor das relações humanas:

Chove. Em todos os abrigos os seres vivos repousam e se renovam. Lá fora, o frio corta e gela como uma lâmina aguçada. É inverno, é Junho. No bairro alto a energia eléctrica é consumida a todo o vapor e aquece as casas dos ricos. Os pobres, esses confortam-se nos braços das amantes. Não ter manta nem amante para se aquecer é ser o mais miserável dos pobres no mês de junho (OSJ, p. 12).

Em sua cadência e imagética, essas primeiras descrições nos lembram do início do poema de T. S. Eliot, “O enterro dos mortos”, que integra o livro *A terra desolada*, de 1922, cujos primeiros versos são: “Abril é o mais cruel dos meses, germina / Lilases da terra morta, / mistura Memória e desejo, aviva / Agônicas raízes com a chuva da primavera” (ELIOT, 1981, p. 89). Aqui, os mortos não querem voltar à vida (a primavera no hemisfério norte), em Chiziane são os vivos (e pobres) que não querem morrer no inverno africano.

Muito mais afim desse poema de Eliot é o trecho seguinte do romance que relata o despertar dos operários na gélida madrugada do inverno moçambicano, formando um sinistro cortejo:

Os operários despertam. Mesmo sem lavar o rosto e os dentes, abandonam a casa e engrossam a marcha da multidão na estrada grande [...].

No meio da multidão os operários não olham para o céu nem para o lado [...]. Olham para o chão, para o asfalto negro, tão negro como os seus destinos, seus sonhos e suas vidas (OSJ, p. 12).

Em seu famoso poema, Eliot coloca em marcha uma multidão de mortos sobre a ponte de Londres, os quais, na verdade, são infelizes trabalhadores vivos. Como os caminhantes de OSJ, estes mortos-vivos, derreados pela violência do cotidiano marcado pelas guerras, miram o chão:

Cidade irreal,
Sob a fulva neblina de uma aurora de inverno,
Fluía a multidão pela Ponte de Londres, eram tantos,
Jamais pensei que a morte a tantos destruía.
Breves e entrecortados, os suspiros exalavam,
E cada homem fincava o olhar adiante de seus pés.

(ELIOT, 1981, p. 91)⁵

Em OSJ, esse cenário de “terra desolada” pela guerra também é atravessado pela exploração inclemente do que resta da força dos homens e das mulheres que sobrevivem num tempo presente regido pelo advérbio “ainda” — ecoando os versos do poeta e pioneiro do nacionalismo literário moçambicano, à espera de um país que *ainda* não existe. Em sua marcha silenciosa, o “futuro cidadão” caminha para entregar, sem o devido pagamento, a sua força de trabalho. Resta-lhes ainda clamar ao chão, à boa terra-mãe: “E / tenho no coração / gritos que não são meus somente / porque venho de um país que ainda não existe”.⁶ Assim, Chiziane “inscreve o *pathos* existencial do homem africano e releva o carácter absurdo de um mundo dominado pela corrupção, a tirania das elites e a negação de qualquer espaço de liberdade” (AFONSO, 2004, p. 390).

O mês de junho também remete à data da libertação nacional (25 de junho de 1975). A desigualdade explicitada nas cenas não deixa dúvida de que os pobres ainda esperam por um outro “junho”. Um junho que atinja com

⁵ Ivan Junqueira, tradutor desses versos, explicou que se trata daqueles “que viveram sem louvor nem desdouro, sem esperança de morte, os infelizes que jamais estiveram vivos. A multidão é a massa de usuários da ferrovia que se dispersam na antiga Londres, procedentes dos subúrbios situados ao sul do Tâmesa: negociantes, empregados, funcionários públicos, datilógrafas etc.” (ibid., p. 251).

⁶ José Craveirinha, “Poema do futuro cidadão”. In LEITE, Ana Mafalda (2010).

conforto também as casas dos pobres. Como lamenta a personagem de Mia Couto, na comemoração dos colonos, no 25 de abril de 1974: “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia **ainda** está por vir – Fala da adivinhadora Jessumina” (COUTO, 1999, p. 11, grifo nosso). Esse dia ansiado também foi celebrado efusivamente em 25 de Junho de 1975 pelos pobres dos bairros de zinco, “mesmo que, na altura, lhes pesasse a leve suspeita de que a libertação da miséria é um processo que demora ainda várias gerações” (COUTO, 2005, p. 58).

OSJ inicia, pois, sob o signo da decepção, da distopia: “A ilusão de um amanhã melhor há muito murchou, por isso o msaho morreu em Zavala” (OSJ, p. 11). A referência ao msaho configura a imagem deste desencanto: quando as notas de alegria da festa da timbila⁷ são substituídas pelos sons de “fome, guerra, greve, fuga, massacre, roubo, desgraça...” (ibid.), num tempo já saudoso de um futuro de igualdade nunca chegado. De tal modo, no lugar dos ritmos festivos da timbila, “os passos dos homens já não são desfiles serenos, mas marchas de protesto” (ibid.).

É assim que Paulina Chiziane conclama seus leitores para a luta do pensamento crítico, fazendo-se “xipalapala a confrontar silêncios” (PADILHA, 2012, p. 157). Assim como a timbila, a xipalapala é a voz musical da cultura moçambicana: “a xipalapala foi sempre um instrumento utilizado para convocar o povo a participar de reuniões comunitárias de toda a ordem, sempre visando a sua agregação coletiva em momentos de festa ou de dor” (PADILHA, 2012, p. 157). Nesse sentido, será a xipalapala a voz de uma possível revivência utópica que será recuperada ao fim do enredo de OSJ. Apesar da perplexidade, a voz narrativa não cessa de insinuar que se a timbila é silenciada, é hora de tocar vigorosamente a xipalapala, pois “ainda não é

⁷ A timbila, distinguida como patrimônio cultural da humanidade, pela UNESCO, compõe uma das maiores manifestações culturais de Moçambique, o msaho. “Em Zavala, os chefes tribais, por tradição, reuniam as populações, em encontros designados msaho, para confraternizarem, cantando e dançando. Nesses encontros, realizavam-se atuações musicais e dançantes com timbilas, durante as quais se escolhiam e se premiavam os melhores artistas. [...] Atualmente, por altura da primavera, realiza-se um festival de timbilas, que reúne as melhores orquestras para apresentação e avaliação de novas composições musicais”. timbila. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-02-18]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$timbila](http://www.infopedia.pt/$timbila)>.

chegado o fim do mundo, a vida triunfará, para a glória do vencedor” (OSJ, p. 12).

Ao fim e ao cabo, os remanescentes da catástrofe continuarão a serviço do “campeão da guerra”, diz a voz narrativa, e esse “construirá o majestoso palácio imperial com ossadas humanas que andam às toneladas nas matas” (ibid.). Numa reminiscência à incontornável obra prima de Ungulani Ba Ka Khosa (*Ualalapi*, 2008 [1987]), podemos conjecturar uma possível intertextualização entre os difíceis tempos pós-coloniais e o passado de guerras interclânicas e interétnicas nos tempos do imperador de Gaza, Ngungunhane:

A matança foi de tal ordem que gerações vindouras sentiram o cheiro de sangue quente misturado com capim. As populações da zona emigraram para sempre, incapazes de suportar o cheiro dos mortos que se colara ao adobe das cubatas. As famílias que resistiram ao êxodo durante meses viram-se na contigência de abandonar a zona pelo simples facto de o milho ter o sabor do sangue humano, e a água dos poços conter restos de ossadas humanas (BA KA KHOSA, 2008, p. 65).

Em OSJ, implícitos na expressão “campeões da guerra” estariam aqueles que enriquecem aproveitando-se de tal convulsão político-social, mas também aqueles que, na perene guerra do “General Capital”, sustentam seus majestosos palácios com ossadas humanas que “andam às toneladas” em todos os lugares.

Chiziane não se abstém de reconhecer uma certa “traição” de alguns ex-militantes contra o que ela chama de “a grande utopia”, isto é, o sonho de “acabar com o imperialismo, com o capitalismo” cimentado no imaginário moçambicano durante as lutas independentistas. De forma visceral, a ex-integrante da FRELIMO desabafa:

[...] muitos desses que ontem disseram abaixo, têm mais capital que alguns dos colonos que conosco estiveram. [...] de vez em quando eu sinto que fizemos a guerra mas alguns substituíram, e substituindo por vezes de forma grotesca, o regime que queríamos eliminar ou derrubar.⁸

A representação ficcional deste estado de coisas, em que o egoísmo e o ganho pessoal adquirem contornos extraordinários, denuncia os obstáculos à

⁸ Entrevista a Ana Margarida Martins (2006).

configuração de uma comunidade que, para além de imaginada foi febrilmente desejada pela *maioria* da população.

Mas, diferentemente do romance angolano *Maio, mês de Maria*, na história de Chiziane o Partido do poder não aparece no primeiro plano como agente dessa opressão. Ao contrário, o desespero de David deve-se, sobretudo ao pavor de ter suas falcatruas descobertas, culminando em demissão e perda de poder. Isso sugere que em alguma instância do Partido seus atos estavam sendo vigiados.

Na iminência de perder o cargo, num jogo de poder e traição dos diretores, até então seus comparsas, David tem um discurso semelhante ao de João Segunda, em *Maio, mês de Maria*, quando se sente ameaçado de ser “desapropriado” do poder que julga ser dono. Ambos se negam a abandonar o topo daquele mundo recém-conquistado. Nem mesmo a tal “saída honrosa” de atos desonrosos, que em geral se oculta sob o manto da renúncia, convence David, que vocifera:

Deixar esta cadeira vaga para aconchegar outro traseiro qualquer? Se eu renunciar, volto a ser um empregadinho numa empresa sem o mínimo de projecção e muito mal remunerado. E se eu for expulso, jamais conseguirei erguer-me e alcançar de novo este estatuto. E se for prisão, adeus, vida!
Não, daqui não saio, daqui ninguém me tira! (OSJ, p. 74.)

A partir dessa recusa da realidade ele decide recorrer à feitiçaria. A narrativa passa, então, a descrever a luta entre duas forças antagônicas, representadas pelos espíritos “malignos”, os ndaus, encarnados por David, e os espíritos “benfeitores”, os ngunis, encarnado pelo seu filho, Clemente.⁹

Em sua busca, David desloca-se para a “terra dos grandes mágicos”, onde encontrará outros “ilustres cidadãos”, em busca da mesma poção, numa suntuosa propriedade em um Eldorado africano:

David espreita-os. É gente que tem poder e quer preservá-lo. Gente que cometeu falcatruas como eu e procura a fórmula mágica de escapar à justiça [...]: um banqueiro, um padre, dois políticos, dois académicos. O

⁹ A rivalidade histórica entre os grupos étnicos ndaus e ngunis é trazida ao romance como representação metafórica das forças em conflito (RENAMO e FRELIMO), e também como marca das contradições sociais, do individualismo vs. coletivismo e das forças do passado ecoando na configuração do presente.

director comercial da sua empresa, seu inimigo número um... (OSJ, p. 157).

Estão todos na terra do mítico Makhulu Mamba — “personagem das lendas de terror do universo mítico dos tsongas” (OSJ, p. 139), seu domínio e palácio, no qual ele reina isolado no campo, em meio à extraordinária riqueza. A história irá revelar que tamanha riqueza era obra de espíritos dominados por Makhulu Mamba, os ndaus, seres que conduzem os que são “cristãos de dia, feiticeiros de noite”.

Ah, os ndaus, esses altivos. São tão senhores de si que se consideravam deuses eles próprios. São bravos como leões. Vingativos como búfalos. Implacáveis destruidores como o fogo e águas do rio bravo. O seu domínio é a terra. Gostam do verde, do sol e da cor do fogo. [...] é deles o poder do feitiço e de todas as coisas obscuras (OSJ, p. 199).

Ali, seguindo orientação de seu novo mestre, o senhor daquelas terras luxuosamente sombrias, David vende o que resta de sua alma para garantir a própria prosperidade.

— Hoje conquistaste o teu paraíso e dormirás nos braços divinos, mas antes jura que transformarás o sangue em ouro.

— Eu juro, sim. Matarei a minha mãe, meus filhos e todos aqueles a quem amo, se esse for o desejo dos deuses. [...]

— Diante desse deus repita o teu sétimo juramento. Diz-lhe tudo o que queres e tudo o que sonhas. Jura-lhe fidelidade, amor e submissão. Jura cumprir com todos os seus desejos (OSJ, p. 168).

Assim, em sua versão faustiana de juramento, David penetra por um caminho sem volta, em que o derradeiro passo será para o abismo e a completa perdição — um enredo que vale a pena resumirmos aqui para, além de contextualizar nossa crítica, delinear esta apropriação do mito faústico.¹⁰ Ao fazer mais um juramento em sua vida, o da feitiçaria (“a escola dos governadores da vida”, OSJ, p. 167), a personagem, embora reticente no início, em pouco tempo se convence do bom negócio que seria estar sob a proteção dos mais poderosos dos espíritos, sem a plena consciência do quanto o

¹⁰ A referência de Chiziane ao ícone da cultura ocidental não passou despercebida a diferentes pesquisadores de sua obra, a exemplo de Robson Dutra: “Este juramento [...] terá como ônus o oferecimento de sua alma e de sua família, o que faz com que esta narrativa possa ser lida como uma versão moçambicana do Fausto, de Goethe” (2012, p. 179).

cumprimento deste lhe custaria. Afinal, a quebra dos demais juramentos feitos até então não tiveram ainda qualquer consequência: “Fiz o juramento do baptismo, juramento da bandeira, matrimónio, jurei servir a revolução e lutar pela independência, jurei servir a nação no dia da minha graduação, jurei competência e zelo na tomada de posse como director da empresa” (OSJ, p. 152).

Após esses seis grandes juramentos, solenemente ignorados ou corrompidos, ele jura servir a poderes que garantiriam a sua fortuna. Os laços com o venerado “deus-dinheiro” estavam agora protegidos pelos maléficos espíritos ndaus. Assim, após firmar o sétimo juramento, ele se acredita imbatível num mundo de corruptores e corruptíveis, e se coloca acima da realidade mundana que, no final das contas, garante a materialidade de suas conquistas: “Tenho já o corpo blindado, ninguém me toca. Sou aquele que caminha sobre as águas e não se afunda. Se alguém me quiser levar ao tribunal, compro a justiça com o dinheiro que tenho” (OSJ, p. 128). Ao caracterizar assim a sua personagem central, Chiziane traz um ingrediente extraordinário à representação romanesca de uma parcela significativa da elite moçambicana. Uma elite para a qual vale tudo na preservação do poder, inclusive o apelo, sempre que necessário, aos mitos de seus antepassados: “David parte à busca da proteção das sombras. Quer roubar sem ser punido. Violar sem ser condenado” (OSJ, p.135).

A forma encoberta que toma a contestação da ordem nas sociedades tradicionais africanas ressalta a categoria de fenômenos designada pelo termo feitiçaria. [...] A relação da feitiçaria com o poder permanece entretanto ambígua. [...] O trabalho da feitiçaria embute geralmente um fortalecimento dos poderosos (BALANDIER, 1997, p. 106-7).

O tribunal, contudo, não será o do mundo dos homens: sobre ele recairá um julgamento supra-humano coordenado pelos espíritos benfeitores, os ngunis, dos quais a encarnação se dará em seu próprio filho, Clemente. No mundo dos espíritos que representam as forças do bem e do mal, os ngunis são o reverso de seus malévolos oponentes:

Nobres valentes [...] janotas, esbeltos, que colocam na cabeça uma coroa de penas para enaltecer a beleza do seu mundo interior. São

bravos e pacíficos, atacando apenas quem os provoca. São poderosos na cura e eliminam feitiços como quem cata piolhos. Dominam o céu e a trovoada. Dominam a terra. Têm os seus deuses no mar e no sol. Eles gostam do azul e do céu (OSJ, p. 199).

Nessa obra, os ngunis representariam os amantes da arte contemplativa, mas também os intelectuais que optam por lutar contra as forças dos ndaus espalhadas pelo mundo: as sombras do capitalismo.

A oposição a David virá, além de seu próprio filho Clemente, também de sua esposa Vera (aquela que busca a verdade) que, reinterpretando o mito do eterno feminino, tenta resgatar os seus da completa perdição. A nova vida de David, pós-pacto, enreda-se num turbilhão de crimes cometidos dentro e fora de casa. Ao sacrificar a alma da filha adolescente, num ato incestuoso, ele sela o destino de sua descendência. Somente Vera e Clemente, orientados inicialmente pelas velhas senhoras da casa (as avós) e depois por diversos feiticeiros e feiticeiras conseguirão invocar a ajuda dos espíritos salvadores, os ngunis.¹¹

3.1.1. A elite em conformação no pós-independência

Frantz Fanon, em seu sempre atual *Os condenados da terra*, descreve qual deveria ser e qual de fato é o papel desempenhado pela elite em países que sofreram o traumatismo da colonização. Denominando esse grupo de “burguesia nacional” que ascende em um “país subdesenvolvido”, ele condena o seu comportamento vicioso espelhado no que existe de pior no sistema burguês original.

Num país subdesenvolvido, uma burguesia nacional autêntica deve ter como dever imperioso trair a vocação a que estava destinada, frequentar a escola do povo, isto é, pôr à disposição do povo o capital intelectual e técnico que ela arrancou quando passou pelas universidades coloniais. Infelizmente, veremos que, muitas vezes, a burguesia nacional se desvia desse caminho heroico e positivo, fecundo

¹¹ “Ao trazer para o presente antigos embates que se apresentam maniqueisticamente em seu país, a escritora abre o leque de possibilidades do que pode ser o bem e o mal, representados por Clemente e Davi[d], mostrando-nos que no seio da família e da nação as escolhas não podem ser pensadas individualmente, devendo, sempre ser relativizadas e ampliadas. Alegoricamente, portanto, pai e filho, Deus e diabo, sagrado e profano, antigo e novo, pré e pós-colonial são representações de um tempo a ser vivido, de opções a serem feitas” (DUTRA, 2012, p. 182).

e justo, para penetrar, com a alma em paz, no caminho horrível, porque antinacional, de uma burguesia clássica, de uma burguesia burguesa, rasa, ignorante, cinicamente burguesa (FANON, 2010, p. 177).

Tanto em Moçambique quanto em Angola, as elites formadas contra natura, enriquecendo no imediato pós-colonialismo e competindo ideologicamente com o projeto de construção nacional, contradizem em muitos aspectos uma das premissas defendidas pelos teóricos das elites, isto é, a da seleção quase natural dos “melhores cabeças” para compor esse quadro de “cidadãos especiais”.¹² Nesses países, atingidos por um “apagão” de quadros qualificados, devido à saída em massa daqueles que reservaram para si a educação e a tecnologia, a composição dos novos postos de comando político e empresarial foi pautada pela urgência do momento e, muitas vezes, por compromissos político-ideológicos.

Esses fatores tornaram ainda mais amargo um remédio já em si indigesto que é a formação de grupos privilegiados numa situação de regime que se tenta firmar pela democracia. Fruto de um *enjambement* histórico, em que um poder deriva de e se sobrepõe a outro, o pós-independência revelou as marcas deletérias de um processo cumulativo que limitou as rupturas. Apesar do canto das sereias ecoado no pré-independência, após os fogos das festas, a nova realidade passaria a impor desafios concretos à administração da vida cotidiana, à manutenção dos empregos e mesmo à recomposição da elite gestora.

No entanto, como toda generalização é dúbia, a questão sobre a “desqualificação” dos novos quadros não é inequívoca; recordando-se a presença nos bancos universitários europeus, ainda que restrita, de mestiços e negros. No enredo de Chiziane, o tirano, assim alcunhado por seus funcionários, é um homem supostamente preparado para o cargo de dirigente estatal, visto ser um economista graduado (OSJ, p. 97). Então, conclui-se que, muito além da herança problemática do colonizador, os problemas

¹² Pareto, por exemplo, entende o conceito de elite como "uma categoria mobilizada para a observação de todos os grupos dispostos na sociedade. A premissa dessa ideia é que, em qualquer ramo da atividade humana, alguns homens são melhores do que outros e alcançam maior destaque no desempenho de seus ofícios. Sempre existe um grupo de poucos homens mais talentosos que prevalece sobre um grupo extenso de sujeitos menos aptos. Nessa perspectiva, o critério para definir uma boa ou má elite é a maior capacidade de executar uma atividade específica. [...] O que define as elites, assim, é um princípio de eficiência, e não um critério moral" (HOLLANDA, 2011, p. 28-29).

apresentados ao ex-colonizado têm origem igualmente na sua participação ativa na roda do capital. Assim, nunca é demasiado recordar com Rita Chaves que:

O processo colonizatório não se extingue com a assinatura dos tratados de independência, uma vez que a ação colonial se desdobra e deixa seu legado nos modos de pensar, agir, viver e sobreviver. O resultado é, então, a velha equação que, de um lado, dispõe a crueza de um mundo feito de carência e, de outro, expõe a luz ilusória dos grandes sonhos que não se cumprem (1999, p. 50).

Os países africanos que sofreram o processo de colonização ascenderam à independência em meio à velocidade máxima do trem da história finissecular, num mundo ressignificado após a Guerra Fria e a radicalização da globalização, no qual a locomotiva ocidental-capitalista jamais cessou de rebocar seus vagões rumo às terras africanas, “sempre cheios de boas intenções” e dos afamados ideais “civilizadores” mas, na realidade, ávidos por riquezas. Contudo, o manuseio de tais vagões, desde que o primeiro europeu aportou no continente, não se fez sem a mancomunação local.

Como ensina Frantz Fanon, “o colono e o colonizado são velhos conhecidos. [...] Foi o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado” (2010, p. 52). Podemos reler essas palavras, escritas no final dos anos 1950 com as lentes do presente para inferir que “essas duas forças congenitamente antagonistas [colono e colonizado]”, embora tenham rompido o pernicioso cordão umbilical, preservaram cada qual uma cicatriz ontologicamente indelével. Logo, não é descabido afirmar que “o colono que *fez e continua a fazer* o [ex-colonizado]”, gerando um retrato opaco desse “descolonizado” (cf. MEMMI, 1967), ou um “retrato feito por empréstimo”, nas palavras de Mia Couto (2005), que ainda afirma:

O colonialismo não morreu com as independências. Mudou de turno e de executores. O actual colonialismo dispensa colonos e tornou-se indígena nos nossos territórios. Não só se naturalizou como passou a ser co-gerido numa parceria entre ex-colonizadores e ex-colonizados (ibid., p. 11).

Essa “parceria” justificaria a recusa de Couto que, em diferentes momentos de intervenção, contesta a posição que ele denomina de vitimização

do ex-colonizado. Como todo sujeito histórico, os africanos tiveram, naturalmente, papel ativo no desenrolar de sua trajetória, independentemente dos caminhos percorridos. Em termos econômicos, não é demasiado recordar que tal parceria ocorreu em variados graus, em diferentes espaços e tempos ao longo da ocupação europeia no continente africano. Assim, o escritor-interventor afirma que “o modo maniqueísta e simplificador com que se redigiu o chamado ‘tempo que passou’ [...] fez persistir a ideia de que a responsabilidade **única e exclusiva** da criação da escravatura e do colonialismo cabe aos europeus” (COUTO, 2005, p. 12 — grifos nossos).

Na caracterização das personagens nos romances que vimos analisando, se, por um lado, destaca-se a descontinuidade da opressão colonialista, por outro lado, também está representada a não disjunção de elementos importantes do *modus operandi* anterior. No caso de David, o narrador sentencia:

Hoje ele é patrão e sente que vai ser escorraçado do poder tal como fez aos colonos, pelas mesmas razões, pelas mesmas acções. Com os mesmos cantos e gritos. Com os mesmos *slogans* e palavras de ordem. Com a mesma fúria do povo oprimido (OSJ, p. 33)

Essa mudança difusa de paradigma reverbera nas vozes das personagens de OSJ, como na da operária decepcionada com a traição de David:

És negro — diz a mulher gorda. — Vieste do nosso ventre e amamos-te. Significavas para nós a geração de escravos que se libertou. Eras o nosso orgulho. Com os teus olhos víamos o mundo que nos fora negado ao longo dos séculos. Quando viajavas para o estrangeiro rezávamos por ti porque eras a nossa presença na história do mundo. Eras a cultura que sempre sonhámos ter, mas que a história nos negou. Abandonaste-nos. És tirano (OSJ, p. 69).

As expressões “És negro” e “És tirano” formam a moldura deste parágrafo, conotando poeticamente um alto grau de significação reflexiva e crítica. Elas antes formavam uma dicotomia que, no processo de libertação moçambicana (e, por extensão, africana), orientara as relações de poder e de dominação “fundamentalmente por uma vontade política de eliminação de todos os agentes que fomentavam a lógica colonial” (CAN, p. 19). Na

atualidade da história contada por Chiziane, a mesma personagem que se moveu por essa vontade anticolonialista é, poucos anos mais tarde, acusada de tirania, um fato não necessariamente ignorado por ela. Em conversa com o amigo Lourenço sobre a onda de greves, David conclui com esse seu irmanado em falcatruas empresariais: “Somos dois cretinos com o rabo preso, não é? Os dois amigos olham-se em silêncio. Os problemas que ambos enfrentam são uma sucessão de actos vergonhosos” (OSJ, p. 43).

David, um ex-combatente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), protagoniza uma trama de corrupção e perfídia sustentada por forças sobrenaturais. Eis a singularidade da narrativa: a relação perniciosa entre o poder material e o culto interesseiro nas crenças ancestrais. Chiziane, dessa maneira, acrescenta um ganho literário significativo ao conduzir a voz narrativa pelo caminho dos mitos associados às crenças tradicionais africanas. Como recorda o seu conterrâneo Lourenço do Rosário: “Paulina pretende trabalhar esta questão, partindo de uma posição culturalmente distante do ponto de vista consagrado na literatura até hoje produzida em Moçambique” (2010, p. 129). Apesar da crítica de Rosário às “imensas dificuldades em se movimentar” dentro da complexidade narrativa na qual Chiziane se propôs formatar o enredo de OSJ, ele admite que, em termos de conhecimento do material apresentado, a ficcionista “maneja elementos do mundo tradicional, muitas vezes secreto, com uma segurança de quem é conhecedora” (ibid., p. 130).

Desnecessário lembrar que o enredo não coloca sob suspeita a validade ou a veracidade de tais formas de religiosidade. Embora entre as “lições” com as quais se constrói o narrado não deixe de pontuar:

Mas há crenças saudáveis e crenças perigosas. Há visões que provocam cegueira. Palavras que provocam surdez e gestos que provocam loucura. As mães devem continuar a ensinar aos filhos o medo dos feitiços, porque há verdades que não devem ser reveladas, nunca! (OSJ, p. 116-117).

Assim, a voz narrativa, que não se distancia por completo da voz autoral, parece ecoar as palavras de Marcelo Panguana que, em resposta a Michel Laban sobre a recorrência da representação dos mitos em suas narrativas, resume: “O que se passa é que toda a minha vivência confirma isso. Os

espíritos existem, e eu acho que não sou obrigado a provar isso [...]. O que sei é que eles nos orientam” (*apud* LABAN, 1998, p. 898). Em outras palavras, o mundo romanceado por Chiziane constitui-se de experiências espirituais que, embora a modernidade moçambicana tenda a negar, continuam imbricadas no comportamento social seja no campo ou na cidade (nas periferias e no centro), conforme a análise de Lourenço do Rosário:

O mundo do feitiço e dos mitos esteve sempre ligado ao comportamento sociocultural da maior parte dos intervenientes activos da nova história social de Moçambique, ricos ou pobres, urbanos ou camponeses, instruído ou analfabeto, o moçambicano, de uma forma ou de outra, conhece e, às vezes, enreda-se nele (2010, p.132).

Naturalmente, as ambiguidades em torno da vivência mítica e da modernidade africana estão presentes não apenas nas ficções moçambicanas. Semelhante situação comparece pesadamente no romance de Boaventura Cardoso *Maio, mês de Maria*, através das ações da personagem João Segunda em situações de narrativa fantástica ou real maravilhosa.¹³ Mas, das obras em estudo aqui, essa condição aparece de forma realçada em OSJ.

Na avaliação de Lourenço do Rosário, neste seu terceiro romance, Chiziane “não faz da realidade social o tema da sua obra. Ela inverte a focalização temática” (2010, p. 128) a favor da representação guiada pelos elementos míticos. A constatação de Rosário nos parece acertada, contudo, outra síntese do enredo no mesmo texto crítico nos permite concluir que, embora o misterioso esteja em cena na maior parte da trama, a realidade social não fica escanteada, mas é antes realçada por tal abordagem:

O sétimo juramento [...] é uma obra aparentemente enquadrada no contexto do movimento de retorno às raízes, tentando acompanhar as tendências do comportamento da nova burguesia emergente em Moçambique, que, na ressaca das mudanças operadas do regime monopartidário e da economia planificada, ideologicamente identificado com o movimento comunista internacional, ateu e distante dos valores tradicionais, hoje se redescobre negro originário, tradicionalista, à mistura com a euforia neoliberal, que lhe dá acesso ao poder econômico, com alianças enviesadas quer com o poder político, quer com interesses que nada tem a ver com os interesses nacionais. Tratar-

¹³ Em *Predadores*, de Pepetela, o uso de expressivos recursos literários metalinguísticos substitui a utilização da narrativa real maravilhosa para tratar do mito, como veremos no capítulo seguinte.

se-ia, no fundo, de um comportamento neonacionalista, polvilhado um pouco pela ideologia neoliberal globalizante, eivada de individualismo *sui generis*, porque individualismo clânico e tribalista (ibid., p. 129).

Essa “euforia neoliberal globalizante” atrelada a um improvável “movimento de retorno às raízes” conduz as ações da personagem David que, aproveitando-se dos desalinhos daquela terra sonâmbula, conquista *status* de dirigente de uma empresa estatal de alimentos e trata de enriquecer e angariar poderes, cometendo fraudes e explorando os empregados à exaustão. Para proteger-se do iminente castigo pelos maus atos administrativos e para preservar a apropriação indébita, ele buscará apoio de seus pares, tanto no mundo terreno quanto no mundo dos espíritos: “Ninguém ascende ao alto por caridade — dissera-lhe o adivinho. — Para caminhar é preciso abrir uma estrada. Abrir a estrada é ferir a terra que te sustenta e a natureza que te protege” (OSJ, p. 113).

Simbolicamente, esse comportamento predador, para usarmos o termo de Pepetela, é a caricatura da elite em diferentes tempos e espaços. O oportunismo, o clientelismo, o egoísmo ganham aqui cores reforçadas quando comparados com a sombria paisagem pós-colonial. Um cenário de muitos estilhaços que não é ignorado pelos agentes da corrupção da utopia, a exemplo de “David da Costa Almeida, militante da criação do homem novo” (OSJ, p. 50), como ele recorda os fragmentos da ideologia que um dia defendera.

Sobre os motivos da revolta dos operários que reivindicam principalmente os salários atrasados, um dos diretores da fábrica diagnóstica como causa a improbidade de David, sem no entanto colocar-se como partícipe dos abusos cometidos:

Bem, senhor director — diz timidamente o director administrativo —, o senhor tem negligenciado os problemas da nossa empresa estatal. A administração é péssima e o pouco que se produz não beneficia os operários. Esse é o motivo de fundo (OSJ, p. 33).

David, no entanto, empreende uma luta pessoal contra a própria consciência. Sendo impossível ficar indiferente às injustiças que o cercam, ele procura justificar, reiteradamente, as suas ações na própria história humana.

Em sua autojustificação, ele se coloca como vítima de um processo histórico que parece obrigá-lo a “tirar vantagens” — ele “começa a reconhecer a inutilidade das lições de moral” (OSJ, p. 117). Nessa tentativa de driblar o superego (apaziguando a má consciência da elite burguesa), ele vai invertendo os sinais dos opostos “bem” e “mal”, reafirmando a si mesmo que: “Na história da humanidade conquistar é matar e usurpar. Tirar do mais pobre para que o rico se torne mais rico ainda. O equilíbrio na distribuição é sonho de Deus e não prática do homem” (OSJ, p. 117).

Sendo a distribuição um sonho de Deus, restaria ao homem de poder a prática da acumulação egoísta? Parece ser essa a questão por trás da voz acusadora do narrador que, em sua onipotência, ora pinça palavras da mente de David, ora permite a expressão dissimulada de sua própria consciência.

Se no romance angolano analisado antes, o narrador-griô usa a técnica e o estilo de contar pelo modo indireto, “conversando” com o leitor/ouvinte, contando um “causo” que resulta em “moral da história”; em Chiziane não há o narrador-griô, mas uma voz narrativa onisciente e crítica, intrusa e inconformada com as atitudes de David, tomando partido das personagens femininas, especialmente Vera. É uma voz que quer se fazer presente, abre espaço na narrativa para as suas próprias digressões de cunho moral. Embora existam alguns “ditos” e “provérbios”, eles não são colocados do mesmo modo que em *Maio, Mês de Maria*. Eles têm origem na própria reflexão da voz narrativa. Há uma intenção evidente dessa voz de participar da história, atravessando-a como o espírito de “Moya” (o vento). É um reflexo de uma voz autoral inconformada com as catástrofes da guerra, da miséria e dos desmandos.

De tal modo, as fronteiras entre essa voz narrativa e as vozes das múltiplas personagens se tornam indeléveis. É uma narrativa polifônica e prismatizada, em que o narrador transita como um catalisador de pensamentos. Em outras palavras, o que aparenta ser mera intromissão de uma voz prolixa e moralista revela-se muitas vezes como o reflexo de um inconsciente atormentado pela certeza de seus pecados, no caso do protagonista:

David quebrou os tabus, deu uns passos em direcção ao proibido e provou. [...] Não cometeu nenhum crime, apenas seguiu os caminhos

dos antepassados da história. Ele é um entre bilhões e bilhões de homens que provam o proibido em cada dia. Adão cometeu a primeira infração. Eva a primeira traição. Caim a primeira reivindicação, o primeiro crime. Jura que vai eliminar os inimigos, sim, porque o crime é mais antigo que a vida (OSJ, p. 117).

Essa passagem é exemplar da estrutura narrativa plasmada por uma ironia que mergulha na história universal para justificar um comportamento social nefasto.¹⁴ Assim, as descrições e digressões mediadas pelo narrador têm a função de explicitar ironicamente as visões de mundo das personagens de ficção como alegorias das figuras humanas em confronto no Moçambique pós-independência, sem deixar de remeter à universalidade da condição humana.

Na passagem acima, ao mesmo tempo em que descreve que a história da humanidade é, naturalmente, escrita com infrações, traições, crimes de toda ordem, o narrador ironicamente associa a reivindicação de Caim ao “primeiro crime”. Ora, a única reivindicação do enredo é a dos trabalhadores em justa greve pelo pagamento dos salários em atraso. Nem inveja, nem ciúme moviam os famintos operários. Mas, tidos como “inimigos”, na perspectiva de David (a elite no poder), esses “Cains” pretenderiam matar o irmão bem-sucedido e usurpar seus privilégios.

Repete-se, no enredo, o confronto simbólico entre as forças do bem e as forças do mal sintetizado numa espécie de pacto faustiano, reproduzindo o comportamento da personagem João Segunda, no angolano *Maio, Mês de Maria*. Mas, se na sociedade colonial, o dualismo entre o bem e o mal estava atrelado a dois polos bem definidos — colonizado vs. colonizador, no mundo pós-colonial os contornos dessa dicotomia já não se estabelecem em termos de *nós* e *outros* (quem quer que sejam esses “outros”), mas, supostamente, de *nós* e *nós mesmos* (quem quer que sejam esses “nós mesmos”).

¹⁴ Do ponto de vista social, “a ironia tem basicamente uma função corretiva. É como um giroscópio que mantém a vida num curso equilibrado ou reto, restaurando o equilíbrio quando a vida está sendo levada muito a sério ou, como mostram algumas tragédias, não está sendo levada a sério o bastante, estabilizando o instável, mas também desestabilizando o excessivamente estável” (MUECKE, 1995, p. 19).

3.1.2. O “cabritismo” e o “quarto estado”

Regido pela filosofia dos novos tempos, o “cabritismo”, David justifica-se: “Diz o adágio popular que o cabrito come onde está amarrado e o volume de alimento é directamente proporcional ao comprimento da corda” (OSJ, p. 118). O narrador explica em detalhes:

Os homens da nova geração transformados em cabritos, roem tudo, até as pedras dos montes, deixando a terra na absoluta miséria. Neste país, um homem tem que ser cabrão para sobreviver. David não é o primeiro cabrão. Nem o único. Nem o último. Segue apenas o caminho aberto por muitos outros a quem a justiça se esqueceu de exigir a prestação de contas (ibid.).

Em sua condição de ex-guerrilheiro, David enfatiza reiteradamente seus “méritos” na libertação do país, como forma de justificar o enriquecimento ilícito à custa dos salários dos quase mil operários da empresa estatal que comanda. Em sua autodefesa, recorda os dias de bom camarada, nos tempos heroicos de “treinos militares e guerra contra o colonialismo, marchas, combates. Sabotagem. Comícios. Discursos. Palavras de ordem. Euforia, sonhos, convicções. Vitória final sobre o colonialismo” (OSJ, p. 15). Portanto, ele atribui a si uma merecida medalha: “No tempo da revolução investi. Agora estou na fase do egoísmo. Quero colher tudo o que semeei” (OSJ, p. 15).

Em nossa compreensão, a elite representada por David é a protagonista do enredo, enquanto os pobres, os trabalhadores, o “quarto estado” (expressão preferida por Auerbach), formam o grupo antagonista que ruidosamente provoca as ações da personagem central. Desde o início da narrativa, com a marcha silenciosa dos operários pisando firme o chão, a terra-mãe, que lhes pertence, vemos em cada capítulo o desenrolar dos protestos que colocam em risco a posição de poder de David, levando-o ao desespero, até ao ponto de pactuar com as forças sobrenaturais. O desespero resulta inclusive da sua consciência, como ex-combatente do colonialismo, de que o antigo papel de algoz agora lhe cabe:

A greve dos trabalhadores da indústria açucareira soa-lhe como o silvar de espadas” [...]. O desespero apossa-se da sua alma como um condenado a um passo da morte. Sinais dos tempos — enerva-se —,

sinais de mudanças. O passado volta a reflectir-se com novas roupagens (OSJ, p. 14)

O estado geral de greve e a desfaçatez do chefe da companhia estatal de alimentos denunciam que a exceção se faz regra quando o assunto é o desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Nas palavras do narrador, ironicamente dando voz a David: “Os operários do açúcar não recebem há vinte e quatro meses. Os seus não recebem há apenas seis meses. Muito pouco tempo. Comparado com outros directores ele é um santo” (OSJ, p. 14). A negação de seus atos ilícitos, em variados momentos da narrativa, converte David numa personagem farsesca: “Sou um homem honesto [...]. Os operários gostam de mim. Têm orgulho em mim. Precisam de mim, nada vai acontecer” (p. 18), diz à esposa, apesar de saber que “o lençol de lodo caminha rápido em direcção ao seu nome, ao seu prestígio” (ibid., p. 33).

Sente-se o mais injustiçado dos seres: “Estes operários rebelaram-se contra a administração colonial. Hoje rebelam-se contra os libertadores da pátria, ingratidão típica dos filhos de Israel” (OSJ, p. 32). Mas o discurso dos operários, para além da própria situação de penúria descrita na narrativa, revela a falácia de David. Para esses trabalhadores, que combateram a opressão colonialista, não é possível vislumbrar na luta do presente um horizonte de glória, a derrocada de um inimigo secular. Lamentam: “Antes a greve era boa. Lutar contra o colonialismo e a liberdade valia a pena. Hoje não dá gosto nenhum. É difícil lutar contra o novo patrão, porque é compatriota, irmão” (OSJ, p. 212). O sentimento de que os novos tempos não são propícios à justiça social ultrapassa fronteiras geográficas e culturais para adquirir, na voz desses trabalhadores moçambicanos, um clamor universal *a la* Marx (trabalhadores do mundo, uni-vos):

Branco, preto, colono, compatriota, tudo é igual e tudo rouba. A injustiça é universal e tem livre trânsito. Tem estatuto. Não precisa de passaporte nem bilhete de identidade. Hoje fala-se de globalização, mas o mundo está globalizado desde o princípio dos princípios, nas guerras, nos crimes e na negação dos direitos dos pobres (OSJ, p. 212-3)

Este diretor é um demônio. Correm rumores de que ele comprou uma fábrica nova, algures. Com que dinheiro? Como pôde enriquecer em tão pouco tempo? Vimo-lo a entrar. Vinha com uma mão à frente e outra atrás. Cresceu e engordou. Agora tem uma nova fábrica. Como homem

rico tem direito a tudo o que quer enquanto nós morremos de fome (p. 212)

Nós, operários, somos carneiros para tosquiá a lã que servirá de agasalho no próximo inverno. Somos pimenta para temperar os discursos dos políticos. Erva para o búfalo comer. Massa de voto. Obreiros para servir a abelha-rainha (213)

A imagem dos operários como carneiros, de quem a lã agasalha o rico no inverno, e como a “erva para o búfalo comer” serve para analisarmos outra situação narrativa que retrata o caráter da elite predadora na sua anti-relação com os pobres. O capítulo XXII inicia com a cena comovente da pequena Mimi; a criança órfã e prostituída pela dona de um bordel e de “uso” exclusivo de David está sentada na varanda refletindo sobre a miséria que a empurrou para aquele lugar e situação e “no homem que a tia Lúcia acaba de lhe dar, pesando mil vezes mais do que ela, que lhe sacode o corpo todo colocando a boca grande na sua boca pequena, num beijo sufocante. Enjoa” (OSJ, p. 119). David chega neste momento, após embater-se com os operários da fábrica e sair vitorioso, com a ajuda das forças sobrenaturais invocadas e pregando a imoralidade como a doutrina dos fortes (OSJ, p. 117).

Mais uma vez, a cena escatológica descrita pela voz narrativa, detalhando o abuso físico e psicológico da exploração pedófila, ganha dimensão da ironia cáustica quando David reconhece o seu ato imoral e ilegal, para, logo em seguida, tentar dobrar as malhas do inconsciente, tratando a sua atitude como um ato de benevolência:

David sente a voz da consciência visitando a alma. Prostituição infantil é crime que nem Deus perdoa. Os que apregoam a moral nada fazem para modificar as coisas. Esta criança foi aliciada a vender o sexo em troca de pão, como única alternativa de sobrevivência. Comprar o sexo da pobrezinha é até uma obra de caridade, de misericórdia. Pode alguém condená-lo por isso? (OSJ, p. 120).

Ao reproduzir o pensamento de David, novamente em chave irônica, a cena remete à situação geral dos pobres em sua relação com as classes dominantes. Estas, ainda que eventualmente surpreendidas por uma centelha de consciência culpada, logo encontram abrigo numa ideologia de cunho capitalista, justificando seus atos nos males do mundo, culpando os que

apregoam a moral sem nada fazerem para modificar as coisas. “Eis o paradoxo do pobre: ao mesmo tempo em que é um estorvo para a fruição sem remorsos dos confortos da vida burguesa, sua existência é simplesmente imprescindível para a manutenção de tais confortos” (SIQUEIRA, 2012, p. 37).

3.1.3. Mulher: terra usurpada e mãe redentora

O ex-combatente e agora diretor habita confortavelmente no “bairro do asfalto”, até pouco tempo dominado pelos colonialistas e símbolo do *apartheid* social no regime anterior. Ele divide a sua ilha de conforto com Vera, a esposa submissa e alienada, quatro filhos e a avó de Vera, Inês. Seus filhos mais velhos, Clemente e Suzy, são personagens proeminentes no enredo, enquanto as crianças menores são apenas mencionadas.

Além desse núcleo familiar, David mantém um relacionamento íntimo com a fiel secretária, Cláudia, e no decorrer da história vai aliciar a já referida Mimi como sua “prostituta particular”. A relação de David com as mulheres tem o mesmo caráter material de sua relação com o mundo do poder e do capital. Para ele: “Mulher é fruta boa. Mulher é tranquilidade e frescura. Mulher é mãe, mulher é terra que Deus colocou à disposição do homem como rampa de lançamento no voo da vida” (OSJ, p. 36).

Não se pretende neste trabalho discutir a complexidade das relações de gênero em Moçambique. Interessa, no entanto, verificar, na economia do romance, a polarização entre a personagem David, símbolo do poder masculino-patriarcal, e a mulher, como metáfora da terra, ao mesmo tempo valorizada e usurpável. Para contextualizar essa relação ambígua, que percorre transversalmente o romance de Chiziane, vejamos brevemente como a autoridade feminina tem sido debatida entre a crítica, especialmente a feminista, em Moçambique.

Sabe-se que, no momento de transição para o governo independente, a ideologia revolucionária permeada pelos modelos do socialismo possibilitou às mulheres moçambicanas importantes passos rumo à igualdade de direitos, propiciando uma visibilidade pública até então obliterada pelo duplo poder aos quais estavam submetidas: colonialismo e patriarcalismo. Participantes ativas das lutas de libertação nacional, e politicamente organizadas em torno da OMM

(Organização da Mulher Moçambicana, fundada em 1973), passaram a constituir um importante braço da FRELIMO.

Esse percurso de emancipação política não arrefeceu com a instauração da ideologia liberal, antes, as mulheres passaram a exercer um papel cada vez mais ativo na política moçambicana. Contudo, essa emancipação é vista com ressalvas em algumas frentes da crítica pelo seu caráter dito condicional. Argumenta-se que no jogo de poderes comandados a partir do ponto de vista masculino-patriarcal, ou pelo “modelo andocrático” (OSÓRIO, 2004), a valorização do “‘essencialismo’ da natureza feminina” sustenta “uma dominação que é traduzida nos múltiplos constrangimentos que impedem a acção política das mulheres fora do quadro normativo que lhes define as competências como mãe e esposa”, nos termos de Conceição Osório (2004, p. 146). De tal modo, resume a crítica, “esta igualdade deve ser entendida mais como expressão formal do discurso político revolucionário do que como alteração nas relações sociais de poder que percorrem as relações de género” (ibid., p. 145).

Retomando, portanto, a situação literária, o discurso da personagem David, em OSJ, traduz essas impressões críticas sobre a emancipação condicionada da mulher em Moçambique, que ao mesmo tempo em que ocupa posições de liderança na esfera política, tem a sua participação limitada pelos trâmites da ordem familiar e patriarcal.¹⁵ Assim, na voz do protagonista, a objetivação da mulher (bondade, tranquilidade, frescor) é desvelada pela imagem da mulher como suporte, ou “rampa de lançamento”, não apenas no nascimento, mas em todos os momentos em que o homem carece de alento. Na verdade, suas palavras resultam, segundo a voz narrativa, do estado delirante de David, após possuir sexualmente a secretária, Cláudia, em “solidariedade” à tristeza no rosto da “bela, boa e útil” servidora.

Essa relação de “utilidade” feminina é comparável à imagem de dona Zefa, no romance de Boaventura Cardoso. Naquela narrativa, a esposa, viva ou morta, é o esteio do marido. Em vida, ela o ajuda a acumular riqueza e

¹⁵ O “Hino da mulher moçambicana” destaca o seu heroísmo e a fidelidade aos ideais do Partido: “Lutando com firmeza contra as ideias velhas / Ignorância, obscurantismo, poligamia ou lobolo / Levando no olhar a certeza da vitória / Sabendo que a vitória se constrói com o sacrifício”. Mas, conforme aponta a mesma Conceição Osório, seus versos destacam o tal “‘essencialismo’ da natureza feminina”, retratando-a como a “companheira inseparável do homem engajado” e “aquela que produz e alimenta os combatentes” (OSÓRIO, 2004, p. 145).

comanda a “casa grande”; depois de morta, comparece em espírito, como a voz de sua consciência atormentada do viúvo a dar-lhe conselhos. Mas, enquanto David submete explicitamente “suas mulheres”, inclusive a própria filha, à sua obstinação capitalista, João Segunda o faz dissimuladamente. De qualquer maneira, as duas formas de submissão, explícita ou dissimulada, são trazidas para a representação romanesca, indiciando a prevalência do patriarcado em ambas as sociedades.

Recordemos que o enredo de Boaventura Cardoso revela uma personagem que, enquanto demonstra um amor desmesurado pela sua “boa e única companheira” (MMM, p. 29), reconhecendo nela o seu muro de arrimo pessoal, não hesita em entregar a alma da amada, para salvar a própria. Ao decidir de forma autoritária fugir da devastação que, sobretudo, o atingiria, partindo intempestivamente rumo à Luanda, ele colabora para fazer sucumbir o coração já adoecido de dona Zefa. Já em sua nova vida, ele igualmente não hesita em sacrificar a filha num casamento infeliz pelo fato de o futuro genro poder lhe proporcionar as benesses do poder vigente.

Em última análise, a caracterização da personagem David, em OSJ, possibilita a abordagem de um outro assunto caro à temática de Chiziane: a apropriação indébita dos costumes poligâmicos pelos homens do poder. A voz autoral imiscui-se nesta e em outras narrativas ao denunciar essa impostura cultural, através da qual uma estrutura familiar plena de sentido nas tradições culturais de alguns povos africanos torna-se justificativa para relacionamentos extraconjugais nos moldes de qualquer sociedade moderna, em que mulheres e filhos não reconhecidos social e burocraticamente vivem à margem da vida do homem que os concebeu.

Assim, para além dos aspectos “locais” de sua miséria, o lamento de Mimi, menina grávida e solitária no momento de dar à luz um filho de David, torna-se universal: “David é um homem de boas tradições, sim. A esta hora deve estar em casa, saboreando o calor da família, dando amor aos filhos da esposa, porque esses são mais filhos do que este bastardo que está para nascer” (OSJ, p. 236-237). Aqui se confunde o próprio conceito de *tradição*. No mundo gerado pelo encontro colonial, ter “boas tradições” (judaico-cristãs) significa abdicar das “más tradições”, isto é, das culturas consideradas obscurantistas. Mas o homem de poder opta pelo “melhor dos dois mundos”.

Por um lado, regido pela herança eurocêntrica cristã do pai-de-família burguês e monogâmico, ele garante a concentração de sua fortuna neste núcleo familiar, preservando a propriedade e reservando sua herança àqueles que “são mais filhos”. Do outro lado, ele se calca por conveniência pessoal e social na herança ancestral da poligamia, realizando numa síntese patriarcal moderna a ratificação de seus poderes simbólicos: David “pensa no seu estatuto de polígamo e sente em si o homem mais viril do planeta” (OSJ, p. 124).

Na construção do estado moçambicano, “a consolidação do pensamento nacionalista deveria buscar as raízes nas histórias e nas culturas que convergiam no movimento de libertação, trazidas por cada militante dos diferentes pontos de Moçambique” (CABAÇO, 2009, p. 304-305). Mas, nem todas as “raízes” condiziam, na perspectiva da FRELIMO, com o moderno projeto de nação. Enquanto os ritos considerados “inibitórios da libertação da ‘imaginação criadora do indivíduo’, os que implicavam mutilações, sofrimentos físicos e situações discriminatórias ou degradantes...” eram tidos como reacionários e, portanto, expurgados; “a prática da poligamia e a realização dos ritos de iniciação” eram tolerados como parte dos “sistemas de produção e troca e o valor social do parentesco”, representando a “família, a solidariedade e a história” (ibid., p. 305).

Em determinado momento da narrativa de OSJ, David convoca um grupo de operárias que, sem receberem seus salários por mais de seis meses, “abandonam o palco da fábrica e vão à esquina mais próxima, vender rebuçados, carvão e sexo” (OSJ, p. 213). Ele convoca as mulheres para dizer-lhes que tal conduta “não é digna de operárias e mães e que estão a transformar-se em putas” (ibid.). Supostamente exemplos de virtudes morais, as classes dominantes tendem a apelar à ética e aos “bons costumes” como estratégia para evitar uma desordem social que ponham seus atos em evidência. Mas, a acusação de David foi justamente o fogo que acendeu o estopim da revolta das operárias. Em resposta, elas reiteram que David é o culpado máximo pela situação de penúria. Entre outras acusações, uma delas diz num delírio agônico que a filha estava presa por ter recorrido à prostituição como único recurso para alimentar o pai e a mãe, que trabalham para David sem salários. O sacrifício da filha da operária em prol da família faz David sentir “uma pontada no coração” (OSJ, p. 214), diz a onisciente voz narrativa.

Esse lampejo de consciência, no entanto, deve-se, emenda a narração, ao fato de ele recordar a gravidade dos seus atos, e de ele próprio ter corrompido a virgindade e a moral da filha adolescente, Suzy, corrompendo-a incestuosamente como sacrifício aos espíritos protetores de sua riqueza. Apesar disso, valendo-se do “espírito” capitalista do qual está igualmente impregnado, ele decide simplesmente comprar o silêncio de sua consciência: em segredo, num ato falsamente altruísta, manda chamar a mulher de quem a filha estava presa, “passa-lhe um cheque gordíssimo e pede-lhe para guardar segredo. [...] Diz que é por simpatia, piedade, solidariedade. Mente” (OSJ, p. 215). A voz narrativa conclui que David, embora reconheça a gravidade de seus atos, afirma ser “tarde demais para voltar atrás!” (ibid.).

À semelhança de suas congêneres em outros espaços, dentro e fora do continente africano, a elite retratada por Chiziane esmera-se em recorrer a argumentos que possam aplacar arroubos de consciência perante a sociedade e perante si mesmas. Quando falham os argumentos, recorrem ao espírito do falso altruísmo que o dinheiro, o mesmo indevidamente acumulado, pode pagar.

Ao final desse episódio, ele demite, ou melhor, expulsa aquelas operárias por “imoralidade e falta de assiduidade”, do mesmo modo como já havia expulsado outros operários por quebrarem o contrato de trabalho, já que na falta do que fazer na fábrica à beira da falência, e vencidos pela fome, faltavam ao trabalho e iam beber e até roubar nas imediações da empresa. Assim, ele consegue concluir o plano que estivera fermentando durante todo o tempo: “A fábrica dissolve-se. Em breve será privatizada” (OSJ, p. 215). Em outras palavras, o próprio David, ou seus congêneres, será beneficiado com a tal “privatização”.

3.1.4. O lobolo de espíritos ou o pacto faustiano

Não transparece nas narrativas de Chiziane uma pretensa defesa dos costumes tradicionais pertinentes à poligamia. Ao contrário, suas narrativas, como *Niketché: uma história de poligamia* (2002), apresentam incisivas críticas a situações que, supõe-se, colocam a mulher em condição de subalternidade.

Daí a crítica também ao lobolo¹⁶: “Na tradição bantu mulher é herança, é propriedade porque é lobolada” (OSJ, p. 37). Nesse sentido, a mulher estaria vinculada aos “sistemas de produção e troca” (CABAÇO, 2009, p. 305).

Não surpreende, portanto, que, numa primeira leitura, o capítulo 18 de OSJ seja incômodo. Numa aparente contradição com os argumentos até então desfiados contra esse rito tradicional, a voz narrativa abre um parêntese para explicar “os enigmas do lobolo”. De fato, enigmática mesmo é a construção de tal explicação, em que a chave interpretativa, a nosso ver, encontra-se no terreno da ironia, no sentido de ser este elemento “o meio que o *eu* usa para se auto-representar artisticamente, [um] movimento dialéctico entre realidade e ficção” (FERRAZ, 1987, p. 42). Para tanto é preciso analisar esse capítulo em conjunto com os capítulos adjacentes, 17 e 19.

No capítulo anterior, 17, David é introduzido pelo amigo Lourenço (também ele um corrupto diretor de empresa) ao mundo da feitiçaria. Na zona rural da cidade, ele vai encontrar-se com o adivinho¹⁷ Nguanisse, que acalma seu nervosismo com “whisky de boa marca” e brinda, profanamente, com os recém-chegados. Porém, a ajuda de que David precisava estava além da capacidade de Nguanisse, que o aconselha a voltar à noite para encontrar “alguém à altura dos seus poderes”, isto é, uma encarnação dos poderosos ndaus. Naquela noite Nguanisse celebraria o “lobolo de espírito” da terceira esposa — ritual em que Nguanisse invocará um espírito guardião, alegando precisar “de um espírito mau, para proteger todos os [seus] pertences” (OSJ, p. 98) — uma virgem será tomada em sacrifício, como “esposa do espírito” e futura sacerdotisa do templo de Nguanisse.

Será justamente esse “lobolo de espírito” que dará ensejo ao capítulo 18. Nele, a partir de uma construção irônico-sarcástica se dirá que o lobolo é comparável a outros tipos de situações em que a mulher é subalternizada, inclusive o casamento judaico-cristão. E seguindo essa perspectiva se discutirá que as alianças do tipo lobolo vão além das relações de gênero, para

¹⁶ Para as críticas feministas moçambicanas, o lobolo “é um meio de formalização do vínculo entre duas famílias através do casamento. [...] transferindo a subalternidade da mulher da sua família de origem para a família do marido (sendo este o mediador da dominação) expressa e legitima socialmente a desigualdade de gênero” (OSÓRIO, 2004, p. 152, n. 8).

¹⁷ Chiziane alterna o uso do termo “feiticeiro” com “adivinho” e “curandeiro”, indistintamente.

representar toda e qualquer relação no sistema de trocas materiais que rege as sociedades capitalistas.

Ao concluir que “não é só o lobolo que condiciona a prisão da mulher, mas todo o sistema social” (OSJ, p. 90), lê-se: não apenas o sistema patriarcal, mas também as sociedades em que a igualdade de gêneros é tida como assegurada, inclusive pelo contrato de matrimônio cristão, um rito que implícita e explicitamente traz em si gestos de subalternização.

Mas, interessa-nos sobretudo no referido capítulo a metáfora do lobolo como aliança de interesse que ultrapassa o rito tradicional: “Lobolo é prêmio, é prenda. É a caixinha de surpresa oferecida ao marido no dia dos seus anos. É o anel de noivado. É o ramo de flores oferecido no dia dos namorados” (OSJ, p. 91). E, num mundo em que nada escapa às garras do capital, o lobolo estaria também fazendo eco ao processo universal de transformação do religioso em profano: “O Natal dos cristãos é uma festa comercial” (ibid.), sentencia o narrador. Em seu processo de dessacralização, o lobolo, “de cerimônia religiosa e social, depressa passou para um pequeno negócio, por vezes selvagem” (p. 92).

Como aliança espiritual, o lobolo “é uma confirmação de fé ao serviço dos mortos. Um agradecimento pelas benesses recebidas. Uma aliança entre espíritos de diferentes especialidades” (OSJ, p. 91). É nesse sentido de negociação com o sagrado que David vai “lobolando” espíritos cada vez mais poderosos, firmando aliança que se converterá em “uma chave e uma fórmula de penetração em novos domínios espirituais” (ibid.). Também se destaca nesse sentido, o fato de o “bem” e o “mal” não se excluírem mutuamente nessa aliança de interesses: “os espíritos ngunis lobolam os ndaus e vice-versa, unindo forças e fraquezas na busca de melhores soluções para os problemas do mundo” (ibid.). O casamento do céu e do inferno ou a associação entre o tigre e o cordeiro que habitam a alma humana (cf. a imortal fórmula de William Blake).¹⁸

De uma maneira por certo surpreendente, Chiziane, com a composição desta titânica luta entre forças terrenas e espirituais, que por fim representa o conflito instaurado pelas atuais condições de desenvolvimento humano entre o

¹⁸ Cf. *O casamento do céu e do inferno; Canções da inocência e canções da experiência*.

bem individual e o mal coletivo, parece repor em termos literários e, mais ainda, moçambicanos, africanos, o tremendo diagnóstico proferido por Marx e Engels (com também alguns laivos literários):

As relações burguesas de produção e de circulação, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que fez aparecer meios de produção e de circulação tão poderosos, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue mais dominar os poderes subterrâneos que invocou (1998, p. 13).

Embora não isento de falhas estruturais, o romance de Chiziane acrescenta ao campo da literatura moçambicana uma forma outra de focalizar o narrado. Diferentemente de alguns congêneres que vão ao mundo dos mitos em busca de elementos que servem “mais como recurso estético do que propriamente elementos intrínsecos do universo narrativo” (ROSÁRIO, 2010, p. 128), a obra de Chiziane “sai completamente desta lógica”, pondera Rosário, e incorpora os mitos no próprio processo de reelaboração e representação de sua realidade. Poderíamos mesmo dizer que Chiziane se depara com as limitações presentes do gênero — apesar da plasticidade do romance enfatizado por nós no início deste ensaio — de uma forma possivelmente semelhante à que Goethe experimentou ao modelar seu Fausto. Certo do caráter emblemático e até premonitório da saga de seu anti-herói, o grande romancista alemão não acreditou na “forma romance” para cunhar tamanha obra, e acabou optando por uma mistura genérica que, apesar de toda grandiosidade e qualidade, acabou incategorizável entre a tragédia, o drama, a epopeia e... o próprio romance!

No caso do Fausto moçambicano, quanto das condições ímpares desse anti-herói não teria desafiado a sua criadora a forçar os limites do romance, tentando exprimir o inexprimível: a catástrofe que se avizinha nos países extremamente periféricos, mas que no fundo configura as precipitações de um processo que está em andamento em todo o mundo capitalista e burguês?

Entretanto, no desfecho de *O sétimo juramento*, David e os espíritos que o comandavam são vencidos pela força “do bem”. Numa clara indicação de que, apesar do tom de desesperança que conduz a narrativa, a redenção é confiada à própria consciência do indivíduo. No final, antes de morrer, apavorado e louco com os seus “fantasmas”, David confessa: “Julguei que a

terra era minha. Mas não venci a mim mesmo. Não venci os meus leões interiores que me devoravam a consciência. Todo o vencedor é vencido pelos seus crimes. A terra jamais será propriedade humana” (OSJ, p. 265).

Tal qual no mito de Fausto, o preço a pagar seria a própria vida. David rompe com todos os limites que o prendiam à realidade concreta (família, sociedade, governo), e sua forma de vida metaforiza a sociedade moçambicana em meio à desesperança fomentada pela luta fratricida, que perdurou por dezesseis anos, e em meio à qual transcorre a narrativa: “A ilusão de um amanhã melhor há muito murchou [...]. Por todo o lado impera a força das armas e a pirataria das armas. Evaporou-se a água que refresca os destinos da humanidade, tudo é fogo” (OSJ, p. 11). Mas, se a narrativa é iniciada sob o signo da desilusão, o seu desfecho sugere, mesmo de forma difusa, um horizonte utópico: “Tudo nasce e tudo morre”. Assim o narrador, crítico do comportamento de David, encerra a sua participação, destacando a enlouquecida Vera, viúva de David: “Da sua varanda Vera tem momentos de lucidez. [...]. Celebra o amanhecer” (OSJ, p. 261-62). No fim, a verdade (“Vera”) prevalece, ainda que transfigurada.

A luta, que na história contada por Paulina Chiziane se dá entre os espíritos (ngunis e ndaus), simboliza uma desafiante alegoria do mundo inaugurado com o advento da independência. O país, na construção de sua soberania, ainda se embateria em lutas venais entre aqueles que “venderam a sua alma” e aqueles que, na luta pela sobrevivência, passam sob a janela dos primeiros e seguem rumo a um futuro de caminhos tortuosos.

Em OSJ, mais do que caracterizar um tipo social, a personalidade de David revela a face egoísta daqueles que, do alto do pedestal do poder, submetem, conscientemente, a todos que o cercam: a família, os trabalhadores, os miseráveis, os órfãos da história. O ex-combatente da luta colonial, agora desvia o dinheiro dos salários dos trabalhadores para a sua fortuna pessoal, e assim racionaliza o seu comportamento:

Neste mundo ninguém é bom para ninguém. Enganamo-nos uns aos outros. Tiranos brancos substituídos por tiranos negros, é a moral da história. Tirania é filha legítima do poder. Justiça e igualdade é negócio de Deus e não preocupação dos homens (OSJ, p. 15).

Diferentemente de João Segunda, no romance de Boaventura Cardoso, David esteve nas trincheiras anticoloniais, politizou-se, ajudou a fomentar o sonho diurno, o qual o povo ainda espera ver realizado. Mais uma vez ele sentencia:

Alguns operários chegam a afirmar que a vida era melhor com os colonos. Mas a culpa maior cabe a nós, militantes da utopia, que prometemos um mundo pleno de igualdade. De onde fomos buscar semelhante loucura, se a igualdade não existe, nem no reino das formigas? (OSJ, p. 33.)

Assim, a personagem fictícia vem a público contestar os pilares da nacionalidade, consagrados pelas vozes revolucionárias: igualdade, solidariedade, ética e moralidade. Em 1970, refletindo sobre o projeto da futura nação liberta, Samora Machel dizia:

Criar uma atitude de solidariedade entre os homens capaz de desenvolver o trabalho colectivo pressupõe a eliminação do individualismo. Desenvolver uma moral sã e revolucionária que promova a libertação da mulher, a criação de gerações com um sentido de responsabilidade, exige a destruição das ideias e gostos corruptos herdados (1974, p. 51, *apud* CABAÇO, 2009, p. 300).

Decorridas quatro décadas, as palavras de Machel continuam a ganhar relevo nas vozes de intelectuais e literatos, denunciando um comportamento elitista que convive com a desigualdade, justificando a todo o momento que “o equilíbrio na distribuição é sonho de Deus e não prática do homem” (OSJ, p. 117).

Essas elites não parecem reconhecer a interdependência existente entre elas próprias e os setores pobres da população, nem tampouco parecem absolutamente convencidas da necessidade de coletivização das soluções sociais (REIS, 2000, p. 151).

Ao espírito benfeitor, *nguni*, é aludida a figura heróica de Samora Machel. É ele o espírito heróico que “saltou todos os obstáculos e tornou-se guerreiro. Venceu todas as batalhas e libertou o seu povo de cinco séculos de escravatura colonial” (OSJ, p. 27). Na parábola entreposta à narrativa, a avó Inês fala de dois tipos de homens que, em função de seus atos heroicos

quando jovens, eram considerados encarnações de um ou de outro espírito. Um tornou-se poderoso, bom governante e grande senhor, enquanto o outro “liderou multidões que sofreram a mais terrível das repressões” (OSJ, p. 27).

De tal modo, no enredo de OSJ não se relacionam de forma direta as ações da elite econômica com a elite política do turno ou com a história do Partido. Ao contrário do que veremos nos outros três romances em estudo, em OSJ destacam-se os comportamentos individuais. FRELIMO à parte, de qualquer modo fica implícito nas ações do ex-guerrilheiro David o substancial fracasso da proposta identitária corporificada na ideia do “homem novo” e da identidade nacional encetada pela Frente de Libertação. David parece viver numa dimensão absolutamente diferente daquela à qual pertencera num passado muito recente.

Conforme analisa o sociólogo José Luís Cabaço, às vésperas da independência:

Pensava-se que a deslocação estrutural criada pela incorporação [do modelo de criação do homem novo] nas forças guerrilheiras e na organização do movimento nacionalista [...] representaria uma ocasião rara para que a multiplicidade de experiências de que os militantes eram portadores se reorganizasse, por meio da prática e da educação científica, nos valores nacionalistas, nos rituais militares, nos símbolos patrióticos, nas relações interpessoais de solidariedade e camaradagem, na hierarquia e organização que a guerra impunha (2009, p. 304-305).

Como narrativa de desconstrução do mito do herói revolucionário, OSJ reverbera situações que, para um historiador materialista, apenas fazem “explodir o *continuum* da história” (BENJAMIN, 1985, p. 230). No entanto, seu enredo torna evidente que o egoísmo e o individualismo adquirem contornos extraordinários durante a conturbada montagem do estado-nação. Seja pela contundência crítica de uma voz narrativa intrusa e onipresente, seja pela manifestação da (in)consciência das personagens, o que se percebe em todo o enredo é o corolário de frustrações que, no limite, desdobram-se num panfleto universalista. No manifesto contra o ex-camarada David, os operários protestam: “Este diretor é um demônio. [...] Como homem rico tem direito a tudo o que quer enquanto nós morremos de fome” (OSJ, p. 212).

Não é despropositado observar um paralelo entre David, o protagonista de OSJ, e a história do Davi bíblico. Na história do menino imberbe que vence com a ajuda de Deus o gigante Golias para se transformar no rei dos israelitas, os desdobramentos do poder divinamente adquirido pelo rei Davi o levarão a cometer terríveis atos de traição às ordens divinas (p. ex., casar com mulheres não-israelitas, cobiçar a mulher de Urias, provocar covardemente a morte deste etc.). A fraqueza humana, desse modo, conspurcaria aquilo que, a princípio, significara a esperança de justiça divina. O Davi bíblico desafiara um guerreiro invencível a um confronto mortal, vencendo então o terrível gigante, a morte encarnada. Entretanto, o campeão que derrotara os filisteus, construiria, assim como a personagem David, o seu “majestoso palácio imperial com ossadas humanas” (OSJ, p. 12).

Na história de Chiziane, ao cumprir o ritual do juramento que garantiria sua fortuna e poder, David “recorda as palavras mágicas dos lutadores invencíveis em desafio mortal: Vence-me / Vence também os leões / E a terra será tua” (OSJ, p. 164). Será, portanto, contra os “lutadores invencíveis”, os inimigos (que imaginava em seus comparsas na direção da empresa, na atitude dos empregados que exigiam os salários e dentro de sua própria família) que ele vai empreender as batalhas, armado com as forças dos espíritos malignos; mas os leões que também precisa vencer vão se mostrar imbatíveis por estarem ocultos nas folhagens de seu inconsciente, como o fim do enredo vai revelar: “Não venci os meus leões interiores que me devoravam a consciência” (conforme citado acima, OSJ, p. 265).

3.2. O voo do flamingo em terra sonâmbula

A ideia de identidade nacional refletida nas obras de ficção moçambicanas acompanhou o nascimento desse país como Estado-nação, constituindo, por conseguinte, os traços característicos de uma moçambicanidade literária (MATUSSE, 1998).¹⁹ É justificável, neste contexto, a preocupação em reiterar que “o autor, ao produzir o texto, constrói um mundo

¹⁹ O pesquisador moçambicano não deixa de recordar, por óbvio que pareça, que “o texto literário constrói um mundo fictício através do qual modeliza o mundo actual, representando-o metafóricamente ou metonimicamente, instituindo, portanto, uma referencialidade mediatizada” (MATUSE, 1998, p. 70).

possível, de acordo com a percepção que tem do mundo actual, da sua experiência vivencial e da sua intenção de o representar numa determinada perspectiva” (ibid., p. 71), pois é reconhecida a proximidade dos textos moçambicanos (e também angolanos) com o real empírico (eventos históricos, sociais, políticos etc.), que pode outorgar à escrita de ficção uma legítima refração da realidade. Desta maneira, se na ficção de Mia Couto as construções/recriações linguísticas, já extensamente estudadas,²⁰ não resultam “de uma atitude realista, do desejo de produzir um *efeito de real*” (MATUSSE, 1998, p. 103), o mesmo não pode ser dito de suas opções temáticas. “O desejo de contar e de inventar”, assumido pelo escritor como premissa de sua arte de narrar, conforme avisa na introdução de seu primeiro livro de contos, *Vozes anotecidas* (COUTO, 1986), transpassa a fronteira porosa entre realidade e ficção para tingir suas páginas literárias com as cores encarnadas da realidade vivida.

Já em seu primeiro e premiado romance, *Terra sonâmbula* (1993), Mia Couto desenha um panorama do imediato período pós-independência com foco na hecatombe dos conflitos armados surgidos no desfraldar da bandeira soberana. O tempo da ficção dividido em duas narrativas de encaixe (a história primária, de Tuahir e Muidinga, e o relato encaixado, os cadernos de Kindzu), além ainda de uma pequena narrativa encaixada nos “cadernos” (os relatos de Farida), apresenta o “ovo da serpente” que eclodiria na sociedade moçambicana quando finalmente a paz fosse instaurada, em 1992. Nesta que é a primeira prosa longa de Mia Couto, os tempos narrados revisitam o estertor do colonialismo (nas memórias de Farida), a euforia da chegada da libertação nacional (o nascimento de Junhito) e a perda das ilusões (a caminhada sem destino de Tuahir e Muidinga, e a peregrinação para a morte de Kindzu).

*Terra sonâmbula*²¹ é uma história de viajantes que perderam o mapa de seus destinos. Estagnados pela guerra e outras violências, caminham em passo falso, girando sobre o próprio eixo, como em rotação terrestre. Seguem aguardando a hora da chegada das sonhadas justiça e igualdade. Tal e qual o

²⁰ Ver, entre outros, Ana Mafalda Leite (2003), Fernanda Cavacas (1999) Lourenço do Rosário (2007), Gilberto Matuse (1998).

²¹ Doravante, abreviaremos por “TS” a edição aqui utilizada deste romance (COUTO, 1995).

velho e o menino fugindo de uma guerra sem escapatórias, as gentes moçambicanas estão “à espera do adiante. [...] na ilusão de, mais além, haver um refúgio tranquilo” (TS, p. 9). Porém, o desejo de fugir, partir, viajar não pode se consumir quando os indivíduos já não são sujeitos de seu destino: os viajantes Tuahir e Muidinga estão presos numa “estrada morta” onde “a única coisa que acontece é a consecutiva mudança da paisagem” (TS, p. 77). Kindzu parte de sua aldeia, fugindo não apenas da destruição da guerra, mas em busca de um sentido de identidade e chega em outra vila onde o que muda é, novamente, apenas a paisagem: novas cores da destruição causada pela mesma guerra. Há ainda viagens utópicas, como as de Farida, presa em um navio encalhado, que sonha um dia zarpar para qualquer outro lugar; as viagens das nostálgicas Virgínia e Assma, que enlouquecem sonhando com o retorno à Portugal e Índia, respectivamente, etc.

São personagens que sofreram de sonhos e enlouqueceram, como o pai de Kindzu (TS, p. 18), ou se tornaram sombras, como aconselhava a mãe de Kindzu (“Ela nos ensinava a sermos sombras, sem nenhuma outra esperança senão seguirmos do corpo para a terra”, TS, p. 20). Vivendo na indefinição do presente e no desconhecimento do futuro, sobrevivem num estado de nebulosa consciência. Assim, elas se confundem com o próprio estado de sonambulismo da terra (Moçambique) que, acossada pela violência da guerra, parece buscar um novo sentido para a sua rotação.

Os estados oníricos afiguram-se, na construção ficcional, como o lento movimento da terra em seu moto perpétuo. A rotação terrestre, que marca a ilusão do tempo, dá ensejo a uma alegoria do espaço em movimento: como se as pessoas estancassem numa encruzilhada, de tal modo que, numa infração às leis da física, fosse a terra a passar por elas, exibindo de forma quase imperceptível as paisagens que informam a continuidade da vida, a despeito da letargia humana: “De novo, a morna monotonia se instala. [...] Muidinga repara que a paisagem, em redor, está mudando suas feições. [...]. Era como se a terra esperasse por aldeias, habitações para abrigar futuros e felicidades” (TS, p. 61).

Num primeiro plano, o enredo de TS põe às claras o sofrimento de uma nação que permaneceu mergulhada nas violências dos conflitos armados por dezesseis anos, em que os chamados inimigos já não tinham contornos

definidos. Mas, num plano complementar, a construção alegórica que estrutura o romance deixa entrever que os “inimigos”, quaisquer que fossem, se deixavam mover por interesses que não obedeciam aos preceitos ideológicos da nação imaginada: “Pouco a pouco nos tornávamos outros, desconhecíveis. Eu vi quanto tínhamos mudado foi quando mandaram o irmão mais pequeno para fora de casa” (TS, p. 20).

3.2.1. O romance e o galinheiro da história

O irmão que foi mandado para fora de casa é a personagem Junhito, de quem a representação é emblemática da paulatina morte da utopia no imediato pós-independência. Nascido no dia da proclamação da independência (25 de junho) é alcunhado em referência à data e indicia a sua função alegórica. Diz o narrador Kindzu, irmão de Junhito, que seu pai, o velho Taímo que profetizava as notícias do futuro pela voz dos antepassados, certo dia vestiu-se formalmente — “se gravatara, fato e sapato de sola. A sua voz não variava em delírios” (TS, p. 19) — para anunciar emocionado “um fato: a Independência do país” (ibid.). Desta vez, o velho que “sofia de sonhos” (TS, p. 18) trazia uma notícia concreta, a revelação de uma verdade, de um *fato* que coincidiria com o nascimento de seu filho:

Nessa altura, nós nem sabíamos o verdadeiro significado daquele anúncio. Mas havia na voz do velho uma emoção tão funda, parecia estar ali a consumação de todos seus sonhos. Chamou minha mãe e, tocando sua barriga redonda como lua cheia, disse:
— *Esta criança há de ser chamada de Vinticinco de Junho.* (TS, p. 19)

Mas, logo se percebeu que a criança²² vindoura não comportaria tamanho estatuto nominal: “Vinticinco de Junho era nome demasiado. Afinal, o

²² A infância é uma temática constante nas literaturas africanas, e não apenas como alegoria da esperança no devir, mas também como a representação de um futuro natimorto, impedido de florescer em meio à luta cotidiana pela sobrevivência. Já em *Vozes anotecidas* (1986), no conto “A menina de futuro torcido”, Mia Couto denuncia a aniquilação do corpo infante num pacto fracassado com o destino. O esgotamento do futuro ainda em sua meninice é alegorizado pela transformação que um pai, sonhando com dias melhores para a miserável família, impõe à pequena filha, tentando transformá-la numa contorcionista e negociá-la com um empresário do tipo circense. Em decorrência dos severos exercícios corporais, pelos quais ela deveria “amolecer os ossos” e aprender a curvar-se até o chão como uma invertebrada, ela não somente não salva a família da miséria, bem como tal atrocidade rouba-lhe a vitalidade até à morte.

menino ficou sendo só Junho. Ou de maneira mais mindinha: Junhito. Minha mãe não mais teve filhos. Junhito foi o último habitante daquele ventre” (TS, p. 19). Ao decidir pela abreviação do nome da criança (que encerrou a fertilidade materna), a narrativa apresenta um retrato alegórico da independência do país, que já nasce abreviada, encerrando um sonho fértil de esperança. O pai-adivinhador talvez suspeitasse que o “vinte e cinco de junho” como sinônimo de independência total (no sentido da liberdade, igualdade e fraternidade) ainda não chegara, assim como acontecera com um outro vinte e cinco, o de abril de 1974.²³ Antes mesmo de ser oficialmente promulgado o nome (da criança e do fato histórico alegorizado) foi podado até o diminutivo, “ficou sendo só Junho. Ou de maneira mais mindinha: Junhito”.

Pode-se interpretar tal arrefecimento da esperança às investidas da guerra interna que, confundindo irmãos e destruindo sonhos, avassalou o país:

No princípio só escutávamos as vagas novidades, acontecidas no longe. Depois, os tiroteios foram chegando mais perto e o sangue foi enchendo nossos medos. A guerra é uma cobra que usa nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios de nossa alma. De dia já não saíamos, de noite não sonhávamos. O sonho é o olho da vida. Nós estávamos cegos.

A nova guerra, a chamada “civil”, ou guerra de desestabilização, inflamou o recôndito da alma humana (“usa nossos próprios dentes para nos morder”), contaminou a incipiente unidade nacional e instilou o veneno da fragmentação e do caos no seio das famílias: “Aos poucos eu sentia a nossa família quebrar-se como um pote lançado ao chão. [...]. Nós estávamos mais pobres que nunca. Junhito tinha os joelhos escapando das pernas, cansado só de respirar” (TS, p. 19).

Na tentativa de salvar Junhito de uma morte pressentida (pelas armas dos desvalidos no processo de independência), o pai manda o filho camuflar-se na capoeira (o galinheiro): “Ali Junhito aprenderia a comportar-se como as galinhas, comendo as sobras e dormindo ao relento. Resignado a sobreviver sem glória, sem brilho, sem substância” (COUTO, 2005c, p. 193). Ou seja, mal havia nascido, ele já devia abdicar de seu pertencimento ao mundo dos humanos. Na cultura africana, em que os laços familiares regem, em geral, a

²³ Conforme a já referida abertura de *Vinte e Zinco* (COUTO, 1999, p. 11).

dinâmica da vida e da morte, o ato de “[mandar] o irmão mais pequeno para fora de casa” é crime de lesa-tradição.

Contudo, além de denunciar a perda do lastro familiar, essa performatização da memória da independência descreve as tentativas, às vezes equivocadas, de preservar politicamente a liberdade recém-conquistada. Tal crítica acrescenta às ações dos “inimigos de fora”, as próprias decisões dos novos governantes em seu desejo de consolidar, em meio ao caos, um projeto de nação — primeiro pelo viés socialista e depois pela chancela do neoliberalismo — que acabaria por remeter a nova condição política ao “galinheiro da história”: local dos bichos domesticáveis, exploráveis e antropofagizáveis. Preso no galinheiro, tal e qual o sonho da independência, em pouco tempo Junhito perdera a sua identidade original: “Uma manhã, a capoeira amanheceu sem ele. Nunca mais, o Junhito. Morrera, fugira, se infinitara? Ninguém acertava” (TS, p. 22). Talvez o humano tenha se convertido definitivamente em bicho; afinal, “Junhito já nem sabia soletrar as humanas palavras. Esganiçava uns cóóós e ajeitava a cabeça por baixo do braço. E assim se adormecia” (ibid.).

O desaparecimento da esperança, ainda na infância da libertação nacional, potencializa o desequilíbrio individual e social. O velho Taímo que “se gravatara, fato e sapato de sola” para anunciar a “consumação de todos os seus sonhos” foi o que mais enlouqueceu com esse desaparecimento precoce: “O desaparecimento de meu irmão treslouqueceu toda nossa casa. Quem mais mudou foi meu pai. Aos poucos foi deixando as demais ocupações, alvorando e anoitecendo na beberagem” (TS, p. 23).

Em intervenção proferida na Suíça, por ocasião dos 30 anos de Independência de Moçambique,²⁴ o próprio Mia Couto explica o seu intento criativo na alegorização da personagem Junhito, o prometido menino-esperança que se torna símbolo do tolhimento da nação:

Na altura [da criação da personagem], eu denunciava a nossa progressiva perda de soberania, e uma crescente domesticação do nosso espírito de ousadia. Poderíamos ser nação mas não demasiado,

²⁴ “Moçambique — 30 anos de Independência: no passado, o futuro era melhor?”. O texto está reproduzido na *Revista Via Atlântica*, nº 8, São Paulo: FFLCH/USP, 2005, p. 191-204.

poderíamos ser povo mas apenas se bem comportado (COUTO, 2005c, p. 193).

Para representar no plano ficcional essa situação de perda de integridade coletiva, as ações apresentadas na narrativa encaixada, os “Cadernos de Kindzu”,²⁵ situam-se em Matimati, uma vila de pescadores, que recebe uma multidão de deslocados da guerra, vindos de diversas zonas rurais em busca do precário refúgio no litoral. O espaço ficcional litorâneo tem especial pertinência no enredo. O mar é tanto um ilusório portal de fuga da geografia de miséria quanto um horizonte de esperança, para onde se voltam os olhos famintos daqueles que apenas aguardam em terra firme o que outras ondas possam trazer.

No enredo principal, o menino Muidinga, personagem destacado ao lado do velho Tuahir, perambula por uma “estrada morta”, após ser encontrado moribundo, sem identidade e sem memória. A dupla mais conhecida do romance moçambicano, o velho Tuahir e o menino Muidinga, já foi amplamente analisada ao longo destes vinte anos de publicação da obra.²⁶ A chave para a misteriosa identidade do desmemoriado menino Muidinga se encontra no enredo paralelo, nos escritos de Kindzu, o jovem assassinado na estrada por onde os viajantes caminham. Os “Cadernos” encontrados na bagagem do morto e cuja leitura feita por Muidinga nos chega, simultaneamente, em *mise en abyme*, permitem transitar por outras esferas espaciais e temporais; de tal modo a complementar a narrativa principal, traduzindo “em português legível”, como dirá o “Tradutor” de *O último voo do flamingo*,²⁷ os crimes cometidos naqueles anos em que “só as hienas se arrastavam, focinhando entre cinzas e poeiras” (COUTO, 1993, p. 9).

Kindzu, o irmão de Junhito (o menino despersonalizado), inicia a sua escrita testemunhal informando justamente o momento da insólita transformação, quando a família celebrou o feliz advento da independência,

²⁵ As referências e análises apresentadas aqui sobre *Terra sonâmbula* se referem ao relato encaixado, os “Cadernos de Kindzu; considerando-se a narrativa principal aquela cujo espaço ficcional se restringe, pela via do fantástico, ao redor do machimbombo (ônibus) incendiado.

²⁶ São personagens analisadas como alegorizações do passado e futuro, oralidade e escrita, tradição e modernidade, entre outras análises linguísticas e literárias. Ver, por ex., Ana Mafalda Leite (1998; 2004); Anita Martins Rodrigues de Moraes; (2007) Maria Nazareth Soares Fonseca & Maria Zilda Ferreira Cury (2008), Terezinha Tabora Moreira (2005).

²⁷ A partir de agora, usaremos, também, a abreviatura UVF para designar o romance *O último voo do flamingo*.

mas logo se amargurou com a imediata desestabilização, uma guerra civil que fez os sonhos se curvarem à terra, tal qual as pequenas palmeiras que dão significado ao nome Kindzu.²⁸

Semelhante ao “Tradutor de Tizangara”, em UVF, Kindzu também fora educado nas tradições culturais de seus pais, mas assimilou igualmente a cultura aprendida na escola dos brancos. Nesse entrelugar existencial, ele transita entre as lições do velho pai, mensageiro dos antepassados, e as lições do pastor Afonso (TS, p. 26). Entre a perda das certezas com que fora criado e um devir incerto, o jovem torna-se solitário e melancólico: “Ficava o dia vagueando, pés roçando as ondas que roçavam a praia [...]. Minha alma era um rio parado, nenhum vento me enluava a vela dos meus sonhos” (ibid.).

O sentimento de inadequação de Kindzu passa a dizer respeito não apenas à sua identidade cindida, mas a um mundo que perdeu seus lastros de solidariedade, amizade e familiaridade no pós-1975. O jovem Kindzu, que compreende o mundo das tradições e dialoga com a modernidade, simboliza o momento de buscas da projetada nação moçambicana. Ele não é tão velho quanto o pai (símbolo do passado que não se reconhece no presente despedaçado), nem tão novo quanto o irmão Junhito (criança nascida como símbolo do futuro que desvanece antes mesmo de adquirir consistência). Kindzu é o presente, um tempo desnorteado e confuso.²⁹

O primeiro caderno de Kindzu, intitulado “O tempo em que o mundo tinha a nossa idade”, dá conta dessa simbologia. O narrador inicia a sua história afirmando a dificuldade para transcrever “em português visível” (como dirá o seu análogo em UVF) aquilo que ele assistiu e vivenciou: um tempo de catástrofe. O imperativo da narração “a quente” sobrecarrega a impossibilidade de dominar, no âmbito do discurso literário, o evento catastrófico que foi a guerra civil moçambicana e seus desdobramentos.³⁰ Portanto, Kindzu, como

²⁸ Sou chamado Kindzu. É o nome que se dá às palmeirinhas mindinhas, essas que se curvam junto às praias. Quem não lhes conhece, arrependidas de terem crescido, saudosas do rente chão?” (TS, p. 17).

²⁹ Sua decisão de fugir da vila já quase deserta para se tornar um dos respeitados e temidos naparamas (“guerreiros tradicionais, abençoados pelos feiticeiros, que lutavam contra os fazedores da guerra” [p. 31]) retrata o desespero de perceber-se órfão da família e da terra, engolidos pelo fogo da guerra: “Única saída era sozinhar-me, por minha conta, antes que empurrassem para esse fogo que, lá fora, consumia tudo” (TS, p. 33).

³⁰ “O evento catastrófico é um evento singular porque, mais do que qualquer fato histórico, do ponto de vista das vítimas e das pessoas envolvidas, ele não se deixa reduzir em termos de discurso” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 83).

eco da voz aural de seu criador, inicia o seu primeiro Caderno confessando a necessidade premente da escrita:

Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências. Mas as lembranças desobedecem, entre a vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente. Acendo a estória, me apago a mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz (TS, p. 17).

Ao final da narrativa, ele retoma esse lamento angustiado:

Agora era como se esses fantasmas trabalhassem em minha cabeça para me transmitirem seus segredos, revelações de um outro mundo. Vou relatar o último sonho a ver se me livro do peso de terríveis lembranças. Não quero que tais pensamentos me regressem. Preciso dormir, totalmente dormir, me emigrar deste corpo cheio de esperas e sofrências (TS, p. 240).

Ao assumir a tarefa de registrar em palavras escritas essa realidade quase inverossímil, uma atmosfera de sombras e engodos, Kindzu torna-se, ele próprio, um narrador sonâmbulo. Comporta-se como um narrador do qual o estatuto não é o de intrometer-se, opinar, questionar (como o narrador onisciente e judicativo de *O sétimo juramento*), mas como aquele que circula por um mundo que é o seu, mas ao mesmo tempo não é; como o assimilado que sabe o engodo que vive realisticamente.³¹ Assim, Kindzu, como eco intelectual de seu criador, assiste a tudo, ouve relatos e testemunhos e impõe-se a dúvida quanto ao estado de onirismo em que pode estar envolvido. “Talvez, quem sabe, cumprisse o que sempre fora: sonhador de lembranças, inventor de verdades. Um sonâmbulo passeando entre o fogo. Um sonâmbulo como a terra em que nascera” (TS, p. 130).

Esse caráter autobiográfico da narrativa de TS revela as inquietações do autor Mia Couto sobre os caminhos da terra em que nascera como fruto de mundos dissonantes: o do colonizador vs. colonizado, do branco vs. negro. O branco, filho de ex-colonos e que não deixa dúvidas sobre a sua

³¹ Kindzu sente-se provocado e ameaçado pela palavra “patrão” que ouve dirigida a si pela boca de um desafeto que, por inveja, condenava sua assimilação aos valores branco-europeus: “Patrão. Aquele moço teimava em chamar-me assim. Em sua boca aquele termo surgia como ofensa, um cuspe azedo. Mostrava que, apesar de meus modos assimilados, eu pertencia à sua raça. Um dia iria pagar ter traído essa condição” (TS, p. 132).

“moçambicanidade” desempenha, sem concessões político-ideológicas, o papel de narrador, ou “tradutor” deste mundo, que, afinal, é o seu espaço de existência. Para além de voltar-se criticamente para questões sociais prementes, também é recorrente em seus textos de todos os gêneros (contos, romances, crônicas, artigos etc.) a discussão de temas e conceitos incomodativos, como *identidade*, *raça* e *nacionalidade*. Em *Pensatempos*, o olhar agudo de Mia Couto sonda a história e cultura moçambicana para concluir:

Se considerarmos que existiam não etnias mas nações historicamente definidas, então é perfeitamente natural que um cidadão moçambicano se sinta pertença da nação moçambicana e da nação shona. Ele terá para sempre fidelidade “dividida”. O que não quer dizer que se sinta menos moçambicano que qualquer outro cidadão nacional (COUTO, 2005, p. 92-93).

Naturalmente, as dificuldades em agrupar línguas e culturas que habitam a mesma geografia em um “todo nacional” já estava prefigurada na arena das lutas de libertação — desnecessário, pois, aprofundar as questões de cunho racial e regional que marcaram os objetivos ideológicos-políticos da RENAMO e FRELIMO.³²

Quando comparado com o discurso libertário dos tempos das lutas, o pensamento coutiano — que não deixa de ecoar ainda os desejos de mudanças que sustentaram o espírito anticolonialista e o projeto de reconstrução nacional no contexto de independência — difere, no entanto, daquela busca de reorganização social em torno, por exemplo, da antiga ideia do “homem novo”, como apregoava a Frente de Libertação. Recordando que, na celebração do mítico homem novo, eram anátemas quaisquer palavras que resvassem na ideia de quebra de unidade (“tribalismo”, “racismo”, “fraccionismo”).³³

³² Ver: Carlos Serrano (2008), José Luis Cabaço (2009), Sérgio Chichava (2012).

³³ “Era preciso ‘matar a tribo para construir a nação’, dizia Samora Machel, apoiando-se numa expressão do primeiro presidente Ganês, Nkwame Nkrumah. A tribo, considerada arcaica e ‘feudal’, era vista como incompatível com o objectivo de construir a nação, com a unidade nacional, e desapareceria com a emergência do ‘Homem Novo’, alfabetizado, falando português e vivendo na aldeia comunal” (CHICAVA, 2008, p. 7). Já no discurso libertário de Mia Couto, “tribo” e “nação”, tradições e modernidade, não são inconciliáveis.

3.2.2. Toda uma nação à beira da praia

A síntese da imagem narrativa (a morte simbólica do futuro recém-inaugurado) encontrará o seu reflexo em outra narrativa coutiana, configurada em torno dos tempos de paz (pós-1992): *O último voo do flamingo*, romance que analisaremos mais detidamente nesta parte do capítulo. A violência dos conflitos armados que deu a matéria narrativa de TS teria seu desfecho com a assinatura do “Acordo de Paz”, em 1992, mediado por forças externas tutoras. Essa solução negociada e seus desdobramentos para Moçambique constituem o pano de fundo de UVF.

Nossas leituras permitiram concluir que UVF se articula, numa sequência temporal da guerra para a paz, com a narrativa do primeiro romance, estabelecendo uma intertextualidade que confirma o projeto literário coutiano como linearmente progressivo.³⁴ Para além de alguns elementos narrativos de TS (textos encaixados, narrador testemunha, espaço metonímico), UVF recupera e desenvolve a caracterização de personagens, de forma direta ou indireta.

As referências cruzadas entre as situações narrativas, as caracterizações das personagens e a configuração do espaço com as emblemáticas figuras do poder, atingem o paroxismo na transposição direta de uma personagem, de TS para UVF, levando o seu nome e cargo ocupado no primeiro romance. Trata-se da personagem de maior interesse para este estudo, o administrador Estêvão Jonas. O corrupto mandatário, que no primeiro romance firmou um pacto faustiano com o espectro do colonialismo, aterrissa em UVF com seu poder fortalecido e já encorpado como representação de um grupo: as elites pós-coloniais. Esse grupo social que, tanto em Moçambique quanto em Angola (como vimos no Capítulo 2), experimentou, de uma ou de

³⁴ A tríade romanesca coutiana que tematiza num movimento cumulativo, os primeiros anos da independência moçambicana (Guerra → Identidade nacional → Paz) é formada, respectivamente, por: *Terra Sonâmbula*, *A varanda do frangipani* e *O último voo do flamingo*. Os dois primeiros localizam-se temporalmente no período da guerra civil. Mas, se no primeiro o foco é o re-equilíbrio social e a denúncia dos abusos em tempo de caos, no segundo, o enredo questiona não apenas o “golpe” contra o povo em seus direitos básicos, mas o “golpe contra o antigamente” (COUTO, 2008, p. 98), um golpe contra o que se poderia chamar de moçambicanidade histórica, de respeito também às formas do passado, ali representadas pelos velhos insulados (LEITE, 1998, p. 71). Já no terceiro (UVF) há uma clara retomada de diálogo com o primeiro romance, sem deixar de contemplar, também, temas abordados em *A varanda...*

outra forma, as três faces de sua história recente: o estertor do colonialismo, a guerra civil e o tempo de paz.

Antes de analisarmos o ganho narrativo com a transladação dessa personagem central, vamos nos deter ainda em alguns pontos do romance inaugural, TS, que apresenta uma gama de imagens alegóricas e metafóricas antecipatórias da configuração de UVF.

A imagem da baleia que encalha na praia (TS, p. 27) ilumina o sentido do presente em TS, isto é, um tempo em que os sonhos grandiosos dos anos de luta pela independência encalharam na praia da desesperança e da sobrevivência, mas também da ganância. A sonhada independência, aquela em que todos seriam justificados por seu histórico feito, seria tão fenomenal quanto a vista do maior mamífero marinho. Mas, em ambos os casos, a chegada grandiloquente deu lugar a uma visão apocalíptica: a independência condenada pela guerra, e a baleia condenada pela irreversibilidade do encalhe. Em situação de fragilidade, ambas despertam desejos de apropriação e usurpação. O episódio da baleia moribunda é parte da memória de infância de Kindzu, que, em menino, vigiava o mar ao entardecer na esperança de avistar o magnífico animal:

Ouvíamos a baleia mas não lhe víamos. Até que, certa vez, desaguou na praia um desses mamíferos, enormão. Vinha morrer na areia. Respirava aos custos, como se puxasse o mundo nas suas costelas. A baleia moribundava, esgoniada. O povo correu para lhe tirar carnes, fatias e fatias de quilos. Ainda não morrera e já seus ossos brilhavam no sol. Agora eu via o meu país como uma dessas baleias que vêm agonizar na praia. A morte nem sucedera e já as facas lhe roubavam pedaços, cada um tentando o mais para si. Como se fosse o último animal, a derradeira oportunidade de ganhar uma porção. De vez em quando me parecia ouvir ainda o suspirar do gigante, engolindo vaga após vaga, fazendo da esperança uma maré vazando (TS, p. 26-27).

A metáfora é iluminadora quanto à denúncia das atrocidades cometidas contra uma nação agonizante. Na conclusão da cena, Kindzu (símbolo do presente) lamenta: “Afinal, nasci num tempo que não acontece. A vida, amigos, já não me admite” (ibid.). O fato de a imagem rememorada por Kindzu trazer como aproveitadores da baleia moribunda “o povo” em seu exercício de sobrevivência, deixa entrever que o estado de violência que, metaforicamente, se estabelece contra a terra, é histórico e resulta, também, da luta cotidiana

pela vida. Já em outra cena de semelhante violência contra o “corpo africano”, o narrador que conduz a história de Tuahir e Muidinga explica que um elefante é morto pelos homens da guerra, não para alimentar-se de sua carne, mas para obter lucro com a venda do marfim. O velho e o menino são surpreendidos em seu refúgio, no ônibus incendiado, pelo enorme visitante:

Por entre os altos capins, assoma um elefante. O bicho se arrasta, cansado do seu peso. Mas há no demorar das pernas um sinal de morte caminhando. E, na realidade, se vislumbra que, em plenas traseiras, está coberto de sangue. O animal se afasta, penoso. Muidinga sente o golpe de agonia em seu próprio peito. Aquele elefante se perdendo pelos matos é a imagem da terra sangrando, séculos inteiros moribundando na savana (TS, p. 46).

Para o nosso interesse de análise, as imagens dos dois gigantes (metáforas do continente africano) sendo violentados, ora por uma suposta necessidade, ora pela ganância, remetem a um longo processo histórico de abusos, praticados também pelos “filhos da terra”. Anita Moraes analisou essas duas passagens, identificando nas imagens a “sugestão da inevitabilidade da catástrofe”.³⁵

Em *Terra sonâmbula*, duas personagens vão corresponder aos aproveitadores descritos nessas cenas. O primeiro é o oportunista Assane, um ex-secretário da administração local, ele próprio agredido fisicamente após desentendimentos com o seu superior, o desonesto administrador Estêvão Jonas; a segunda é o próprio administrador, que faz da apropriação indébita um modo de vida. Como dissemos, o ex-revolucionário Estêvão Jonas transita de um romance a outro (de TS a UVF) ocupando o mesmo cargo político e agindo, tanto na guerra quanto na paz, para tirar proveito das mazelas sociais para acumular riqueza pessoal. Daí a importância da representação dessa personagem-tipo caricatural no pensamento de Mia Couto, em correspondência com as palavras de Balandier:

³⁵ “Ambas as metáforas para a terra moçambicana trazem a dimensão do ataque à integridade física, destacam a dimensão do corpo, a carne, o sangue. Ambas são pungentes, já que os animais são vítimas de um sofrimento completamente injusto, não há como justificá-lo na atribuição de responsabilidade à vítima (o que ocorre também, por vezes, no caso de crianças, personagens recorrentes no romance). Os dois trechos citados aproximam-se ainda pela sugestão da inevitabilidade da catástrofe: no primeiro, a vida não é, para o narrador, algo da ordem do possível; no segundo, a ideia de uma repetição se delineia, a ferida aberta, sangrando, é secular” (MORAES, 2007, p. 25).

Já se disse que o revolucionário, desde que triunfa e se estabelece para governar se torna uma caricatura. É que há uma passagem da comunhão libertadora para a dominação instituída, do ato que sacrifica e destrói um poder ao de fundação que estabelece um outro. Durante este período de transfiguração, todos os caracteres ficam de qualquer modo deformados pelo aumento, e, especialmente pelo aspecto dramático da instituição política (1982, p. 9).

Uma das principais críticas formuladas por Mia Couto em suas intervenções se refere ao uso da miséria material para comover a comunidade internacional e dela receber as chamadas ajudas humanitárias. Trata-se de um argumento acusatório amplamente refratado em seus romances. Tanto em TS quanto em UVF, o comportamento do administrador Estêvão Jonas em relação à manipulação da miséria em prol de interesses privados representa esse comportamento típico. Os recursos literários usados para expressar tal situação vão da alegoria à farsa.

Em TS, o epicentro dos conflitos é um navio de donativos internacionais que naufraga misteriosamente ao se aproximar da baía de Matimati para socorrer os milhares de deslocados da guerra ali reunidos. O acidente é alvo de suspeita por parte dos miseráveis. A impossibilidade do aporte de alimentos, vestuários etc. seria obra das autoridades locais, interessadas em controlar a preciosa carga, não para a devida distribuição, mas para dela tirar proveitos. No entanto, os dirigentes, comandados por Estêvão Jonas, se precipitam a atribuir a culpa aos próprios beneficiários (o povo): “As devidas estruturas do governo desconfiaram que o acidente fosse de origem indígena, já que as locais populações haviam, na prévia véspera, manifestado um comportamento muito suspeito” (TS, p. 68).

Diante da acusação da culpabilidade das “locais populações”, Estêvão Jonas convoca esse mesmo povo para anunciar: “No âmbito deste contexto e guiados pelas orientações traçadas pela Nação, estamos a investigar a ação do inimigo do povo” (TS, p. 69). A ironia é que o único inimigo do povo neste contexto era a sua administração, incluindo o seu comportamento pessoal. Ao “povo”, confundido no duplo papel de réu e vítima naquele episódio, não se esclareceu que “contexto”, quais as “orientações traçadas”, por qual “Nação”, e quem era o “inimigo do povo”. Assim, usa-se a retórica político-ideológica envolta em palavras vãs no intuito de confundir, em vez de esclarecer.

As causas do misterioso acidente começam a ser explicadas como tendo sido provocadas por fenômenos naturais: “Acontecera que, dias antes, se iniciara uma tempestade furiosa e não-planificada, da qual resultara a perda de sentidos da lua e a implementação de total escuridão generalizada” (TS, p. 68). A frase “a implementação de total escuridão generalizada” traz a pista para que se desconfie do que será dito na sequência:

Nesse exato dia, se aguardava a passagem do navio que transportava os donativos para a província. Contudo, o malgrado navio se despenhou de encontro a rochas recém-nascidas e toda a tripulação desapareceu por intermédio de ondas gigantes e de duração interminável (TS, p. 68).

A construção narrativa, aparentemente consubstanciada no real maravilhoso: a crença de que um ato de feitiçaria seria responsável pelas “rochas recém-nascidas”, já que as autoridades desconfiavam de que “o acidente fosse de origem indígena”, revela-se, de fato, uma ação por via de mãos humanas, aproveitando-se do evento natural (?), a “tempestade furiosa e não-planificada”, atacando-se o navio ao modo da pirataria (hoje tão denunciada na Costa da Somália) e causando o “desaparecimento” da tripulação “por intermédio de ondas gigantes e de duração interminável” – vemos aqui uma alegoria das ondas de violência (o assassinio em série) nas guerras de duração interminável. Quanto às tais rochas recém-nascidas, que ninguém de fato conseguiria ver na “total escuridão generalizada”, eis a “conclusão do responsável da Segurança: tais rochas nunca foram vistas antes da mencionada noite” (TS, p. 68), e tampouco estariam visíveis após o acidente, pois certamente jamais existiram. A narrativa passa então ao irônico-sarcástico: “De facto, dava direito para desconfios. Mesmo Assane [então secretário da administração e depoente do caso] se associava às oficiais suspeitas. Podem umas rochas, em tais quantidades e tamanhos, nascerem-se em menos de um instante?” (TS, p. 69).

O fato é que se atribuiu às tradições de “origem indígena” a causa, na verdade, de um ato criminoso de pirataria contra o navio de ajuda humanitária. A violência do episódio não estava encerrada no ataque ao navio. Os “piratas” precisavam agora resguardar o valioso butim; enquanto a população esfomeada tentava recolher os suprimentos que, por direito, lhes pertenciam.

O mais grave, contudo, foram as ocorrências que sucederam ao acidente. Pois, de imediato, centenas de pessoas se lançaram em todo o tipo de embarcações, das pequenas às mais mínimas para assaltarem o navio malfragado, a fim de se servirem das ditas xicalamidades (TS, p. 69).

Aqui, a sentença “o mais grave, contudo, foram as ocorrências” remete ao desfecho da aventura das embarcações de resgate da carga do navio: “... a tragédia se abatera no regresso de tais barquitos, já eles vinham bastante carregadíssimos [...] Não se sabe a certeza do motivo mas, num estrelar de olhos, todos os barquinhos foram para os fundos marinhos, desaparecendo até à corrente data” (TS, p. 69).

O enredo revela que, na impossibilidade de impedir a ida dos barcos dos populares (“As autoridades ainda tentaram travar os barquitos, mas bem dizia o administrador, são conhecidas as manias das populações que vivem a olhos vistos, pouco percebendo do mundo futuro”, p. 69); então, medidas radicais foram tomadas quando tentavam retornar. Assim Kindzu descreve, chamando a atenção do leitor para a sua narração acrítica, ou melhor, anestesiada, sobre os episódios dos quais tomou conhecimento assim que chegou em Matimati, diz ele: “O ex-secretário Assane, sempre sacudindo as mãos, recordava o administrador quase chorando durante o discurso” (ibid.). Ao proferir o discurso sobre as mortes, cuja responsabilidade as entrelinhas permitem atribuir ao próprio Estêvão Jonas e seus comandados, o administrador, à beira de “lágrimas de crocodilo”, digamos, atribui aos próprios vitimados e ao povo em geral a culpa pela tragédia. Desta vez, mais do que a ironia sarcástica, a narrativa atinge o tom da farsa:

— Às vezes quase desisto de vocês, massas populares. Penso: não vale a pena, é como pedir a um cajueiro para não entortar seus ramos. Mas nós cumprimos destino de tapete: a História há-de limpar os pés nas nossas costas (TS, p. 69).

Mas, como observa o relator a Kindzu, as palavras vazias do administrador não ecoavam nos estômagos vazios da população: “a população não se comporta civilmente na presença da fome. Muita gente insistia agora em voltar ao tal navio pois lá sobrava comida que daria para salvar filhos, mães e

uma africanidade de parentes” (ibid). Travou-se então uma luta entre os governantes e os governados. Em face da improvável ação do Estado ali representado por Estêvão Jonas, a população de Matimati tocavam tambores e rezavam, “clamando aos antepassados para outros navios se afundarem, suas cargas se espalharem e desaguarem nas mãos dos famintos” (TS, p. 70). Neste cenário de desespero, o grupo de Estêvão Jonas agia de forma exclusiva a preservar seus interesses:

Os do governo deram ordens rigorosas. A recolha dos bens do navio devia ser organizada. Explicavam eles que apenas se pretendia que os destroços chegassem ao destino de forma ordenada e obedecendo às hierarquias, passando primeiro pelas estruturas competentes (TS, p. 70).

Até mesmo a distribuição dos “destroços”, das sobras, deveria obedecer às hierarquias. Cientes de que a carga jamais chegaria aos verdadeiros destinatários, a população não rezava para a chegada de navios ao porto, pois “dizia-se que os dirigentes apenas desejavam aproveitar dos donativos, em primeiro e exclusivo lugar. Vozeavam mais ainda: que os chefes faziam riquezas com aqueles produtos” (TS, p. 70), mas clamava para que, ao naufragarem, os navios espalhassem os donativos pelas praias, de modo que houvesse uma possibilidade de serem recolhidos como destroços, em vez de ajuda humanitária.³⁶ Conforme mais tarde o narrador Kindzu vai comentar: “Lembrei meu pai, sua palavra sempre azeda: agora, somos um povo de mendigos, nem temos onde cair vivos” (TS, p. 129-130).

Contra as acusações de desonestidade que recaiam sobre os governantes, Estêvão Jonas determinava: “Tais boatos precisam ser prontamente rechaçados. Vou pedir, para os devidos efeitos, as sábias e bastante superiores orientações. Se houver caso provado de corrupção, duras medidas serão tomadas” (TS, p. 70). A medida tomada, no entanto, foi a

³⁶ Uma situação ilustrativa das críticas de Mia Couto quanto a Moçambique ter se tornado uma “nação de pedintes”. O argumento de Mia Couto, no entanto, não é de condenação desta espécie de ajuda, necessária em qualquer estado de calamidade pública, como a situação dos refugiados de guerra. O fato é que, conforme o enredo denuncia, a usurpação dos donativos transforma o que seria provisório em perene; fazendo da exceção a regra da miséria. A apropriação indevida dos recursos internacionais (dos quais os bens de primeira necessidade são apenas o início do processo), para além da questão ética, produz um estado de dependência permanente que, no limite, perpetua a miséria e favorece o enriquecimento egoísta.

encenação de uma providência “para levantar poeira sem mexer a areia, o administrador se abateu sobre o secretário lhe lançando acusações de desvios e abusos” (ibid.). Foi assim que Assane, até então cúmplice das desmedidas do administrador, foi tomado como bode expiatório, castigado e gravemente ferido nas pernas.³⁷

A construção da personagem Assane revela o caráter dissimulado do comportamento daqueles que, agindo de forma injusta e amoral, ainda assim conseguem confundir aqueles que os cerca, ora apresentando-se como vítima, ora como usurpador, ora como pseudobenfeitor. A justificativa de Assane para a violência que sofreu de Estêvão Jonas foi a sua recusa em cumprir ordem de matar Farida,³⁸ que se instalou no navio e testemunhara os roubos dos donativos pelos homens do governante. A traição do administrador, no entanto, tinha outras razões. Talvez porque Assane, como ficará revelado em outro momento, estava retirando donativos do navio sem a permissão do chefe, ou seja, o violento castigo foi de fato um acerto de contas entre iguais, não uma ação de justiça para punir os crimes denunciados pela população. Afinal, o ex-secretário de Estêvão Jonas jamais negou o seu envolvimento nas ações ilegais, ao contrário, justificava-se ao seu interlocutor, Kindzu:

Assane me voltou a contar as suas infelicidades, maneira como havia sido traído pelo administrador. Que havia desvios, açambarcamentos dos donativos que chegavam, tudo isso era verdade. Nem Assane achava muito grave roubar o que era destinado aos esfaimados. Cada um se desenrasca, consoante os poderes, dizia ele (TS, 132-33).

³⁷ Colin Darch analisa o cenário moçambicano no pós-independência, em relação à elite política, nos seguintes termos: "Com o abandono de qualquer pretensão de manutenção do projeto igualitário original da Frelimo, a luta pela integração à minoria privilegiada se intensificou [...]. Na ausência de qualquer padrão preexistente do que seria um comportamento aceitável numa sociedade capitalista, roubo e corrupção são endêmicos. Políticos desavergonhadamente utilizam suas posições para ampliar suas riquezas" (1992, p. 223).

³⁸ A “filha do céu” (TS, p. 85) representa uma “ferida” sempre aberta. Ela é, como Kindzu, uma assimilada ou deslocada em sua própria terra. Nascida gêmea, por isso amaldiçoada por sua gente, carrega uma história de sofrimento e desilusão — ao tornar-se órfã é adotada pela bondosa senhora Virgínia, colona branca, que a tratava como filha. Na adolescência, contudo, foi violentada pelo “pai” adotivo, Romão Pinto que, na metáfora da apropriação da terra africana, “se tinha viciado em donas de peles escuras, querendo delas o urgente corpo” (TS, p. 173). Assim, à sua já sofrida história pessoal acresceu-se o fardo da mãe arrependida por ter abandonado o filho dessa violência. Em Matimati, supostamente vivendo como prostituta, ou sendo tratada como (“Essa mulher é muito puta. Mas é uma puta muito, muito...”, TS, p. 139), e odiada pelos moradores, Farida esgota seu resto de esperança.

Tanto Assane quanto Jonas reproduzem a filosofia do “cabritismo”, acerbamente assumida por David, personagem congênere no enredo de Paulina Chiziane. Mas, ao narrar a traição de seus pares, o aspirante a rico interrompido em seu percurso, atribui a injustiça sofrida a um ato de virtude:

Mas a briga com o administrador era outra. Começara quando Assane se tinha oposto a uma ordem.

— Era uma ordem de morte matada. Certa mulher devia desaparecer.

— Uma mulher?, perguntei.

— Era uma chamada Farida (TS, 132-33).

Aquela que virá a ser a amada de Kindzu, Farida, cansada das violências sofridas em terra, isola-se no navio naufragado, onde fora abandonada pelos pescadores durante o primeiro assalto ao navio.³⁹ Ela é testemunha dos verdadeiros eventos ocorridos com embarcação de ajuda internacional, envolvendo a administração de Estevão Jonas. Além disso, a sua recusa em abandonar o navio, o seu porto seguro fora da terra, impedia o saque do restante dos donativos:

— E agora não se pode ir buscar mais coisas lá no tal barco?

— Não. Agora é muito proibido.

— E é porquê?

— Porque no barco está essa gaja, essa Farida. Essa mulher viu muita coisa. Ela não pode viver mais. O administrador está estudar maneira de lhe desaparecer (TS, p. 135).

O caráter corrompido de Assane não coaduna com a virtude que ele tenta demonstrar em relação à Farida. Sua afinidade a ela se resumia, aparentemente, em sua utilidade sexual. Ao ser questionado por Kindzu sobre Farida:

Assane sorriu, malandro. Esfregou as palmas das mãos nas coxas como se consolasse da sua desvalia. [...] — Essa mulher é muito puta. Mas é uma puta muito, muito... . Não encontrava adjectivo. Só em seus olhos luzia um brilho, esses que só a saudade acende” (TS, p. 139).

³⁹ Estando os barcos lotados de suprimentos, não havia mais lugar para a moça: “Eles tinham trocado pessoa por coisa” (TS, p. 99). Desiludida, ela fantasia a vinda dos donos do navio que, ao fazer uma operação de resgate do naufragado, também a resgataria e levaria para um outro mundo: “Estar ali era para Farida com uma estação de aguardo para uma outra vida. [...]. Os devidos proprietários viriam buscar-lhe e a encontrariam ali, pronta para toda a viagem” (TS, p. 100).

Seria o caso de um narrador pouco confiável (Assane) estar ludibriando um narrador incauto (Kindzu)? Por ser um narrador pouco crível, o suposto envolvimento sexual de Assane com Farida, que teria justificado a sua recusa em matá-la, não se sustenta. Além disso, o enredo revela que a irmã gêmea de Farida, a igualmente bela e infeliz Carolinda, esposa do administrador, é quem apresenta um comportamento lascivo.⁴⁰ Enquanto Farida é descrita como a mãe desesperada que chega em Matimati em busca de ajuda para reencontrar o filho perdido.⁴¹

No jogo de enganos que se trava no enredo, Assane poderia ter confundido, ou fingido confundir, o comportamento das irmãs gêmeas? Afinal, era Carolinda que, em seu desespero de fugir de Matimati, uma “prisão para o seu desejo de sonhar”, desde a adolescência “se untava de óleos para que a sua pele brilhasse em olhos machos. [...] Andava na estrada para ser vista. Mas não parava em nenhuma aldeia para não ser desejada por ninguém daquelas bandas” (TS, p. 208). Entretanto, ela foi traída pelas circunstâncias. Quando Estêvão Jonas, então guerrilheiro fardado chegou em Matimati e ela acreditando que “que aquele homem estivesse de passagem para muito longe, para um mundo invislumbrável. Se ofereceu, dispondo-se a seu agrado” (TS, p. 208). Mas, a independência chegou e ele foi nomeado chefe da administração de Matimati, e dali nunca saiu, mantendo ao seu lado uma esposa que o odiava cada dia mais.⁴²

A presença de Farida em Matimati permite inferir outras possibilidades de análise da caracterização das irmãs gêmeas que, embora se encontrem no mesmo espaço, desconhecem tal parentesco e chegam a rivalizar: o feminino

⁴⁰ Em relato próprio, Kindzu recorda o dia em que foi “atacado” pela esposa do administrador, à noite, num local escuro, chegando a confundi-la com Farida: “Carolinda, a esposa do administrador, se emancipou da penumbra, desfez-se da silhueta. Com a luta, a roupa se havia esfarrapado. Agora, no claro da luz, ela se enfeitava com seu próprio corpo, fosse era a abelha florindo. Atirava o pescoço para trás, no provocação de um riso. A língua, matreira, espreitava à soleira da boca. De passagem, Carolinda me fez lembrar Farida. Qualquer coisa as igualava, rosto em rosto. Ou será que o fogo do desejo faz semelhar toda a mulher?” (TS, p. 163-164).

⁴¹ “Farida vinha ali colocar o caso de seu filho, dado improvável nos matos. Havia centenas de outros casos, mas Estêvão pôs naquele uma atenção muito especial. Carolinda, pela primeira vez, sentiu a vertigem do cúme” (TS, p. 209).

⁴² “Vendo o tempo passar Carolinda começou a deitar ódio nele. Essa raiva lhe chegava em ondas. Ela queria magoá-lo para que ele despertasse. Fazia-lhe mal porque era uma maneira de ele se mostrar novo, de provar que estava vivo. No mais ele era um mortício, acanhado de sonhar, medroso de pensar” (TS, p. 209).

duplamente em conflito com a terra, preso a um desejo visceral de abandonar Matimati. Tanto uma quanto outra, separadas e amaldiçoadas pelo nascimento geminado, não pactuam com as injustiças que testemunham. Assim, ao lado da prostituta cega, Juliana Bastiana, e as “estrangeiras” enlouquecidas pela nostalgia de seu lugar de origem — a indiana Assma e a portuguesa dona Virgínia —, ambas participam do grupo de mulheres que não se deixa deslumbrar pela corrupção local, evadindo-se na fantasia e no sonho:

Ela [Juliana Bastiana] então contou sua razão de suspirar: Ela aguardava o brigadeiro Silvério Damião, seu amante muito militar, exercendo patentes no exército colonial. Juliana historiava: que o brigadeiro tinha saído em missão recente contra os turras, na defesa da lusitana terra. A cega misturava os tempos, fazia do passado um tempo vigente (TS, p. 159).

Assma não aguentara o peso do mundo. Todo o dia ela ficava na sombria traseira do balcão, cabeça encostada num rádio. Escutava era o quê? Ouvia ruídos, sem sintonia nenhuma. Mas para ela, por trás daqueles barulhos, havia música da sua Índia, melodias de sarar saudades do Oriente (TS, p. 27-28).

Virgínia, Virginha, Virgininha: quem era? [...] Vivia vagarosa como uma lágrima. [...] Ficava na janela olhando o país que inexistia, desenhado em geografia da saudade. Tanto esmolou a Deus um outro lugar que ela se foi fazendo remota (TS, p. 90; 91).

O autoexílio físico ou mental dessas figuras femininas constitui, na economia do enredo, um contraponto importante à exacerbação da materialidade masculina.⁴³

3.2.3. Retrato em preto e branco: o pacto “pós-colonial”

Algumas páginas acima registramos uma passagem de um texto de intervenção publicado originalmente em 2003, no qual Mia Couto acusa que o passado moçambicano “afinal, ainda não passou”, concluindo que “o colonialismo não morreu com as independências. Mudou de turno e de

⁴³ Embora não seja possível analisar tais comportamentos de gênero de modo estanque, pode-se inferir que tal manifestação de um feminino redentor se transformará em outros enredos. Em UVF, o mesmo Estevão Jonas será casado com Ermelinda, mulher ambiciosa e tão predadora dos bens públicos quanto ele. Sem dizer da famosa personagem no romance angolano de Pepetela (*O desejo de Kianda*), em que Carmina Cara de Cu seria a reencarnação feminina de Estevão Jonas, David (OSJ) e Vladimiro Caposso (*Predadores*).

executores” (COUTO, 2005, p. 11). A afirmação categórica, para além da reafirmação das suas bem conhecidas opiniões acerca da contemporaneidade do país, aponta para uma das questões-chave na discussão da “pós-colonialidade”, histórica ou literária. Afinal, se “o passado não passou”, o prefixo “pós-” seria operacional no contexto das independências africanas? A matéria é profícua e sua complexidade demanda um espaço de debate próprio.⁴⁴ É, contudo, importante observar que a relação ambígua entre os ex-atores do palco colonial tem alimentado a matéria ficcional tanto de Angola quanto de Moçambique, mobilizando estratégias que não deixam dúvidas quanto à representação de velhos pactos em novas roupagens. Em TS, o comportamento vicioso dos aspirantes à elite, cerne da crítica coutiana, é representada literariamente pelo pacto com o espectro do colonialismo, ou seja, quando Estêvão Jonas estabelece uma parceria com o antigo colonizador ressuscitado.

Na representação dessa morte inacabada do antigo regime, a narrativa de UVF recorre mais uma vez ao insólito (ou fantástico) para demonstrar o fracasso da utopia da “independência total e completa” que moveu os heróis da pátria à frente de batalha anticolonial. No enredo, Romão Pinto, “filho e neto de colonos” (TS, p. 174), era dono de muitas das mal-afamadas plantações algodoeirais no sul de Moçambique. À época da independência, como foi recorrente na situação histórica, ele ateou fogo em suas plantações — “Se isto não fica para mim também não fica para mais ninguém, clamara em frenesim, tocha a arder na mão erguida” (TS, p. 173), mas morreu, supostamente pela emoção: “A visão da plantação em chamas lhe desfeitou o peito, o colono endureceu antes de mesmo tombar no chão” (ibid.). Cerca de dez anos mais tarde (1985), tempo em que se passa a história narrada por Kindzu, o corpo do ex-colonizador, enterrado no chão da cave, é despertado quando Quintino, seu antigo empregado doméstico, invade o local para verificar o que sobrava da rica casa colonial: “la ver se ainda sobravam os valiosos bens dos patrões. Não

⁴⁴ Consultar, entre outros estudiosos do tema, Inocência Mata, “A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?”, in *Estudos de literaturas africanas: cinco povos, cinco nações*, organizado por Pires Laranjeira, Maria João Simões e Lola Galdes Xavier (Coimbra: Novo Imbondeiro / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. p. 336-347).

usaria a palavra roubar. Talvez *nacionalizar*. Nacionalizar uns bens a favor do povo original” (TS, p. 172-173, grifo no original).

A descrição da cena do reencontro prima pelo simbolismo da persistência do colonial:

Quintino ainda sentia o cheiro da plantação incendiada. Sobre uma mesa, um velho xifeço recebeu a chamazinha do fósforo e luzinhos por toda a sala. Quintino ajeitou os olhos: tudo estava tão limpo, tão correto. Os móveis dormiam em escura sonolência, o caixão ainda ali estava como uma doença incurável no centro da cave. Quintino Massua passou a mão sobre a poeira, num gesto esquecido de empregado de limpeza (TS, p. 173).

Após dez anos do advento da independência, a sensação da estagnação do tempo desperta os sentidos — o cheiro da plantação incendiada, a visão da sala, limpa e com tudo em ordem. A casa colonial permanecia sólida e intimidadora, a ponto de despertar em Quintino a sua antiga função de empregado. Desse sonho mal dormido, o defunto Romão Pinto desperta da morte, não apenas para retomar a voz de comando sobre Quintino, que reassume imediatamente o antigo respeito pelo superior, que apesar de haver morrido, impunha-se com todo o verniz da colonização: “Pelos modos grosseiros se via que, em sua permanência pelos lados da morte, ele não se encontrara com nenhum deus” (TS, p. 174). O morto reclama o roubo de seus sapatos, atribuindo o fato aos culpados de sempre: “Sacana de pretos: gamaram-se os sapatos” (ibid.). A essa acusação, o ex-empregado defende-se, cauteloso: “Eu nem fui, patrão” (ibid.). Para comprovar a sua inocência, mostrou ao “patrão” que, como nos idos tempos, continuava a andar de pés descalços, só que agora fingindo-se de calçado: “O antigo criado apontava os pés, como comprova. Estavam descalços, cobertos só com tinta branca. Agora maneira é essa, patrão, fazemos como assim, pintamos” (TS, p. 174). O ato de pintar os pés de “branco” é ilustrativo do comportamento arremedado que restou à população pobre. Com a derrocada do sonho de se verem todos calçados como apenas os brancos e os poucos negros assimilados faziam, criam a ilusão do calçamento. Além disso, espanta-se Quintino: “Nunca pensou que, em tão breve tempo, tivesse que outra vez se subordinar” (ibid.).

Quintino será apenas o primeiro ex-colonizado a ter que se subordinar aos novos mandos do ex-colono. Sem qualquer constrangimento perante os novos tempos, o ressurgido Romão Pinto ordena a Quintino (como nos velhos tempos) que mande vir à sua presença o “atual manda-chuva”, o “camarada-chefe” (TS, p. 176): Estêvão Jonas. Antes, porém, ciente de que não poderia retomar o seu lugar de antes no atual mundo dos vivos, primeiro ele solicita a Quintino que o acompanhe e, diante da recusa, usa de sua condição de patrão branco, proferindo as ameaças comuns às elites coloniais:

O colono, então, lhe disse: só posso sair daqui pela mão de um vivo. Me acompanha que te recompensarei.

— Não posso, patrão.

Então choveram as ameaças, coisas de estarrecer. Facas e fogos, lumes e chibatas. Desfaço-te que nem daquela vez que desapareceram os talheres. Ou pior, que agora com esta passagem pela morte aprendi maldades que nem lembram ao diabo (TS, p. 182).

Ao tratar o negro e forasteiro Estêvão Jonas (que não é natural de Matimati) com os epítetos de “manda-chuva” e “camarada-chefe”, o ex-colono está apenas buscando modos de adaptar-se ao inevitável: a independência. Mas, quando o administrador vai ao seu encontro, na casa também falecida por “só habitarem as vozes dos malquistos” (TS, p. 200), o negro “camarada-em-chefe” sentiu o poder que ainda emanava do sinistro lugar:

Chegara ao pátio da velha casa. As árvores se sujeitavam às mágoas da ventania, que o vento nunca se levanta contente. Os cães uivaram, o administrador estremeceu. Por que razão aqueles bichos se intransigem em noites que tais? Será que o cão escuta um outro uivo na lua? (TS, p. 201).

Ao se deparar com a “visão dos infernos”, que foi o aparecimento do falecido colono “carregando às costas o seu próprio caixão. O administrador disparou numa correria, trepando arbustos, galgando pedras, para além das humanas velocidades. Estrumando-se numa valeta próxima ele se extinguiu, escuro no escuro” (ibid.). Apavorado para além de sua conhecida covardia, a autoridade máxima de Matimati, caído na escuridão aos pés do ex-colono é destituído do *status* superior que julgava possuir.

O defunto se aproximou e não esteve com medidas:

— Levanta-te e ajuda-me a carregar esta merda deste caixão.

Estêvão não tinha boca para tanto espanto. Porém, ainda acumulou força para responder:

— Não sou um qualquer de carregar.

— Não és o quê? Deixa-te de calcinices e agarra mas é desse lado. Vá!

Tratado como um “calcinhas”, forma pejorativa para os negros que no colonialismo se comportavam à moda dos brancos, Estêvão Jonas ainda ponderou uma atitude de rebeldia, mas entregou-se rapidamente ao mando de quem ainda se julgava superior:

Estêvão mediu as condições, aplicou as mais dialéticas análises, segundo os sábios ensinamentos do materialismo. Podia ele enfrentar um fantasma? O melhor seria aceitar o sem-remédio da circunstância. E oferecendo as costas, levantou a caixa (TS, p. 202).

O morto-vivo, ex-representante colonial, sarcasticamente oferece o caixão que ia às costas do administrador como donativo ao povo. Em outras palavras, a morte simbolizava a herança que o colonialismo deixava naquela terra, e tal herança seria transportada (conduzida) por aqueles que deveriam ser corresponsáveis pela vitalidade da nação: as elites governantes. Ao sujeitar-se a ser uma espécie de mensageiro dessa morte mal morrida, Estêvão Jonas assina o pacto que guiaria as suas ações naqueles tempos de guerra, mas também em tempos de paz, como veremos em sua caracterização em UVF.

Observando à distância a inusitada reunião, o narrador Kindzu testemunhou que os dois, ex-colono e ex-colonizado, “conversaram até madrugada [...], parece que o Romão deitou muita dúvida sobre o futuro de Estêvão” (ibid.). Na verdade, o algoz colono branco buscava uma “parceria” com um local para continuar a gerir suas riquezas. E a encarnação de Mefisto não encontra dificuldade para conseguir a assinatura no pacto que oferece ao já vicioso político. A sequência da conversa ilustra o que acabamos de afirmar, pois Romão Pinto seduz o seu “Fausto” mostrando que ele poderia ter muito mais do que os produtos do roubo dos donativos: “Necessário seria que Estêvão despachasse assinatura mais seu rosto devidamente originário à frente do empreendimento e os cordéis correriam que nem saliva em boca

gulosa” (TS, p. 202). A essa altura, Estêvão Jonas já selava o seu destino ao lado do antigo colono: “Mas e o capital?, se entusiasmava o administrador” (ibid.). O dinheiro viria da fortuna que Romão Pinto deixara à sua viúva Virgínia, que seria oportunamente manipulada para assinar as papeladas bancárias (p. 203). A crítica que Mia Couto levanta, em arranjo ficcional nessa longa passagem, abarca principalmente a questão da “raça” que, não raro, ele denuncia, é usada como artifício retórico em proveito de interesses vários: “Combinaram as necessárias políticas: Estêvão Jonas devia seguir uma política de ofensa e ofensiva. Deveria manter aceso o assunto da raça, proclamar os privilégios da maioria racial” (ibid.).

A representação dessa sociedade “racial” entre o antigo proprietário branco e o novo governante negro, acolhida por ambos num pacto de aliança entre velhos e novos poderes, vai ao encontro da inquietação de Mia Couto sobre o racismo como artifício retórico do qual se lança mão quando interesses pessoais estão em jogo.⁴⁵ Em outra situação do romance, o comerciante indiano, Surendra, também querido na memória de infância de Kindzu, é obrigado, no contexto de independência, a associar-se ao negro Assane (ex-secretário do administrador) para sobreviver como comerciante. Mas, ao contrário do pacto entre o ex-colono e o administrador, a sociedade do indiano era um mero embuste arquitetado por Assane para se apropriar da loja e do conhecimento do vulgo “monhé”, dispensando-o com base na política ideológica vigente (cf. TS, p. 136).

A política da nacionalização de propriedades privadas nos primeiros anos da independência, acabaria por levar a situações de oportunismo, de forma que a base de formação das elites no pós-independência traz em sua composição indivíduos indevidamente beneficiados, que se aproveitaram do colapso social decorrente das guerras e do iminente fracasso do projeto inicial para a nação. Pepetela, mais tarde, os denominaria de “predadores”.

⁴⁵ Em texto escrito no calor da hora, por ocasião da eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos da América, Mia Couto expressa a opinião de que um Barack Obama no continente africano encontraria como oposição o fato de ser “mulato”, não um negro “de fato”, diz: “não que a cor da pele fosse importante para os povos que esperam ver nos seus líderes competência e trabalho sério. Mas as elites predadoras fariam campanha contra alguém que designariam por um ‘não autêntico africano’. O mesmo irmão negro que hoje é saudado como novo presidente americano seria vilipendiado em casa como sendo representante dos ‘outros’, dos de outra raça, de outra bandeira (ou de nenhuma bandeira?)” (COUTO, 2009, p. 212).

Para Mia Couto, tais alianças não são um fenômeno pós-colonial.⁴⁶ Sobre isso, o filósofo camaronês Achille Mbembe, de forma provocativa, argumenta que os três eventos primordiais que perpassaram o continente desde o século XV (a escravidão, o colonialismo e o *apartheid*) foram pontuados pela inusitada cooperação entre dominantes e dominados:

De muitas formas, a colonização foi uma co-invenção. Ela tanto foi o resultado da violência ocidental quanto do trabalho de seus auxiliares africanos em busca de lucro. (...) O colonialismo como fenômeno mental e material exerceu uma forte sedução sobre os africanos. Esta atração foi tanto material como moral e intelectual. (...) Como uma fábrica de ficções refratada e infinitamente reconstituída, o colonialismo gerou mútuas utopias e alucinações partilhadas pelos colonizadores e pelos colonizados (MBEMBE, 2001, p. 180).

O filósofo camaronês radicado nos Estados Unidos e o escritor moçambicano têm o mérito de confirmar que as questões em torno da constituição da sociedade e da identidade individual e nacional na África continuam alimentando debates. Concordando em linhas gerais com suas observações, não podemos deixar de atentar para a forma simplista de algumas ideias, por exemplo, a de que “o curso da história africana é considerado como determinado pela ação combinada de uma diabólica dupla formada por um inimigo — ou torturador — e uma vítima” (ibid., p. 182).

Não podendo desconsiderar os sinais dessa espúria aliança, ressaltamos que ela não abalava a rígida dicotomia entre esses dois grupos, diversamente do que se pode inferir das formas de relação vigentes.

Às marcas destes processos históricos que se sobrepõem como um palimpsesto na constituição política, econômica e cultural das sociedades africanas, acrescentam-se as ideologias liberais que, inovando ou revivendo o caráter formativo de suas elites, apontam a continuidade de um processo social em que setores emergentes do grupo de dominados, para benefício próprio, se associam às instâncias do poder alienígena.

A relação de Estêvão Jonas com o ex-colono Romão Pinto afigura-se como uma inversão de papéis para que ambos continuem, a exemplo de um

⁴⁶ “Nós já conhecemos este discurso. A culpa já foi da guerra, do colonialismo, do imperialismo, do *apartheid*, enfim, de tudo e de todos. Menos nossa. É verdade que os outros tiveram a sua dose de culpa no nosso sofrimento. Mas parte da responsabilidade sempre morou dentro de casa” (COUTO, 2009, p. 32).

passado não tão distante, beneficiando-se de uma situação privilegiada de poder. Se, na situação anterior a 1975, o colonizador podia cooptar um chefe tradicional (colonizado) e sua riqueza, para melhor dominar e aumentar o próprio ganho, agora é o ex-colonizado que, para melhor dominar e aumentar a própria riqueza, cultiva a aliança com o ex-colonizador.

Ao analisarmos TS a partir de sua narrativa encaixada, verificamos que, atreladas à catástrofe da guerra, as ações de Estêvão Jonas são o motor dos eventos violentos que assombram a pequena vila de Matimati, um nome ficcional-simbólico que é, quiçá, a própria expressão da morte (uma corruptela do modo imperativo do verbo “morrer”, enfatizado pela repetição: Mate! Mate!), sintetizando a política da administração de Estêvão Jonas. Essas ações, como veremos adiante, não se interrompem com a assinatura do Acordo de Paz, ao contrário, o então administrador de Tizangara tentará prolongar os efeitos lucrativos da guerra, perpetuando o trabalho de retiradas das minas antipessoais, reimplantando-as na terra; afinal, entre outras calamidades, elas atraíam a atenção e a benemerência internacional, bem como seus navios com ajuda humanitária.

De forma metalinguística, TS encena o uso da escrita romanesca e sua expressividade épica para transcrever o *momentum* moçambicano. O livro publicado em 1992, apenas um ano após o fim dos conflitos, indica que Mia Couto o escreveu ainda no período beligerante. Assim como a personagem fictícia Kindzu, Mia Couto, o autor, lança sobre o seu mundo em ruínas um olhar de perplexidade, e encontra na escrita o palco para expressar as ilusões perdidas. E, baixadas as cortinas do grande teatro épico, também podemos ouvir da voz autoral: “serei de novo uma sombra sem voz”. Eis o papel do autor como ator social!

3.2.4. Tempos de paz: entre flamingos e abutres

O desfecho de TS, no último “Caderno de Kindzu”, atualiza, na boca de um feiticeiro, palavras que remetem a “O último discurso de Ngungunhane”, conforme a famosa profecia na parte final do já referido *Ualalapi* (BA KA KHOSA, 2008). Nesta ficção, o controverso imperador africano, membro do clã nguni execra a multidão que regozija pelo fim de seu império de sangue,

quando ele é enviado ao seu exílio europeu. O prisioneiro dos portugueses vaticina que dias piores virão àquele povo que o substituíra pelos “homens da cor do cabrito esfolado”.⁴⁷

Entre as previsões apocalípticas deste Ngungunhane estariam os muitos estágios da violência, advindos da luta anticolonial, das tensões étnicas (tribalismo), da catástrofe da guerra civil e da luta intestina pelo poder no pós-colonialismo. Por fim, com a sua queda, ele prevê o desmoronamento do mundo até então mantido, violentamente, pela força de seu clã. O discurso do imperador, conforme análise de Ana Mafalda Leite (1998), “projecta-se até à actualidade, prevendo os males do colonialismo, a guerra pela independência e a guerra civil pós-independência” (p. 94).

Com relação ao período das lutas de independência, o imperador afirma que os colonialistas (“os homens da vossa perdição”) seriam combatidos, mas que logo os irmãos-de-luta se embateriam pelo poder (cf. BA KA KHOSA, 2008, p. 93; 94). Sem representar o passado moçambicano e a figura de Ngungunhane de forma gloriosa, Ba Ka Khosa propõe uma releitura crítica dos mitos heroicos e da própria História. Citando a poetisa e romancista Agustina Bessa-Luis em uma epígrafe, ele afirma sua tese de que “a História é uma ficção controlada”. Ao libertar tanto a história quanto a ficção de seus controles, Ba Ka Khosa conseguiu resumir na voz deste herói mítico o percurso histórico do antigo território imperial (Gaza, agora Moçambique) ao longo do século XX. *Ualalapi* foi escrito no final da década de 1980, ainda no fogo dos conflitos fratricidas, e já antecipava o que Paulina Chiziane e Mia Couto (entre outros) denunciariam sobre a conquista da paz: que não havia chegado ainda o tempo da felicidade. O vaticínio de Ngungunhane (“a maldição que abraçou estas

⁴⁷ No final do século XIX o impetuoso imperador das terras de Gaza, Ngungunhane (ou Gungunhana) foi capturado como prisioneiro de guerra e, junto com sua família, enviado ao exílio em Portugal, nos Açores. Ba Ka Khosa cria uma situação fictícia sobre o que teria ocorrido antes de seu embarque. Na história de *Ualalapi*, o herói dos nguni teria bradado maldições contra o povo tsonga, que ele teria defendido contra os portugueses, mas que agora se regozijava com a sua captura. Ngungunhane vaticinou séculos de sujeição, doenças, perda dos lastros familiares, trabalho forçado etc. como decorrência dessa traição à “raça” tal qual ocorreria com o seu filho, Manua, que, ao renegar a própria cultura assimilando os costumes dos brancos, perdera-se no limbo da rejeição, de ambos os lados, e morreu enlouquecido: “Estes homens da cor de cabrito esfolado que hoje aplaudis entrarão nas vossas aldeias com o barulho das suas armas e o chicote do comprimento da jibóia. Chamarão pessoa por pessoa, registando-vos em papéis que enlouqueceram Manua e que vos aprisionarão” (BA KA KHOSA, 2008, p. 89).

terras perdurará por séculos e séculos”) ecoa, em outra época, no primeiro romance de Mia Couto:

Chorais pelos dias de hoje? Pois saibam que os dias que virão serão ainda piores. Foi por isso que fizeram esta guerra, para envenenar o ventre do tempo, para que o presente parisse monstros no lugar da esperança. Não mais procureis vossos familiares que saíram para outras terras em busca da paz. Mesmo que os reencontreis eles não vos reconhecerão. Vós vos convertêsteis em bichos, sem família, sem nação. Porque esta guerra não foi feita para vos tirar do país mas para tirar o país de dentro de vós (TS, p. 241-242).

É no contexto do final dessa guerra, prenhe de um tempo de desesperança, que a personagem Estêvão Jonas, o administrador de Matimati, em TS, ressurgue como o administrador de Tizangara, em UVF. Na primeira narrativa, o político que (não) desempenhava o papel do qual fora comissionado pela FRELIMO, o de administrar um território de deslocados da guerra civil, apropria-se dos donativos de sobrevivência como bens pessoais. Tendo estabelecido o pacto com o espectro do colonizador, como já analisamos, Estêvão Jonas desembarca em Tizangara como uma personagem convicta de seu direito de “possuir”.

Diferentemente de sua situação anterior, em que era casado com a órfã e honesta Carolinda (que odiava Estêvão Jonas como homem e discordava de seu comportamento como político, por isso o abandona no final da história, cf. TS, p. 223), em UVF ele encontra o seu par ideal, Ermelinda, sua Lady Macbeth, ambiciosa pelo poder e incitadora dos atos de corrupção do marido. A ex-militante da FRELIMO, agora chamada de “administratriz”, é caracterizada como arrogante e fascinada pelos brilhos do poder, ao mesmo tempo em que renega e recorre às crenças tradicionais (cf. UVF, p. 95).

Na história que envolve o casal mandante de Tizangara, o narrador, identificado apenas como o “Tradutor”, reincorpora intertextualmente a figura de Kindzu, de TS, para transcrever em “português visível” aquilo que ouviu e testemunhou em Tizangara (espelhamento de Matimati). Em TS, Kindzu inicia a sua série de cadernos afirmando querer “pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências”, isto é, narrar o tempo da esperança que passou e o do sofrimento que se instalou. Emprestando e/ou tomando de empréstimo a voz de seu mentor (a instância autoral), o narrador Kindzu

tentará, sofregamente, expressar o sentimento da catástrofe vivida naquele tempo de guerra.⁴⁸

Ele confessa sobretudo uma incapacidade tanto de esquecer (livrar-se das teimosas lembranças) quanto de viver o presente contaminado por essa memória traumática: “As lembranças desobedecem, entre a vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente” (TS, p. 17). Resta-lhe o artifício de entregar-se à “cura” pela palavra escrita, na esperança de que, ao expressar-se em testemunho catártico⁴⁹, volte a ser “a mais delicada sombra”, como a mãe lhe ensinara (TS, p. 240); por isso ele deseja, assim como o Tradutor de Tizangara, escrever para esquecer.

Em UVF, o narrador/Tradutor também assume, como dissemos, esse desejo de se desvencilhar das lembranças que desobedecem, “como o assassino se livra do corpo da vítima” (UVF, p. 9). Para isso ele também confia na relação entre a voz e a escrita, conforme se explica em nota de introdução à sua narrativa: “Fui eu que transcrevi em português visível, as falas que daqui se seguem. Hoje são vozes que não escuto senão no sangue, como se a sua lembrança me surgisse não da memória, mas do fundo do corpo” (UVF, p. 9).

O efeito de realidade advindo dessa nota introdutória, em que assina como “Tradutor de Tizangara”, coloca em evidência a dimensão metalinguística do romance que, que torna a ficção resistente à mentira (cf. BOSI, 2002). Ao informar, nessa mesma nota, os motivos de sua narrativa, o “Tradutor de Tizangara”, assim como Kindzu, em TS, revela-se como alterego do pai-criador que eles têm em comum, interfere na trama, fazendo críticas às ações das personagens e desafiando o leitor a interagir com a metanarrativa que se seguirá:

⁴⁸ Como assinalou Anita Moraes, a “dimensão metalinguística do romance pode estar relacionada a uma problemática própria dos discursos que abordam eventos-limite, a problemática da (ir)representabilidade da catástrofe” (2007, p. 21).

⁴⁹ Sobre esse narrador e seu “testemunho”, recorremos ainda à análise de Martins, que aponta “alguns traços da noção de testemunho: o motor do testemunho é ético-político, consiste na necessidade de não se deixar calar pelo opressor, de lutar contra o esquecimento e a banalização do sofrimento; a ênfase está no ato de testemunhar (que inclui aquele que fala / escreve e aquele que ouve / lê), ou seja, o testemunho é da ordem do evento, não sendo apenas um discurso sobre, mas um discurso que é, que intenta desdobrar-se em efeitos no real — produzir indignação, recuperar a memória, reconstruir uma identidade abalada pelo evento reificante. Assim, a palavra testemunhal é uma palavra eficaz, de ordem prática. Testemunhar torna-se processo de recuperação das condições sócio-psíquicas que fazem da vida uma possibilidade.” (MARTINS, 2007, p. 31).

Tudo começou com eles, os capacetes azuis. Explodiram. Sim, é o que aconteceu a esses soldados. Simplesmente começaram a explodir. Hoje, um. Amanhã, mais outro. Até somarem, todos descontados, a quantia de cinco falecidos. Agora, pergunto: explodiram na inteira realidade? Diz-se, em falta de verbo. Porque de um explodido sempre resta alguma sobra de substância. No caso, nem resto, nem fatia. Em feito e desfeito, nunca restou nada de seu original formato. Os soldados da paz morreram? Foram mortos? Deixo-vos na procura da resposta, ao longo destas páginas (UVF, p. 9).

Pela voz deste tradutor/transcritor de um mundo (o moçambicano pós-guerra civil) declara-se o estatuto do ofício de ficcionalizar a realidade:

Coloquei tudo no papel por mando de minha consciência. Fui acusado de mentir, falsear as provas de assassinato. Me condenaram. Que eu tenha mentido, isso não aceito. Mas *o que se passou só pode ser contado por palavras que ainda não nasceram*. Agora, vos conto tudo por ordem de minha única vontade (UVF, p. 9, grifos nossos).

As “palavras que ainda não nasceram” seriam a própria expressão do que ganhará vida na sequência dos 21 capítulos da obra, onde tudo será contado pela livre iniciativa do narrador (ou do autor?). A “condenação” da qual o narrador se defende é a própria condenação da ficção como “mentira” — “isso não aceito”, o narrador diz. Ora, “a poesia é um modo de ler o mundo e escrever nele um outro mundo” (COUTO, 2009, p. 101), ou nas palavras de Alfredo Bosi:

A narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente (BOSI, 2002, p. 135).

A narrativa é organizada por relatos individuais que culminam em muitos pontos de interrogação acerca da história moçambicana pós-1975. Por exemplo, a prostituta Ana Deusqueira, que fora enviada à Tizangara durante a polêmica Operação Produção⁵⁰ — referência às estratégias de governo pós-

⁵⁰ Cf. Cabaço, José Luis. “A longa estrada da democracia moçambicana”. In Brazão Mazula (org.), *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*; Maputo, Patrocínio Embaixada do Reino dos Países Baixos, 1995. O sociólogo relata que a Operação Produção instituída em 1983 pelo governo moçambicano “consistiu no envio forçado de cidadãos considerados improdutivos da cidade para as áreas rurais, em particular para a província do Niassa” (p. 92). As mulheres foram algumas das principais vítimas desta ação, posteriormente contestada. As

independência para “reeducação” de cidadãos cujo comportamento social não se enquadrava na ideologia de viés marxista-leninista em vigor: “Atafulharam camiões com putas, ladrões, gente honesta à mistura e mandaram para o mais longe possível. [...] Quando se quer limpar uma nação só se produzem sujidades” (UVF, p. 178).

Se, tanto no romance de Paulina Chiziane (OSJ) quanto no primeiro romance de Mia Couto (TS), a elite retratada é aquela que ascendeu durante a década de 1980, aproveitando-se das agruras daquele período de caos, em UVF a história se passa em 1993, um ano após o encerramento dos dezesseis anos daqueles conflitos armados, quando “tudo parecia correr bem, depois que as armas se tinham calado” (UVF, p. 110). Mas, se a deposição das armas resultava, como acreditavam os mais-velhos, de um concílio mítico: “os antepassados se sentaram, mortos e vivos, e tinham acordado um tempo de boa paz” (UVF, p. 110); a perenidade dessa paz, literalmente negociada, dependeria de uma congregação terrena: “Se os chefes, neste novo tempo, respeitassem a harmonia entre terra e espíritos, então cairiam as boas chuvas e os homens colheriam gerais felicidades” (ibid.). A questão é que “os novos chefes pareciam pouco importados com a sorte dos outros”, diz o narrador, para concluir que na vila de Tizangara “havia agora tanta injustiça quanto no tempo colonial. Parecia de outro modo que esse tempo não terminara. Estava era sendo gerido por pessoas de outra raça” (UVF, p. 110).

Dessa forma, a história de UVF se desenrola numa experiência temporal pós-*Terra sonâmbula*, e enlaça de forma mais assertiva os fatos que se seguiram aos dezesseis anos de destroçamento do corpo da nação moçambicana. Com a assinatura do Acordo de Paz, em 4 de outubro de 1992, na capital da Itália, o estado beligerante iniciado em 1975 dá lugar à consolidação dos partidos políticos que se inscreveram com as mesmas denominações: *Resistência Nacional Moçambicana* (RENAMO) e *Frente de Libertação de Moçambique* (FRELIMO),⁵¹ assim existindo até hoje como os

prostitutas e/ou quaisquer mulheres cujo comportamento fosse considerado inapropriado podiam ser enviadas para os campos de “reeducação”. O documentário *A última prostituta* (1999), de Licínio Azevedo, retrata a situação.

⁵¹ “Em 1989 a Frelimo abandonou o marxismo-leninismo formalmente e a Constituição foi alterada para permitir a existência de partidos de oposição. Em julho de 1990, após prolongados contatos preliminares envolvendo líderes de igrejas e os presidentes do Quênia e do Zimbábue, Frelimo e Renamo finalmente se reuniram em Roma para iniciar o que a Frelimo

dois principais partidos concorrentes, com predominância daquele que levou o país à independência, a “Frente de Libertação”. Em 1992, portanto, inaugurava-se o período de Paz sob o olhar vigilante da ONUMOZ⁵² (Operação das Nações Unidas em Moçambique). Presente como Força de Paz no território moçambicano, essa missão internacional foi concluída em 1994, com a posse de Joaquim Chissano como o presidente eleito nas “primeiras eleições democráticas da história da nação moçambicana”,⁵³ conforme aponta Phillip Rothwell (2010), ao analisar o período histórico que deu corpo a UVF.

A década de 1990 (a partir de 1992) foi um tempo em que se ansiava, portanto, “refazer crenças e reparar o rasgão do luto” (UVF, p. 224), nas palavras de Mia Couto. No primeiro plano, a história trata de um fenômeno extraordinário, ou “maravilhoso” envolvendo os soldados da ONUMOZ que chegaram à vila Tizangara para “vigiar o processo de paz” (UVF, p. 9). Na história, os militares que compunham a “Força”, chamados de capacetes azuis, são oriundos não apenas da Europa, mas também da África (Zâmbia) e Ásia (Paquistão). Durante essa missão, em que os visitantes pisavam a terra alheia “com a insolência de qualquer militar” (UVF, p. 10), alguns deles “explodem” misteriosamente, deixando como único vestígio o órgão genital e o capacete azul.

Para investigar essas ocorrências, instala-se em Tizangara um oficial da ONU, o italiano Massimo Risi, que será acompanhado em sua missão pelo “tradutor de Tizangara”. Apesar de haver sido indicado para traduzir as línguas de Tizangara ao oficial italiano, o trabalho do jovem que nasceu na terra, mas estudou e transitou por outras línguas e culturas, não será de ordem linguística, mas sim o de tradução daquele lugar, de sua gente, pois o estrangeiro confessara: “Eu posso falar e entender. Problema não é a língua. O que eu não

jurava que nunca iria acontecer — negociações diretas para a obtenção de um cessar-fogo e um acordo político com os bandidos armados” (DARCH, 1992, p. 220).

⁵² “Em 16 de Dezembro de 1992, a resolução 797 do Conselho de Segurança estabelecia a ONUMOZ, a operação de paz que custou à Comunidade Internacional cerca de meio bilhão de dólares e que teve lugar nos dois anos subsequentes aos acordos de paz” (ROTHWELL, 2010, p. 111).

⁵³ Recordando que o primeiro presidente moçambicano, líder revolucionário e herói nacional, Samora Machel, morrera em um acidente aéreo, em 1986, cuja causa ainda é alvo de questionamentos. À época, Joaquim Chissano, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, assumiu a presidência, renovando seu mandato nas eleições livres de 1994.

entendo é este mundo daqui” (UVF, p. 40). Esse mundo que não se entende também é motivo de inquietação do narrador moçambicano.

A narrativa de UVF transcorre numa atmosfera de incertezas, de entorpecimento, de um persistente sonambulismo. Nesse ambiente de sonho e realidade, vivos e mortos, passado e presente se misturam e lançam a questão fundamental: e agora? Como evitar que haja “uma terra engolida pela terra”, conforme o desfecho do romance? Mais: como manter acesa a chama da esperança, sonhando utopicamente, de olhos bem abertos, conforme teoriza Ernst Bloch (2005)? O “sonho diurno” — ou devaneio, em que não se perde o controle do eu, diferentemente do sonho noturno⁵⁴ — parece que tem sido a tônica da história da maioria dos países africanos em seus contextos de independência. Não se trata de um relaxamento ou acomodação na inércia social, mas da força imaginativa que leva à mudança, na bela imagem criada por Bloch: “O relaxamento do eu no sonho noturno é apenas submersão, enquanto o do sonho diurno é elevação acompanhando a revoada” (ibid., p. 90).

O caso dos soldados que se desintegram no ar em UVF, o mote da história, é um ponto de partida para uma narrativa de profunda crítica social, focada na história recente de Moçambique. Recorrendo à estética do maravilhoso, UVF, em termos estilísticos, é articulado como “falas transcritas”, conforme a nota de abertura assinada pelo narrador: “Assisti a tudo o que aqui se divulga, ouvi confissões, li depoimentos [...]” (UVF, p. 9). Além das “confissões” de personagens como o padre, o feiticeiro, a prostituta, têm-se ainda relatos interpostos à narrativa central — a exemplo dos “Cadernos de Kindzu”, em TS, e as “Cartas” do avô Mariano, em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (COUTO, 2003). No caso, trata-se dos relatórios que o administrador Estêvão Jonas escreve ao seu superior para dar notícias da investigação sobre o desaparecimento dos soldados da ONU. Analisaremos adiante a relação entre esses escritos e o pacto com o colonizador estabelecido pela personagem em sua passagem por Matimati, em TS.

⁵⁴ “Diferentemente do sonho noturno, o sonho diurno desenha no ar repetíveis vultos de livre escolha, e pode se entusiasmar e delirar, mas também ponderar e planejar. De maneira ociosa (que, contudo, pode ser muito semelhante à da Musa e de Minerva), ele persegue ideias políticas, artísticas, científicas. O sonho diurno pode proporcionar ideias que não pedem interpretação, e sim elaboração — ele constrói castelos de vento com as plantas já desenhadas e nem sempre meramente fictícias” (BLOCH, 2005, p. 88).

O espaço ficcional de Matimati, em TS, pode ser localizado ao norte de Moçambique, conforme a apresentação que o narrador faz da personagem Virgínia, a portuguesa que dominava a língua local (macua/makwa), língua falada na província de Nampula, região norte: “A portuguesa se vai deixando em tristonhas vagasões. Branca de nacionalidade, não de raça. O português é sua língua materna e o makwa, sua maternal linguagem. Ela, bidiomática” (TS, p. 192). Já em UVF, apesar de ser apresentado o “chimuanzi” como língua fictícia de Tizangara (espaço igualmente fictício), o enredo informa em outras passagens que geograficamente o espaço está também situado ao norte. Um fato que reafirma a condição de forasteiro do administrador, Estêvão Jonas, o “de fora” e sem identificação com os que ele denomina de “locais”: “[...] é um problema eu ser do Sul, não falar a língua daqui.⁵⁵ Mas o fato de minha mulher ser uma legítima local me pode contribuir” (UVF, p. 170). Mesmo a esposa, natural do lugar, desprezava e enervava-se com os costumes locais, considerando “o povo” uma ameaça.⁵⁶ De tal modo exigia que o marido fizesse calar os tambores dos cultos aos antepassados (cf., UVF, p. 75-76).

Essa falta de identificação com as tradições culturais locais não deixam de revelar os conflitos de classe no contexto de independência. Já em TS, Estêvão Jonas assumia não se interessar pela língua e costumes locais, como se Norte e Sul, em Moçambique, fossem não os pontos cardinais intrafronteiras, mas geografias internacionais. O distanciamento que impera entre governante e povo governado já fora expresso em frases do tipo: “Às vezes quase desisto de vocês, massas populares...” (TS, p. 69). Essa opinião fatalista reverbera o discurso do ex-colonizador que, do alto de uma pretensa superioridade, costumava afirmar que não valia pena insistir no tal processo civilizatório, dado ao suposto “espírito pueril e indolente” dos africanos.

O mandante de Tizangara, o ex-combatente na luta anticolonial, exemplifica a parte da elite que, na nova ordem, anseia pela aquisição e manutenção de privilégios, não reconhece as necessidades sociais e confunde

⁵⁵ A continuidade narrativa, de *Terra sonâmbula* a *Ultimo voo do flamingo* é marcada por essa repetição do espaço ficcional; em ambos os romances, a narrativa se situa no norte, ou seja, pode-se inferir que Tizangara seja uma releitura de Matimati pós-Acordo de Paz.

⁵⁶ Ao contrário de Carolinda, a esposa da personagem Estêvão Jonas de *Terra Sonâmbula*, que desgostava da terra, não necessariamente das pessoas, a esposa do agora administrador de Tizangara, Ermelinda, despreza as pessoas e a cultura, mas não se importa em usufruir da terra em proveito de seu enriquecimento.

as instâncias públicas e privadas. Num de seus relatórios, o administrador reproduz o discurso desdenhoso em relação às “massas populares”. Ele reclama, ironicamente, ao seu superior sobre a inconveniência de ter que lidar com aqueles que são, na verdade, a única razão de seu posto administrativo: “Trabalhar com as massas populares é difícil. Já nem sei como intitular-lhes: massas, povo, populações, comunidades locais. Uma grande maçada, essas maltas pobres, se não fossem elas até a nossa tarefa estaria facilitada” (UVF, p. 95).

Confirmando as pretensões críticas do romance, os relatórios de Estêvão Jonas, em tom invariavelmente cínico, tratam muito mais de angústias pessoais e do “fardo do poder” do que de assuntos de interesses sociais. Suas palavras revelam não somente a falta de compromisso com o cargo público, mas o desinteresse, e mesmo a vergonha, de seu povo e cultura. Assim, o administrador e esposa são a caricatura da elite nacional distanciada do povo e descomprometida com as questões de ordem social, apenas ávida pelo enriquecimento, ou seja, são o retrato de uma elite clonada do DNA colonial.

Em TS, Estêvão Jonas, então casado com a jovem Carolinda, é caracterizado como um covarde protegido pelo cargo máximo da governança local. Ao contrário da figura heroica que pinta de si mesmo, o administrador (seja em Matimati ou Tizangara) demonstra que o seu poder resulta não de sua atitude de liderança, mas das oportunidades que lhe caem em mãos. Em TS, ele é apresentado como aquele que chegou como a figura heroica do guerrilheiro e, por isso, conquistou a atenção de Carolinda, que se aproximara dele na esperança de escapar daquele local de miséria. Mas ele aceita, a princípio por obediência, o cargo de administrador de um lugar que desprezava. Porém, na medida em que angariava vantagens pessoais, acabou se acomodando ao local, contrariando assim os planos da esposa, aos olhos de quem, Estêvão Jonas tinha uma personalidade covarde que se deixava levar pela inércia das facilidades do poder (cf., TS, p. 209).

Fica evidente, portanto, a falta de aptidão do guerrilheiro para a militância que o alçara ao poder. Mesmo as benesses do cargo tinham o inconveniente, em sua opinião, de virem acompanhadas da “grande maçada” que era lidar com as “maltas pobres”. Com a sua *personae* caricatural e de caráter volátil, não foi difícil para Estêvão Jonas firmar o pacto com o espírito

fáustico do colonizador. Ele expressa especial satisfação nesta parceria, como se, neste caso, o ex-colonizado e o ex-colonizador fossem as faces de uma mesma moeda (no sentido monetário). Essa satisfação é expressa ao final do encontro em que se estabeleceu o sinistro pacto de riqueza com o falecido Romão Pinto:

E o morto reentra na obscura casa. Estêvão Jonas fica a vê-lo a extinguir-se. Seu sorriso é o de um vencedor. Ainda há pouco ele se acobardava. Agora, o dirigente goza um sentimento de comando que há muito não experimentava. Lá na administração não passava nenhuma das rédeas que faz mudar o destino. E é assim, confiante que nem estátua de herói que apanha o maior susto (TS, p. 204).

As “rédeas que faz mudar o destino” não eram, para Estêvão Jonas, a ideologia nacionalista, haja visto ele estar, como afirmara “cansado de sua militância, exausto por sempre ter que se apagar”. Ao ser flagrado neste delito pela esposa Carolinda, ele refuta a ideia de moral, assim como o fez a personagem David, no romance de Chiziane:

— Agora te apanhei, Estêvão. Você está combinado com os antigos colonos.
— Combinado como?
— Sempre eu dei o nome certo à tua junção: você é um administrador! Afinal que moral era a dele? O administrador contrargumenta: ninguém vive de moral. Será, cara esposa, que a coerência lhe vai alimentar no futuro?
— Você, Estêvão, é como a hiena: só tem esperteza para as coisas mortas (TS, p. 204-205).

Na caracterização de Estêvão Jonas em UVF, também se destaca a esperteza de hiena que comanda as ações do administrador de Tizangara. Diante da possibilidade de ser descoberto em suas falcaturas, em razão da presença dos agentes das Nações Unidas, o político recorre ao expediente do ataque preventivo. O objetivo de seus escritos, em princípio documentos oficiais regulares, é fornecer falsas informações, de modo a desviar a atenção do investigador, Massimo Risi, dos motivos factuais da explosão dos soldados da ONU. Razão pela qual cópias de tais escritos chegam às mãos do Tradutor de Tizangara a fim de serem compartilhadas com o italiano.

O fato é que, ao ser convidado para “tradutor particular”, o jovem deveria “traduzir” apenas o que convinha a Estêvão Jonas, sendo a questão linguística, no caso, irrelevante:

- Pois você fica, de imediato, nomeado tradutor oficial.
- Tradutor? Mas para que língua?
- Isso não interessa nada. Qualquer governo prezável tem seus tradutores. Você é o meu tradutor particular. Está compreender?
- [...]
- Mas, desculpe, senhor administrador, traduzo para qual língua?
- Inglês, alemão. Uma qualquer, desenrasca-se. (UVF, p. 18; 19)

Deste modo, o político enviava relatórios ao seu “preposto” e esperava que ele participasse do jogo, dizendo ao italiano apenas o que convinha ao administrador. Mas, aparentemente desconfiando da capacidade de seu enviado, Jonas elabora seus escritos num discurso sempre favorável à sua pessoa e administração, sugerindo ou imputando a culpa pelas explosões dos soldados da ONU à diferentes agentes, inclusive a própria esposa, Ermelinda. Em seus papéis fica implícito, como dissemos, que sua real intenção é “plantar” falsas acusações, assim como “plantava” minas antipessoais que explodiam, literalmente.

3.2.5. Terra devastada, mulher violada

Se Tizangara é metonímia de Moçambique, a personagem Temporina é a personificação de Tizangara, ou da terra, segundo recorrente representação da mulher na obra de Mia Couto. Recorde-se que o romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* termina com a reflexão do narrador Marianinho: “Afinal, entendo: eu não podia possuir aquela mulher enquanto não tomasse posse daquela terra. Nyembeti era Luar-do-Chão” (Couto, 2005, p. 253). Temporina traz em si as marcas do tempo passado e presente. O rosto é de uma velha “de milênios” e o corpo de uma jovem de menos de vinte anos (a mesma idade do país independente, ao tempo da narrativa). “Tenho duas idades. Mas sou miúda. Nem vinte não tenho” (UVF, p. 61), diz a moça enfeitada e envelhecida pelos espíritos dos antepassados, por demorar a se unir a um homem e, portanto, a ser fecundada e gerar vida. Ela é uma alegoria

da jovem nação que, perdida em quase vinte anos de guerras civis, estava envelhecendo pela demora em decidir ser fecundada: “Castigaram-me porque se passaram os tempos sem que nenhum homem provasse da minha carne” (UVF, p. 62).

A relação entre o oficial da ONU (estrangeiro) e Temporina (nativa) aponta um outro elemento do pensamento de Mia Couto: a necessidade de um entendimento além-fronteiras. Em nenhum momento de sua obra, crítica ou ficcional, o autor prega o isolamento; ao contrário, sua atitude é a de comunhão, desde que o respeito ao outro seja a tônica de tal relação. É reveladora a cena em que Temporina diz ao estrangeiro que ele deve aprender a caminhar sobre aquela terra. E somente ela que amava o lugar completamente — “Tizangara-terra, Tizangara-céu, Tizangara-água” (UVF, p. 67) — poderia ensiná-lo:

— Falo sério: saber pisar neste chão é assunto de vida ou morte. Venha, que eu lhe ensino.
O italiano cedeu. Aproximaram-se e sustiveram-se mãos nas mãos. Parecia que dançavam, o italiano aliviando o seu peso à medida que o seu pé se afeiçoava ao chão. Temporina o ia encorajando: pise como quem ama, pise como se fosse sobre um peito de mulher (UVF, p. 68).

O mesmo conselho, o italiano ouve do feiticeiro Andorinho: “Mas você nunca, mas nunca, pise qualquer maneira. A terra tem seus caminhos secretos. Está-me dar entendimento?” (UVF, p. 155).

A narrativa irá revelar que além dos extraordinários “arrebentamentos”, existem de fato explosões concretas causadas por minas remanescentes da guerra. Mas o sentido geral do texto aponta para um espectro mais amplo de significados. Ao ceder aos ensinamentos de Temporina e ao ouvir os conselhos do feiticeiro, o estrangeiro Massimo demonstra uma atitude diferente daquela de outros estrangeiros. A sobrevivência naquela terra depende de um comportamento íntegro, humilde e respeitoso dos “de fora” e dos “de dentro”. E disso dependeu a sobrevivência do estrangeiro Massimo Risi desde a sua chegada. Ao afastar-se dos “esquemas montados pelas autoridades locais” e adentrar o ambiente local acompanhado do seu “tradutor”, o oficial da ONU percorreu um caminho que o “estrangeiro de dentro”, Estêvão Jonas, jamais se dispôs a fazer. Por exemplo, quando a comitiva da ONU e autoridades

nacionais aportaram em Tizangara, os ilustres visitantes assim se acomodaram: “O ministro se estabeleceu na casa do responsável. Havia uma outra residência para o representante das Nações Unidas. Mas o italiano preferiu ficar na pensão local”, recusando os “esquemas montados pelas autoridades locais” (UVF, p. 35).

A sedução da terra, que abre a porta para o conhecimento do lugar, perde o seu efeito diante de discursos como o do administrador, que não hesita em renegar seus irmãos da terra: “São pretos, sim, como eu. Contudo, não são da minha raça. Desculpe, Excelência, pode ser eu seja um racista étnico. Aceito. Mas esta gente não me comparece. Às vezes, até me pesam por vergonha que tenho neles” (UVF, p. 95). Muito diferente, pois, foi o comportamento do italiano. Apesar de toda a desconfiança inicial, ele se rende ao encanto daquela moça de rosto envelhecido, alegoria da nação moçambicana. Ao conhecê-la, na ordinária pensão em que ficara hospedado, “o italiano todo se arrepiou. Porque ela o olhava com encanto tal que até magoava” (UVF, p. 39), e, em sua primeira noite em Tizangara, “sonhou” que fazia amor com ela (UVF, p. 57). A entrega do estrangeiro à sedução do corpo jovem, mesmo contrastando com a face senil — “talvez a mais idosa pessoa que ela jamais vira” (UVF, p. 39) — simboliza a primeira aceitação daquela terra: jovem, mas de rosto envelhecido e enfeado pela violência e o desamor. Por isso, no decorrer da história o feiticeiro da vila irá declarar ao estrangeiro: “... se descanse, caro Massimo. Aquela pele escamosa não vai durar para sempre. Aquilo é sol de baixa duração. Um dia, sem que ninguém adivinhe, acontecerá como as cobras — ela descamará, aprontada para qualquer Verão” (UVF, p. 152).

Mas a personificação da terra não se manifesta somente através de Temporina. Isso fica evidente quando começam a surgir as explicações sobre o caso dos soldados desaparecidos. Os fatos de a explosão ocorrer durante o ato sexual, e de restar somente o pênis decepado estavam diretamente associados ao modo como tais homens se relacionavam com as mulheres do lugar — simbolicamente, o modo como os estrangeiros se relacionavam com a terra. O depoimento da prostituta Ana Deusqueira sobre a primeira explosão, ocorrida durante o ato sexual com um zambiano, ilustra esse ponto:

Pois, esse soldado me visitou sem nenhuma maneiras. O homem nem perdeu tempo com beijo. *Você sabe como é a minha gente*. Me subiu assim, sem preparo, mais salivoso que cachorro. E ali se serviu, todo por cima de mim, completamente nu, excepto a boina na cabeça... (UVF, p. 180, grifos nossos.)

Interessante notar que episódio se passa com um soldado de Zâmbia, demonstrando que os africanos (“a minha gente”) não são isentos do desrespeito à terra, ou seja, a crítica de Mia Couto não tem como alvo apenas os europeus ou ocidentais. Em outro momento, a mesma personagem vai descrever o comportamento do militar africano:

O soldado zambiano chegou, exibindo a farda. Entrou no bar, arrotando presença. Batia os calcanhares, mandando vir as bebidas. Não gostamos, sabe, esses ares de dono. Só fingimos simpatias, mais nada. Nessa bebida, eu vi, alguém juntou uns pós tratados, feitiços desses, nossos. Não sei quem, nem sei o quê. Obra dos homens, ciúmeiras deles que não querem ver mexidas as mulheres da terra. E eu, Excelência, eu até me sinto orgulhada nesses ciúmes deles. É que nunca eu fui de ninguém. Nunca. Haver homens que me disputam me faz sentir pertencida, faz conta que sou mulher de um só, exclusivo. [...] Quando esse zambiano me pegou na mão eu já sabia o destino dele. Lhe acompanhei sem pena... (UVF, p. 84-85.)

Considerando a prostituta Ana Deusqueira também uma personificação da terra, poderíamos assim traduzir a citação: “Eu mulher-terra desprezo a presença arrogante do estrangeiro, mas também me agrado por, finalmente, os homens locais demonstrarem interesse por mim e me disputarem. Sendo terra vilipendiada por tantos séculos, por tantos estrangeiros, agrada-me a ideia de pertencer a um só povo, aos meus. Quando esse zambiano em sua arrogância ignorou as artimanhas do lugar, não tive pena de seu destino...”.

Por outro lado, Ana Deusqueira explicará que a atitude do italiano ao chegar à terra, pisando o chão com humildade e disposto a aprender, representava a possibilidade de uma outra relação entre os “de dentro” e os “de fora”:

Aprenda isto, amigo. Sabe por que gostei de si? Foi quando lhe vi atravessar a estrada, o modo como andava. Um homem se pode medir pelo jeito como anda. *Você caminhava, timiudinho, faz conta um menino que sempre se dirige para a lição*. Foi isso que apreciei. O senhor é um homem bom, eu vi desde-desde. [...] *Lá de onde o senhor vem também*

há os bons. E isso me basta para eu ter esperança. Nem que seja só um. Unzinho que seja, me basta (UVF, p. 179, grifos nossos).

Outra imagem da mudança que envolve diretamente o estrangeiro aparece no primeiro dia de sua estada em Tizangara. Por opção, ele se hospeda na decadente Pensão Martelo Jonas, de propriedade do administrador Estêvão Jonas: “Antes, o nome do estabelecimento era Martelo Proletário. Mudam-se os tempos, desnudam-se as vontades” (UVF, p. 36), ironiza o narrador. Após estabelecer a hospedagem, Massimo Risi deixa a pensão em companhia do tradutor. Sentam-se no bar da vila e, com verdadeiro interesse, ele ouve os relatos da infância de seu acompanhante — primeira lição aprendida: ouvir!.

Ao regressarem à pensão, o narrador registra: “Soprava um vento pontiagudo [...]. Algumas das letras do anúncio haviam caído com a ventania. Lia-se agora: ‘Martelo Jo’” (UVF, p. 57). Os ventos da mudança, dos quais fariam parte os “de fora”, deveriam varrer primeiramente os abusos dos governantes; no caso, os do administrador Jonas. Mas, será a mãe do “Tradutor de Tizangara”, já falecida, mas viva na memória do narrador, a apresentar o principal símbolo da esperança, o voo dos flamingos:

Em fins de tarde, os flamingos cruzavam o céu. Minha mãe ficava calada, contemplando o voo. Enquanto não se extinguíssem os longos pássaros ela não pronunciava palavra. Nem eu me podia mexer. Tudo, nesse momento, era sagrado. Já no desfalecer da luz minha mãe entoava, quase em surdina, uma canção que ela tirara de seu invento. Para ela, os flamingos eram eles que empurravam o sol para que o dia chegasse ao outro lado do mundo.

— Este canto é para eles voltarem, amanhã mais outra vez! (UVF, p. 47)

Novamente a mulher surge como personificação da terra; mas nessa relação telúrica é como se ela fosse toda a Natureza: “Nos meses devidos eu ajudava minha mãe na machamba. [...] *Ela sorrindo, como se desculpasse os maus modos da floresta*: — Aqui o mato gosta muito de crescer” (UVF, p. 47, grifos nossos). Somente a própria Natureza poderia se desculpar pelos “maus modos da floresta”. O canto inventado para os flamingos voltarem será retomado no final da história quando, à margem do abismo por onde

desapareceu toda a vila Tizangara, todo o país, os únicos sobreviventes Massimo Risi e o Tradutor se irmanam na esperança de renascimento.

O cenário de destruição na parte final da narrativa é ao mesmo tempo pontuado de esperança: o revoar das andorinhas (prenunciadoras do verão) sobre o abismo, o pássaro de papel, feito com a folha do relatório que deveria ser enviado à ONU e, principalmente, a rememoração do canto pela volta dos flamingos. O narrador afirma ter ficado, à beira do abismo, “na espera de um outro tempo”; e conclui a narrativa: “Até que escutei a canção de minha mãe, essa que ela entoava para que os flamingos empurrassem o sol do outro lado do mundo” (UVF, p. 220). Esperar um outro tempo ou manter o “princípio esperança” corresponde a ouvir do fundo do abismo os ecos de uma utopia que sobrevive apesar de tudo. E, nesta narrativa coutiana, o índice de realização utópica da volta dos flamingos é a própria história narrada num tempo futuro pelo “Tradutor de Tizangara”.

O filósofo francês Thierry Paquot, num longo ensaio em que reflete sobre o papel da utopia na história desde Thomas Morus (1478-1535), conclui que a ideia original foi “tornada obsoleta pela globalização econômica”, isto é, não resistiu ao mundo pós-moderno. No entanto, o filósofo acredita que “nem por isso a imaginação, a controvérsia e o projeto utópicos estão condenados” (1996, p. 105). Sem entrar no âmbito das teorizações pós-modernas que permeiam o texto de Paquot, é possível, no entanto, retomá-lo para uma última reflexão sobre esta narrativa moçambicana.

Algumas questões apresentadas pelo filósofo francês guardam semelhança com as preocupações de Mia Couto, expressas em seus textos críticos e de ficção. Por exemplo, ambos parecem acreditar que a globalização capitalista é um fato consumado, mas que as formas de resistência aos excessos da sociedade técnica, a integração pacífica e positiva entre os povos, e, principalmente, o desejo de escrever a própria história justificam um sentido de utopia que aspire à concretização de esperanças forjadas em casas de sonhos diurnos. E a escrita romanesca de Mia Couto tem revelado ser, ela própria, uma dessas casas.

O “desejo de uma utopia” que, na concepção de Paquot, precisa ser despertado na contemporaneidade, aparece nesta narrativa na imagem luminosa do “voo do flamingo”. O despertar de tal desejo na sociedade

moçambicana depende do “sonhar o voo da asa rubra” (UVF, p. 225) e acreditar que o sol trazido pelo flamingo deve nascer dentro de cada um, no dizer do pensador Mia Couto.

Em UVF, a redenção se encontraria simbolicamente na relação positiva entre as forças internacionais (italiano Massimo Risi) e a terra (Temporina), a moça-velha que recuperará a juventude e gerará vida quando for devidamente amada, como disse o feiticeiro: “Aquele pele escamosa não vai durar para sempre [...] ela descamará, aprontada para qualquer Verão”. Aqui a palavra “verão”, grafada em maiúsculo, simboliza um “princípio esperança” construído pelo “sonho desperto”. Ou seja, apesar da crítica aguda em relação ao tempo presente, o enredo é pontuado por passagens que indicam a crença na mudança. Nesse sentido, é emblemática também a passagem em que a personagem Sulpício, pai do narrador, que ainda não confia nas intenções do estrangeiro Massimo Risi, e lamenta as ações dos políticos locais, deixa transparecer com a metáfora da chuva sua esperança de mudança:

— Esta chuva já é antiga.

Está sempre chovendo a mesma chuva, costumava dizer. Só que em intervalos. Todavia, é sempre a mesma chuvada. [...] Esperava uma chuva nova, recente, acabadinha de se estrear. Então, esse mundo iria cambalhotar, com melhores nascimentos. (UVF, p. 134)

Seja no plano da realidade ou da ficção, Mia Couto propõe algumas questões paradoxais do presente moçambicano, que remetem a um incessante “sonho diurno” (BLOCH, 2005) elevando-se sobre a realidade social: a relação inevitável, e necessária, com o mundo globalizado, sem incorrer em submissão e no jugo internacional; o modo de “ensinar” o forasteiro a pisar em terra alheia, sendo que, não raro, o espírito forasteiro está em seu próprio cidadão, em especial, nas suas elites.

3.3. Elites da transição

Se, em *Maio, mês de Maria*, Boaventura Cardoso fez sobressair como característica da elite nativa de Angola a capacidade de adaptação às condições sociopolíticas vigentes e de imitação dos padrões dos grupos detentores de poder, nos dois romances moçambicanos estudados neste

capítulo vimos outras facetas de grande força reveladora a respeito da gênese das elites e de seu *modus operandi*.

É comum nos estudos sobre a cultura e realidade dos países africanos encontrar a ideia de que a solução, ao menos em parte, dos problemas das nações do continente passa por uma síntese entre modernidade e tradição, capaz de produzir saídas novas e específicas às condições de suas sociedades.⁵⁷ Seria uma dialética positiva que conjugaria e superaria o que há de bom no legado tradicional, fruto de um passado imemorial e coletivo, e as virtudes da modernidade, naquilo que o desenvolvimento da cultura e da tecnologia pode oferecer positivamente. Sem descartar os possíveis acertos dessa visão, o livro de Chiziane nos apresenta uma alternativa sombria dessa articulação entre o moderno e o tradicional, apontando para uma insuspeitada dialética negativa. O executivo David, apesar de sua formação moderna e de sua atuação em atividades sofisticadas, próprias de uma urbanidade industrial, não tem a menor dificuldade em apelar para a cultura tradicional no momento em que se sente ameaçado em sua posição de poder, obtendo assim maior eficiência em seu esforço de exploração e ampliação de riqueza e domínio.

Na perspectiva realista que estrutura em parte a obra de Chiziane, podemos verificar que tal trânsito entre modernidade e tradição de seu personagem retrata fielmente os arranjos da elite nativa moçambicana, relembrando para tanto a citação feita do crítico Lourenço do Rosário sobre o “comportamento da nova burguesia emergente em Moçambique, que, na ressaca das mudanças operadas [...], hoje se redescobre negro originário, tradicionalista, à mistura com a euforia neoliberal, que lhe dá acesso ao poder econômico...” (2010, p. 129).

Numa leitura simbólica, possibilitada pela inserção do fantástico ou maravilhoso no trecho realista — graças às profundas incursões numa religiosidade tradicional africana carregada de magia e muita ambiguidade —, podemos dizer que o poder da elite em desenvolvimento se ancora num pacto com as forças antipopulares do país, sejam elas as provenientes da cultura moderna: o individualismo radical, o egoísmo social, a concorrência e o desejo desmedido de enriquecimento; ou as que têm origem nas condições

⁵⁷ Sobre esse tipo de reflexão, ver Saraiva, 2012, em especial o capítulo “À guisa de conclusão: As rasuras no tempo”.

tradicionais e históricas da sociedade africana: os conflitos étnicos, as disputas regionais, as questões raciais e linguísticas, e a intolerância em geral.⁵⁸ Tal conclusão pode ser testada na magnífica cena da iniciação de David e seus confrades no templo de Makhulu Mamba, onde “um banqueiro, um padre, dois políticos, dois acadêmicos” e o alto executivo Caposso, “gente que cometeu falcatriuas [...] e procura a fórmula mágica de escapar à justiça”, são guiados por um princípio religioso terrível, síntese de tudo que vimos entabulando até aqui:

Saibam que a família é o rebanho onde se escolhem as vítimas para os sacrifícios dos deuses. Caçar no próprio rebanho é habilitar-se a caçar no rebanho alheio. A fidelidade começa em casa. A traição começa em casa. A bravura começa em casa. Matar o pai ou a mãe dá coragem para chacinar o universo inteiro (OSJ, 166).

Esta é a declaração do feiticeiro-mor, avaliando o tipo de candidato capaz de ascender aos mistérios e poderes dessa terrível religião. Substituindo aí os símbolos “família, rebanho, casa, pai e mãe” por seu referente: o povo ou a nação, temos com crueza a projeção social desta representação literária. Articulem-se tais princípios ao conteúdo antipopular de origem moderna trazido por esses representantes máximos da modernidade (padres, acadêmicos, banqueiros etc.), as citadas “falcatriuas”, e nos deparamos então com a mais danosa dialética negativa que o par dicotômico “modernidade x tradição” pode engendrar no ventre de uma sociedade em vias de construção.

Já o pacto fáustico elaborado por Mia Couto em *Terra sonâmbula*, do qual os desdobramentos mais importantes ocorrem em *O último voo do flamingo*, nos confronta com uma outra verdade terrível: o colonialismo não acabou! Apenas mudou de métodos e *players*.

A engenhosa história da ressurreição de Romão Pinto, uma versão de Mefistófeles mais moderna e arrogante (“agora com esta passagem pela morte aprendi maldades que nem lembram ao diabo” – TS, p. 182), oferece-nos a chave para este verdadeiro paradoxo histórico. O também novo Fausto: o corrupto, ineficiente e pusilânime Estêvão Jonas — que teve todas as

⁵⁸ Tais conflitos se refletem na oposição entre ndaus e ngunis, denominações no romance para as potências espirituais em luta, mas que também nos remetem aos grupos étnicos de mesmo nome, conforme a nota de rodapé 9 deste capítulo.

facilidades para se afirmar como uma liderança legítima e benéfica do povo da nação que supostamente ajudara a libertar —, preservou após a independência as características de um assimilado alienado, em que a visão colonizada de mundo desvalorizava a população nativa e os vieses das culturas tradicionais. Jonas se torna assim o tipo social perfeito para o ressurgimento do colonialismo, uma vez que ele adere com facilidade à ideologia do neocolonizador e sua sempre idêntica avidez exploradora.

O pacto diabólico feito em *Terra sonâmbula*, ainda na guerra civil, se desdobra com requintes de desfaçatez em *O último voo do flamingo*, já no período pós-pacificação. Jonas não pode prescindir do estrangeiro e de sua disposição de tutelar e controlar a nação africana: é dessa ação neocolonial que extrai seu poder e sua fonte de enriquecimento. O ex-militar, em seu esforço titânico para preservar indefinidamente a presença estrangeira em sua terra, possibilitando-lhe uma atuação na maior parte das vezes maléfica aos interesses nacionais, prenuncia a próxima etapa neocolonial, quando o país entrará de cambulhada no processo de globalização econômica, passando a servir aos interesses de governos e multinacionais — que agora colonizarão não apenas com a violência, mas também através do *soft power*, expressão tão glamorosa quanto cínica para designar a exploração por outros meios. Uma nova etapa também da constituição das elites nativas nos países africanos que encontrará sua expressão mais desabusada na fórmula romanesca que Pepetela emprega em sua obra de título, não menos desabusado, *Predadores*, objeto de estudo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4. PREDADORES: AS ELITES NA ENCRUZILHADA DOS SÉCULOS

O retrato da(s) elite(s) que transparece nos romances que vimos analisando nos permite visualizar um denominador comum no que concerne à temática social pretendida, ou seja, as “representações orgíacas do novo poder” (MATA, 2003) que alimentam o corpo literário do romance contemporâneo em Angola e Moçambique. São obras que, na análise de Inocência Mata, expõem um poder “ditatorial e repressivo, sob o signo da corrupção, do nepotismo, do clientelismo, um sistema baseado na ‘ética do ter’ que, larvarmente, foi substituindo a ‘ética do ser’” (MATA, 2003, p. 47). Citando o romance do marfinense Ahmadou Kourouma, *Les soleils des indépendences* (1964), como obra que apresenta “a visão mais emblemática, talvez porque pioneira, da perda da inocência e da consciência do começo do tempo da distopia” (ibid.), Mata conclui que as situações representadas nesta obra, bem como em *A geração da utopia* (Pepetela) e *O sétimo juramento* (Paulina Chiziane), entre outras, evidenciam a “reedição dos objetivos e métodos do período colonial no ‘novo período’, o pós-independência”, ilustrando a “continuidade da natureza dos antagonismos, que apenas mudaram as suas agências” (ibid.).

Tal constatação acerca do cenário pós-colonial plasmado por antagonismos, longe de encerrar-se no debate literário, permeia os textos de intervenção que, neste estudo, trazemos como aparato “não-ficcional”. A exemplo do moçambicano Mia Couto, para quem “o colonialismo não morreu com as independências. Mudou de turno e de executores” (2005, p. 11), o angolano Ruy Duarte de Carvalho assim resume a questão, explicitando o papel das elites pós-coloniais no processo:

Os poderes actuais herdaram dos poderes coloniais não só o lugar da decisão mas também o ângulo da visão. E nem a cena podia ser outra, porque afinal os instrumentos cognitivos que uns e outros utilizaram e utilizam, independentemente da forma como o fizeram ou fazem, são os mesmos (as elites a quem foi transmitido o poder — de uma maneira ou de outra — foram, naturalmente, as mais ocidentalizadas. Como se o ocidente tivesse estendido um espelho à África no qual os africanos são hoje obrigados a ver-se) (CARVALHO, 2008, p. 43).

O espelho no qual, hipoteticamente, os africanos seriam obrigados a ver-se, reflete para além do legado colonialista, a imagem de uma internacionalização que neste século XXI engendra as elites ao redor do globo, e da qual os membros desses grupos no contexto africano não apenas se vêem, como a tomam por realidade inconteste.

Quanto à essência burguesa dessa nova elite, salienta Ki-Zerbo: “A burguesia na África constitui, como se dizia há algum tempo uma ‘burguesia compradora’. Os burgueses africanos vivem à custa da burguesia internacional, beneficiando-se, como saprófitas, das migalhas que restam” (2009, p. 122).

Vimos que no romance de Boaventura Cardoso a personagem João Segunda atualiza os “instrumentos cognitivos” já utilizados durante o colonialismo, a saber, a valorização dos poderes simbólicos e materiais, empreendendo, a partir desse ponto de vista, novas formas de manutenção do *status* social. Os hábitos que a personagem de *Maio, mês de Maria* preconiza, primeiro em torno do poder colonial, depois nas franjas do novo governo, demonstram o processo ambíguo, de rupturas e continuidades, acima mencionado por Ruy Duarte de Carvalho. Já na obra de Paulina Chiziane, que analisamos no Capítulo 3 dedicado ao romance moçambicano, a personagem David representa a elite econômica/empresarial que emerge dos quadros governamentais, tendo suas origens no elenco militar que promulgou a independência política do país. Já em Mia Couto, a personagem Estevão Jonas transita entre dois enredos — o de *Terra Sonâmbula* e o d’*O último voo do flamingo* — desempenhando o papel da elite política, no cargo de administrador distrital, para o qual foi conduzido, em ambas as narrativas, após cumprir carreira na mesma fileira militar, a FRELIMO.

A análise do romance de Pepetela no presente capítulo permite verificar nos períodos de tempo narrado os distintos momentos da história angolana desde 1974 (véspera da proclamação da independência) até 2004 (dois anos após o fim da guerra civil). Nestes trinta anos de tempo diegético, Pepetela apresenta um panorama do Estado angolano em seus três períodos cruciais: a conquista da independência política, a guerra civil e a instauração da paz. Na precisa análise de Ruy Duarte de Carvalho:

A configuração do Estado angolano, no âmbito da qual se realiza, constitui e cumpre a cidadania dos Angolanos, é a de um Estado recente, que decorre de regulações e de resoluções inscritas num processo accionado pela expansão europeia e ocidental. É um Estado, como afinal parece acontecer com a maioria dos outros Estados africanos inaugurados com a descolonização, à procura de si mesmo e em desequilíbrio congénito e endêmico de funcionalidade e de identidade (2003, p. 28).

Tendo iniciado sua carreira literária no calor das lutas armadas, o romancista acompanha o desenrolar da história de seu país com uma volumosa criação romanesca, publicada desde 1980. Seu romance *O cão e os caluandas* (1985) já apontava para a ganância da nova elite angolana contra um projeto de sociedade democrática no pós-independência. Prossegue denunciando o fim de um sonho bom em *A geração da utopia* (1992), e n' *O desejo de Kianda* (1995) não arrefece a denúncia à desestruturação social, à corrupção e ao desrespeito pelo projeto de Estado-nação prometido.

Assim, o olhar agudo do cidadão converte as formas obscenas de riqueza em temas esquadrihados reiteradamente no projeto literário do artista. A contundência crítica atinge o ápice em *Predadores*, uma longa narrativa em que o título revela o extravasamento da angústia fermentada nas ficções anteriores. Na criação de Pepetela, personagens como David, no romance de Chiziane, Estevão Jonas, de Mia Couto e João Segunda, de Boaventura Cardoso, que adentraram num caminho tortuoso para a conquista ou aprimoramento do poder econômico e/ou político, atingiriam, ao longo do percurso, a categórica condição de “predadores” dos bens materiais e simbólicos do país.

Sendo de nosso *corpus* literário o romance mais próximo da ótica realista, a obra *Predadores* se oferece perfeitamente a um balanço histórico do que vimos desenvolvendo até agora nesta pesquisa. Por isso, retornaremos à metodologia adotada no livro de Boaventura Cardoso, *Maio, mês de Maria*, e faremos uma breve reconstituição da trama de *Predadores* adotando um rigoroso desenvolvimento cronológico, já que, como o livro de seu conterrâneo, Pepetela adota a estratégia de apresentar sua história com idas e vindas no tempo do narrado, rompendo assim com a narrativa linear. Com isso, será possível apontar os momentos nevrálgicos da história angolana recente,

mostrando como eles ganham novas conotações e simbolismos a partir dos recursos literários postos em ação por seu autor.

Valemo-nos assim desta obra como uma síntese também para os outros três romances estudados, como se *Predadores* (PRD),¹ ao compreender o projeto literário de seu autor se prestasse ainda a sumariar, pelas veredas da literatura, a história angolana e, sem incorrer em erro de generalização, também a história dos demais países africanos que se tornaram independentes na segunda metade do século XX. Seja a elite gerada no seio da economia ou da política, a representação de seus poderes materiais e simbólicos transpassa as narrativas de ficção e ganha a dimensão de crítica político-social, o que não é de surpreender na produção de Pepetela, “um autor que veio a refletir em sua obra sobre os movimentos de ascensão e queda dos sonhos libertários” (ABDALA JUNIOR, 2009, p. 171).

4.1. A saga de um “*self-made man*” pós-colonial

Se no romance de seu conterrâneo Boaventura Cardoso, a personagem central é um membro da escassa elite africana negra que chega à Luanda no pós-independência, já em condições privilegiadas, e encontra ali possibilidades de incrementar ilicitamente seus privilégios materiais, no romance de Pepetela a personagem Vladimiro Caposso — pobre e contando apenas vinte anos de idade à época da independência — inicia sua empreitada de ascensão social na mesma Luanda, no mesmo período, logo aprendendo a destrinchar os mesmos “esquemas” que patrocinaram João Segunda.

O ex-José Caposso, oriundo do Calulo — “vilória perdida nos matos perto do Rio Cuanza” (PRD, p. 98) — ignorava e até desprezava as lutas que culminaram nos eventos de 1974/75. Nessa época, ele se encontra em Luanda, sem família e empregado por um colono, preferindo não se aproximar da política ou se associar aos nacionalistas, seguindo as orientações aprendidas do pai, um enfermeiro informal, já falecido: “Se te metes em política acabas na cadeia, não foi onde foram parar os outros todos, os terroristas que a si se chamavam nacionalistas?” (PRD, p. 99), dizia aquele que vagava com o

¹ A partir de agora, usaremos, também, a abreviatura PRD para nos referirmos ao romance *Predadores* (PEPETELA, 2008).

filho pelo interior do país, sempre fugindo de ameaças resultantes de trabalhos mal realizados, e que morreu “sem nada, nem casa própria, nem pensão ou reforma nem conta em banco” (PRD, p. 106), conforme lastimava o filho Caposso. Embora não pertencesse ao grupo de privilegiados, mas apenas ao grupo dos que iam sobrevivendo no regime colonial, numa família que nem mesmo provinha da insultante condição de assimilada, o jovem Caposso, a exemplo de João Segunda, não demonstra empolgação, nem absorve o clamor dos novos tempos.

O ano de 1974 marca o início da trajetória ascendente de Caposso, que chegará rico e poderoso à década de noventa. Naquele ano, quando desemboca em Luanda totalmente desamparado, “a sorte deu encontro com ele na esquina dos Combatentes com a rua El-Rei D. Dinis” (PRD, p. 106). Neste cruzamento simbólico — anticolonialistas / nacionalistas (Combatentes) vs. colonialistas / antinacionalistas (El-Rei) —, ele reencontra o amigo Sebastião Lopes, “um jovem puro, queria se inscrever nas FAPLA², fazer treino militar, lutar pelo país” (p. 98). Este, em nome da amizade e da solidariedade, lhe oferece a mão amiga. Num futuro não muito distante cada qual seguiria numa direção daquele cruzamento, aliando-se um (Sebastião) à ideologia revolucionária dos combatentes, e o outro (Caposso) à ideologia dominadora do novo colonizador.

Ao descobrir a situação precária do amigo, Sebastião o recomenda para um emprego na mercearia do português sô Amílcar. Sendo aceito no emprego, também passa a contar com um local de moradia. Em pouco tempo ele se torna um exímio vendedor e funcionário irrepreensível, conquistando a simpatia do português, enquanto aprende, com Sebastião, algumas “pinceladas” de aulas de política, “não com o objectivo de se meter nessas confusões” (PRD, p. 102).

Assim, ao mesmo tempo em que ajuda o desamparado Caposso a se estabelecer, Sebastião será incansável na tentativa de conduzir o amigo ao caminho de conscientização nacional e da luta ainda acesa: “Mas lutar como, Sebastião? Não acabou a guerra? / És mesmo ingénuo, ó Caposso. Agora é que vai haver guerra a sério entre os movimentos, para ver quem fica no poder.

² *Forças Armadas Populares de Libertação de Angola*, instituídas em Lusaka, em 01.08.1974.

E os colonos ainda estão aí” (ibid.). Contrariando o que viria a ser, após novembro de 1975, a ideologia do “homem novo” angolano,³ e manifestando o seu antagonismo às ideias nada socialistas do amigo, Sebastião defende a mudança das consciências no seio da classe trabalhadora, para contrapor o que denominava PBU, a “Pequena Burguesia Urbana”, como explicava a um desinteressado Caposso:

Sabes o que é a PBU? A pior coisa que há.

— Doença?

— Não. Pequena Burguesia Urbana. A classe do compromisso, que pode lixar a revolução. Os operários e os camponeses é que são o motor da mudança social, contra os burgueses, grandes ou pequenos, estás a entender? Foi o Lenine que explicou isso tudo, vou te passar o texto para estudares (PRD, p. 116).

Assim o amigo caluanda empenha-se no doutrinação do recém-aterrissado na nova realidade angolana, incitando-o a tornar-se um operário, aprendendo e divulgando a doutrina da nova ordem; mas Caposso é reticente e, ao contrário do que se esperava, ele vai assimilando o avesso do discurso ideológico do amigo, isto é, em sua concepção, o aprazível de todo o quadro pintado era justamente o lado sombrio que o amigo tentava demonizar:

Que Sebastião lhe desculpasse, operário não queria ser, mesmo por melhor salário, não gostava do cheiro de máquinas e de andar todo sujo e a fazer constantemente força. [...] Paciência, seria da pequena-burguesia, raio de nome tão feio. E ainda por cima pequena, antes fosse grande. [...]

— Estou bem na loja, esquece. E não percebo nada dessas políticas, nem me vou meter. O meu pai dizia, política causa sarna. Se continuas com essas ideias, vais ver, Sebastião, vais passar a vida a te coçar (PRD, p. 118, 120).

Por outro lado, ao perceber as oportunidades de obter vantagens pessoais no rearranjo em curso, o aspirante a burguês (“grande”, pois

³ “A palavra a salientar é adequação. Este homem angolano deveria ser, na verdade, um novo homem angolano, adequado aos princípios adotados pelo Estado. Este novo homem deveria ser o fio condutor para o estabelecimento de uma nova sociedade, assentada em novos propósitos: não poderia ser um homem ‘reacionário’ [entendido aqui como tendo enraizada as suas particularidades étnicas ou regionais], nem mesmo ser um assimilado do colonialismo. Era através deste novo homem é que se esperava encontrar a unidade nacional para o Estado recém-estabelecido” (ARAÚJO, 2005, p. 81).

desprezava o adjetivo “pequeno”) passa a demonstrar um dissimulado interesse pelo movimento revolucionário:

De facto, só agora, com a presença constante de Sebastião, começava a se interessar pelas tendências políticas assumidas pelas pessoas. Mas era muito complicado, tinha de ir devagarinho. Não com o objectivo de se meter nessas confusões, tinha presentes os ensinamentos do pai... (PRD, p. 102).

Com a subida da bandeira angolana, em novembro de 1975, a “sorte deu encontro com ele” novamente. O português, sô Amílcar, temeroso dos desdobramentos dos novos tempos, decide abandonar Luanda, onde já vivia sem nenhum familiar, e voltar à terra Natal. Faz um arranjo às pressas com Caposso, nomeando-o seu representante e responsável pela loja durante a sua ausência. A partir dessa pequena ascensão, a prioridade do jovem Caposso passa a ser tirar o máximo proveito da loja, usando de todos os artifícios para mantê-la funcionando em meio à crise de abastecimento vigente (PRD, p. 126). Com o passar dos anos e a falta de notícias do “sócio” português, Caposso se apropriará do lugar definitivamente.

De qualquer modo, foram justamente as lições do ex-amigo que ajudam Caposso a alcançar o objetivo de pertencer ao seleto clube dos camaradas influentes. Aprendera que a mentira e a dissimulação seriam as principais peças no jogo arquitetado para suprir sua ambição. Do ardil que já havia adotado como conduta, nem mesmo o histórico marco da independência foi poupado. O hasteamento da bandeira do país nascente não mereceu, de sua parte, a esperada celebração, envolvido que estava celebrando a sua condição de proprietário:

Enquanto o povo todo de Luanda, bebês inclusive, se aglomerava na praça onde o presidente, à meia-noite, ia declarar a independência, ele se deixou ficar em casa [...] com medo que roubassem alguma coisa, ou as chapas com que fechava o quintal (PRD, p. 128).

Mas, consciente do prejuízo de tal ato para a imagem que pretendia construir como membro do partido e filho dos novos tempos, ele falseia uma narrativa para dissimular o episódio:

Mais tarde, aos amigos, contava como vira subir a bandeira rubro-negra [...]. Contava tudo como se tivesse assistido, o que não era nada difícil, pois os diferentes locutores e comentadores da rádio repetiam constantemente as mesmas cenas e os discursos e mais tarde a televisão também transmitiu... (PRD, p. 128-129.)

Embustes dessa ordem passaram a fazer parte da vida de “esquemas” de Caposso, enquanto ia desenrolando os fios de sua personalidade capitalista, até se tornar, em menos de duas décadas, um dos homens mais ricos de Angola, em absoluta falta de compromisso com a realidade circundante. Essa trajetória da personagem Vladimiro Caposso destaca a forma de ascensão individual por meio de um processo de autoencapsulação e alienação social, o que não é uma contingência angolana ou africana, como se sabe.

A disposição de Caposso, na contramão daquele momento histórico, se aquecia com o desejo de ser tornar um “grande burguês”. Mas, politicamente, o país guiava-se pelo viés socialista e condenava manifestações de tendência capitalista. Contrariando o que se esperava daqueles que se compraziam com a independência, o jovem não fechou o seu comércio, mas justificou a sua atitude oportunista como altruísmo. Com esse ato dissimulado, ele inaugura o seu exercício no jogo político, ou na arte da desfaçatez:

Entretanto, de manhã, ouvindo os comentários dos fregueses, quase nenhum tendo dormido, percebia como a política lhe entrava pela porta, mesmo dela querendo sempre fugir. Porque uns diziam ele era um benfeitor e outros ele era um traidor, caxico do branco que lhe mandara abrir a loja mas não ousava aparecer. E ele lá explicava, se os clientes eram habituais e valiam a pena, sô Amílcar bazara já faz uns dias, ele ficara a tomar conta da loja e a decisão tinha sido dele mesmo, achou as pessoas iam ter dificuldades em arranjar de comer, ao menos ele lhes vendia qualquer coisa, estava a fazer mal a alguém? Isso era política, ele estava a fazer política, sabia muito bem. E não teve comichão de sarna, não precisou se coçar (PRD, p. 130).

Desse modo, embora a sua alegria sincera durante as comemorações do 11 de novembro nada tivesse a ver com o advento em si,⁴ ele finge estar

⁴ Diz o narrador, ironicamente: “Bem, sejamos justos, ele viveu mesmo isso tudo com alguma emoção e mitigado entusiasmo misturado de receios, embora não estivesse propriamente no terreno. Em primeiro lugar, tinha de agradecer a chegada da própria Independência, sem ela não seria proprietário de loja e de um terreno, continuaria um servente dormindo no quarto de arrumos” (PRD, p. 128).

expressando o que se esperava dos novos nacionais. Estava criada, assim, a figura minotáurica do “socialista burguês” que se reproduziria no labirinto do pós-independência.

Apesar de pequeno, tal negócio foi um grande passo para o início de um projeto capitalista, já por ele acalentado. De modo que, em pleno fervor socialista, o jovem interiorano, com a 6ª classe concluída em estudos, passa a vislumbrar o seu futuro de “grande burguês”, a começar pela defesa da propriedade do ex-patrão, que já considerava sua. Ele então planeja:

... podia portanto crescer, a parte vaga do terreno era quatro vezes a construída. Tinha de reforçar as marcas limitando a propriedade, pôr aduelas, ripas, chapas, o que fosse, fechar aquilo, mostrar isto tem dono, ninguém trespassa. Um dia podia construir uma verdadeira mansão ali (PRD, p. 127).

E ameaça: “Não encosta ou penetra, propriedade de camarada do MPLA” (PRD, p. 131). A advertência posta na *placa de aviso* em defesa ao terreno baldio — uma contradição em termos — desafia o leitor atual como a Esfinge um dia o fez ao homem antigo.

Caposso conclui, corretamente, que para prosperar dali em diante precisava se inscrever e ter um cartão de membro do MPLA, tarefa à qual se dedicará com afinco. Embora desprezando os ideais do amigo, ele não hesita em pedir ao agora guerrilheiro Sebastião, que vinha da frente de batalha (“Vinha entusiasmado, Sebastião, trazia cheiro de pólvora”, PRD, p. 131), que o indicasse para a desejada inscrição no Movimento, argumentando falaciosamente: “o amigo era testemunha ele sempre tinha tido ideias nacionalistas, um verdadeiro militante, embora sem andar por aí a gritar aos quatro ventos” (PRD, p. 131).

Diante das evidências da inclinação do amigo para o lado oposto aos interesses coletivos, o revolucionário não apenas se recusa a ajudá-lo a se aproximar do Movimento, como põe fim à amizade que possibilitara a guinada na vida de Caposso.

... perguntou o porquê daquele muro de chapa e Caposso lhe explicou os mambos todos de sô Amílcar e a sua iniciativa de fechar o espaço, com a Independência nunca se sabe, o povo pode tentar ocupar tudo o

que pareça abandonado e ele não queria nenhuma cubata no terreno contíguo à loja, afinal era sua agora.

Pensamento de pequeno-burguês, Caposso. Estás um pequeno-burguês, um reaccionário. Já estás a defender a tua propriedade e falando mal do povo (PRD, p. 131-132).

Verifica-se o quanto o discurso de Caposso não apenas alinha-se com ideais capitalistas como atribui suas ações na defesa da propriedade, escudando-se na figura do antigo colono: “Então, devia abrir as portas da loja e dizer ao povo levem tudo, é vosso? Se sô Amílcar queria isso, por que não fez?” (PRD, p. 132).

As ações de Caposso são exemplares da heterogeneidade de comportamentos em relação ao processo de independência e ao ideal nacionalista. O seu caso não constitui, como revela o enredo de *Predadores*, bem como o dos demais romances analisados, uma situação única ou inusitada, sendo resultado de uma personalidade alienada e narcisista. Na continuidade da discussão com o amigo Sebastião, o obstinado Caposso expressa suas convicções: “O amigo ainda argumentou contra o espírito pequeno-burguês, mais uma longa lição saiu, mas Caposso agora já tinha perdido o medo de discutir política, defendeu aguerridamente as suas ideias, sobretudo a sua recente propriedade” (PRD, p. 132).

Essa obsessão de tomar para si o poder do ex-colono ultrapassa o sentimento de empoderamento (*empowerment*)⁵ experimentado pela população angolana com a libertação. Ruy Duarte de Carvalho, em texto de intervenção de 2004, reflete sobre a consequente “identificação entre populações e poder”:

Durante os primeiros anos que se seguiram à independência teve que haver, não podia deixar de haver, uma identificação emotiva entre as populações e o poder, ou os poderes, que passaram a ser o “nosso” poder, o nosso primeiro poder, aquele que tinha substituído o poder do “outro”, do colono. Vencido o poder do outro, cada um se sente vencedor, identificado com o poder de quem venceu (CARVALHO, 2008, p. 33).

⁵ Usamos a noção do termo de acordo com as perspectivas de análise das Ciências Sociais. O pesquisador Ferdinand Cavalcante Pereira esclarece, nesse sentido, que “empoderamento significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. [...] O empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania, e principalmente a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro” (PEREIRA, 2006).

A identificação com o poder do vencido (o colonizador) não deveria significar, porém, a identificação com os modos de exploração e opressão a ele atrelado. Essa problemática questão, contudo, logo se tornaria manifesta e digna de ponderações:

A noção de que este poder pode ser também entendido como um corpo estranho ao interesse comum, e de todos, só ocorre mais tarde. E talvez o próprio curso do tempo não possa deixar de nos encaminhar, também, para percepções ou para problemas dessa ordem (CARVALHO, *ibid.*).

Nos romances aqui analisados é justamente esse poder “entendido como um corpo estranho ao interesse comum” que move as personagens representantes da elite. Em *Predadores*, Caposso não apenas se apropriava dos bens materiais e simbólicos deixado pelo ex-colono, como encetava todos os esforços para também partilhar dos novos poderes advindos com a independência. Essa comunhão de poderes, velhos e novos, conforme bem ilustrado no romance de Boaventura Cardoso, configurou em grande medida as relações sociais nos países africanos no contexto de independência.

Se o poder no país independente estava associado ao pertencimento à seara do novo governo, a elite em formação não mediria esforços para adentrar esse terreno. Em *Predadores*, Caposso não se dá por vencido quanto à sua primeira tentativa de filiação ao MPLA, e quando surge a oportunidade ele recorre a um corruptível, “desdentado e com cara de muita fome” (PRD, p. 134), funcionário do Comitê. Como artifício para obter a tal inscrição, que lhe concederia facilidades para reabastecer a loja de mercadorias, ele apela novamente à falácia de sua preocupação social: “No fundo a manutenção da loja era do interesse de todos, dele claro, mas também da população do bairro” (PRD, p. 133).

Mas, além do pagamento de praxe ao facilitador, ainda seria preciso provar que ele não era um contrarrevolucionário, isto é, que era um nacionalista. Daí, ao preencher a ficha de inscrição, ele rebatiza-se com um prenome “revolucionário”: substitui o “José” original por “Vladimiro” (“como o Lenine”, p. 134). Para impressionar ainda mais, muda também o local de nascimento, do original Calulo para o Catete, terra de Agostinho Neto.

Ainda um último engodo no preenchimento da ficha foi dizer que sua profissão era a de “empregado comercial”, pois, pela reação do ex-amigo Sebastião, “tinha já percebido, era inconveniente declarar ser dono de loja” (PRD, p. 135). Após o trâmite bem-sucedido, Caposso recebe, no dia seguinte, “o abençoado cartão que poderia abrir-lhe muitas portas, com um nome que metia respeito e uma terra de origem de onde vinha gente famosa” (PRD, p. 136).

Precavido, ele reinventa uma história familiar marcada pelos feitos heroicos do pai nacionalista. Esse enredo farsesco seria usado se fosse questionado a respeito da sua fantasiosa origem na terra do herói nacional.⁶ Fechando, assim, as brechas que poderiam desmascará-lo, estava traçado o caminho para a prosperidade do novo homem, Vladimiro Caposso, ou VC, como passará a se autodenominar.⁷ Interessante observar que o único que poderia revelar a sua verdadeira identidade, Sebastião Lopes, jamais o fez, mesmo quando se reencontram anos mais tarde como opositores numa causa social.

4.2. “Um passo para trás, para poder dar dois à frente” (Vladimir Lênin)⁸

Com a crise de abastecimento instaurada nos primeiros anos de independência, a pequena loja do novo proprietário começa a falir: “Caposso

⁶ “Trabalhou e retrabalhou o discurso para criar o contrário de uma linha genealógica, isto é, a ausência de ascendentes. A única irresistível concessão que o pai fizera à sua nobre estirpe e por respeito revolucionário em relação à tradição africana, foi levar a mãe grávida para uma aldeia próxima de Caxicane, Catete, onde deu à luz no sítio dos antepassados e sob a bênção dos espíritos tutelares, fugindo logo de seguida para o outro lado do Cuanza, apagando pistas, por isso durante muito tempo pensara ter nascido em Calulo, onde passou os primeiros tempos da infância, até o pai o esclarecer do segredo tão bem guardado, o seu nascimento clandestino em Catete” (PRD, p. 137).

⁷ “Foi nesta altura também que arranjou uma assinatura revolucionária, capaz de fazer inveja àqueles heróis vindos da mata. Passou a assinar VC, [...] explicando para quem não sabia que não só era o seu nome mas como VC significava também a Vitória é Certa, principal palavra de ordem do MPLA, que inspirara o nome do jornal do Movimento e cujas iniciais, ditas em inglês, ViCi, eram o nome da principal base na Zâmbia, nos tempos da luta de libertação. Quem poderia imaginar uma assinatura mais revolucionária?” (PRD, p. 136-137).

⁸ Não é possível afirmar com certeza, mas a história de Caposso parece em alguns momentos parodiar não a vida de seu xará, Lênin, mas sua atividade como dirigente da antiga URSS. Lembremos assim, com este subtítulo, a frase atribuída ao líder revolucionário quando precisou implementar sua NEP (Nova Política Econômica) em 1921, um novo programa econômico que retroagia nas conquistas comunistas e adotava práticas capitalistas, a fim de salvar a combalida economia soviética nos inícios da experiência socialista real. No caso de Caposso, veremos nesta seção como a frase cabe bem ao seu percurso arrivista.

pela prática foi compreendendo que afinal o trabalho de fubeiro não era tão fácil como lhe parecera à primeira vista e que a sua prosperidade não estava nada assegurada” (PRD, p. 141-142). Ele decide mudar de estratégias, percebendo a necessidade não apenas de possuir a carteira do Movimento, mas de participar ativamente dos grupos onde se reuniam os membros do movimento (era preciso integrar uma *network*, como ensinam as regras das elites).

Nessas reuniões, ele percebe também a mudança de comportamento do grupo de viés socialista, que já abrandava a crítica à pequena burguesia (PRD, p. 142). Observa inclusive que os indivíduos radicais como Sebastião Lopes iam sendo “progressivamente afastados dos grupos, ficavam se encontrando em comités clandestinos, apodados de inimigos de classe pelo coordenador do grupo de acção, tudo um pouco confuso mas era assim mesmo” (ibid.).

As dificuldades de abastecimento da loja aumentavam a cada dia, mas as novas diretrizes governamentais tentavam organizar a vida comercial: “mais de um ano tinha passado desde a independência quando apareceu um fiscal perguntando pelo alvará” (PRD, p. 144). Pouco tempo depois, Caposso perde a pequena loja por falta de pagamento de impostos (PRD, p. 148), que passa a servir apenas como moradia, e começa a procurar emprego.

Apesar de contrariado por passar à condição de proletariado (“de pequeno-burguês passava a pequenino burguês e isso porque ainda tinha uma casa” – PRD, p. 146), “a sorte deu encontro com ele” uma terceira vez. Ou já nem seria a pura sorte, pois o emprego conseguido, que irá finalmente colocá-lo nas malhas da política, resulta dos jogos de compadrio que entabulou desde a sua chegada em Luanda. Graças à narrativa falseada sobre a sua ascendência revolucionária, e uma vida familiar conturbada pelo envolvimento na luta anticolonial (!), Caposso é amparado por Ismael, um mais-velho, membro do Movimento:

Ismael tinha conhecimentos sólidos no Ministério da Educação e foi apresentar VC a um director recentemente nomeado. Não mandou só um bilhete de recomendação, acompanhou pessoalmente, abandonou trabalho e tudo, o que revela a estima que tinha pelo rapaz caído na desgraça (PRD, 149-150).

As mentiras de Caposso sobre o seu passado revolucionário atinge o ápice quando, além de Ismael, o próprio diretor a quem era apresentado como candidato a emprego, acredita ter ouvido falar da história de sua família:

O director recebeu-os muito bem, tinha parentesco com Ismael, e depois de ouvida a estória também admitiu ser provável familiar de Caposso, o nome aliás lhe dizia qualquer coisa, vaga lembrança de alguém tendo escolhido o nome de Caposso para fugir às investidas da pide, se comentava na terra (PRD, p. 150).

A falsidade ideológica de Caposso revela-se, momentaneamente, um empecilho. Até então ele adotava como único documento oficial, o cartão do MPLA, com o nome Vladimiro, era agora obrigado a apresentar um documento de identidade (o BI, ou Bilhete de Identidade) com o mesmo nome. Portanto, seria preciso ressuscitar o José Caposso, nome que constava nos documentos verdadeiros, para, inclusive, comprovar o grau de escolaridade, afinal, diz o diretor, “não podiam admitir analfabetos no Ministério da Educação” (ibid.). A solução para esse imbróglio foi parcialmente resolvida pelo diretor que, convencido de que as trocas de nomes fora uma contingência da situação de clandestinidade em que a família vivia.

Sempre ajudado pelo mais-velho Ismael, Caposso conseguiu sair do Ministério da Educação com um certificado de escolaridade sob o nome de Vladimiro Caposso, além de um emprego assegurado. Quanto ao necessário Bilhete de Identidade, também foi o “conterrâneo” Ismael quem testemunhou no cartório a autenticidade do nome do seu protegido, transferindo-se, automaticamente, os dados falseados do cartão do MPLA para um novo BI. (PRD, p. 152).

Recusando um cargo de professor (mais uma vez manifesta desprezo pelo trabalho social), apesar de ter sido agraciado com o emprego, após convencer os camaradas de que era um fervoroso militante, “acabou por ficar mesmo no gabinete dele como ajudante do secretariado, uma espécie de recepcionista e estafeta” (PRD, p. 153). Mas, o cargo não condizia com as suas expectativas. Seu desejo naquele momento era ser motorista, o que não seria pouca coisa, considerando o *status* de ter e/ou dirigir um carro em Luanda naquele período. Ele consegue a carteira de habilitação em dois meses e torna-se motorista do diretor, iniciando o seu deslumbramento pela esfera do

poder: “Ao volante do carro novinho em folha, Caposso se orgulhava de ter como chefe uma pessoa de tão alto merecimento” (PRD, p. 153). O agora funcionário público trabalhava o mínimo, visto que o diretor pouco usava o veículo. O carro também serviu de atrativo para o namoro com Bebianana, a menina pobre, freguesa da antiga loja, que em pouco tempo se tornaria sua esposa. Caposso continuava participando do grupo de ação do bairro, mas apenas o suficiente para ser considerado verdadeiro “camarada”.

Quando ocorre o 27 de maio de 1977, ele ouve falar de Sebastião Lopes que, embora não tivesse ligação com aqueles acontecimentos, havia sido preso alguns meses antes também por motivos políticos (PRD, p. 155-156). Mesmo ciente da situação calamitosa para os revolucionários radicais naquele momento, Caposso não se preocupa com o amigo, que fora responsável pela sua sobrevivência em Luanda apenas três anos antes. Ao ouvir comentários sobre o ex-amigo apenas confirma as críticas dos outros camaradas: “Caposso só falou, Sebastião de facto tinha umas ideias... mais não disse” (PRD, p. 156). Também nada disse quando o mesmo grupo elogiava o pai de Sebastião, ex-cipaio do período colonial, agora um dos orgulhos do bairro, integrando a força policial do novo Estado: “Para dizer a verdade, antes Sebastião é que tinha vergonha da profissão do pai, agora parecia ser o pai a ter vergonha das posições demasiado radicais do filho, ironia das coisas da política” (PRD, p. 156).

4.3. Do homem novo ao novo rico: merecedores e pecadores

Quando ocorre, no final de 1977, o congresso do MPLA que mudaria a sua condição de Movimento para Partido,⁹ o jovem “camarada” Caposso, apesar de totalmente desinteressado pelas discussões em torno do grande evento (PRD, p. 156), viu-se mais uma vez favorecido pelas circunstâncias:

Afinal o tal Congresso deu um empurrão à sua vida, de maneira indirecta. [...] A criação de um partido mais restrito exigia enormes mudanças. Deixou de haver grupos de acção, haveria células, e nem todos os membros do Movimento tinham direito de entrar no Partido,

⁹ “Em 1977, o MPLA seria rebatizado como MPLA-Partido do Trabalho (MPLA-PT), adotando oficialmente o marxismo-leninismo como matriz ideológica” (BITTENCOURT, 2010, p. 140).

para isso existindo reuniões para peneirar entre os merecedores e os pecadores, processo que se chamou de rectificação (PRD, p. 157).

É irônica a tentativa de separar o joio do trigo num ambiente em que, como o narrador esclarece, dominam as ervas daninhas. A escolha daqueles que mereciam integrar o novo partido seria decisiva para o projeto de nação que se buscava implantar. O ajuste (ou retificação) pretendido passava, no entanto, pelos interesses de grupos já constituídos nos dois anos precedentes; sem dizer das ocorrências do 27 de maio daquele ano e da catastrófica repressão que perdurou até 1979.

Nessa atmosfera de medo e desconfianças, a vida de Caposso parecia operar numa realidade paralela, observando os acontecimentos de seu tempo, mas sempre protegido pela invisível película de alienação. O tal processo de retificação, que poderia exigir de Caposso contar mais uma vez a sua falsa história pregressa, não o atinge:

Caposso nem chegou a ser avaliado nessas reuniões magnas, espécie de tribunal em que se devassava a vida e as ideias de cada pessoa para ver a que campo pertenceriam, dos merecedores ou dos pecadores. Dada a sua baixa idade, rondava os vinte e dois anos, foi automaticamente enviado para a Juventude do Partido e aí os procedimentos eram relativamente simples (PRD, p. 157).

Ao contrário, ele consegue, em meio à guerra civil e aos conflitos endógenos do 27 de maio, ser alocado em posto propício à sua personalidade indolente: a Juventude do MPLA: “Para ele foi ótimo, as coisas eram bem mais animadas na Jota, organizavam jogos de futebol, festas, comemorações, festivais de música, passeios, comícios, etc., aliando a política ao entretenimento” (PRD, p. 157). As possibilidades encontradas ali, no entanto, o levaram a mais uma vez a recalcular os planos de ascensão social: “Na Jota dedicou-se ao futebol. Não como jogador, tinha medo de partir alguma perna e ficar malvisto, aprendera a temer a sua própria agressividade” (PRD, p. 158).

Essa agressividade, que no futebol teria sido um dos motivos pelo qual fora obrigado a abandonar o sonho de adolescência de ser um futebolista,¹⁰ ele

¹⁰ “Quando chegou a Luanda, sem profissão, perdido o interesse em ser jogador de futebol, pois era considerado um defensor rude a tender para o violento, encontrou por acaso Sebastião Lopes” (PRD, p. 103-104).

usará em sua carreira como homem de negócios. Ciente de sua agressividade latente, preferia, sabiamente, permanecer nos bastidores,¹¹ exercendo a satisfação da liderança: “Em breve se tornou conhecido pelo entusiasmo e capacidade emprestados a essa actividade”, (PRD, p. 158). Também ia propositadamente chamando a atenção do chefe, o director do Ministério da Educação, para a sua “capacidade organizativa”, pois considerava que, como “nunca se sabia que planta nasce de uma semente atirada à toa, convenceu-o um dia a assistir a um torneio preparado por ele. O director ficou impressionado com o entusiasmo de VC e a admiração dos camaradas pela sua capacidade de organização” (ibid.).

O resultado de tal jogada foi um convite à melhoria no emprego. O director oferece-lhe um cargo na direcção do “Desporto Escolar”. Mas ele declina, pois seus objetivos estavam muito além de comandar uma área esportiva, qualquer que fosse; “isso era apenas um passatempo e provável trampolim” (PRD, p. 159). Mas, a autopromoção foi um sucesso:

O director não insistiu, [...] mas nos corredores do ministério e nos cafezinhos antes das reuniões várias vezes elogiava a capacidade de Caposso, comprovada por ele ao assistir ao último torneio, um verdadeiro líder jovem, cheio de energia e autoridade (ibid.).

No mesmo período, a vizinha e namorada Bebiana engravida e Caposso, ainda morando na sua propriedade, a loja do ex-colono, é forçado pelo pai da noiva a, além de se casar, oferecer-lhe moradia condizente. As dificuldades em realizar a reforma exigida pelo futuro sogro era, além da falta de dinheiro, a escassez, em Luanda, do material de construção. Quanto ao primeiro problema, ele não hesita em servir-se da coisa pública (o carro do Ministério) para fins pessoais, usando-o como “táxi” enquanto o director não precisava dele, na maior parte do dia (PRD, p. 168). Com relação à aquisição do material, ele é beneficiado pelo Partido e recebe, assim como os camaradas mais ilustres, prioridade na compra de material (p. 169).

¹¹ “Os camaradas por vezes insistiam, gostas tanto de futebol e não tocas numa bola, não pode ser, vem treinar connosco, mas ele era um rochedo de sabedoria, ninguém o demovia, gosto é de arranjar as coisas, dizia, se houvesse um curso talvez até estudasse para treinador, mas assim fico mesmo só pelos bastidores, me dá gozo” (PRD, p. 158).

Desta maneira, de privilégio em privilégio, Caposso consegue reformar a casa para receber a mulher e iniciar a sua família; além disso, conseguiu facilidades para obter a escritura da propriedade, que já deveria ter sido confiscada pelo Estado, visto que o verdadeiro dono, o português Sô Amílcar nunca mais demonstrou interesse em reavê-la. Assim como ocorrera com o amigo Sebastião, aqui também Caposso revela seu egoísmo e ingratidão para os que lhe ajudaram na sua chegada em Luanda. Ainda que o português não tenha respondido às suas cartas (como ele alega ter enviado), a propriedade não estava totalmente abandonada, mas sim ocupada por procuração. Mas,

Um telefonema da cúpula da Jota ajudou, na conservatória não criaram muita dificuldade em lhe concederem a escritura. Sô Amílcar que se lixasse, a casa agora lhe pertencia, era legitimamente um proprietário. Podia o português vir reclamar que ficaria a chuchar no dedo, pois então, estávamos numa situação revolucionária (PRD, p. 171).

Nesta altura, ele já contava os louros da primeira vitória: “tinha emprego bastante razoável e estava politicamente enquadrado, em breve seria pai, que mais podia querer?” (ibid.).

A crítica ao modo de atuação do jovem Caposso reflete o desengano sobre o celeiro de heroicos líderes do povo que teria sido a JMPLA,¹² que era, ao lado da OMA (Organização da Mulher Moçambicana) e OPA (organização dos Pioneiros de Angola) uma das principais Organizações de Massa que existiam em Angola, entre os anos de 1975 a 1979 (conforme apontado em ARAÚJO, 2005, p. 84). Após a independência, continua a historiadora brasileira, a JMPLA “conheceu um ascenso significativo no número de membros, uma vez que era desta Organização que o Estado pretendia organizar os quadros para ocuparem postos no governo dos próximos anos” (ibid.).

¹² Em documento oficial do período (Resistência Popular Generalizada. MPLA/DIP. Luanda, 1979), lê-se: “A JMPLA é uma organização juvenil do MPLA que tem por função histórica mobilizar, enquadrar e organizar todos os jovens sem exceção de sexo, região, raça ou ordem religiosa a partir dos 14 aos 35 anos de idade. Este enquadramento é feito através de uma estrutura que permite o controle político e o combate a todos os desvios de linha política traçada pela vanguarda revolucionária do povo angolano, o MPLA, que possam aparecer na juventude. A JMPLA possui núcleos da juventude em algumas fábricas, enquadra ainda jovens nas escolas através de comitês d’acção de escolas e nos bairros através das nossas subdelegações da JMPLA” (apud ARAÚJO, 2005, p. 85)

Seria, portanto, do núcleo da juventude que parte da elite governante eclodiria nas primeiras décadas de independência. No romance de Pepetela, a caracterização da personagem em foco denuncia não apenas as situações de oportunismo no ambiente orquestrado para a criação de “homens novos”, como a implosão operada por esses indivíduos à própria ideia de nação assumida pelo Movimento e difundida às populações. No entanto, ideologicamente,

o MPLA [...] dialoga com a população tendo como via de expressão a ideia nacional, mas não uma ideia baseada a partir do reconhecimento e de análise da diversidade cultural existente, mas sim propondo um novo ideal em que a diversidade se enquadrasse, utilizando-se de um *artefato* acima de tudo político, e não necessariamente cultural, o homem novo (ARAÚJO, 2005, p. 77).

Apesar de essa concepção de nação, baseada nos pressupostos de Joseph Stalin — “a nação é uma comunidade estável historicamente constituída, de língua, de território, de vida econômica e de formação psíquica que se traduz numa comunidade de cultura” (ANDRADE, 1997, p. 16) — ter revelado incongruências com a própria constituição cultural africana, à época era lesa-razão os membros das Organizações de Massa (da qual, para todos os efeitos, a personagem de ficção Caposso fazia parte) abstraírem-se da palavra de ordem: “Angola, de Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação” (apud ARAÚJO, 2005, p. 74).

O lema nacionalista vigente certamente não movia os sentimentos da personagem. No entanto, a astúcia de seu comportamento não permitia que isso fosse um impedimento à sua ascensão programática. Se, nos primeiros anos como funcionário público e já enquadrado na JMPLA, ele não aceitara o cargo “menor” de diretor do desporto escolar (PRD, p. 158), cinco anos mais tarde, tendo ascendido a “membro do Comité Central da Juventude”, ele é alçado de bom grado a um cargo “de prestígio” na secretaria de Estado dos Desportos (PRD, p. 315). Essa nova posição, ele sabia, era “um trampolim para o Comité Central do próprio partido. Tinha cinco anos para preparar o salto”¹³ (PRD, p. 315).

¹³ Impossível não ver aqui uma ironia aos planos quinquenais de política econômica que foram criados por Stálin em 1928 sob influência da NEP preconizada por Lênin. Ver a nota de rodapé remetida pelo subtítulo da seção 4.2.

Enquanto o salto não era dado, ele ia colhendo os frutos de suas relações pessoais, alcançando “uma carreira burocrática no Gabinete de Intercâmbio”, com extraordinárias vantagens pessoais:

A sua função lhe permitia numerosas viagens ao estrangeiro, acompanhando equipas de todas as modalidades ou fazendo parte de delegações que iam negociar acordos, ou simplesmente usufruindo de viagens para suposta superação profissional, de facto se tratando de férias de borla (PRD, p. 315).

Do mesmo modo que João Segunda, David e Estevão Jonas, Caposso guia-se pela “filosofia do cabritismo”, tão apreciada por aquelas personagens. Ele se alimenta de tudo quanto lhe permite o comprimento da corda onde está amarrado.¹⁴ Assim como se apropriava do carro de serviço para fins pessoais (fazer transporte irregular de passageiros), logo descobre nova forma de complementar o salário da Secretaria dos Desportos, ao realizar viagens internacionais a serviço:

A vantagem dessas deslocações, além de lhe darem a conhecer países e situações novas, residia sobretudo nas ajudas de custo. Como as despesas de estadia eram pagas pelo governo que recebia a delegação, as ajudas de custo não eram praticamente gastas em nada de essencial, servindo pois para comprar prendas para a família, aparelhagens de som ou vídeo cada vez mais sofisticadas e até para acumular poupanças numa conta que tinha muito escondidamente aberto num banco de Portugal, por onde muitas vezes tinha de passar para apanhar rotas aéreas levando-o às mais diferentes paragens do mundo (PRD, p. 316).

A escola internacional de elite que parece ter diplomado Vladimiro Caposso com “louvor e distinção” ainda não seria o seu limite de aprendizado. Na secretaria de Estado dos Desportos ele conhece uma figura chave para o próximo passo em sua ascensão pessoal. Faustino, o “chefe dos serviços especiais”, que era na definição do narrador:

... uma espécie de homem para toda a obra, o desenrasca, da total confiança dos dirigentes, os quais cada vez repousavam mais nele para

¹⁴ Conforme já mencionado pela personagem de Paulina Chiziane: “Diz o adágio popular que o cabrito come onde está amarrado e o volume de alimento é directamente proporcional ao comprimento da corda” (OSJ, p. 118).

os aborrecidos aspectos administrativos e financeiros, apesar de haver uma direcção para o efeito (PRD, p. 316).

Com tais “serviços especiais, uma estrutura que não existia de facto no organigrama” (PRD, p. 316), o baixinho Faustino era o guardião de atos administrativos ilicitamente secretos, que em Angola ou em qualquer país do mundo, dá-se o nome de corrupção:

Faustino supervisionava as obras que houvesse a fazer, a manutenção mais ou menos fictícia de estádios de futebol e de pavilhões gimnodesportivos, a suposta compra de livros técnicos para o centro de documentação, de bolas ou esferográficas, a escolha e importação dos equipamentos para as selecções nacionais e, se houvesse obras de maior vulto, seria o responsável por escolher as firmas responsáveis pela construção. Infelizmente para ele este tipo de obras era muito raro, dada a crise económica do país (ibid.).

Da estreita amizade que Caposso calculadamente estabeleceu com Faustino, logo se passou a uma lucrativa sociedade em esquemas de corrupção: “Faustino, que por acaso estava sempre atento a uma maneira de melhorar o seu magro salário de funcionário, aproveitava gratuitamente dos conselhos e se tornava cada vez mais íntimo e confiante” (PRD, p. 318). Se Faustino tinha pretensões, mas lhe faltava coragem para colocar em prática os planos de desvios de verbas da Secretaria, o astuto Caposso, como um espectro de Mefisto, logo estabelece um pacto com Faustino, incitando-o a realizar os seus planos:

A amizade cultivada por Caposso permitiu ter acesso às dúvidas, hesitações e sobretudo aos planos secretos de Faustino. VC em breve se tornou uma espécie de conselheiro espiritual do “chefe dos serviços especiais”, pois trazia fama de bom organizador de torneios e até o curriculum de antigo comerciante, embora de vida efêmera (PRD, p. 317).

Não demoraria muito para que Faustino propusesse ao amigo o “esquema” que definitivamente colocaria Caposso no rol da elite internacional que, supra-nacionalmente, resguarda o seu lucro, lícito ou não, em contas bancárias dos chamados paraísos fiscais. Já entregue à retórica do novo amigo, propôs-se a realização de um grande evento multiesportivo, cuja verba para a realização estaria, em boa parte, nas mãos do próprio Faustino (PRD, p.

318). Coube a Caposso estabelecer o projeto e convencer, com a sua já grande influência nos corredores do poder, as autoridades superiores da importância do evento para o prestígio internacional de um país mergulhado em conflitos beligerantes e outras calamidades. Por fim, diz o narrador:

O torneio foi um sucesso, pelo menos de imprensa senão de resultados, o país sendo opiparamente derrotado em todas as modalidades, mas esse não era obviamente o objectivo. Faustino geriu com mestria e dedicação os dinheiros públicos, tendo sido suficientemente generoso para que Caposso pudesse também meter no bolso uma verba importante (PRD, p. 319).

Apesar da grande soma em dinheiro amealhada pelos parceiros, essa foi apenas a porta de entrada para o destino milionário do pseudo-revolucionário e o seu comparsa Faustino: “A partir de então, os dois compinchas tiveram várias outras iniciativas comuns, sempre para o sagrado incremento do bom nome do país e para engordarem as respectivas contas” (PRD, p. 319).

A lucrativa parceria entre Caposso e Faustino rendeu ao primeiro a possibilidade de inúmeras viagens ao exterior, durante as quais ele pôde, além de controlar as suas contas bancárias internacionais, iniciar um negócio próprio, aproveitando-se das facilidades que o cargo público proporcionava: a compra de mini-autocarros (microônibus) para o serviço de candongagem (transporte irregular) de passageiros em Luanda. Num arranjo totalmente favorável à sua figura de patrão, ele explorava a mão de obra local, calculando o máximo de lucratividade:

O sistema era simples. Cada motorista, vulgo candongueiro, tinha de lhe entregar ao fim do dia certa quantia e arcar com todos os custos de manutenção dos carros. Se sobrasse dinheiro, era para o motorista. Os carros dormiam obrigatoriamente na casa do proprietário, para que os motoristas não tivessem a tentação de os usarem de noite e os espatifarem prematuramente (PRD, p. 320).

Com vantagem total sobre os ganhos, rapidamente a frota de transporte candongueiro de Caposso já contava dez microônibus, sempre adquiridos na Holanda e remetidos para Angola, “utilizando para o efeito conhecimentos antigos da Jota estrategicamente posicionados” (PRD, p. 319). Apesar de estar ciente da ilegalidade desses atos, Caposso “confiava na sua sorte e continuava

a arriscar, pois os lucros eram fabulosos” (PRD, p. 321). Num país que ainda sonhava com um futuro, Caposso se vangloria de, egoisticamente, poder “garantir” o seu e o de sua descendência, quatro filhos nascidos: “Em pouco tempo poderia possuir lá fora uma conta a garantir o futuro contra todas as adversidades. E toda a gente sabia como era perigoso o futuro de qualquer angolano, nos tempos de incerteza e guerras que corriam” (ibid.).

4.4. Poderes em cena

Mais do que a personagem supunha, o seu bálsamo da prosperidade era sentido nos corredores do poder. Em 1985, dez anos após o advento da independência, e às vésperas do congresso do MPLA¹⁵ em que seriam deliberados os caminhos da democratização e do multipartidarismo, o empresário foi surpreendido por um alto membro do partido, que ele lhe impôs, da parte da liderança do comitê central, uma tarefa temerária: Caposso deveria participar, sob risco de ser denunciado pelas suas muitas ações ilegais, de uma falsa acusação a um importante chefe partidário, um “comandante da guerrilha, considerado herói da luta de libertação e ocupando no momento um cargo decisivo” (PRD, p. 324). O objetivo do golpe era impedi-lo de ser eleito para o congresso.

Embora assustado por ter que se confrontar com tamanha autoridade, Caposso logo cederia à ordem. A chave para a sua colaboração irrestrita foi a garantia de que, ao fazê-lo, ele próprio seria indicado para ocupar o sonhado lugar no comitê central. Assim, destituído de qualquer senso ético, já que reconhecia a injustiça que se cometeria contra o alvo, ele participa do jogo com total eficácia, contribuindo decididamente para a desgraça do acusado.

¹⁵ O II Congresso, informa o site do partido, “analisou a situação política económica e social do país dos últimos 10 anos de independência e definiu uma nova estratégia. O Partido contava com 34 mil e 732 membros. O Congresso viu a necessidade de o Partido elevar a formação política e ideológica dos seus membros e melhorar a capacidade de direcção dos seus quadros” (fonte: <http://www.mpla.ao/mpla.6/congressos.12.html>). O narrador de Pepetela, que não se exime de dialogar com o leitor, expondo o seu ponto de vista em vários momentos da narrativa, chama a atenção para a importância histórica e das nuances do evento: “o tal congresso que ficaria na História como o mais ortodoxo de todos os realizados e o culminar das guerrilhas internas para a absoluta centralização da autoridade. Alguns analistas mais ousados dataram daqui o surgimento em pleno dia da até então semiescondida seita religiosa no interior do partido, com todo o ritual desenhado para o culto litúrgico do chefe, enquanto alguns frustrados chegaram a chamá-lo de congresso-da-usurpação-do-poder” (PRD, p. 339-340).

Mas, no momento em que levanta o seu falso testemunho, ele percebe que fora apenas uma peça a mais naquele jogo, “de facto não estava sozinho na lista das testemunhas de acusação” (PRD, p. 330), outros falsos detratores também se apresentaram; com isso, se revelou que ele jamais teria a primazia na indicação para o posto prometido. Ao confrontar o dirigente que o aliciara, recebe uma vaga resposta: “Houve um problema de última hora. Lá em cima [...] acharam que o camarada é muito novo, ainda pode continuar como dirigente da Jota onde faz muita falta, sobe ao comitê central no próximo congresso”. Diante da insistente cobrança para o cumprimento do pacto, o dirigente o intimida: “Fique calmo, espere cinco anos que chega ao comitê central. Mesmo estando metido até ao pescoço no processo de candongueiro. Ou julga que não sabemos?”, ameaça o interlocutor, “fechamos apenas os olhos. Enquanto nos for fiel e de boca calada” (PRD, p. 331-332).

O golpe da contra-esperteza foi penosamente sentido. Caposso reorganiza as suas estratégias:

Frustrado por não ter sido eleito, desconfiando que o grande chefe não ia nada mostrar reconhecimento algum, sujeito a uma vingança terrível por parte de quem acusara por encomenda, descobrindo finalmente que os seus cuidados em esconder os negócios eram em vão, preferiu desaparecer da cena política, se fazer de sombra (PRD, p. 332).

Neste ambiente de “abutres, disfarçados de pombas em terra de abutres”, como bem descrito por Ruy Duarte de Carvalho (2003, p. 69), a hipocrisia discursiva e a desfaçatez que permitiram a Caposso ascender ao lugar de elite econômica, a partir do advento da independência, dá lugar ao cinismo. Ciente de que seus “esquemas” dependiam da posição que ocupava politicamente, ainda que não em cargo de maior prestígio, ele mantém-se no posto, mas totalmente desinteressado pelos assuntos ali discutidos, ficando cada vez “mais enfronhado nos negócios e deixando em Portugal todas as economias, até transferir o grosso delas para o Liechtenstein” (PRD, p. 336).

Sob a alegação de ter sido traído pela camaradagem partidária da qual acreditava ser merecedor, ele decide assumir o papel que sempre tivera satisfação em desempenhar, o do capitalista, no sentido estrito do termo:

Era um agente económico, nome que começou a partir de certa altura a ser dado timidamente aos empresários [...]. Caposso finalmente resolveu assumir-se como empresário. E escreveu no seu diário íntimo: “O empresário moderno é um gladiador. Como o gladiador da antiga Roma, ele combate sozinho contra todos, ele e a sua coragem, ele e a sua solidão. Um cowboy no meio da multidão? Também” (PRD, p. 336).

Um tal culto à individualidade, numa ordem culturalmente marcada pelo sentido da coletividade, demonstra a face extrema do seu distanciamento com as ideias de nação.¹⁶ Aliás, impera na narrativa um incômodo silêncio sobre o que ocorre na sociedade angolana (fome, carestia, lutas intestinas, fraturas no interior do Partido). São poucas as referências a tais fatos, a mais notória é justamente aquela em que Caposso sente-se humilhado e injustiçado (o II Congresso do MPLA). Em outras palavras, os interesses da nação só são relevantes na narrativa da vida de Caposso quando a ele interessa pessoalmente.

Depois do famigerado congresso, sem se aperceber, começava a procurar pela primeira vez uma coerência entre os princípios que defendia e a sua própria prática. Portanto havia classes e ele não pertencia ao proletariado, nunca pertencera, pois até uma loja tivera. Era um pequeno-burguês e o sonho de um pequeno-burguês é tornar-se um grande burguês, acumular capital, explorar o povo (agora com minúscula) se preciso (PRD, p. 338).

É importante evidenciar, como vimos perseguindo neste estudo, que o conjunto das ações de Vladimiro Caposso não é mero fruto da ambição e da personalidade gananciosa de um indivíduo. A própria situação do pós-independência, em que o MPLA buscava, tropegamente, dar celeridade aos planos de construção de um novo país, revelava-se, não raro, plasmada de incongruências discursivas, das quais as “influências e persistências indesejadas” reverberam ainda nos dias de hoje, conforme registra o pesquisador da história angolana Marcelo Bittencourt (2010b).

Entre as lições que Caposso aprende em sua passagem, ainda que desinteressada, pela escola política, estava a desvalorização e o abafamento das culturas populares tradicionais que, à época do namoro do poder com o

¹⁶ Como argumenta Anthony Smith: “A busca da personalidade individual e o relacionamento do indivíduo com ela continua a ser o elemento mais desconcertante do projeto nacionalista” (1997, p. 32).

marxismo-leninista, foram censuradas como obscurantistas, retrógradas e antinacionalistas.

Interessa frisar com muita atenção que, ainda que o tradicional não estivesse mais em alta e o tribalismo e o obscurantismo fossem atacados frontalmente como os principais inimigos do regime, as nomeações políticas continuavam obedecendo a uma contabilidade etno-regional e racial que todos conheciam bem (BITTENCOURT, 2010a, p. 142).

Essa observação histórica é corroborada na ficção de Pepetela, em que a principal artimanha da personagem Caposso, no início de sua carreira capitalista alicerçada à sombra socialista do MPLA, foi — além de fingir-se oriundo de uma família de negros revolucionários — a falsificação de sua naturalidade, do Calulo (sul) para o Catete (norte), “terra do primeiro Presidente da República, do maior Herói da luta, Hoji ya Henda, e de alguns responsáveis importantes” (PRD, p. 73). Afinal, presumia o jovem Caposso à época:

A terra onde se nasce pode suscitar solidariedades e apoios, já se sabe. Não há nada melhor do que chegar ao pé de um muata e dizer o meu pai manda os cumprimentos, sou fulano de tal, da família tal, morávamos mesmo perto da casa da sua família, o que provoca um sorriso cúmplice e, se possível, uma decisão positiva num requerimento ou uma nomeação surpreendente (PRD, p. 73-74).

E, do mesmo modo que no princípio foi beneficiado pela proximidade com os do Catete, com a mudança de turno no poder, poucos anos depois, ele já considera ter recebido um “presente envenenado”.¹⁷

4.5. “A propósito de caça”

O ano de 1992 foi um divisor de águas na história pós-colonial angolana. Após dezessete anos de guerra civil e de restrições de toda ordem, finalmente reascendia-se a esperança de pôr em marcha mudanças necessárias à reconstrução nacional. Mas, conforme as recriações literárias do período dão a

¹⁷ “... trouxe mais chatices que benefícios [...], pois deixou de dar estatuto depois da morte do Chefe Supremo, foi mesmo humilhado por vezes com os habituais ditos, vocês os de Catete têm mania que são espertos, vocês os de Catete julgam que nasceram para mandar neste país” (PRD, p. 74).

entender, houve diferentes modos de vivenciar essa experiência: a dos pobres, submetidos a décadas de violências e privações, principalmente nas áreas rurais; e o modo das elites que, conforme já vimos na obra de Boaventura Cardoso e agora em Pepetela, tiveram oportunidades de chegar a este período com relativa tranquilidade e até mesmo conquistando riquezas facilitadas justamente pela desestruturação social.

De tal modo, a organização de *Predadores*, ao situar os três primeiros capítulos no ano de 1992, mais precisamente o mês de setembro, estabelece um marco de referência para o tempo do narrado, movimentando-se para traz (recuando até a histórica guinada para a soberania, em 1974/1975) e para frente (chegando até a pacificação no novo milênio, em 2004). Esses períodos são intercalados com outros tempos narrativos contemplando também a década de oitenta, representada pelos anos de 1985 e 1986.

O romance começa *in media res* no ano de 1992, quando se preparavam as primeiras eleições democráticas em Angola. Eram “tempos conturbados de mudanças políticas, fim do regime de partido único e suspensão da guerra civil, seguidos de uma campanha eleitoral problemática” (PRD, p. 18); portanto, já havia decorrido dezoito anos desde a chegada do jovem Caposso em Luanda, tempo em que, alheio à penúria que atingia a maioria esmagadora da população, ascendera social e economicamente de forma vertiginosa. Assim, ao caracterizar a personagem Vladimiro Caposso, esse capítulo inicial descreve metaforicamente o modo como se constituiu parte da elite angolana desde o advento da independência.

Entre as características da personagem que, ao nosso ver, é menos plana do que de início se poderia suspeitar, estão: comportamento egoísta e narcisístico, maquiavelismo, vaidade pessoal e apatia social, obstinação pelo poder e dinheiro, dissimulação, premeditação, ações friamente calculadas e cruel regozijo pela vitória sobre seus adversários. A cena de abertura, em que Vladimiro Caposso comete um crime de assassinato, coloca em evidência grande parte das características típicas de um predador,¹⁸ exemplificando a sua

¹⁸ Segundo Houaiss, “que ou aquele que preda; diz-se de ou ser que destrói outro violentamente; p.ext. que ou o que destrói o ambiente em que atua, ou os elementos dele (diz-se de qualquer agente). Etimologia: do latim ‘praedátor,óris’, ‘ladrão, saqueador’” (2009, verbete “predador”).

capacidade de destruir violentamente as suas “presas”, e não apenas no sentido metafórico.

O narrador destaca a figura sombria de Caposso, o “homem de impecável fato azul”, adentrando o recinto de um apartamento em Luanda, onde um casal se amava voluptuosamente, em contraste com a agitação colorida nas ruas ao redor, com a população envolvida nas primeiras eleições angolanas. Ele está preste a executar um duplo assassinato minuciosamente planejado para flagrar as vítimas — a sua amante, Maria Madalena, e um “Toninho qualquer” (PRD, p. 18) no apartamento onde o rico empresário a sustentava.

Enquanto Caposso age sorrateiramente, concentrado no ato de eliminar seus “inimigos”, rodando “cuidadosamente a chave na fechadura do apartamento, de modo a não fazer barulho” (PRD, p. 15), lá fora “acontecia uma passeata política, com muitos carros cheios de gente agitando bandeiras rubronegras, cartazes, jovens de camisolas vermelhas e punhos erguidos, gritando slogans e canções políticas” (ibid.).

A cena do ataque às vítimas indica algumas das características “predatórias” que nortearam as ações da personagem ao longo do romance. Como estratégia para não deixar escapar o alvo, o ataque ao casal não se dá mediante o confronto, ao contrário, ele opta pelo elemento surpresa, agindo em surdina: “Apontou com frieza do lado de fora do quarto, retendo a respiração, como aprendera da arte de bem disparar. Esvaziou o carregador da pistola” (PRD, p. 16).

Diferentemente do predador animal, irracional, que mata por razão de sobrevivência (alimentação, preservação da espécie etc.),¹⁹ as “pulsões” humanas, no sentido freudiano do termo, projetam muito mais do que a força do instinto inato. Não satisfeito com o crime em si, Caposso lamenta o fato de

¹⁹ Na Biologia, o predatismo é definido como uma relação envolvendo espécies de diferentes níveis tróficos (cadeia alimentar) e ocorre quando o predador, espécie caçadora, alimenta-se da presa, que em geral estão situadas na cadeia alimentar num nível trófico abaixo do predador. Ou seja, o predador animal não caça usualmente as presas entre os seus semelhantes, e preda com o propósito alimentar. “O predatismo em que um indivíduo de uma espécie mata e devora um outro da mesma espécie é chamado canibalismo” (KUMPINSKI & KÉPES, 1977, 34). Não por acaso o termo “canibalismo social” vigora nas Ciências Sociais, sendo inerente a uma sociedade “não estruturada por um Estado que contrabalance as desigualdades e faça com que valores gerais (justamente os da cidadania política) prevaleçam sobre interesses particulares-egoísticos” (NOGUEIRA, 2003, p. 196).

as vítimas não terem contemplado o pavor da morte iminente: “Nem souberam porquê morreram, foi pena, a cabra devia sofrer com o medo da morte, para perceber o que lhe acontecia, e perceber também os riscos incorridos ao gozar com ele” (ibid.). Logo, o assassino calcula a temeridade inerente a eventuais laivos de misericórdia:

... seria perigoso chamar a atenção do par amoroso, olhar para eles olhos nos olhos, ver o medo crescer nos dela, as cenas habituais de ameaças, os gritos, as preces, as mentiras, as implorações, as últimas simulações do desespero, perda de tempo permitindo alguma coisa entretanto acontecer e estragar tudo, não, assim era melhor, uns tiros misturados ao barulho da rua e os pombinhos morreram na ignorância (PRD, p. 16).

Afinal, conclui o onisciente narrador: “Dava no mesmo. Não era por eles que fazia esta matança, era por si próprio” (ibid.). A reação de Caposso posteriormente ao crime é apenas um exemplo de sua notória insensibilidade, enquanto que a sua tática de aproveitar-se do período eleitoral e da cidade em frenesi revela o uso pessoal que faz da caótica situação política do país. Mesmo não temendo de fato o castigo pelo crime, confiando, sobretudo, em seu estatuto social,²⁰ ele ainda se previne e lança a suspeita do crime ao partido opositor, UNITA [União Nacional para a Independência de Angola].²¹

A Caposso interessava compreender a dinâmica política e social apenas na medida de seus interesses. A apatia em relação às agruras ao seu redor — apesar de prosperar à custa dos privilégios recebidos como membro do MPLA — é acompanhada por um silêncio perturbador sobre o modo como viviam aqueles que, a exemplo de Maria Madalena, a amante assassinada, ainda sonhavam com a nação um dia anunciada. A jovem recusara a generosa oferta de Caposso para acompanhá-lo no auto-exílio na Europa enquanto durassem as incertezas das mudanças em curso:

²⁰ “Mesmo se porventura um fanático da ordem se excedesse em zelos, ia descobrir Maria Madalena era amante de um conhecido e poderoso empresário, ligado ao partido no poder, portanto acima de qualquer suspeita. Que ia fazer?” (PRD, p. 20)

²¹ “Saiu do quarto, guardou a arma, foi à mesa da sala onde sabia haver sempre marcadores e canetas. Com uma caneta de feltro vermelha, escreveu numa folha de papel em maiúsculas e com a mão esquerda ‘Ninguém trai a UNITA sem deixar a vida’. Atirou a folha de papel para cima dos corpos, bateu a porta sem a fechar à chave e foi embora” (PRD, p. 16).

Abordou o assunto no mês passado, ela também podia ir para a Europa, ele abria-lhe uma contazinha gordita num banco suíço e arranjava-lhe um apartamento fixe, com vista para o rio Tejo, mas ela pôs os pés à parede, abandonar a minha terra num momento destes? Nem morta. Grande discurso patriótico, o país a mudar de cara, pela primeira vez eleições, o fim da economia planificada e do regime de partido único, origem de todos os males na sua entendida cabeça, uma mobilização nacional e internacional formidável para as eleições e ele falava em sair, em não participar? A maldita deu-lhe uma lição de amor nacionalista (PRD, p. 31).

O assassinato de Maria Madalena, a jovem cidadã que o perturbara com “uma lição de amor nacionalista”, simboliza a aniquilação da esperança, como de fato ocorreria pouco tempo depois das eleições, com o fracasso da democracia e o recrudescimento da guerra civil.

Maria Madalena sobrevivia às custas do dono do dinheiro não por ambição pessoal (haja vista a recusa à vida confortável na Europa), mas, assim como a própria nação, sobrevivia à espera de um tempo melhor. O seu verdadeiro prazer estava na relação com os seus iguais, assim ilustrado no ardente enlace amoroso com o “Toninho qualquer”, na concepção do ressentido Caposso.

Após vangloriar-se de seu êxito naquela ação criminosa — “a audácia triunfava sempre que ele sabia jogar com a psicologia do momento, por isso chegara ao ponto de vida onde estava” (PRD, p. 21) — o vitorioso se ressentia de uma dura constatação: os amantes estavam verdadeiramente em êxtase sexual quando foram flagrados:

Nunca com ele tinha mostrado tanto prazer. Como não precisava de enganar o parceiro, Toninho era um pelintra e ela não era puta nem precisava de o ser, a única ilação a tirar seria que aquilo era mesmo a sério, gozava para burro, mais que com ele, Vladimiro Caposso. Ficou tremendamente humilhado (PRD, p. 22).

A comparação entre a sua virilidade (acentuada pelo dinheiro farto) e a do pobre “pelintra” metaforiza o modo como, a elite (de quem o vigor é medido pelo *status* social) vê o povo (o “Toninho qualquer”, o “pelintra”), como aquele que não possui qualquer vigor: são apenas pobres.

Ao final do fatídico dia em que cometera o duplo homicídio e, após voltar à empresa e cumprir agenda de trabalho normalmente, Caposso segue para

casa como um zeloso chefe de família a preparar a partida de seus entes queridos para a segurança em Portugal. No carro, ao lado do seu guardacostas Domingos, ele ouve, no rádio, “meio distraído o debate” sobre as eleições. Para ele não havia dúvida:

... sabia em quem votar, tinham-no deixado ser rico, ou pelo menos com uma importante maquia de muitos zeros lá fora e algumas empresas a funcionarem a meio gás, e ainda por cima prometiam deixá-lo ser mais depois das eleições, porquê mudar de equipa? (PRD, p. 39).

No que dizia respeito a Caposso, o debate sobre as eleições não merecia a sua atenção concentrada. Enquanto que para um outro “Toninho qualquer”, o segurança ao seu lado, com “a arma a descansar entre os joelhos” (PRD, p. 39), para proteger-lhe a vida dos perigos de Luanda, as eleições eram coisa séria (p. 40).

Além das personagens Maria Madalena, o seu companheiro de cama, e Domingos, Vladimiro Caposso ainda irá se deparar, ao chegar em casa, com a figura de outro suposto “pelintra”, o jovem Nacib, enamorado de sua filha favorita, a bonita e mimada Mireille: “Quando estacionou o carro à frente do portão, esperando que o segurança da casa o abrisse, viu passar o puto Nacib, o qual não levantou os olhos para ele mas o saudou com uma vénia intimidada” (PRD, p. 41). O apaixonado vizinho é um habitante do Catambor, espaço pobre, de trabalhadores, na vizinhança do rico Alvalade, “bairro morando ao lado mas na realidade mais longe que as estrelas” (PRD, p. 67).

No dia seguinte, o “rapaz alto e magro, nos seus 15 anos sofrivelmente alimentados” (PRD, p. 41), retorna para se despedir da sua amada, que embarcaria para Portugal junto com a família. Assim como a jovem assassinada, Nacib tinha esperança na mudança social com o advento da eleição, e julgava exagerado o temor da família Caposso em relação às eleições em curso (PRD, p. 51). No entanto, o magnata angolano sabia os motivos pelos quais “os aviões para o estrangeiro iam cheios” (PRD, 29-30). O caminho bifurcado desenhado no contexto de independência colocara em ramos cada vez mais angulados, de um lado, o povo, ainda sonhando diurnamente (cf. BLOCH, 2005), imaginando uma nação igualitária, e, de outro

lado, a elite, com todos os seus sonhos realizados, indiferentes à extrema miséria coletiva.

Joseph Ki-Zerbo fala sobre a naturalização da “doutrina do capitalismo darwinista” no contexto africano. É nessa concepção que as elites (ou burguesias) se justificam como vencedoras no jogo do mais forte:

A lei da selva pretende que aqueles que sobrevivem, conseguem-no porque devoram os outros. Isso faz parte do que se chama “os custos humanos” do crescimento. Mas aqui, contrariamente à burguesia ocidental inicial, praticamente não se correm riscos. O Estado é privatizado no nível patrimonial, e em vez de acumular, na África, transferem-se os bens para os bancos-refúgios do Norte e para os paraísos fiscais (2009, p. 29).

Em uma crônica intitulada “A propósito de caça”,²² Pepetela faz em poucos parágrafos uma síntese do que foi o processo de apropriação e acumulação de bens nos primeiros anos de independência. A abertura da temporada de caça é o mote do texto: “Não percebo porque se abre a época de caça. Ela nunca esteve fechada [...], que o digam os poucos animaizitos que restam nos parques nacionais” (PEPETELA, 2011, p. 146). Fazendo uma analogia com a caça nunca interrompida, o autor narra uma anedota sobre uma “caça muito especial”, engraçada e não letal (o de alvejar monges com bolinhas de chumbo) durante a guerra civil espanhola. Encerrada a pilhéria, o narrador vira a chave para o contexto angolano: “É, essa coisa da caça é assunto sério. Aqui houve várias fases” (ibid., p. 147).

Essas “fases” correspondem justamente aos tempos de mudanças sociais em Angola, desde a conquista da independência até o início da década de 1990, com as primeiras eleições: “Primeiro foi a caça às casas e aos carros. Os colonos bazaram, deixaram tudo prontinho para ser apanhado, foi um festival. [...]. Chamei fase para dar um nome. Digamos que houve várias formas de caça. Uma foi aos carros e às casas” (ibid., p. 148).

“Há mil maneiras de enriquecer” ou de caçar, em outras palavras. Caçar, no sentido denotativo, é um “esporte” da elite, como Pepetela assinala no início deste texto sobre perenidade do evento: “Até se usava o helicóptero nalguns casos para ser mais rentável” (PEPETELA, 2011, p. 146). A comparação dessa

²² Originalmente publicada no jornal português, Público, em 09.02.1995, integra a coletânea *Crônicas com fundo de guerra*. Lisboa: Edições Nelson de matos, 2011, p. 146-151.

caça covarde (atacando do alto e protegidos da reação da vítima) com a “caça social”, a exemplo da caça “aos carros e às casas”, é categórica. Ainda a esse respeito ele afirma:

Hoje essas caçadas ainda existem, mas mudaram de forma. Já faz parte dos negócios. Há quem tenha dez carros em casa. Fazem caça para coleccionar em seguida. Como aqueles milionários que caçam antílopes e leões para depois os porem em parques particulares (PEPETELA, 2001, p. 148).

Esse texto de intervenção, que dialoga estreitamente com o enredo de *Predadores*, além de criticar a caça e acumulação de bens materiais, também aponta para a caçada às coisas, digamos, mais abstratas, porém de grande rentabilidade:

Uma forma que está sempre na moda e até se pode dizer que virou um desporto nacional é a caça às comissões. Qualquer funcionário ou chefe que se preze, arrecada sempre umas comissões ou em importações feitas pelo Estado ou em obras contratadas por este (PEPETELA, 2011, p. 149-150).

Para completar, o texto denuncia a “caça aos jornalistas” (ibid., p. 150). Adiante veremos como, em *Predadores*, Caposso persegue um jornalista que noticia uma fiel verdade a seu respeito (Cap. 16). A “caça aos jornalistas” denunciada na crônica certamente envolve questões políticas, considerando que o tempo da crônica é o ano da eleição, 1992. Porém, a pressão exercida por Caposso, que jamais rompeu laços com o partido no poder, simboliza a situação denunciada.

Se a elite predadora acumula artigos valiosos, por meio de caçadas desproporcionalmente facilitadas (as que até se usam “helicópteros”), “já o mesmo não se dirá dos que só sabem acumular miséria” (PEPETELA, 2011, p. 148). Eis a diferença entre o milionário empresário Caposso e o jovem estudante Nacib, cujos destinos se cruzam em torno de Mireille. Ao primeiro, pouco interessa o resultado das eleições, pois de um modo ou de outro o seu futuro está assegurado: ele já acumulou o suficiente em quase duas décadas de “caçadas”, num universo de jogos selvagens e de instabilidade social.

Mas, como afirma Ruy Duarte de Carvalho, “haverá quem faça parte deste universo sem ter obrigatoriamente passado pelos sucessivos

posicionamentos e estratégias de acesso ao poder e ao privilégio” (2003, p. 14). É essa a postura daqueles que acreditaram em dias melhores com a consolidação da Paz esperada desde 1975. Ao contrário de Caposso, Nacib faz parte do rol de personagens, incluindo o revolucionário Sebastião, que possuem um carácter que não se altera na direção das facilidades que emergem numa sociedade em crise.²³

4.6. Os produtivos e os “caloteiros”

A elite africana encarnada pelo milionário Caposso, bem como a perpetuação pela hereditariedade da condição de elite improdutiva e apática à nação, encontra o seu oposto, a elite produtiva e simpática, na figura do jovem Nacib, personagem que, no decorrer da história, se afastará de forma definitiva e sofrida de seu amor de juventude, a inconsistente Mireille, que jamais correspondeu ao seu afeto com sinceridade.

O par Mireille-Nacib forma, na economia do enredo, o contraponto de Vladimiro Caposso. Os jovens representam as faces da elite do século XXI, confirmando ou contrapondo as suas formas de atuação no contexto de pós-independência. No enredo, enquanto a moça, admiradora incondicional do pai, cresce espelhando-se na figura arrivista, alienada e idólatra do poder financeiro, o estudioso e honesto Nacib, apesar de mudar sua condição socioeconômica e conhecer o mundo dos endinheirados, continua unido à comunidade do modesto Catambor.

Formou-se como engenheiro mecânico com notas elevadas, das mais altas que a faculdade conhecera. Lhe fizeram logo uma oferta de emprego numa sociedade petrolífera que lhe pagou um curso de especialização nos Estados Unidos, na sua sede. Foi assim viver durante seis meses na região de San Francisco, se familiarizando com refinarias e pipelines. Nas horas vagas, percorreu a área da Baía de San Francisco e toda a Califórnia do Norte (PRD, p. 263).

²³ “Uma crise tão instalada, confirmada e sedimentada, e a nível tão geral, que dir-se-ia assumir os contornos de uma normalidade capaz de acolher e de legitimar, da parte de determinados sectores, todas as estratégias capazes de lhe extrair vantagens, enquanto o restante dos cidadãos tenta descortinar nos seus meandros as vias de actuação de que depende a sua elementar sobrevivência” (Ruy Duarte CARVALHO, 2003, p. 13).

O contraste entre as duas personagens, os jovens representando o futuro do país, coloca em evidência a formação de diferentes tipos de elites. Enquanto Nacib inicia um percurso para se tornar uma elite produtiva, Mireille será apenas a elite endinheirada, herdeira de uma riqueza viciada e que dará continuidade ao *modus operandi* do pai: ganhar muito, acumular e não investir no país.

Mia Couto, no já citado texto de intervenção “Pobres dos nossos ricos”, fala de situações que remetem à caracterização dessas personagens angolanas:

A maior desgraça de uma nação pobre é que, em vez de produzir riqueza, produz ricos. Mas ricos sem riqueza. Na realidade, melhor seria chamá-los não de ricos, mas de endinheirados. Rico é quem possui meios de produção. Rico é quem gera dinheiro e dá emprego. Endinheirado é quem simplesmente tem dinheiro (COUTO, 2005, p. 23).

Vladimiro Caposso representa essa elite “endinheirada”, visto que, como empresário, administra a empresa auferindo o máximo lucro, à custa, inclusive do trabalho (não pago) de funcionários e parceiros. Essa elite, detentora do poder econômico, não somente se beneficia dos meios de produção, mas também mantém um controle efetivo sobre os meios de comunicação, fazendo dos canais de informação um instrumento a mais no seu jogo de interesses.

Exemplo disso é o episódio em que um jornal local, com o qual a empresa de Caposso mantinha contratos de publicidade, lança uma notícia desfavorável a Caposso, revelando o seu comportamento arrogante ao interromper um grande concerto musical para tratar de negócios ao telefone celular (cap. 16). Furioso com a matéria publicada, ele não apenas exige retratação e a demissão do jornalista como ameaça encerrar a parceria comercial, além de não pagar as faturas vencidas: “Não pagaremos nem mais um anúncio nessa folha de couve e se estamos a dever alguma coisa, podem dizer adeus ao dinheiro” (PRD, p. 428). Neste momento, o narrador aproveita para apontar a desonestidade do dono/diretor da Caposso Trade Company (CTC), que não tinha mesmo o hábito de quitar suas dívidas, fazendo uso exaustivo do “kilapi” (o chamado “calote”, conforme o léxico brasileiro). Sobre a ameaça de Caposso, diz o narrador: “De facto sabia, estavam a dever a publicidade de vários empreendimentos e já há alguns meses, ele próprio

impedira o pagamento, como o fazia por sistema com todas as remunerações, incluindo salários dos empregados” (ibid.).

Ato contínuo, o diretor do jornal cumpre todas as exigências, mas isso não resulta no cumprimento do acordo. Tendo se vingado da ofensa, Caposso retoma a sua rotina, enquanto a classe jornalística se indigna com o desfecho da controvérsia. Em tom de deboche, ele arremata o caso:

Satisfeito com as desculpas de verme produzidas no jornal. Mandou afixar o pedido de escusas em todas as instalações da sua empresa, com uma nota colada em baixo dizendo que enquanto ele fosse vivo, a Caposso Trade Company (CTC) nunca mais pagava nenhuma publicidade no referido jornal. Nem as dívidas antigas da empresa. “Só mesmo o kilapi bem aplicado ensina esses escrevinhadores de meia-tigela”, concluía a nota escrita pelo próprio punho do empresário. E com este apaixonado elogio do kilapi como filosofia de gestão, prática que ele usava contra os seus credores mas nunca aceitava por parte dos seus devedores, encerrou a contento o mambo (PRD, p. 431).²⁴

A propósito do “kilapi”, podemos considerar que o mesmo é simbolicamente aplicado a todo o povo angolano, conforme a filosofia das elites “predadoras”. A figura mais emblemática na representação desse povo defraudado da utopia é a personagem Simão Kapiangala. Um ex-combatente terrivelmente mutilado pela guerra civil e abandonado pelo Estado que ajudara a defender. A sua história resume com perfeição a imagem das populações deixadas à própria sorte enquanto sonhavam com a paz que tardava em chegar. Um cidadão largado ao rés do chão, sobrevivendo das migalhas que a falsa consciência da elite lhes mandavam atirar de dentro de seus luxuosos automóveis:

[...] natural do Bié, antigo militar, mutilado de guerra, vivendo da mendicância nas ruas de Luanda, em particular naquela rua perto do Kinaxixi onde se punha no meio do trânsito, sem pernas, só um braço no ar, me ajuda irmão, obrigando os carros a abrandar a velocidade, condoendo toda a gente, alguns mesmo parando para lhe atirar uma nota, ele sem pernas e sentado no chão nem que podia chegar à nota com o braço válido, aceitava mesmo de bom grado receber a nota no chão, mutilado não exige grandes deferências, precisa é do dinheiro para não morrer de fome (PRD, p. 223).

²⁴ Vale a pena lembrar que a mesma “filosofia de gestão” era aplicada pelo diretor David, em *O sétimo juramento*, o que parece apontar para um certo padrão de comportamento das elites formadas no pós-independência desses países.

O arriscado exercício de ser um miserável em meio à riqueza acachapante vai construindo cotidianamente uma fatura que só pode ser quitada com o único bem que lhe resta: a vida. Foi assim que num certo dia, o jovem Ivan, “o Imbumbável”,²⁵ como lhe chama o pai Vladimiro Caposso, desocupado, entediado pela riqueza abundante, apossou-se de um dos carros da empresa do pai, sem habilitação para dirigir, e na “rua Lenine junto do Kinaxixi” (PRD, p. 242) cruzou o caminho do inválido ex-guerrilheiro. O violento acidente trucidou o que resta do corpo que já havia deixando suas partes pelos caminhos da guerra. “Até julgou ser um cão, estava tão atrapalhado para segurar o volante que passou com a roda por cima dele e a roda de trás também, juro mesmo pensava era um cão...” (PRD, p. 223-224), justifica o jovem, ao ser identificado após a fuga, e levado à delegacia, ao lado do pai e do advogado. Sobre isso, o narrador comenta, irônico:

Ivan disse não vi julguei era um cão, e acredito foi sincero mas estava enganado, Simão Kapiangala nem cão era para a maior parte dos que passavam ali. Para um cão olha-se, pode se pensar é um rafeiro cheio de sarna, mas vê-se, faz-se notar, ao passo que com ele as pessoas passavam pressentindo a presença e incomodados por ela, desviando logo a vista para o lado, fazendo esforço para não terem visto (PRD, p. 241).

E na sequência volta-se especificamente para as elites:

Nunca o confessarão, nem no mais escondido dos seus segredos, mas para uns tantos apressados de acumular dinheiro estilando nos carros de última geração mais caros do mundo, aquela metade de homem era incômoda ali no meio da rua, pois mesmo em silêncio gritava acusações que eles não gostavam de recordar, rastarranha rastavurra rastaparta (PRD, p. 242).

O ex-sargento das FAPLA, Simão Kapiangala, quando guerrilheiro gostava de fingir se chamar Aurélio, o sábio imperador romano (conforme aprendera nas aulas de política) e era elogiado pela bravura em combate (PRD, p. 230). Como qualquer jovem, sonhava em ter uma motocicleta para

²⁵ O verbo “bumbar” aparece diversas vezes no enredo, com o sentido de trabalhar, produzir, ter alguma utilidade. Por exemplo, é mencionado na conversa de Sebastião Lopes e Caposso sobre o primeiro emprego em Luanda: “Aprendes a trabalhar, ninguém nasce sabendo bumbar em loja, o teu pai não aprendeu a ser enfermeiro a picar rabos?, é só preciso ser sério. Sério eu sou, nunca roubei nada” (PRD, p. 107).

conquistar a moça amada. Mas, no intervalo das guerras, em 1992, distraiu-se num treino e pisou uma das muitas minas antipessoais. Tratado por um médico cubano, sobreviveu à morte, ouvindo-o gritar: “... mira, coño, vais a viver, yo y Fidel te lo garantizamos” (PRD, p. 231). Sobreviveu: “ficou com dois pequenos cotos de coxa e sem coto nenhum no braço, foi mesmo amputado pelo ombro” (ibid). Ao recobrar a consciência, em vez de ficar agradecido, amaldiçoou o médico que lhe salvara para que vivesse numa morte inacabada. O médico “ficou chocado, não pela ingratidão evidentemente desculpável mas pelo absoluto sofrimento que revelava. Sabia pela experiência de tanta guerra, nenhum grande sofrimento permite gratidão e sentido de justiça” (PRD, p. 232).

A alegoria aqui é evidente: o povo angolano que lutou ardentemente, sendo até ajudado com sincera fraternidade pelos *hermanos* socialistas, não merecia viver amputado de seus sonhos, sem receber sequer o consolo de uma prótese, também um objeto negociável no jogo dos poderes instituído: “Outros tinham prioridades estranhas e inexplicáveis, ele foi ficando esquecido e depois também teve de sair do hospital, ocupava o lugar de algum ferido urgentemente grave. Viveu nas ruas, ia fazer mais como?” (PRD, p. 233).

O episódio do atropelamento do mutilado indigente, que, afinal, assemelha-se a um golpe de misericórdia (da elite atropeladora, uma vez que, movida pelo egoísmo, massacra cotidianamente o corpo ferido da nação) é oportunidade para a criação de situações narrativas paradigmáticas do que vimos analisando nas obras aqui apresentadas.

Nesse sentido, a relação inacabada com o espectro do colonialismo, já representada no romance moçambicano *Terra sonâmbula* com a ressurreição do colonizador Romão Pinto, também surge em *Predadores* num último episódio que narra a vida de Simão Kapiangala. Um dos locais de refúgio do desamparado mutilado foi o jazigo da família de ex-colonos, os “Mendes Fernandes, como constava no frontispício, construído em 1882” (PRD, p. 236), no Alto das Cruzes: antes cemitério de colonos, agora local para o último repouso dos “maiorais do país e seus familiares e protegidos” (PRD, p. 237).

No jazigo abandonado (“Os parentes devem ter bazado para a Europa em 1975”, ibid), restava apenas a estrutura de cimento e parte de um caixão. Todo o seu interior havia sido depredado:

Dos falecidos apenas um vago cheiro restava, talvez apenas uma suspeita de cheiro [...]. Dormiu durante alguns anos no jazigo. Às vezes se deixava ficar na sua morbidez, para quê lutar pela vida tão longe dali se era para ganhar misérias? Permanecia mesmo com a sua fome dentro do jazigo dias inteiros, como sepultado em vida (PRD, p. 236-237).

E dali assistia aos grandes funerais da terra, ouvindo e observando a prosperidade dos frequentadores:

Viu durante o decorrer do tempo as pessoas a vestirem cada vez melhor para assistirem aos funerais, havendo mesmo quem mandava vir roupa especial para celebrar aniversário de passamento dos parentes, mandavam cada estilo!, hum, deixa (PRD, p. 237).

Enquanto a elite desfilava durante o dia o seu figurino ostensivo, à noite eram os ladrões de túmulos que, aproveitando o mesmo buraco no muro que dava acesso ao mutilado, desenterravam os mortos recém-sepultados e deles surrupiavam tudo quanto fosse de valor, inclusive o próprio caixão. Apesar de tudo, “Simão Kapiangala, educado numa terra onde se tem respeito pelos mais-velhos e pelos mortos, ouvia revoltado os barulhos furtivos dos ladrões. Ficava no seu jazigo, calado e recriminando o mundo, sem nada poder fazer” (PRD, p. 239).

Para proteger o descanso dos mortos, decidiu-se fechar o buraco no muro. De tal modo, certo dia Kapiangala saiu pela manhã para esmolar e ao retornar no final do dia já não pôde retornar à sua “pensão pacífica”, como chamava o jazigo: “Tinha ouvido rumores, iam fazer obras, era uma vergonha ter o cemitério dos muatas em tão mau estado, mas ficou surpreendido e aterrado com a velocidade da execução” (PRD, p. 240). A partir de então, o mutilado permanece todo o tempo pelas ruas, “Até que Ivan o Imbumbável veio disparado com seu jipe e lhe passou por cima, deixando no meio da rua aquela massa sanguinolenta do que fora um homem” (p. 241).

Tudo o que verificamos na trajetória do infeliz mutilado nos permite inferir que, de fato, o povo aguerrido ou indiretamente envolvido na conquista da pátria, prestou um caro serviço pelo qual ainda aguarda o pagamento da fatura. Se, em *Terra sonâmbula*, como vimos, a criança-futuro Junhito é transformada em galináceo, representando a domesticação e a morte da utopia no imediato pós-independência moçambicano; em *Predadores*, o mutilado da guerra civil,

sobrevivendo clandestinamente ao abrigo de um jazigo colonial (que não deixa de remeter à própria nação neocolonizada), seria a confirmação, no terreno angolano, daquela morte anunciada antes mesmo que as bandeiras nacionais chegassem ao cume.

Enquanto a ingerência estrangeira denunciada por Mia Couto impedia a completude da nação e a exaltação do povo (“Poderíamos ser nação mas não demasiado, poderíamos ser povo mas apenas se bem comportado”, 2005c, p. 193), tampouco o gerenciamento pretensamente caseiro daria ao povo a prometida *joie de vivre*. Daí que o “apaixonado elogio do kilapi como filosofia de gestão”, por Vladimiro Caposso, estabelece uma relação simbólica com a filosofia de gestão das elites para com o povo e com a *res publica*.

O povo estagna lamentavelmente numa miséria insuportável e, lentamente, toma consciência da traição inqualificável dos seus dirigentes. Essa consciência é ainda mais aguda, pois a burguesia [a elite, como dizemos] é incapaz de constituir-se em classe. A repartição das riquezas que ela organiza não é diferenciada em setores múltiplos, não é distribuída por vários níveis, não se hierarquiza em meios-tons. A nova casta insulta e revolta, ainda mais que a imensa maioria, nove décimos da população, continua a morrer de fome (FANON, 2010, p. 195).

Essa acusação cabal de Fanon recai sobre a formação dos estados africanos pós-coloniais (embora traga a reboque os similares latino-americanos e asiáticos), demonstrando o modo como esse grupo constituído por afinidades eletivas viciosas (etnicidade, compadrio, nepotismo etc) gravita em torno do poder em ascensão para dele amealhar vantagens sociais e políticas e seus consequentes ganhos econômicos. Agem, portanto, como predadores regidos pela lógica do cada um por si, corroborando a tese de Pepetela.

4.7. A elite se perpetua

O pendor internacional de Caposso é simbolizado pela própria escolha do nome da dileta filha, Mireille. Enquanto os demais filhos (Ivan, Djamila e Yuri) foram nomeados de forma pragmática, em homenagem ao suposto passado político de Caposso, ou seja, foram usados para pavimentar o caminho de riqueza da família. Já Mireille recebeu um nome ternamente escolhido pelo pai, marcando a especial ligação que vigoraria entre eles: “Com exceção do nome da filha preferida, que também já sabemos vir de uma cantora francesa muito apreciada por Vladimiro Caposso, os outros nomes evocam imediatamente o seu passado político” (PRD, p. 72-3).

Sempre tratada com reverência pelo progenitor, ela, ao contrário do restante da família, idolatra e espelha-se no comportamento do pai:

De pequena se interessava pelos negócios e o seu maior prazer era ir visitá-lo ao escritório e observar a maneira autoritária como comandava tudo e tratava as outras pessoas, fossem subordinados ou clientes. Pequena ainda, tentava imitar o pai em casa. E tratava com altivez e dureza os criados, como via Caposso fazer com os seus empregados (PRD, p. 290).

No entanto, a aprendiz supera o mentor na lição de distanciar-se da realidade que a cerca. Em vez de imitar os inadequados modos europeizados do pai, ela se destacará pelo conhecimento. Era aluna excelente na escola francesa em Luanda (cf. PRD, p. 285); além disso, aproveitando as viagens que a família fazia periodicamente ao exterior para consumir e se esbaldar em futilidades turísticas, Mireille vai assimilando, pela experiência, o gosto pelo *laissez faire*, investindo-se da cultura liberal que visitava.

Ainda estudante em Luanda, confirma uma certa vocação para a História da Arte, manifestada “com a ajuda prestimosa da professora da matéria na escola francesa, uma fanática, no bom sentido da palavra” (PRD, p. 292). Mireille era a única aluna a compartilhar o ensimesmamento da professora estrangeira, que, não pouco parece se importar com o aprendizado dos alunos que, diante das imagens africanas exibidas:

Riam descaradamente, falavam em voz aguda dos adolescentes, andavam barulhentemente pela sala, mas a professora nem notava, toda dentro das figuras amadas, os olhos arregalados ao mostrar um detalhe, uma curva fora do comum, quase babando de gozo. Para o fim, só Mireille a escutava, fascinada (PRD, p. 292-293).

A fruição de uma África “cult” é o que fascina a professora e também a boa aluna (não com os africanos de carne e osso). Estando na África, ou sendo africana, a interação com aquele espaço e suas gentes ocorre a partir de imagens projetadas, não pela atenção à dura realidade circundante. De modo que, para além da cegueira confortável proporcionada pela riqueza, as lições simbolicamente mediadas pelo olhar estrangeiro não educam para a valorização dos povos e culturas de seu continente, mas tão somente para a sua contemplação: “Mireille conheceu assim melhor a escultura dos Fang ou dos Bamiléké, os bronzes do Benin ou os cachos humanos dos Macondes” (PRD, p. 292).

Já em idade universitária e morando sozinha em Paris, ela encanta-se com a descoberta do “lado belo de certas coisas” (PRD, p. 290), esbanja o dinheiro fartamente disponibilizado pelo pai e se dedica a fortalecer laços afetivos com a cultura ocidental:

Aproveitou conhecer Paris mais detalhadamente do que quando viajava com a família e andou dois dias perdida pelos infundáveis corredores do Louvre, admirando fascinada os tesouros nele depositados, reconhecendo muito do que aprendera nas aulas da escola francesa. (PRD, p. 289).

O pai, Caposso, nascido e criado em ambientes de culturas tradicionais (recordemos que ele era natural do Cuanza Sul e peregrinou com o pai enfermeiro pelas terras do interior) desprezava a fascinação da filha pelos museus na Europa e pelos artefatos que ele dizia ser abundante no comércio popular de Luanda: “Basta ir ao mercado do artesanato em Belas, lá até tem mais coisas, nem percebo como gastam dinheiro e tempo a colocar estas peças aqui numa casa tão grande, os franceses têm pouco juízo e pouca queda para os negócios” (PRD, p. 290).

Essa visão puramente pragmática do pai marca uma quase cisão entre ambos. “Quando Caposso levava a família a Paris, Mireille tentava ser a

cicerone, embora os gostos, decididamente, não fossem os mesmos” (PRD, p. 289). “Foi uma grande desilusão provocada pelo pai na sua vida” (ibid., p. 290).

A evolução da elite predadora provinciana representada por seu pai, à elite marcada por uma espécie de neodandismo supostamente emancipatório, leva Mireille a afeiçoar-se cada vez mais à abstração da vida endinheirada e cosmopolita. Para desgosto do pai, a filha que fora criada para sucedê-lo no comando das empresas e da fortuna, “gostava mesmo de esquecer o tempo admirando obras de arte, fosse pintura ou escultura, e um dia ficou absolutamente extasiada com as fabulosas peças africanas descobertas no Museu do Homem” (PRD, p. 289).

Apesar de não cumprir um destino que ela mesma imaginava — “sempre pensara vir a ser economista, gestora, para trabalhar com o pai nas empresas” (ibid.), a personagem Mireille opera como um complemento à caracterização de Caposso. Enquanto o pai desenvolvera com mestria a arte de manipular, subjugar e lucrar com os “homens” em carne e osso, a sua sucessora, no contexto do século XXI só precisa contemplá-los em museus. Já não precisará estar próxima do evento gerador de riqueza. Na verdade, para gerir a fortuna depositada em bancos estrangeiros, bastará a ação de um agente financeiro especialmente treinado para o atendimento dessas elites, de modo que os rentistas usufruam as benesses virtualmente concedidas por um poder econômico demiúrgico.

Foi nesse sentido que a trajetória de Vladimiro Caposso, que se tornou milionário ao longo das primeiras três décadas de independência angolana, comemora o Natal de 2004, em sua suntuosa quinta no Huíla, rico e feliz, mesmo tendo sido obrigado a ceder noventa por cento de seu grupo empresarial a dois sócios estrangeiros, o paquistanês Karim e o norte-americano Omar. Diz o narrador: “O problema de Caposso é que havia tubarões mais gordos ou mais fortes” (PRD, p. 521).

4.8. Consagração e queda: um pacto envenenado

A personagem de Fausto e a de seu medonho comparsa têm direito a todas as reencarnações.

Paul Valéry, *Meu Fausto*

O comportamento dessa elite desenraizada da terra e do povo, que lhes serve à exploração, revela, por outro lado, a sua aproximação não apenas com os vultos ressurretos do colonialismo, mas também a criação de laços com a sua congênere internacional. Invertendo o sentido do famoso grito comunista: “Trabalhadores do mundo, uni-vos”, as elites do mundo sobrevoam as fronteiras e se unem, sempre que necessário, na defesa de interesses mútuos.

Sabe-se, contudo, que esse pacto atávico com a figura do explorador está na base da constituição dos Estados que sofreram o processo colonial, os quais sucumbem, talvez com mais facilidade do que se pudesse crer, às associações negociadas de poder. Ainda recorrendo a Fanon, sabemos que diante do país de hegemonia recém-conquistada: “A antiga potência colonial multiplica as exigências, acumula concessões e garantias, tomando cada vez menos precauções para mascarar a sujeição na qual ela mantém o poder nacional” (FANON, 2010, p. 195). No presente a formulação do autor de *Os condenados da terra* pode ser atualizada, pois a relação de submissão já não se restringe às ex-metrópoles.

No pós-independência, portanto, a questão das elites passa necessariamente pelos valores do antigo colonialismo, com os quais não romperam. Nas palavras do sociólogo angolano André Sango:

A principal característica do processo pós-independência é que, ao contrário do que muitos imaginam, a nossa elite continuou e continua a guiar a sua conduta na base dos mesmos paradigmas usados no período colonial, embora fossem alteradas algumas premissas básicas, como superioridade rracica. Porém, os valores que têm presidido a todo o processo de construção do Estado-Nação têm invariavelmente obedecido aos mesmos critérios (SANGO, 2011, p. 20).

Os “mesmos paradigmas”, outrora na base do colonialismo, na verdade coincidem com o conjunto de valores (ou antivalores) que caracterizam as elites em Angola ou algures: sentimento de superioridade civilizacional e

ideológica, insensibilidade com as desigualdades sociais, exploração do trabalho, defesa da propriedade e acumulação de bens.

Em *Predadores*, o pacto estabelecido não será com um fantasma do colonizador, como em *Terra sonâmbula*, mas com duas figuras “de carne e osso”, materializadas nas personagens Karim e Omar. O primeiro, um comerciante paquistanês que se tornaria “amigo e sócio, quase parente” de Caposso, desembarcara em Luanda à época das primeiras eleições, “com algum dinheiro e muitas ideias de negócios, disposto a arriscar” (PRD, p. 341). O segundo, um lobista norte americano, que mesmo antes de pisar em território angolano, fazia fortuna à distância:

Estava ligado a tipos do petróleo que faziam lobby pelo governo angolano junto das autoridades americanas, tendo contribuído para o melhoramento das relações com o governo angolano e o isolamento dos rebeldes, ganhando um monte de massa com isso. [...] E foi falando de gente do poder que conhecia de Angola, embora nunca tivesse ainda ido lá (PRD, p. 275).

A carreira internacional de Caposso se iniciara, como vimos, precocemente na Juventude do MPLA, quando viajava com Faustino para realizar eventos esportivos e aproveitava para montar o seu negócio de transportes de candongueiros; além disso, ele atravessara o Atlântico muitas vezes em férias ou outros passeios pela Europa. Já essas duas personagens, Karim e Omar, ao contrário, virão ao encontro de Caposso, em busca de oportunidades de negócios, os quais só prosperariam se houvesse um sócio local no contrato.

O mais globalizado era o norte-americano, com inserções em vários espaços mundiais que necessitassem de seus serviços de lobby:

Tinha ganho bastante dinheiro com Angola, não o escondia antes tinha orgulho em afirmar, mas não só. Também a Nigéria por vezes recorria aos seus préstimos. Até com a China e o Irão já tinha tido algumas aventuras de muito proveito (PRD, p. 278).

Caposso firmou sociedade com ambos. Com o paquistanês foi sócio “em vários empreendimentos e ainda o eram na construtora e na mina de diamantes” (PRD, p. 431); com o norte-americano, na construtora e outras fábricas que compunham o conglomerado da CPC:

Omar O Cinzento tinha chegado dos Estados Unidos e entrado também no negócio da construtora, trazendo capital fresco. Queriam fazer dela uma grande empresa, pronta a reabilitar metade das pontes do país e construir condomínios de luxo e outros de média renda, nada de casas populares, outros as fizessem. (PRD, p. 432)

Porém, o arrogante e incompetente diretor da CPC devia “muito dinheiro a Karim e nunca honrava os compromissos”, regido pela filosofia do “kilapi”. As desconfianças cresciam a ponto de os sócios estrangeiros duvidarem do prestígio de Caposso junto às autoridades que interessavam:

Os dois discutiam a dificuldade real ou aparente encontrada por Caposso em conseguir os contratos com o governo, em plena paz. Era essa a sua principal atribuição na nova e ambiciosa sociedade construtora, influenciar governantes a concederem as obras de reabilitação de pontes e estradas à empresa deles, evitando os sempre problemáticos e complicados concursos públicos. Caposso não estava bem visto na praça, achava Karim [...] Já tinha havido alusões a coisas mais graves, suspeitas (suspeitas só?) de corrupção [...] Parecia haver já buracos difíceis de tapar, por isso os governantes agora evitavam favorecer Caposso (PRD, p. 432-3).

De tal modo, os estrangeiros começam a confabular contra o sócio “nativo”.

Karim e Omar, dupla que rapidamente se impunha no panorama nacional, diziam que em breve as fábricas passariam a produzir como nem no tempo colonial e a cervejeira iria para a frente, graças ao seu mérito de gestores (PRD, p. 522).

Apesar de escandalosamente rico, Caposso passou a vida gerindo suas empresas de forma negligente, manipulando a pobreza ao seu redor e corrompendo os agentes do poder. A sorte que “deu encontro com ele” pela primeira vez “na esquina dos Combatentes com a rua El-Rei D. Dinis” (PRD, p. 106), começa a mudar quando ele, confiando em demasia no poder adquirido se envolve com os “tubarões mais gordos ou mais fortes”, os estrangeiros que transitam pelo continente em busca das ditas oportunidades. Essa releitura neocolonial introduz novas e mais complexas peças nos jogos de poder, para o qual a elite nacional, até então interessada em acumular a qualquer preço, não se via preparada para enfrentar.

Na divisão das quotas, o americano ficou com cinquenta por cento e Karim com quarenta. Este seria o gestor permanente, pois Omar tinha outras preferências, não queria abandonar a sumptuosa mansão do Texas para viver em Luanda, onde um mosquito traiçoeiro poderia romper todas as barreiras de protecção e lhe enfiar com um paludismo fatal, outros já tinham ido assim (PRD, p. 522).

A elite nativa que se esforçara para acumular, embora nada produzisse no concerto da nação, agora apenas se aproveita do que foi criado por outros ou firma pactos com agentes terceirizados, para receber em troca da “alma vendida” parte dos dividendos.

Por ser um romance “realista”, *Predadores* não oferece ao seu leitor uma representação do pacto diabólico com os requintes do fantástico como as outras três obras abordadas o fizeram. Por isso, Pepetela habilmente produz aquilo que poderia ser entendido como uma forma “abstrata” do pacto. Algo parecido já havia sido realizado no *Doutor Fausto* de Thomas Mann, no qual o pacto entre o protagonista, Adrian Leverkühn, e o diabo ocorre por meio da relação carnal da personagem com a prostituta Esmeralda, em que Leverkühn contrai sífilis, selando assim em seu sangue o contrato maligno (MANN, 2000, cap. XIX e XXV). No entanto, em Pepetela, o esquema é bem mais sutil.

No romance angolano, vemos surgir algumas personagens com características faustianas e mefistofélicas, que, devido às limitações da representação realista, são tênues em sua configuração fáustica e, por vezes, chegam mesmo a ter papéis intercambiáveis. É o caso do capítulo 12, “Dezembro de 1985”, onde surge o sagaz funcionário da secretaria de Estado com o emblemático nome de “Faustino” — cujas ações foram discutidas na seção 4.3 acima. Como foi visto, Faustino é uma espécie de eminência parda das repartições públicas, um pobre diabo vivendo nas sombras do poder a fim de resolver sem burocracia e entraves (como por mágica) os problemas oficiais. Este prenome, além da direta indicação ao mito fáustico (uma vez que o adjetivo “faustino” é sinônimo dos qualificativos “fáustico, faustiano”),²⁶ também permite entender que o tal funcionário representa um pequeno Fausto, em razão da desinência “-ino” ser marca do diminutivo na língua portuguesa. É claro que o grande Fausto, neste romance, seria o impagável Caposso.

²⁶ Consultar o verbete “faustino” em Houaiss (2001).

Nas poucas referências a Faustino, o “heróico” Vladimiro assume em certo momento o papel de Mefistófeles: “VC em breve se tornou uma espécie de conselheiro espiritual do ‘chefe dos serviços especiais’” (PRD, p. 317), sendo o responsável por insuflar no funcionário maiores aspirações para suas maracutaías, conforme já vimos. No entanto, o pequeno Fausto também seduz o protagonista quando propõe o grande evento esportivo internacional que vai ser o pontapé inicial na carreira de “grande burguês”, almejada por Caposso, e igualmente a sua inserção internacional: “Um dia deixou escapar a Caposso que poderia haver uma fonte de rendimentos suplementares interessante se decidissem organizar um torneio internacional” (PRD, 318), conforme já expomos.

Mas é outra figura, ainda mais enigmática, que vai propor um verdadeiro pacto fáustico a Vladimiro nesse mesmo capítulo 12. Falamos do “membro da direcção central” que propõe ao líder da Juventude do MPLA que preste um falso testemunho contra um importante líder político (cf. seção 4.4). Em troca, Caposso seria indicado para membro do Comitê Central, meta de suas aspirações políticas. Ele aceita a odiosa incumbência, mas ao final sua indicação ao alto comitê não é feita, motivo que o leva a reclamar com o político mefistofélico, afinal “tinha havido um **pacto** entre eles” (PRD, p. 331 – grifo nosso). Apesar de tungado nesse momento, a reação de Caposso o levará a uma nova escalada econômica, pois decide abandonar a carreira política e passar a se dedicar com afinco a seus negócios, já bastante prósperos graças às tramoias na secretaria de Estado. A partir daí, com a habilidade de explorar a mão de obra local, de fraudar os parceiros comerciais e se aproveitar das excelentes relações governamentais adquiridas no tempo de politicagens, VC se consolidará como um portento empresarial, sob a égide da CTC, a Caposso Trade Company.

De uma forma excepcionalmente simbólica, a aceitação da vergonhosa missão demandada pelo alto membro diretivo do MPLA — mesmo com seu desfecho aparentemente frustrante para o protagonista — configura o pacto diabólico, pois representou o ponto moral mais baixo de Caposso até aquele momento de sua história, ele, que em sua chegada à Luanda se orgulhara de ser sério: “Sério eu sou, nunca roubei nada” (PRD, p. 107), roubara agora a dignidade de um herói de verdade das lutas libertárias e, talvez, a possibilidade

de um futuro político melhor para o país, uma vez que essa liderança conquistara uma enorme confiança popular (p. 324 ss.). É mesmo bastante defensável inferir que a queda de tal grande homem, *dentro da economia do romance*, tenha sido decisiva para abrir caminho às falcatruas que iriam então catapultar o falso militante para as rodas econômicas de Angola.

No entanto, a grande figura mefistofélica do romance não se encontra nesse fabuloso capítulo 12, mas sim no *estratégico* capítulo 10. Referimo-nos à detestável figura de Omar, o lobista norte-americano, que ao fim de tudo irá destronar VC, tomando-lhe o conglomerado CTC e relegando-o a uma dourada aposentadoria — douradíssima, porém, solitária e obscura existência. Aqui temos, sem dúvida, a configuração ideal de Mefisto, a começar por sua aparência: “De facto o tipo tinha olhos de lobo, absolutamente cinzentos. O cabelo também era cinzento de nascença. Segundo Susan [personagem secundária], também os pensamentos eram cinzentos” (PRD, p. 275). Além do aspecto para lá de sombrio, as obscuras origens do sujeito e de seu nome também conjuram algo de demoníaco, vejamos:

O Omar tinha esse nome por causa do pai, um tipo psicologicamente instável que resolveu se converter ao Islão na altura em que o filho nasceu. Daí ter mudado o nome para Abdullah e dado o de Omar ao filho. Mas em breve se converteu ao cristianismo, se inscrevendo numa seita xenófoba do sul dos Estados Unidos que negava a teoria da evolução das espécies e qualquer capacidade intelectual em pessoas de cor mais escura que a dele (PRD, p. 273-4).

Os antepassados eram finlandeses. Daí os olhos. Frios. Sempre foi muito calculista. O contrário do pai. Um pobre diabo, totalmente maluco, devia estar engaiolado num manicómio, absolutamente reaccionário, embora também com os olhos claros. Caiu em todas as seitas e igrejas, acredita no primeiro pregador (p. 279).

Mas é na atuação profissional que se configura plenamente a sua estatura de demônio pós-moderno:

Mas voltemos a Omar. O anel com o diamante que ostentava na mão esquerda e o relógio a condizer diziam muito sobre a riqueza do lobista. Tinha ganho bastante dinheiro com Angola, não o escondia antes tinha orgulho em afirmar, mas não só. Também a Nigéria por vezes recorria aos seus préstimos. Até com a China e o Irão já tinha tido algumas aventuras de muito proveito (PRD, p. 277-8).

O tradicional Mefistófeles, em sua versão goethiana, teria dificuldade para acompanhar o jovem Omar!

Todas estas referências aparecem durante um jantar com o já conhecido Nacib e sua namorada norte-americana Susan, que o apresenta ao tal Omar, ex-namorado da moça. Eles estão em San Francisco, Califórnia, próximo à empresa em que Nacib fazia um importante estágio, como informado anteriormente. A atmosfera da cena é tão extravagante que o narrador, *alter ego* assumido do autor Pepetela, faz uma intrusão abrupta na narrativa e, dirigindo-se ao leitor, avisa que nem ele mesmo acredita na verossimilhança da cena:

Antecipo-me dizendo, estou de acordo com os sempre amáveis leitores, também é puxar demais a corda para esta coincidência, aliás absolutamente inútil para o decorrer da estória, a qual poderia acabar da mesma maneira sem esta deriva forçada; é fazer os leitores de parvos, como se na vida estas coisas acontecessem [...]. Nem imaginam como me reconfortam as vossas críticas e maledicências... Por outro lado, escolher um terceiro americano para interferir mais tarde na vida de Caposso, criar-lhe uma voz e um rosto, além de um passado, me parece ser demasiado dispendioso, contrário à conhecida teoria da economia literária, sobretudo neste século de ideologia dominada pelo Fundo Monetário Internacional. Que o diabo decida entre as duas possibilidades (PRD, p. 276-7).

Semelhante ruptura de caráter metalinguístico não pode ser debitada apenas às idiossincrasias do autor, e muito menos devemos taxá-lo de “incapaz de medir consequências e mesmo, o pior de tudo num escritor, desleixado” (trecho do mesmo discurso intrusivo, p. 276). Aqui se encontra, em termos metalinguísticos e de caráter altamente literário, o substituto do recurso ao fantástico a que recorrem os literatos pactuários, ou melhor, os criadores de histórias fáusticas. O narrador rompe brutalmente com a tão desejada ilusão de realidade, qualidade indispensável a uma história bem contada, para alertar o leitor atento de que todo o episódio deve ser lido sob óticas não convencionais.

Portanto, estamos em face de uma cena demoníaca e sendo devidamente apresentados ao Mefistófeles globalizado, num momento do romance que, como o próprio narrador dublê de autor informa, não traz nenhuma contribuição para o desenvolvimento do enredo. E, muito importante, a cena ocorre no centro exato do livro, no capítulo 10 de um total de 20,

portanto, na sua metade aritmética. E, se quisermos ser mais rigorosos, o trecho se inicia na página 273, de um total de 545 páginas da edição utilizada aqui. Não dá para ser mais enfático na tentativa de indicar a centralidade radical da cena.

Por que o episódio não tem muito valor no desenvolvimento da trama? Porque o tal demônio simplesmente desaparece da história e só volta a se mostrar na página 432, sem ter deixado vestígios depois de sua entrada triunfal. Tanto é verdade, que o narrador intrusivo volta a fazer mais uma de suas afrontas ao leitor: “Para o leitor preguiçoso, desatento ou desmemoriado, lembro que este Omar era aquele antigo namorado de Susan, de olhos e cabelo cinzentos, tendo ganho dinheiro nos Estados Unidos com trabalho de lobista a favor do governo angolano” (PRD., p. 432).

Agora sim, Omar será decisivo na trama. No entanto, como deve ter ficado claro, ele mesmo não participou do pacto simbólico do capítulo 12, sendo substituído aí pelos pequenos mefistófeles: Faustino e o “membro da direcção central”. Seu papel agora será cobrar sua parte no pacto, a “alma” de Caposso. Como seria de se esperar, a alma de um membro da elite está em sua propriedade e poder. Da primeira, ele foi parcialmente destituído, ficando apenas como acionista minoritário do grande conglomerado que criara, e, do segundo, não sobrou qualquer sinal. O diabo hoje prefere coisas bem mais concretas para trocar com ambiciosos actuários, apesar disso, junto com essa “alma” tão palpável, o actuário VC também perdeu sua filha favorita (que se afastou do pai), sua nação e sua felicidade. Será? O romance também acaba com uma pergunta: “Nunca mais?”.

ELITES AFRICANAS E A FARSA FÁUSTICA — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2003, um ano após o encerramento de quatro décadas de lutas praticamente consecutivas em território angolano, Ruy Duarte de Carvalho publicou um conjunto de textos de intervenção, que trazia como subtítulo: “[dizer da(s) guerra(s) (,) em Angola (?)]”. Essa inventiva síntese de suas formulações críticas em *Actas da Maianga* (2003) é emblemática da complexidade das questões que se impuseram ao continente africano, não apenas a Angola, ao longo do século XX. Ruy Duarte coloca em foco, de uma só vez, que a guerra em Angola se fala no plural, que tal condição bélica não é exclusividade deste país subsaariano — daí a vírgula inserida para determinar o lugar —, e por fim, o ponto de interrogação desafia: a guerra é mesmo em / de Angola? A proposta do esperançoso pensador angolano é que um compromisso prévio de reconciliação e paz daria, naquele início de século XXI, uma chance ao urgente desafio de recomeçar. Ele diz:

O que eu muito abertamente auguraria, choque embora e passe a provocação, seria que [...] a plataforma desse compromisso, uma vez alcançada, fosse sabiamente prolongada, com tino e tacto e sem pressas nem pressões, até que do seu próprio curso emergisse, e não apenas por imposição ou estratégia de poderes [poderes de dentro e poderes de fora], a tal reconciliação das partes com as partes, do povo com as partes e do povo com o povo. E que, nesses termos, pudesse vir a encontrar-se a fórmula de uma paz qualquer, quer dizer, a instauração e a prevalência de uma situação que se substituísse àquela “normalidade” a que uma crise de décadas tinha conduzido a vida em Angola (2003, p. 12).

A “normalidade” a que Ruy Duarte se refere diz respeito, como demonstra a continuidade do texto, a “uma situação ‘anormal’ que se sedimenta e segrega um clima de perpétua precariedade a todos os níveis, e em que a lógica da guerra passou ‘a orquestrar todos os ritmos da vida’” (ibid.). A reconciliação das partes num concerto de nação dentro do Estado parece ter sido a tônica do desejo desse escritor e ator social.

O autor observa a relação entre a situação social calamitosa e o pacto que as elites (neste caso, as angolanas) firmaram, aproveitando-se, especialmente, dessa lógica de guerra, sobretudo na capital Luanda, “arena privilegiada dos desenvolvimentos políticos” (ibid.). Há uma evidente

inquietação quanto à formação espúria de grande parte das elites; isso fica evidente pela menção e reflexão sobre esse grupo social mais de 40 vezes na obra, com temas que serão retomados também em *A câmara, a escrita e a coisa dita* (2008). Seus textos de intervenção focalizam as guerras como o motor do processo de espoliação, mas lucidamente destaca que o país foi arrolado num jogo de poderes de “expressão local, nacional, então apenas, e talvez só, de uma crise muito mais dilatada, à escala do continente e do mundo” (CARVALHO, 2003, p. 27).

Assim, a guerra em Angola deve ser entendida “como uma expressão, entre outras, de uma crise de fundo que não é apenas a de Angola. Ela envolve toda a África sub-sahariana, e já é restringir [...]” (ibid., p. 26). E, apontando os precedentes dessa “crise de fundo” (o colonialismo tardio e suas conhecidas implicações; o pós-colonialismo e a ganância de agentes internos e externos “juntos a tragar as pedras e o óleo, p. 27), ele conclui: “Angola não detém o exclusivo do tipo de descalabro e de catástrofe que lhe tem assistido” (ibid.).

A análise do antropólogo e escritor angolano vai ao encontro do interesse manifestado pelos quatro autores aqui abordados quanto ao tema das elites, os quais evidenciaram em suas representações ficcionais que o descalabro e a catástrofe que aterrissaram no continente africano, possibilitando o surgimento de uma elite “predadora”, como acusa Pepetela, não apenas têm passaportes de muitas nacionalidades como se beneficiam muitas vezes da cartilha colonial-capitalista que, em condições especiais, encontra ambiente propício ao seu revigoramento.

Ruy Duarte justifica, deste modo, o foco principal de nossa pesquisa, colocando no proscênio da construção do Estado-nação as elites dos países africanos aqui estudados. Assim, partimos das suas produtivas análises nessas reflexões finais de nossa tese, na qual buscamos verificar “uma relação entre atores sociais e políticos numa história recente e nos contextos atuais, assim como suas propostas para o devir, seja nas suas convergências seja em suas rupturas”, conforme ensina Carlos Serrano (2005, p. 144).

Diante das catástrofes históricas que vitimaram os povos africanos desde o passado mais remoto ao tempo presente, poderiam parecer inconcebíveis os questionamentos pontuais como os que os autores estudados levantam acerca das elites políticas e econômicas (empresariais). Mas, o que

verificamos no escopo dos romances é que a justificação de tais atitudes críticas encontra-se exatamente nas lutas empreendidas por essas sociedades, no intuito de promover mudanças estruturais profundas contra uma história marcada por opressão e expropriação. Também nesses contextos, ou sobretudo nesses contextos, “a pergunta clássica da Sociologia, ‘o que torna possível a sociedade?’, é inevitável quando se observa que as experiências de vida de diferentes setores da população são tão discrepantes e muitas vezes incomensuráveis” (REIS, 2000, p. 143). Daí o papel desempenhado pelas elites africanas ser eficazmente tratado pela via literária, chamando a atenção para a necessidade de tirar o véu que encobre o dourado pedestal de onde se decide o destino da maioria da população.

Em “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade” (2000), Elisa Reis chama a atenção para o fato de não existirem (nas ciências sociais brasileiras) “estudos sistemáticos sobre como os não-pobres e particularmente as elites percebem a pobreza e a desigualdade. Mesmo nos países mais prósperos essa questão é pouquíssimo estudada” (p. 144). A pesquisadora defende a importância de não negligenciarmos o pensamento das elites (políticas, burocráticas, empresariais, sindicais etc.), pois são elas que detêm o monopólio da formação de opinião e interferem sobremaneira nas decisões de Estado e, por conseguinte, na vida dos indivíduos. “Como não se perguntar, por exemplo, sobre os fundamentos da solidariedade social em sociedades que exibem níveis de desigualdades tão acentuados como a brasileira?”, e ela se inquieta: “o que é que preserva o *status quo*? Como e por que uma dada ordenação social se torna aceitável ou legítima?”, para concluir que “parece bastante claro que a capacidade de empatia decresce significativamente à medida que nos diferenciamos socialmente do outro” (REIS, 2000, p. 143).

A incapacidade de empatia por parte das elites parece tornar-se ainda mais pungente quando “o outro” era até bem pouco tempo atrás os irmãos e irmãs por séculos reunidos sob um manto de subjugação (o colonialismo); como o lamento da personagem de Chiziane sobre o inescrupuloso patrão David: “És negro. [...] Vieste do nosso ventre e amamos-te. Significavas para nós a geração de escravos que se libertou. [...] Abandonaste-nos. És tirano” (OSJ, p. 69).

No geral, tanto as elites nacionais quanto as internacionais têm o poder de dominar as instituições democráticas em condições impensáveis para os demais cidadãos, apesar de esses formarem a maioria eleitora de seus governantes. Por exemplo, em *Predadores* vimos como o lobista norte-americano, Omar, atuava junto ao governo de seu país em cumplicidade com representantes da elite de um país que ele nem mesmo conhecia, Angola.

O estudo de Elisa Reis, compreendido numa pesquisa internacional sobre o Brasil, a África do Sul, as Filipinas, Bangladesh e Haiti¹ aponta dados comparativos entre essas elites e a europeia no período de implantação do *welfare state*.² No caso do Brasil, ela observa pela análise de entrevistas com setores que não deixam de apresentar um discurso incomodado em relação à pobreza e a desigualdade:

Há nas respostas das elites um aparente paradoxo. O fato de seus membros considerarem os problemas sociais como de grande relevância pareceria identificar a existência, entre eles, de uma notável consciência social, isto é, de uma consciência da interdependência entre os diferentes setores sociais, elemento que foi crucial na emergência de soluções coletivas e públicas para o problema da pobreza na Europa e que levou, posteriormente, à consolidação do *welfare state* (REIS, 2000, p. 148).

Mas, tanto no Brasil quanto na África do Sul (para voltarmos ao continente africano), a pesquisa constatou que a consciência da interdependência entre pobreza e concentração de renda não existe de fato. Antes, essas elites creditam apenas ao Estado, ao poder público, a responsabilidade pelo bem-estar da população, criticando uma suposta “falta de vontade” dos governantes em cumprir o papel de mantenedor dos pobres.

¹ Tendo como interlocutor Abram De Swaan (*In care of the state: health care, education, and welfare in Europe and the USA in the modern era*. Oxford University Press, 1988), os pesquisadores envolvidos no projeto, além de Elisa Reis que focalizou as elites brasileiras, foram: Mick Moore e Noami Hossain (sobre as elites de Bangladesh); Gerard Clarke e Marites Sison (Filipinas); James Manor e Noushin Kalati (África do Sul); Omar Thomaz (Haiti) (REIS, 2009, “Entrevista”). O resultado da pesquisa de Elisa Reis e seus colegas está publicado em REIS, Elisa P.; MOORE, Mick. *Elite Perceptions of Poverty and Inequality* (Crop International Studies in Poverty Research). New York: Zed Books, 2005.

² “O estudo histórico de De Swaan e a observação impressionista de que as elites do Terceiro Mundo têm uma percepção da pobreza diferente daquela das elites europeias à época da implantação das políticas nacionais de *welfare* inspiraram o projeto de pesquisa” (REIS, 2000, p. 144). Ver tb., DE SWAAN, Abram. Elite perception of the poor: reflection on a comparative research project. In: REIS, Elisa P.; MOORE, Mick (2005), p. 182-194.

Contudo, o que elas não vêem é que essa vontade “faltante”, essa “omissão” política, é algo que deve ser creditado a elas próprias. Nesse sentido, **falta uma noção de responsabilidade social entre as elites**. Aparentemente, elas não se vêm como parte de um todo, uma coletividade, nem tampouco percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da pobreza, elas se eximem da responsabilidade coletiva (REIS, 2000, p. 149 – grifos nossos).

Porém, há ainda uma diferença substancial entre as elites brasileiras e sul-africanas. Se, no Brasil, as elites reconhecem a questão da extrema desigualdade social, afirmando com muita desfaçatez — diga-se — que é vergonhosa e lamentável a liderança do país no ranking mundial da desigualdade (REIS, 2000, p. 150), na África do Sul, a questão é minimizada. Ali, as elites tendem a observar “que existem sociedades muito mais desiguais que a sua, referindo-se, a título de exemplo, a países que, objetivamente, no *ranking* estatístico, ocupam posições tão ou mais elevadas quanto a de seu país” (ibid.). O que verdadeiramente há de comum entre as elites desses países, conforme tal estudo, é que “a desigualdade de fato existente nos dois casos faz com que a insegurança e a ameaça da violência sejam vistas como os principais fatores a exigir que algo seja feito para combater a pobreza e a desigualdade” (ibid.). Grosso modo, o estudo conclui (anotando-se algumas diferenças pontuais) que as elites no Brasil e em países de nível de desenvolvimento semelhante, ou inferior, em geral se preocupam com a as questões sociais na medida de seu interesse de preservação pessoal e patrimonial.

Apesar das diferenças contextuais em Angola e Moçambique (tardo colonialismo, guerras civis etc.), consideramos seguro fazer uma aproximação analítica sobre as elites e as observações dos pesquisadores sobre a África do Sul e o Brasil: países em nada alheios à história angolana e moçambicana, ontem e hoje. Naturalmente, o nosso escopo não é o sociológico, mas o literário — embora com o devido respaldo nos textos críticos de intervenção; e sabemos que os campos da ficção e da sociologia não são sinônimos, mas podem ser complementares. Dessa maneira, procuramos demonstrar como a literatura produzida em Angola e Moçambique tem indicado um caminho de crítica possível à formação de suas elites, por uma via que, no final das contas,

“pode ser o lugar da verdade mais exigente”, como vimos nas palavras de Alfredo Bosi (2002, p. 135).

Também nesses países, pensando-os a partir das representações romanescas, faltaria a noção de responsabilidade social por parte de suas elites: “Aparentemente, elas não se vêem como parte de um todo”, como Reis observa sobre o caso brasileiro. Assim constituídos, esses grupos não teriam incorporado, ou teriam renunciado, a ideia de unidade tão decantada nos projetos de (re)construção desses Estados nacionais.

Ao que tudo indica, o objetivo de construir uma nação a partir das mazelas sociais herdadas do antigo regime, buscando uma distribuição equitativa dos escassos recursos da sociedade, chocou-se com projetos específicos de grupos e pessoas, no plano interno e suas articulações na esfera internacional. Neste estudo, em que o objeto romance goza da primazia, refletimos sobre como um rol de intelectuais e escritores expoentes na cena cultural de Angola e Moçambique se volta criticamente às elites africanas, fazendo ecoar perguntas como: Quem são essas elites? Como se formaram? Quais os seus mecanismos de poder e de reprodução? Qual papel o recorte “racial” desempenha na constituição dessas elites hoje? Qual o ideário das elites políticas, culturais e econômicas no contexto de independência?

No entanto, ao analisarmos os aspectos do movimento dessas elites nessas duas Repúblicas, procuramos evidenciar também que o seu poder de dominação e opressão social não constitui um fenômeno exclusivo do capitalismo africano e de povos em perenes crises. Conforme aprendemos de pensadores como Balandier (1982) e Bourdieu (1989), as faces do poder que hierarquizam as dinâmicas sociais imbricam-se em diferentes povos e culturas de diferentes modos.

O pacto das elites: a farsa fáustica

Os tópicos levantados a partir da análise das quatro personagens centrais em nossa pesquisa (João Segunda, David, Estevão Jonas e Vladimiro Caposso) são intercambiáveis, isto é, eles compõem em algum grau a personalidade de uma e de outra personagem. A imitação e adaptação de Segunda aos preceitos coloniais, um preto de coração branco, como o definia a

elite colonialista, bem como a negação de valores autóctones, considerando-se "civilizado no pensamento e nos modos" (MMM, p. 38), perpassam a caracterização das demais personagens em seu arrivismo e egoísmo social. Ao priorizarem os ganhos pessoais em detrimento de um projeto de nação abrangente, as quatro personagens evidenciam a opção pela europeização dos hábitos e adaptação à filosofia do empoderamento neoliberal ensinados no almanaque neocolonial, escrito num palimpsesto onde se lê:

O colonialismo quase nunca explora a totalidade do país. Contenta-se em extrair recursos naturais, que exporta para as indústrias metropolitanas, permitindo assim uma relativa riqueza setorial, enquanto o resto da colônia prossegue, ou pelo menos aprofunda, o subdesenvolvimento e a sua miséria (FANON, 2010, p. 186).

Essas palavras de Fanon, analisando a questão colonial para entender o despertar das primeiras nações africanas independentes, carregam verdades que iluminam em muitos aspectos o que os romances aqui estudados descrevem sobre as elites africanas da virada do século: "Depois da independência, os nacionais que habitam as regiões prósperas tomam consciência da sua chance e por um reflexo visceral e primário, recusam-se a alimentar os outros nacionais" (ibid.). Primeiro, à exceção do romance de Mia Couto, que cria um espaço fictício como representação do todo moçambicano, nos outros três romances os espaços das ações narrativas são claramente as respectivas capitais de Angola e Moçambique: Luanda e Maputo. Isso demonstra que o maior desenvolvimento das regiões urbanizadas no tempo colonial, especialmente as capitais, fez desses espaços os *loci* privilegiados das elites no pós-independência, segmentando a distribuição de recursos sociais: "Cada vez mais, a burguesia nacional vira as costas ao interior, às realidades do país em abandono e olha para a antiga metrópole, para os capitalistas estrangeiros que fornecem os seus serviços" (FANON, 2010, p. 193). Em segundo lugar, o assentamento desse grupo no litoral favorece a sua aproximação mais com as congêneres internacionais do que com os seus compatriotas espalhados nas periferias das cidades e no interior do país, os quais "recusam-se a alimentar".

Percebida a oportunidade da presença do pacto fáustico na representação literária das elites africanas por seus melhores autores,

procuramos compreender como esse mito europeu e medieval pode ser reencenado na escrita romanesca de países com tradições culturais tão distintas daquela de sua origem.

O pacto de David, em OSJ, com as forças antipopulares (individualismo radical, egoísmo social, desejo desmedido de enriquecimento) manifestado em sua busca de proteção em poderes sobrenaturais, retoma a caracterização de João Segunda (cujo pacto é também evidenciado) e aponta para os demais pactuários Estevão Jonas (com o colonizador ressuscitado) e Vladimiro Caposso (com a elite internacional).

É preciso esclarecer que a apropriação se deu de maneiras muito diferentes em cada obra. Na de Chiziane, encontramos uma intertextualidade mais direta, tanto é assim que alguns estudiosos já haviam relatado esse paralelo (cf. MATA, 2001; DUTRA, 2012). Em Mia Couto, a fórmula também fica bastante explícita, mas com requintadas invenções reconfigurativas, como a substituição de Mefisto por um ex-colono ressuscitado. Talvez por se tratar de uma personagem secundária, esse novo Fausto (o tal Estêvão Jonas), até onde a nossa pesquisa pode alcançar, não teve ainda a sua filiação fáustica reportada pela crítica especializada.

Mas são nos romances angolanos que a apropriação do mito faustiano está mais velada e, portanto, exige maiores esforços hermenêuticos. Em *Maio, mês de Maria*, Boaventura Cardoso estrutura sua narrativa de maneira habilidosa conforme o modelo dado pelo *Fausto* de Goethe, mas o faz de modo que o paralelo fique obscurecido pela forma fragmentária, descontínua de sua composição. Já Pepetela, por sua opção pela linha realista, precisou criar uma estratégia metalinguística bastante criativa para instalar o seu Mefisto, o pacto e a cobrança diabólica.

No entanto, o mais interessante é verificar o ganho literário e crítico dessas apropriações, e de que maneira elas reconfiguraram o mito europeu de mais de quatrocentos anos (se contarmos a partir da primeira publicação em livro, o *Volksbuch*, de 1587). Para tanto, é preciso lembrar que foi Goethe quem de forma mais acabada usou o mito para representar uma nova realidade social, a ascensão irreprimível da burguesia. O dramaturgo alemão se apropriou da personagem de Fausto como alegoria da elite que iria mudar a organização da sociedade ocidental e a face da própria terra, usando para isso

forças ainda pouco conhecidas advindas da ciência, da tecnologia, da política e da economia — sendo este tema a grande característica do *Fausto II*.

Vale notar que além da escolha do mito fáustico para sua obra, Goethe ainda se decidiu pelo gênero *tragédia* para sua configuração, o que já é muito significativo sobre como este poeta via tal mudança na vida social. Segundo os estudiosos goethianos, na verdade existem três grandes tragédias na obra: a de Gretchen, no *Fausto I*, a de Helena de Troia e a do Colonizador, ambas no *Fausto II* (cf. MAZZARI, 2010 e 2011). É evidente que a terceira é a que mais nos interessa no momento, pois trata de como o sábio Fausto realizou um grande empreendimento portuário, cuja grandeza lhe rendeu enorme fortuna, mas que, para tanto, exigiu o esforço titânico e o sangue de milhares de trabalhadores e, mais importante, resultou no assassinato de um casal de idosos única e exclusivamente para atender a um capricho do Colonizador (*Fausto II*, Quinto Ato).

A cena final do *Fausto II*, que culmina com a redenção da alma de Fausto, é uma das mais controversas na fortuna crítica dessa grande obra: como aceitar que depois de tantos e tamanhos crimes, inclusive contra a inocente Gretchen, Fausto possa ter sido salvo pela intercessão do espírito dessa mesma moça que ele desgraçara? Com Adorno, filiamo-nos aos críticos que vêem na cena final uma desconcertante ironia, um legado enigmático de Goethe à posteridade, conforme o ensaio “Sobre a cena final de *Fausto*” (ADORNO, 2003b).

Acompanhando a indicação dada por Boaventura Cardoso, temos nos quatro romances estudados a proposta literária de um “segundo” Fausto, ou o Fausto africano da pós-modernidade. Torna-se irrecusável trazer para nossa análise uma das mais perspicazes declarações de Karl Marx:

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (Marx, 1978, p. 329).

Transpondo essa reflexão para a esfera literária, poderíamos dizer que no surgimento da elite burguesa, o Fausto de Goethe, sua representação obrigatoriamente se deu como tragédia — afinal, era um acontecimento

primitivo, seminal. Nas suas posteriores reconfigurações, pensando agora em termos europeus, vamos perceber que as formas escolhidas vão sofrendo transformações. Em seu *Doutor Fausto*, Thomas Mann opta pelo romance, ainda numa linha realista, para falar da ascensão do nazismo: um tema que, portanto, exigiria o estilo sério, típico de gêneros como a tragédia. Já Paul Valéry, em *Meu Fausto*, abordando agora o burguês na alta modernidade, preferiu definir suas peças teatrais, nas quais intencionava configurar sua versão fáustica (inconclusas devido ao seu falecimento), de “comédia” e “*féerie* dramática” (VALÉRY, 2010), cujo tom jocoso se filia ao estilo baixo, próprio da comédia.

Pensando agora em nosso *corpus* literário, parece-nos inequívoca a escolha pela maior parte desses autores do tom farsesco em suas obras. O que se verifica, em especial, naquela que foi mais fundo na apropriação do modelo goethiano, *Maio, mês de Maria*, na qual impera o humor e as cenas cômicas. Mas igualmente podemos pensar nas obras de Mia Couto e Pepetela, cujas situações e descrições caricaturais também revelam a opção pela farsa. Somente Chiziane parece divergir, constituindo em seu romance *O sétimo juramento* mais um exemplo de configuração trágica do mito faustiano. O que nos leva a perguntar que na escrita feminina, diferentemente do desfecho talvez irônico de *Fausto* de Goethe, não há espaço para a redenção do herói fáustico (as personagens femininas não perdoam David nem mesmo após a sua morte), muito menos para rir da infelicidade que tal figura representa literariamente.

Sabendo-se que a farsa, na sua formulação tradicional, fazia

... uso da sua potencial possibilidade de subverter a ordem social estabelecida através do mecanismo da sátira. Esta era sempre muito contundente e chegava, por vezes, a ser cruel, não raro fazendo uso de uma linguagem grosseira, escatológica e até desbragada e impudica, o que, invariavelmente, gerava o cómico e o riso dissoluto. No entanto, com alguma frequência eram as camadas mais baixas da pirâmide social e os mais fracos os alvos preferenciais e os mais fáceis de atingir (GONÇALVES, 2012).

No emprego feito por nossos autores, há uma inversão de elevada contundência crítica: a farsa moderna atinge o topo da pirâmide social e desmascara o que há de mais risível e ridículo na ação das elites, no caso as

africanas, dando a entender o caráter imitativo e subordinado desse grupo em relação aos seus congêneres nos países ricos. Em suma, trata-se de expressar a situação de arremedo, de simulacro em que se encontra este novo ou segundo Fausto. Mas nem por isso, o Fausto africano deixa de ser menos perverso e prejudicial à sua sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia geral

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Literatura, história e política**: literaturas de língua portuguesa no século XX. Cotia: Ateliê, 2007.
- _____. Notas sobre a utopia, em Pepetela. In CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. **Portanto... Pepetela**. Cotia: Ateliê / Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2009.
- ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. **Sociedade civil em Angola**: da realidade à utopia. Tese de doutorado, IUPERJ, 2006.
- ADAM, Yussuf. **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo**: trajetória de Moçambique pós-colonial (1975-1990). Maputo: Promédia, 2005.
- ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003a.
- _____. "Sobre la escena final de *Fausto*". In ADORNO, Theodor W. *Notas sobre literatura*. Obra completa, vol. 11. Madrid: Akal Ediciones, 2003b, p. 125-135.
- AFONSO, Maria Fernanda. **O conto moçambicano**: escritas pós-coloniais. Lisboa: Caminho, 2004.
- AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org.). **Ángel Rama**: literatura e cultura na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2001.
- AHMAD, Aijaz, **Linhagens do Presente**. Org.: Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Benjamim. **Angola**: O conflito na Frente Leste, Lisboa: Âncora, 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática. 1989.
- _____. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa : Edições 70, 2005.
- ANDERSON, Perry. **O fim da História**: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- _____. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- APPIAH, Kwame Anthony. Is the *Post*- in Postmodernism the *Post*- in Postcolonial?. In: Padmini Mongia (Ed.), **Contemporary Postcolonial Theory – a Reader**. London: Arnold, 1996.
- ARAUJO, Kelly Cristina Oliveira de. **Um só povo, uma só nação**: o discurso do estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979). Dissertação
- AUERBACH, Erich. **Figura**. Trad. de Duda Machado. São Paulo: Ática, 1997.

- _____. **Mimesis**. A representação da realidade na literatura ocidental. 3ª ed. São Paulo : Perspectiva, 1994.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BALANDIER, Georges. **O contorno**: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **O poder em cena**. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- _____. **As dinâmicas sociais**: sentido e poder. São Paulo: Difel, 1976.
- BELLUCCI, Beluce. **Economia contemporânea em Moçambique**: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo. Rio de Janeiro: Educam, 2007.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Obras escolhidas I** - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. "Crítica da Violência. Crítica do Poder", trad. de Willi Bolle, in: W. Benjamin, **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie**, org. W. Bolle, S. Paulo: Cultrix/EDUSP, 1986, p. 160-175.
- BERMAN, Marshall. "O Fausto de Goethe: A tragédia do desenvolvimento", in **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Tradução de Carlos F. Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. London: Routledge, 2006.
- BITTENCOURT, Marcelo. Angola. Tradição, modernidade e cultura política. In: REIS, Daniel Aarão (et alii). **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a, p. 129-144.
- _____. Angola: Influências e persistências indesejáveis. In: Núcleo de Estudos contemporâneos. Niterói: UFF, 2010b. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/materia/independencia-de-angola/angola-influencias-e-permanencias-indesejaveis>. Consulta em 05.01.2013.
- _____. **"Estamos juntos!"**: O MPLA e a luta anticolonial [1961-1974]. Volume 1. Editora Kilombelombe. Luanda, 2008.
- _____. A resposta dos "crioulos luandenses" ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX. In: **A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)**. Lisboa: IICT, 2000, Disponível: <http://www.casadasafricas.org.br>. Consulta em 04 de março de 2012.
- _____. **Dos jornais às armas**: Trajectórias da contestação angolana. Vega Editora. Lisboa, 1999.
- BLAKE, William. **O Casamento do Céu e do Inferno e outros Escritos**. Tradução de Alberto Marsicano. Rio de Janeiro: LPM, 2007.
- _____. **Canções da inocência e canções da experiência**. Tradução de Gilberto Sorbini, Weimar de Carvalho. São Paulo: Disal, 2005.

- BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Trad.: Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ / Contraponto, 2005.
- BOBBIO, Norberto. "Teoria das elites". In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília : UNB., 1998.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRENNAN, Timothy. "The national longing for form". In: ASHCROFT, Bill. **The Post-Colonial Studies Reader**. London: Routledge, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional-dependente. São Paulo: CEBRAP, Novos Estudos, 93, julho 2012, p. 101-121.
- _____. Imigração e nacionalismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, segunda-feira, 27 de julho de 2009, Caderno Dinheiro, p. B2.
- BUSINO, Giovanni. **Elite(s) et élitisme**. Paris: PUF, 1992.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- _____. "A esperança ainda não foi hierarquizada nem apropriada". In **Ao Arqueólogo do Futuro**, Agência Carta Maior, 2006. On line: http://cartamaior.com/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12366. Acesso em 01.11.2009.
- _____. O homem novo (breve itinerário de um projeto). In: SOPA, António (org.). **Samora, homem do povo**. Maputo: Maguezo, 2001.
- _____. A longa estrada da democracia moçambicana. In: Brazão Mazula (org.), **Moçambique. eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo: Patrocínio Embaixada do Reino dos Países Baixos, 1995.
- _____. Desenvolvimento, Ciência e Cultura (Cultura, Ciência, Técnica e Desenvolvimento). s/d. Texto cedido pelo autor.
- _____. A gênese das elites: Notas sobre a libertação nacional de Moçambique. s/d. Texto cedido pelo autor.
- CAN, Nazir. **História e ficção na obra de João Paulo Borges Coelho**: discursos, corpos, espaços. Tese de doutorado. Universitat Autònoma de Barcelona, 2011.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- _____. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993.
- _____. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- _____. **Formação da literatura brasileira**. Vol. II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- _____. O Homem dos Avelhos. In: **Tese e antítese**. São Paulo, Nacional, 1964.
- CARPENTIER, Alejo. **El reino de este mundo**. México: Cia. General de Ediciones, 4ª ed., 1973.
- CARVALHO, Silvío. **Angola: nação e literatura (1975-1985)**. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 1994.

- CASTELO, Cláudia et alii (org.). **Os outros da colonização**. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 2012.
- CAVACAS, Fernanda. **Mia Couto**: brincadeira vocabular. Lisboa: Mar Além, 1999.
- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In HEINZ, F. M. (org.), 2006. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 20-39.
- CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (org.). **Passagens para o Índico**: encontros brasileiros com a literatura moçambicana. Maputo: Marimbique, 2012.
- _____; MACÊDO, Tânia; CAVACAS, Fernanda (org.). **Mia Couto**: o desejo de contar e de inventar. Maputo: Ndjira, 2010.
- _____. A propósito na narrativa contemporânea em Angola: Notas sobre a noção de espaço em Luandino Vieira e Ruy Duarte de Carvalho. In: SECCO, Carmen Tindó; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato (org.). **África, escritas literárias**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.
- _____; MACÊDO, Tânia (org.). **Portanto... Pepetela**. Cotia: Ateliê / Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2009.
- _____; MACÊDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (org.). **A kinda e a misanga**: encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo: Nzila/Cultura Acadêmica, 2007.
- _____. "Ruy Duarte de Carvalho: a educação pela terra". In: **A kinda e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. Chaves et alii (org.). Luanda / São Paulo: Nzila Editorial / Cultura Acadêmica, 2007, p. 109-116.
- _____. "Modos de ver e escrever o mundo em Ruy Duarte de Carvalho". In: **A kinda e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. Chaves et alii (org.). Luanda / São Paulo: Nzila Editorial / Cultura Acadêmica, 2007, p. 335-347.
- _____. et alii. (Org.). **Brasil / África**: como se o mar fosse mentira. São Paulo; Luanda: UNESP; Chá de Caxinde, 2006.
- _____. **Angola e Moçambique**: experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê Editorial: 2005.
- _____; MACÊDO, Tânia; MATA, Inocência (org.). **Boaventura Cardoso**: a escrita em processo. São Paulo: Alameda / União dos Escritores Angolanos, 2005.
- _____; CABAÇO, José Luís. Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural. In: ABDALA JR., Benjamin. **Margens da cultura**: mestiçagens, hibridismo e outras misturas. Editora Boitempo. São Paulo, 2004.
- _____. **A formação do romance angolano**: entre intenções e gestos. Col. Via Atlântica; v. 1. São Paulo: 1999.
- CHIAMPI, Irlemar. História e mitologismo em *El reino de este mundo*. In: GONZÁLES, Elena Palmero (org.). **No reino de Alejo Carpentier**: doze ensaios críticos. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.
- CHIAROTTINO, Alessandro Arthur Ramozzi. **Vilfredo Pareto e a democracia**: uma relação problemática. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 2001.

- CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf>. Consulta em 05 de novembro de 2012.
- COSTA, Ana Bernard da. **A pobreza, a guerra e a paz em Moçambique**: teorias, relações e percepções. In: II Conferência IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Econômica em Moçambique”. Maputo, 22 a 23 de Abril de 2009. Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP20_2009_Costa.pdf. consulta em 15 de março de 2012.
- COSTA, Luiz Domingos; GOUVEA, Julio Cesar. **Elites e historiografia**: questões teóricas e metodológicas. Rev. Sociologia Política., Curitiba, n. 28, June 2007.
- COUTO, Fernando Amado. **Moçambique 1974**: o fim do império e o nascimento da nação. Maputo: Ndjira. 2011.
- DADIÉ, Bernard Bilin, “O escritor é um intérprete do seu povo”. **Entrevista a Francisco Noa**. Revista Proler – Literatura, Saber e Lazer, n.º 5, Setembro/Outubro de 2002.
- DARCH, Colin. **A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique** (1986-1992): cenários para o futuro. In Estudos Afro-Asiáticos nº 23, 1992, p. 213-227. Disponível em: http://www.colindarch.info/docs/19921200_Guerra_e_mudancas.pdf
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUTRA, Robson. **Deus e o diabo numa terra em busca do sol**. In Abril - Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol. 4, nº 8, Abril de 2012.
- ELIOT, T. S. **Poesia**. 5ª edição. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ERVEDOSA, Carlos. **Roteiro da literatura angolana**. 4ª Lisboa: Edições 70, 1979.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Foa: Editora UFJF, [1961] 2010.
- FELMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Ed. Global Universitária, 1987.
- FERRAZ, Maria de Lourdes A. **A ironia romântica**: estudo de um processo comunicativo. Lisboa: Casa da Moeda, 1987.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda Ferreira. **Mia Couto**: espaços ficcionais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- FRANCISCO, Michel. **Nuvem Negra**: O drama do 27 de Maio de 1977. Lisboa: Clássica Editora, 2007.
- FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. *REVISTA USP*, São Paulo, nº. 53, p. 166-182, março/maio 2002.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GEERTZ, Clifford. “O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século”. In: **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GENTILI, Anna Maria. **O leão e o caçador**: uma história da África sub-saariana. Maputo: Arquivo histórico de Moçambique, Estudos 14, 1998.

- GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto: uma tragédia*, São Paulo: Editora 34, 2010.
- _____. *Fausto: uma tragédia (segunda parte)*, São Paulo: Editora 34, 2011.
- GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GONÇALVES, José. **Angola a fogo intenso**. Lisboa: Cotovia, 1992.
- _____. **O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola**. *Occasional Papers* 10. Lisboa: CEA/ISCTE, 2004, p. 1-36.
- GONÇALVES, Teresa. Verbete “Farsa”. In *E-Dicionário de Termos Literários*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. Disponível em http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=189&Itemid=2. Acesso em 15.jun.2012.
- GRAMSCI, Antonio – **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRYNSZPAN, Mário. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. A Teoria das elites e sua genealogia consagrada. BIB, Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais. N. 41, p.35-83, Rio de Janeiro: 1996.
- GURVITCH, Georges. **As classes sociais**. São Paulo: Global, 1982.
- HEINZ, F. M. (org.). 2006. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HODGES, Tony. “Ethnicity, poverty & the rise of a post-colonial elite”. In **Angola: from Afro-Stalinism to petro-diamond capitalism**. Bloomington: Indiana University Press, 2001.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HONWANA, Luis Bernardo. **Nós matamos o cão-tinhoso**. São Paulo: Ática, 1980.
- HONWANA, Raúl Bernardo. **Memórias**. Lisboa: Edições ASA, 1989.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. CD Rom. R. Janeiro: Objetiva, 2001.
- JACOBY, Russell. **Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KAVÁFIS, Konstantinos. *Poemas*. Trad. José Paulo Paes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 3ª. Edição, 1990.
- KESTELOOT, Lylian. **Anthologie négro-africaine: histoire et textes de 1918 à nos jours – panorama critique de prosateurs, poètes et dramaturges noirs du XXe siècle**. Vanves: Edicef, 2001.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África? – entrevista com René Holenstein**. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

- _____. **História da África Negra**. Trad. Américo de Carvalho. 3ª ed., 2 Vols., Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1991-1999.
- KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do “homem burguês”**. São Paulo: Senac, 2000.
- NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- KUMPINSKI, Isac; KÉPES, Antônio Dantur. **Nova biologia**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1977.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LABAN, Michel. **Moçambique: encontro com escritores**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O leopardo**. Trad. Rui Cabeçadas. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LARANJEIRA, Pires; SIMÕES, Maria João; XAVIER, Lola Geraldine (orgs.). Coimbra: Novo Imbondeiro / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. p. 336-347.
- LEITE, Ana Mafalda (org). **José Craveirinha — antologia poética**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Ed. Colibri, 2003.
- _____. **Oralidades & escritas nas literaturas africanas**. Lisboa: Ed. Colibri, 1998.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Trad.: Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri: Manole, 2009.
- LÖWY, Michel. **Para uma Sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, Georg. “O romance como epopéia burguesa”. In *Ensaio Ad Hominem 1: Revista de Filosofia / Política / Ciência da História*. Tomo II. Santo André: Estudos e Edições *Ad Hominem*, 1999.
- _____. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- MACAMO, Elísio Salvado. **Negotiating modernity: Africa’s ambivalent experience**. Dakar: CODESRIA, 2005.
- MACÊDO, Tania. **Luanda, cidade e literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- _____.; Chaves, Rita (orgs) **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. A vida do compositor alemão Adrian Leverkühn narrada por um amigo. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre as literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa, A Regra de Jogo, 1980.
- MARTIN, Vima Lia. “Ética e compromisso em Luanda”. In: Macêdo, Tania; Chaves, Rita (orgs) **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

- MARTINS, Ana Margarida Dias. À conversa com Paulina Chiziane. Entrevista. Minneapolis, 06 out. 2006. Disponível em: <http://www.anamartins.info/interview.htm>. Acesso em: 20/10/2010.
- MARTINS, Rodrigo & VIEIRA, Willian. "Privilegiados. E incógnitos". *Revista Carta Capital*. Ano XVII, nº. 662, 07 set. 2011, p. 28-32.
- MARX & ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. In *Estudos Avançados*, 12 (34), 1998.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MATA, Inocência. **Ficção e História na Literatura Angolana** – o caso de Pepetela. Lisboa: Colibri, 2012.
- _____. "O crítico como escritor: limites e beligerâncias". In: Macedo, Tânia; Chaves, Rita (orgs) **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- _____. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? In **Estudos de literaturas Africanas**: cinco povos, cinco nações: actas do Congresso Internacional de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Luanda: Novo Imbondeiro: 2006.
- _____. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In LEÃO, Angela Vaz (org.). **Contatos e ressonâncias**: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 43-72.
- _____. *O sétimo juramento*, de Paulina Chiziane – uma alegoria sobre o preço do poder. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 187-191, 1º sem. 2001.
- MAZZARI, Marcus Vinicius. Goethe e a história do Doutor Fausto: do teatro de marionetes à literatura universal. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**: uma tragédia, São Paulo: Editora 34, 2010.
- _____. A segunda parte do Fausto: "esses gracejos muito sérios" do velho Goethe. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**: uma tragédia (segunda parte), São Paulo: Editora 34, 2011.
- MATESO, Locha. **La Littérature Africaine et sa Critique**. Paris: A.C.C.T./ Éditions Karthala, 1986.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Guerra colonial**: causas e consequências (o 4 de Fevereiro e o 15 de Março de 1961). Alfragide: Texto Editores, 2011.
- _____. **Purga em Angola - Nito Alves / Sita Valles / Zé Van Dunem**: o 27 de maio de 1977. 3ª. Edição. Alfragide: Texto Editores, 2009.
- _____. **A luta pela independência**. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1999.
- MATUSE, Gilberto. **A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa**. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 1998.
- MBEMBE, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição". In: *Revista do Centro de Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

- MEMMI, Albert. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- _____. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1967] 1989.
- MENDONÇA, Fátima. **Literatura moçambicana**: as dobras da escrita. Maputo: Ndjira, 2011.
- _____. **Literatura moçambicana**: A história e as escritas. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1988.
- _____. Literaturas Emergentes, Identidades e Cânone. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula (org.). **Moçambique**: das palavras escritas. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- MEISEL, James H. **Myth of the ruling class**: Gaetano Mosca and the "elite". Michigan: Univ. Michigan Press, 1962.
- MEMMI, Albert. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. 3a. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MICELI, Sergio. **Retratos da Elite Brasileira (1920-40)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. "Carne e osso da elite política brasileira". In : FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986.
- _____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. SP: Difel, 1979.
- MILLS, c. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MORAES, Anita Martins Rodrigues de. **O inconsciente teórico**: investigando estratégias interpretativas de *Terra sonâmbula*, de Mia Couto. Tese de doutorado. Universidade de Campinas (UNICAMP), 2007.
- MOREIRA, Terezinha Taborda. **O vão da voz**: metamorfose do narrador na ficção moçambicana. Belo Horizonte: PUCMinas, 2005.
- MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **A sociedade angolana através da literatura**. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- MUECKE, D. C. **A ironia e o irônico**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M.; FELMAN S. (org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.
- NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Trad. Lucília Rodrigues e M. G. Segurado. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- NETO, Agostinho. **Trilogia poética**: Sagrada esperança / renúncia impossível / Amanhecer. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2009
- NOA, Francisco. **A letra, a sombra e a água**: ensaios & dispersões. Maputo: Texto Editores, 2008.

- _____. Literatura Moçambicana: os trilhos e as margens. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula (org.). **Moçambique: das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- _____. "Modos de fazer mundos na actual ficção moçambicana". In: Macêdo, Tânia; Chaves, Rita (orgs) **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- _____. **Império, Mito e Miopia - Moçambique como invenção literária**. Lisboa: Editorial Caminho, 1ª. Ed., 2003.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Sociedade civil, entre o público não-estatal e o universo gerencial". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18. Nº. 52. Junho de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>. Consulta em 8 de setembro de 2012.
- NOSSA, Leonencio. "Temos apenas um nome diferente". **Entrevista com Mia Couto**. *O Estado de S.Paulo*. 15.11.2008. disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,temos-apenas-um-nome-diferente,278323,0.htm>. Consulta em 23.05.2010.
- OEHLER, Dolf, **Quadros parisienses: estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine (1830-1848)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OSÓRIO, Conceição. Poder político e protagonismo feminino. In: SANTOS, Boaventura Sousa; Silva, Teresa Cruz e (org). **Moçambique e a reinvenção da emancipação social**. Maputo: Centro de formação jurídica e judiciária, 2004.
- PADILHA, Laura Cavalcante. Paulina Chiziane: xipalapala a confrontar silêncios. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (org.). **Passagens para o Índico: encontros brasileiros com a literatura moçambicana**. Maputo: Marimbique, 2012.
- _____. O trânsito para a melancolia na ficção angolana contemporânea. Revista *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 295-301, 2º sem. 2003.
- _____. **Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____. **Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana contemporânea**. Niterói, EDUFF, 1995.
- _____. "A tradição e a transformação em textos romanescos africanos 1". In: União dos Escritores Angolanos. On line: <http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=585>.
- PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. Ed. Nova Cultural, 1996.
- PAQUOT, Thierry. **A utopia: ensaio acerca do ideal**. Tradução de Maria Helena Kühner. São Paulo: Difel, 1996.
- PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. "O que é empoderamento (Empowerment)". *Sapientia. Boletim informativo da FAPEPI*, 18.abr.2006. Disponível em: <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapientia8/artigos1.php>. Consulta em 04 de dezembro de 2011.
- PEREIRA, Prisca Agustoni de Almeida. A vocação pelo voo: aproximações poéticas moçambicanas. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (org.). **Passagens para o Índico: encontros brasileiros com a literatura moçambicana**. Maputo: Marimbique, 2012.

- PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX, 2009.
- PETERSON, Michel; CANKO, Ricardo Iuri. **Estética e política do romance contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- PIÇARRA, António. "Entrevista com Boaventura Cardoso". *Revista Austral*, nº 88, nov./dez. 2011.
- PITCHER, M. Anne. **Transforming Mozambique: The Politics of Privatization (1975-2000)**. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- REIS, Carlos. Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós. Coimbra: Livraria Almedina, 1975
- REIS, Elisa P.; MOORE, Mick. **Elite Perceptions of Poverty and Inequality** (Crop International Studies in Poverty Research). New York: Zed Books, 2005.
- _____. **Entrevista**. In: Angela Paiva; Paulo D'Ávila; Santuza Naves (entrevistadores). *Revista Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, 2009.
- _____. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 42, nº 15, 2000. p.143-152. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>. Acesso em 30.08.2012.
- _____.; CHEIBUB, Z. B. "Valores políticos das elites e consolidação democrática". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 38, nº 1, p. 31-56, 1995.
- ROBERT, Marthe. **Romance das origens, origens do romance**. Trad. André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ROSÁRIO, Lourenço do. **Moçambique**: história, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- _____. **Singularidades II**. Maputo: Textos Editores, 2007.
- ROTHWELL, Phillip. O império das Nações Unidas e *O último voo do flamingo*. In: - CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; CAVACAS, Fernanda (org.). **Mia Couto**: o desejo de contar e de inventar. Maputo: Ndjira, 2010.
- SAID, Edward. **Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993**. Trad.: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Cultura e Política**. Org.: Emir Sader. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. **The World, the Text, and the Critic**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- _____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAFATLE, Vladimir. Para começar. Opinião. *Jornal Folha de S.Paulo*, 18.09.12. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/66852-para-comecar.shtml>. acesso em 18.09.2012.
- SANGO, Andre de Oliveira João. **O Processo de Construção da Cidadania em Angola - Mitos e Realidades**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1995.
- SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades**. São Paulo: Ática, 1985.

- _____. **Paralelas e tangentes entre literaturas de língua portuguesa.** São Paulo: Arte & ciência, 2003.
- SANTOS, Alexandra Dias. **Nação, guerra e utopia em Pepetela (1971-1996).** Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2011.
- SANTOS, Boaventura Sousa. (org.). **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Edições Afrontamento, 2ª ed., 2002(b).
- SANTOS, MILTON. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SARAIVA, Sueli. **Boaventura Cardoso, Mia Couto e a experiência do tempo no romance africano.** S. Paulo: Terceira Margem, 2012.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: o estado de exceção entre o político e o estético. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 29. Brasília, janeiro-junho de 2007, pp. 205-230.
- _____. **O local da diferença:** ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SERRANO, Carlos. **Angola: nascimento de uma nação. Um Estudo sobre a construção da Identidade Nacional.** Luanda: Kilombelombe, 2008.
- _____. "O romance como documento social: o caso de Mayombe", In: *Revista Via Atlântica*, nº 3, São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- _____. "O Processo da Constituição dos Estados Nacionais em África". São Paulo, CEA/USP, (mimeo) s/d.
- _____. A trajetória da elite intelectual, a "geração de 50" e seus projetos: a nação. In: CARDOSO, Carlos; ARAÚJO, Manuel G. Mendes de; e SILVA, Teresa Cruz e (orgs.). **"Lusofonia" em África:** História, democracia e integração africana. Dakar: Codesria. 2005.
- SILVA, Teresa Cruz e (orgs.). **"Lusofonia" em África:** História, democracia e integração africana. Dakar: Codesria. 2005.
- SIQUEIRA, José Carlos. **O romance-ensaio em Eça de Queirós:** estudo crítico sobre *A ilustre casa de Ramires* e *A cidade e as serras*. Tese de doutorado, USP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>.
- SMITH, Anthony D. **Identidade nacional.** Lisboa: Gradiva, 1997.
- SMYTHE, Hugh H; SMYTHE, Mabel M. **The new Nigerian elite.** California: Stanford University Press, [1960] 1971.
- STEIN, Ernildo. **Orfãos de utopia:** a melancolia da esquerda. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. **Os pobres na literatura brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. A velha pobre e o retratista. *Novos Estudos Cebap*, v.1, 2., p.35-38, abr. 1982.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul:** representações sobre o terceiro império português. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- TUTIKIAN, Jane. **Velhas identidades novas:** O pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.
- VALÉRY, Paul. *Meu Fausto.* Trad. De Lúcia Fachin e Sílvia Maria Azevedo. São Paulo: Atêlie, 2010.

- VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura e poder na África Lusófona*, Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- VINCENT, Joan. **African elite: the big men of a small town**. New York: Columbia University Press, 1971.
- WATT, Ian. **Ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WILLIAMS, Raymond. **The country and the city**. London: The Hogart Press, 1975.
- WOLFF, Janet . **A produção social da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Bibliografia dos autores estudados

- CARDOSO, Boaventura. **Mãe, materno mar** . Porto: Campo das letras, 2001.
- _____. **Maio, mês de Maria**. Porto: Campo das letras, 1997.
- CARVALHO, Ruy Duarte. **A câmara, a escrita e a coisa dita**. Lisboa: Cotovia, 2008.
- _____. **Actas da Maianga** – [dizer d(a)s guerra(s), em Angola (?)]. Lisboa: Cotovia, 2002.
- _____. **Como se o mundo não tivesse leste**. Porto: Limiar 1977; Lisboa: Vega, 1992 / Lisboa: Cotovia, 2003.
- CHIZIANE, Paulina. **O Sétimo Juramento**. Lisboa: Editorial Caminho, 1.ª edição, 2000; 2.ª edição, 2004.
- _____. “As cicatrizes do amor”. In: ROSÁRIO, Lourenço do; GODINHO, M. Lúcia. **O conto moçambicano: Da oralidade à escrita**. Rio de Janeiro: Te Corá Editora, 1994, p. 129-133.
- COUTO, Mia. **Terra Sonâmbula**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- _____. **A Varanda do Frangipani**. Maputo: Editora Ndjira, 1996, 1ª ed.; São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002; São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **O Último Vôo do Flamingo**. Lisboa: Editorial Caminho, 2000; São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Cronicando**. Lisboa: Editorial Caminho, 1ª ed., 1991; 7ª ed., 2003.
- _____. **O País do Queixa Andar**. Maputo: Ndjira, 2005a.
- _____. **Pensatempos – Textos de Opinião**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005b.
- _____. **E se Obama fosse africano? e outras interinvenções**. Maputo: Ndjira, 1ª ed., 2009.
- _____. **Moçambique – 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor? (Ensaio)** In *Via Atlântica*, 8: 2005c.

- PEPETELA. **Predadores**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005; Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.
- _____. **Crônicas com fundo de guerra**. Lisboa: Edições Nelson de matos, 2011
- _____. **O Desejo de Kianda**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- _____. **O cão e os caluandas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.
- _____. **A geração da utopia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992 / Luanda: Editorial Nzila, 1999 / Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.